



MILLENNIUM

Ano 2023/1 - N° X
Manaus - Amazonas

ISSN: 1678 - 5533

**PRODUÇÕES
INTELECTUAIS DOS
DOCENTES E DISCENTES
DOS CURSOS DE
LICENCIATURA EM
LETRAS, PEDAGOGIA
E MATEMÁTICA DA
ESBAM**

Revista da
 **ESBAM**
ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS

MANTENEDOR

Rubenito Cardoso da Silva Júnior

DIRETORA EXECUTIVA

Ana Flávia Carneiro Landim

DIREÇÃO GERAL

Sandra Miranda Queiroz Barros

CONSELHO EDITORIAL

Dra. Elen Bethleen de Souza Carvalho
Presidente

MEMBROS

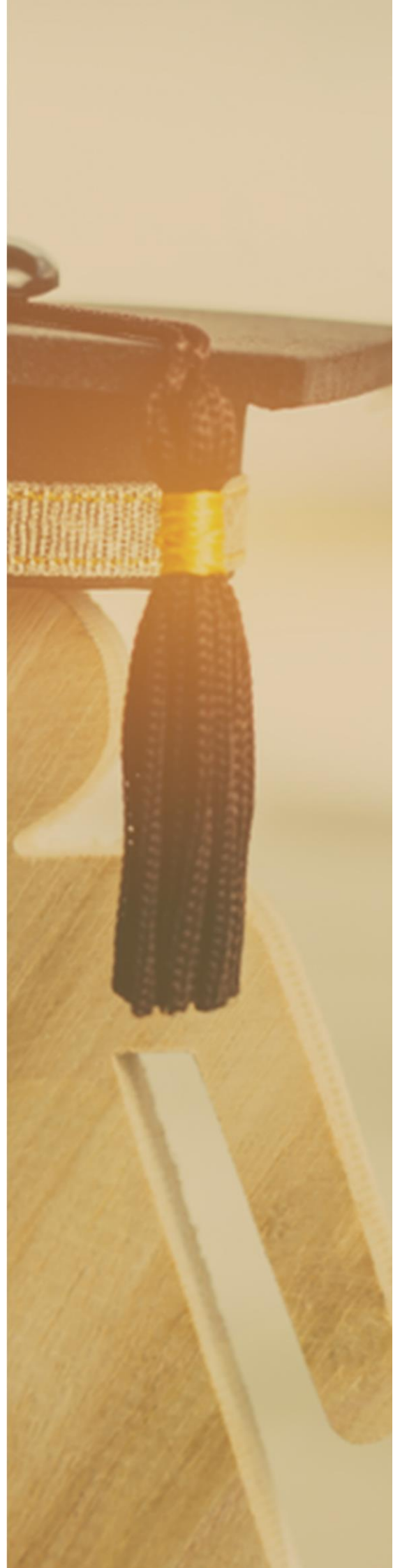
Dr. Jefferson Gil da Rocha Silva
Dra. Malinália Inês Rocha Marcião
Dr. Paulo Sérgio Lima dos Santos
Me. Keila Dayane do Espírito Santo Pereira
Me. Margareth Leite de Alencar
Esp. Sílvia Maria Sarubi de Lyra

REVISÃO DE TEXTO

Esp. Sandra Miranda Queiroz Barros

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Edmilson Lopes de Sousa Filho
Elen Bethleen de Souza Carvalho



Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

N945 Novum Millenium / Escola Superior Batista do Amazonas.
– Vol. X, ano 10, (2023). Manaus: Escola Superior Batista
do Amazonas – ESBAM, 2023.
254 f.: 30 cm.

Anual
ISSN: 1678-5533

1. 1. Educação - Periódicos. 2. Pedagogia. 3. Letras.
4. Licenciaturas. I. Escola Superior Batista do Amazonas.
II. Título

CDD – 345.005

Bibliotecária Responsável: Edilmara Melo de Lima – CRB11/ 852

SUMÁRIO

- 6 - A ROMANTIZAÇÃO DO ÍNDIO NA OBRA “O GUARANI” DE JOSÉ DE ALENCAR.
- 38 - A IMPORTÂNCIA DA SAGA DOS LIVROS HARRY POTTER DE J.K. ROWLING NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO BRASIL PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.
- 72 - A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DA EDUCAÇÃO DA ERA VARGAS ATÉ OS DIAS ATUAIS.
- 91 - A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS NA VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVAS.
- 117 - A RELEVÂNCIA DO PROFESSOR MEDIADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.
- 133 - CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA EXPERIMENTAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.
- 149 - NOVAS TECNOLOGIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA: COMO A LÍNGUAGEM DA INTERNET AFETA A ESCRITA DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE JOVENS E ADULTOS (EJA).
- 190 - O BULLYING E SUAS MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR.
- 205 - OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR DIANTE DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS INSERIDAS EM SALAS REGULARES.
- 219 - O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR DA CIDADE DE MANAUS.
- 238 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC’S): CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

EDITORIAL

O objetivo do 10º número da revista acadêmico-científica *Novum Millenium* da Escola Superior Batista do Amazonas (ESBAM), é divulgar para a comunidade científica e acadêmica as Produções Intelectuais dos docentes e discentes dos cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia e Matemática da ESBAM. Os temas desta edição são diversificados e refletem sobre: a escola literária Romantismo, a educação na era Vargas, inclusão social e educação especial, literatura infanto-juvenil, educação infantil, tecnologias da informação.

A ROMANTIZAÇÃO DO ÍNDIO NA OBRA “O GUARANI” DE JOSÉ DE ALENCAR

VALÉRIA FABRÍCIO FLORÊNCIO*

JEFFERSON GIL DA ROCHA SILVA**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo descrever as características do índio apresentadas na obra “O Guarani” de José de Alencar. Para estudar este tema será abordada a escola literária denominada Romantismo, que surgiu no século XVIII na Europa. Os objetivos específicos desta pesquisa são definir as características do Romantismo presentes na obra “O Guarani”, identificar e analisar as características dos índios da referida obra de forma crítica. A produção de José de Alencar relata a história do índio Peri. Este indígena tem qualidades de homem civilizado, inclusive ele fala o mesmo idioma do ‘homem branco’, o português. Peri abandona a sua tribo e converte-se ao Cristianismo com o objetivo de viver um grande amor com uma mulher branca – Ceci. Para a realização desta pesquisa, foi feita uma abordagem bibliográfica, qualitativa com base em alguns teóricos pesquisadores deste tema. Alguns dos teóricos que auxiliaram na pesquisa foram Bosi (1994), Candido (2009), Coutinho (1997), Freyre (2006), Krenak (2019), entre outros. Esta pesquisa possibilitou a conclusão de que a obra do autor José de Alencar apenas idealizou um índio romantizado sem levar em consideração as verdadeiras discussões sobre a identidade dos povos indígenas e seu papel romantizado. Esta abordagem ocultou problemas sociais que atualmente sentimos o reflexo, com o não reconhecimento do índio como um ser dotado de direitos e personalidades.

Palavras-chave: índio, Romantismo, O Guarani.

Abstract: This monogram has the aim to describe the characteristics of the Indian presented in the book called “O Guarani” written by José de Alencar. The studies of this theme will show the literary dominant in the Romanticism, which appeared in the 18th Century in Europe. “O Guarani” analyses the characteristics of the Indians mentioned in the book. The author relates the history of the Indian Peri. It is a civilized man who speaks Portuguese as the white man. Peri leaves the tribe to become a Christian, he has the goal to be with the white woman who he loves called Ceci. This research was done through a biography, Bosi (1994), Candido (2009), Coutinho (1997), Freyre (2006), Krenak (2019), among others. This research came to a conclusion that José de Alencar only uses the Indian as a romantic to come to the conclusion that the Indian people and the role of the Romanticism. This research also didn't show social problems as the feeling and reflection unknown as a human being gifted of personalities and rights of a human being.

Key-words: Indian, Romanticism, O Guarani.

*Aluna finalista do curso de LETRAS – Língua Portuguesa da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS ESBAM.

**Orientador Professor Doutor Jefferson Gil da Rocha Silva.

1. INTRODUÇÃO

O índio sempre foi tema de diversos estudos ao longo da história. Ele teve sua importância histórica, por ser o tema central nas diversas literaturas dessa época romântica. Este tema desvela a romantização, buscando analisar as características do índio Peri descritas na obra “O Guarani” de José de Alencar. Partindo deste contexto faz-se necessário o seguinte questionamento: Como a Escola Literária Romantismo descreveu o índio? Como a temática sobre o índio foi descrito nessa geração literária.

Nesse sentido, é de suma importância este tema ao estudar literatura nas escolas durante o ensino médio, pois ele proporciona aos alunos um novo entendimento sobre a origem das raízes do povo brasileiro. Também fomenta a análise das características do índio descritas na Obra “O Guarani” de José de Alencar. O objetivo geral desta monografia é descrever as características do índio apresentadas na Obra “O Guarani” de José de Alencar. Os objetivos específicos são: definir as características do Romantismo presentes na referida obra, identificar e analisar as características dos índios de “O Guarani” de forma crítica.

A Representação do índio na Obra “O Guarani” de José de Alencar é um tema relevante mesmo nos dias atuais, pois os estudantes do ensino médio precisam conhecer a abordagem idealizada do indígena no Romantismo e como foi retratado na literatura da época, particularmente em Alencar na obra “O Guarani”.

A descrição do índio no Romantismo é de alguém cordial, mártir honroso e amigo do colonizador. Esta exposição demonstra a idealização da figura do indígena, pois ele era alguém com sua cultura e conhecimento já estabelecidos; no entanto, a sociedade o retratou como um ser fora do seu tempo e espaço, não oferecendo uma inclusão ao povo brasileiro.

Em síntese a obra “O Guarani” relata a história do índio Peri. Ele tem qualidade de homem civilizado, inclusive ele fala o mesmo idioma do “homem branco”, o português. Peri abandona a sua tribo e converte-se ao Cristianismo com o objetivo de viver um grande amor com uma mulher branca – Ceci.

Esta pesquisa será apresentada em 08 tópicos principais, conforme descrição a seguir. O primeiro é a *Revisão de Literatura*, o segundo são as *Breves Considerações sobre o Romantismo com 09 subtópicos*. O terceiro descreve a *Relação entre o Romantismo e a obra “O Guarani”*, o quarto destaca *As Características do índio Peri na obra “O Guarani”*. O quinto descreve *O Estereótipo da Mulher Isabel – uma visão crítica da obra “O Guarani”*, o sexto destaca *A Representação do índio no ensino atual*, o sétimo descreve os *Procedimentos*

Metodológicos e o oitavo conclui o presente trabalho.

A metodologia utilizada foi bibliográfica, qualitativa, pois foi realizada a reflexão sobre a obra “O Guarani” de José de Alencar. Esta pesquisa visa coletar as informações a partir de textos, livros, artigos e demais materiais de caráter científico. Ela é um método teórico focado em analisar os ângulos diferentes de um mesmo problema. Foram consultados diferentes autores com pontos de vistas diversos a respeito do mesmo tema. As fontes de pesquisa foram secundárias, pois o projeto apresentará informações já apresentadas em outras pesquisas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O Artigo “A Representação do Índio na Obra O Guarani, de José de Alencar” de Alves *et al.* (2016) descreve sobre a relação existente entre a nacionalidade e o Romantismo. De acordo com o artigo, as autoras apresentam a tese de Antonio Candido, o qual relata que após a Independência, o Brasil começou a pensar sobre os temas identidade e nacionalidade. Nesse contexto, surge um personagem principal – o Índio. O Romantismo expôs a nacionalidade brasileira através dos indígenas. É importante perceber o contexto histórico em que essa análise surgiu. A primeira fase do Romantismo pode ser definida como nacionalista, pois é neste período que as riquezas naturais do país são exaltadas. Nessa fase o índio torna-se peça chave do nacionalismo, pois representa o resgate da identidade do país.

José de Alencar é um dos autores principais a inserir os indígenas na literatura. O personagem Peri (índio da obra “O Guarani”) surge como herói das matas, líder, guerreiro e corajoso. Ele também é bom caráter e é apaixonado pela natureza. Interessante destacar que o Peri também é descrito como alguém com alma nobre e pura, ou seja, um modelo idealizado de ser humano. O apaixonado por Cecília absorve a cultura do homem europeu, tornando-se alguém diferente das suas verdadeiras origens. Podemos destacar pontos positivos e negativos na idealização do índio, no trabalho apresentado pelas autoras. São eles:

Positivos: valorização do indígena, sua cultura e seu idioma.

Negativos: índio descrito como alma nobre, honesto e corajoso despertou o desejo da conquista pelo homem branco. Esse fato ocasionou a extermínio de muitos índios, a escravidão deles e a extinção do idioma nativo (tupi-guarani). A cultura indígena sofreu grande impacto, pois houve imposição da cultura portuguesa. É destacado na exposição do

trabalho que a obra “O Guarani” expõe que apesar da idealização do índio, a ideologia dos colonizadores conseguiu vencer e ser imposta aos nativos.

O texto “A representação da identidade nacional brasileira na obra “O Guarani” de Costa (2020), faz uma reflexão sobre a possibilidade de uma autonomia na literatura brasileira e sobre o índio no índio no Romantismo. Diversos escritores brasileiros buscavam uma autonomia com uma literatura nacional, diferente da europeia, principalmente após a proclamação da independência do Brasil em 1822. O trabalho descreve que José de Alencar conseguiu escrever três obras que contribuíram para o resgate do nacionalismo. São elas: *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*. Nessa trilogia, os protagonistas eram índios. Enquanto na Europa os heróis da literatura eram cavaleiros medievais, no Brasil essa figura foi representada pelo indígena.

Prossegue o trabalho descrevendo que Alencar mostra o herói indígena com nacionalidade e tom ufanista¹ em sua obra *O Guarani*. A obra também destaca a miscigenação, resultado da união entre índio e europeu. Peri (o índio) representa a figura do “bom selvagem” de Rousseau. Este pensador considerava que o homem era bom por natureza, mas a vida em sociedade o corrompia. O indígena de Alencar é educado, íntegro, honesto, puro, corajoso e forte, ou seja, perfeito. *O Guarani* desvincilhou-se da literatura clássica de Portugal e retratou o Brasil sob nova ótica. Representa a pátria num contexto nacionalista, pós-independência da colônia.

A dissertação “A criação do mito do herói indígena em *O Guarani*”, de Mendes (2004), expõe que José de Alencar construiu a literatura indianista brasileira. Ele destacou as raízes nacionais nas obras indianistas em virtude do contexto histórico da época, orgulho nacionalista poucos anos após a independência do Brasil. O texto de Mendes (2004) *O Guarani* retrata a valorização da natureza do país, o povo nativo e o colonizador de forma idealizada e romântica, ele também descreve a natureza exuberante do Brasil.

Interessante mencionar a visão de futuro do escritor, pois ele relatou a civilização brasileira como mestiça, nem branca, nem negra ou indígena, ou seja, uma população com características únicas, diferente da europeia. O indianismo não é exclusivo da literatura brasileira, pois ele também esteve presente na literatura europeia e na hispano-americana.

¹ Ufanista está relacionada com o excesso de patriotismo; exaltação exagerada da pátria de nascimento.

Alfredo Bosi afirma que a obra *O Guarani* possui um nó apertado de pensamento conservador, mito indianista e metáfora romântica. Peri foi o primeiro super-herói nacional. Ele é descrito como um amante devotado, sua dedicação à Cecília demonstra o amor do herói medieval. Cecília é a figura da princesa loira, branca e pura. Ele também representa a bravura, a idealização do amor e a valorização do nacionalismo.

A monografia “O índio no Romantismo Brasileiro: Uma análise *O Guarani*, de José de Alencar, e *I-Juca Pirama*, de Gonçalves Dias de Silva (2018), descreve que a chegada do Romantismo no Brasil foi marcada pela busca de uma realidade local e não europeia, ou seja, uma literatura nacional. O Indianismo surgiu nesse contexto, um estilo literário que nasceu do nacionalismo brasileiro. A figura do índio representava a coragem e a lealdade em comparação ao herói medieval europeu. O bom selvagem surge como característica do indígena, alguém que não foi corrompido pela sociedade.

Os escritores Gonçalves Dias e José de Alencar foram os que mais se destacaram na fase Indianista. *O Guarani* retrata o índio Peri em total conformidade com o colonizador. A obra descreve um colonizador generoso e um colonizado fiel e submisso. Ela representa a metáfora da origem do povo brasileiro, pois descreve a miscigenação entre o português e o indígena. Peri idolatra a amada branca Ceci, típica característica do Romantismo. Um amor puro e idealizado, perfeito. O índio entrega-se de corpo e alma, faz sacrifícios e abandona sua tribo em virtude desse amor.

Alencar descreveu Peri com qualidades idealizadas, sem vínculos com o mundo real. Esse índio era amigo, fiel e submisso ao seu senhor branco. Ele servia ao português sem questionar, uma obediência cega. Podemos afirmar que Peri era um índio “civilizado”, pois foi descrito com qualidades do homem branco. O artigo “*O Guarani*, de José de Alencar: Uma história de amor e a construção de uma nação” de Schoen (2010), descreve a conexão existente entre o Romantismo Brasileiro e o processo de independência do país. Interessante citar o sucesso da obra “*O Guarani*”, pois ela inspirou a criação de uma ópera por Carlos Gomes e Peri tornou-se nome de uma rua no Rio de Janeiro.

O artigo destaca que Alencar não descreveu fatos reais sobre as tribos indígenas relatadas na obra., pois a tribo dos guaranis não vivia no litoral do Rio de Janeiro. Ele também descreveu que Peri aprendeu falar português em apenas três meses, ou seja, algo totalmente irreal, uma fantasia romântica. O perfil indígena descrito em *O Guarani* é alguém forte,

corajoso e nobre, a intenção era definir o nativo brasileiro com essas qualidades. Peri representa o herói dos romances medievais europeus. Ele é um homem ideal, destemido, sem defeitos, também é bonito, corajoso e forte. Ele é o típico herói romântico, disposto a fazer todos os sacrifícios, inclusive arriscar sua vida em prol da pessoa idolatrada.

O texto informa que D. Antonio de Mariz, pai da amada e idolatrada Cecília, descreve Peri como um português no corpo de um selvagem. O artigo destaca que Cecília surge para Peri em uma visão na forma de Virgem Maria, demonstração de um amor idealizado e romântico. É interessante destacar que O Guarani é concluído com a metáfora sobre Peri e Ceci escapando de uma tempestade para gerarem os próximos habitantes do Brasil, com o objetivo de fundar a nação brasileira. Esta monografia “A Romantização do índio na obra O Guarani de José de Alencar” (2022), descreve as características do índio apresentadas no livro O Guarani.

Importante observar que o indígena sempre foi tema de diversos estudos ao longo da história, inclusive o Romantismo Brasileiro definiu a primeira geração romântica como Indianista. O índio do Romantismo é apresentado como um herói, guerreiro, forte e corajoso, mas também era obediente e submisso.

Interessante destacar que alguns autores fizeram a correlação entre o índio e o bom selvagem. De acordo com Barbosa (2008) “(...) inspirados em Montaigne e Rousseau, idealizava os índios brasileiros como bons selvagens, cujos valores heroicos tomam como paradigmas da formação do povo brasileiro.” A descrição do indígena no Romantismo é de alguém cordial, mártir, honroso e amigo do colonizador. Esta exposição demonstra a idealização da figura do índio, pois ele era alguém com sua cultura e conhecimento já estabelecidos.

A obra “O Guarani” relata a história de Peri (índio). Ele tem qualidades do homem civilizado, inclusive o indígena fala o idioma português. Peri abandona a sua tribo e converte-se ao cristianismo com o objetivo de viver um grande amor com uma mulher branca – Ceci. Interessante observar a imposição da cultura do colonizador, inclusive a imposição do cristianismo para o índio “selvagem”. O indígena absorve a cultura do homem branco e torna-se civilizado.

De acordo com Gomes (2019), “o índio de Alencar é uma espécie de reserva moral da nação, abstrata e filosófica. Um índio que um dia talvez descerá de uma estrela colorida e brilhante qualquer para indicar os rumos a tomar.” Esta monografia tem como foco refletir

sobre as questões relacionadas aos povos indígenas descritos na obra “O Guarani”, mas principalmente, analisar as características do índio de forma crítica.

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ROMANTISMO

De acordo com Bosi (1994), o Romantismo foi um movimento estético e cultural que revolucionou a sociedade nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, a sociedade evidenciou o espírito romântico – atitude e visão de mundo centrada no indivíduo – com o objetivo de diferenciar-se dos pensamentos do Iluminismo, que considerava a razão e a objetividade como centros do mundo.

Alguns fatos históricos foram decisivos para influenciarem este movimento: ascensão da classe burguesa na Europa, Revolução Industrial e Revolução Francesa. Não se pode, conforme Coutinho (1997), fixar o lugar onde primeiro surgiu o Romantismo, porque os movimentos literários se formam gradativamente, ao mesmo tempo em diversos lugares, sem ligação entre si, como o resultado de evolução interna de formas e sensibilidade.

As novas tendências que se opuseram no meado do século XVIII aos ideais neoclássicos, preludiando o Romantismo, refletem um estado de espírito inconformista em relação ao intelectualismo, ao absolutismo, ao convencionalismo clássico, ao esgotamento das formas e temas então dominantes. A imaginação e o sentimento, a emoção e a sensibilidade, conquistam aos poucos o lugar que era ocupado pela razão. Com isso, “a noção de natureza e seus corolários – a bondade natural, a pureza da vida em natureza, a superioridade da inspiração natural, primitiva, popular – atraem cada vez mais o interesse e o pensamento dos homens”. (COUTINHO, 1997, p. 7-8)

No Brasil o início dessa fase literária ocorreu com a publicação de *Suspiros Poéticos e Saudades* de Gonçalves Magalhães, em 1836. Porém, o Romantismo brasileiro apresenta características um pouco diferentes do europeu. Na Europa, obras com temáticas medievais eram comuns, já que esse era o passado histórico do continente. No Brasil, o resgate ao passado simbolizava os índios, como os nossos ancestrais.

Conforme o autor Bosi (1994), na ânsia de reconquistar as mortas estações e de reger os tempos futuros, o Romantismo dinamizou grandes mitos: a nação e o herói.

Ele é o movimento de uma produção da nova elite da sociedade, dessa forma, são os

ideais dessa burguesia que estão presentes nas obras românticas: egocentrismo, nacionalismo, idealização do herói, do amor e da mulher, fuga da realidade por meio da morte, do sonho, da loucura ou da arte.

Interessante destacar que o movimento do Romantismo Brasileiro despreza a postura racional, pois utiliza a emoção para interpretar a realidade. O folhetim foi um modelo bem sucedido de divulgar as obras do Romantismo. Conforme Abaurre e Pontara (2005), o folhetim surgiu na França por volta de 1830. Ele era publicado por partes, para aumentar as vendas dos jornais. As histórias exploram temas como sedução, traição, violência e maldade. O folhetim foi um sucesso e a partir dele foram escritos vários romances. Alguns autores obtiveram sucesso nessa modalidade: Balzac, Alexandre Dumas, Walter Scott, Camilo Castelo Branco, Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar.

O autor romântico escreve para uma sociedade que se formou sob a influência dos filósofos iluministas e que, por isso, valorizava os processos racionais e as posturas coletivas. É essa mentalidade que ele deseja mudar e contra a qual se manifesta. De certa forma, seu sentimento de desajustamento social é verdadeiro e nasce do confronto entre os valores que defende, centrados no subjetivismo e na emoção, e os que organizam a sociedade em que vive. (ABAURRE e PONTARA, 2005, p. 238).

O romance identificou-se com a burguesia. O drama, as paixões e as aventuras narrados nos livros, fizeram sucesso entre os leitores, principalmente entre o público feminino. O Romantismo trouxe consigo o pensamento moderno, pautado por ideias como liberdade e individualidade. No âmbito artístico, isso resultou na ruptura com as convenções clássicas e, conseqüentemente, na valorização da originalidade. Isso explica o caráter inovador do romance: se a experiência individual se renova a cada dia, o romance ao representá-la, é um gênero original em sua essência. (BARRETO *et al.* 2016, p. 65)

Podemos destacar o nacionalismo² como uma das principais características do Romantismo. Conforme Abaurre e Pontara (2005), Alemanha, Inglaterra e França são os berços das três tendências mais fortes da estética romântica: o nacionalismo, o gosto pelo pitoresco e a temática social.

² Nacionalismo é a consciência partilhada por um grupo de indivíduos que se sente ligado a uma terra e possui uma cultura e uma história comuns.

3.1 Romantismo no Brasil

De acordo com Candido (2012), em 1808 a Família Real portuguesa chegou ao Brasil. D. João veio com muitas pessoas, inclusive com a Rainha D. Maria I. Veio parte da Corte, o governo, muitos funcionários e militares. Podemos indagar qual a relação desse acontecimento com o Romantismo no Brasil? Com a presença da Família Real em solo brasileiro, o Rio de Janeiro tornou-se um centro intelectual e artístico. Muitos estrangeiros, cientistas, artistas e artesãos vieram para o país, em virtude disso, houve mudanças significativas no cenário intelectual, artístico e político do Brasil. A partir do início do século XIX surgiu uma crescente vontade de autonomia e modernização do Brasil.

(...) a principal preocupação dos nossos intelectuais no início do século XIX: a formação da nação brasileira e a definição dos símbolos de nossa nacionalidade. Essa preocupação permanecerá presente durante toda a produção romântica nacional. (ABURRE e PONTARA, 2005, p. 237)

Interessante destacar que, conforme Abaurre e Pontara (2005), várias missões estrangeiras vieram ao Brasil no início do século XIX. Um professor do Museu de História Natural de Paris e um Naturalista da Missão Artística Austríaca, são eles: Auguste de Saint-Hilaire e Carl Friedrich von Martius. Eles relataram que os índios e a natureza eram a representação da identidade brasileira.

Ainda de acordo com os autores citados acima, um fato importante para o Romantismo Brasileiro foi o lançamento da Revista *Niterói* em 1836, em Paris. Um grupo de jovens escritores brasileiros escreveu essa revista. Eram eles: Araújo Porto Alegre, Sales Torres Homem, Pereira da Silva e Gonçalves de Magalhães. Os assuntos abordados eram de interesse nacional. *Niterói* é considerada o primeiro “grito” de independência literária do Brasil.

Bosi (1994) descreve o leitor dos romances brasileiros na época do Romantismo: O romance romântico brasileiro dirigia-se a um público mais restrito do que o atual: eram moços e moças provindos das classes altas, e, excepcionalmente, médias; eram os profissionais liberais da corte ou dispersos pelas províncias: eram, enfim, um tipo de leitor à procura de entretenimento, que não percebia muito bem a diferença de grau entre um Macedo e um Alencar urbano. (BOSI, 1994, p. 128)

“A prosa do Romantismo Brasileiro abordou 04 vertentes: Indianista, Histórica, Urbana e Regionalista. O destaque da prosa foi o romance. A poesia foi dividida em 03 gerações: Nacionalista, Ultrarromântica e Condoreira.” (BARRETO, *et al.* 2016).

3.1.1 Geração Nacionalista – Conforme Barreto *et al.* (2016), o Nacionalismo iniciou o movimento do Romantismo Brasileiro. Abordou temas como saudades da pátria, exaltação da natureza e idealização do índio. O principal autor dessa fase foi **Gonçalves Dias**.

Valente na guerra, Quem há, como eu sou? Quem vibra o tacape Com mais valentia?

Quem golpes daria Fatais como eu dou?

- Guerreiros, ouvi-me,

- Quem há como eu sou?

Quem guia nos ares A flecha emprumada, Ferindo uma presa, Com tanta certeza Na altura arrojada Onde eu a mandar?

- Guerreiros, ouvi-me,

- Ouvi meu cantar.

(DIAS, Gonçalves. O Canto do Guerreiro em BOSI, 1994) Conforme Candido (2009),

o Nacionalismo é definido abaixo:

Teoricamente, o Nacionalismo independe do Romantismo, embora tenha encontrado nele o aliado decisivo. Podemos mesmo supor, para argumentar, formas não-românticas em que se teria desenvolvido. Há com efeito na literatura uma aspiração nacional, definida claramente a partir da Independência e precedendo o movimento romântico. (...) Sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ou tentaram adquirir independência, o Nacionalismo foi manifestação de vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do *próprio* contra o *imposto*. (CANDIDO, 2009, p. 332-333)

Candido (2009) relata que Gonçalves Dias destacou-se na primeira fase romântica: Gonçalves Dias se destaca no medíocre panorama da 1ª fase romântica pelas qualidades superiores de inspiração e consciência artística. Contribuiu ao lado de José de Alencar para dar à literatura, no Brasil, uma categoria perdida desde os árcades maiores, e, ao modo de Cláudio Manuel, fornece aos sucessores o molde, o padrão a que se referem como inspiração e exemplo. (CANDIDO, 2009, p. 401). De acordo com Moisés (1997) Gonçalves Dias foi o

primeiro poeta autenticamente brasileiro, na sensibilidade e na temática: O outro vetor que lhe orientava a fantasia continha uma adaptação aos tempos novos e uma tomada de consciência do solo natal: contraface da tendência anterior, manifesta uma visão épica do mundo, traduzida no indianismo heróico (*O Canto da Piaga*) e num patriotismo e brasilidade que lhe está visceralmente conectado. (MOISES, 1997, p. 132-133)

Coutinho (1997) nos informa que Gonçalves Dias era filho de uma índia com um português e por isso sua escrita é mais diferenciada: A princípio parece que todo indianista é romântico. Aliás foi o nosso índio (insista-se) que despertou, via Montaigne, as ideias que culminaram em Rousseau, pai do Romantismo. Mas no caso de Gonçalves Dias, não. O seu indianismo nada tem que ver com o Romantismo europeu, embora o nosso índio figure nas origens do movimento, transformado em “mito do bom selvagem”. Indianismo três vezes autêntico, o de Gonçalves Dias: a) pelo sangue (ele era filho de uma guajajara com um português);

b) pelo conhecimento direto dos indígenas com os quais conviveu (quando menino e nas excursões pela Amazônia); c) pelos estudos que realizou (Brasil e Oceania, Vocabulário da língua tupi, etc.) (COUTINHO, 1997, p. 79)

3.1.2 Geração Ultrarromântica ou Byroniana – Conforme Barreto *et al.* (2016), essa fase é caracterizada pelo extremo subjetivismo. Os temas de destaques são: apego à morte, fuga para infância ou natureza, relação dúbia com a mulher. O principal autor foi **Álvares de Azevedo**.

Minha desgraça não, não é ser poeta, nem na terra de amor não ter um eco, E meu anjo de
Deus, o meu planeta Tratar-me como trata-se um boneco... [...]
Minha desgraça, ó cândida donzela,

O que faz que o meu peito assim blasfema, É ter para escrever todo um poema,
E não ter um vintém para uma vela.

(AZEVEDO, Álvares. Lira dos Vinte Anos em BARRETO *et al.* 2016)

Conforme Coutinho (1997), o autor Álvares de Azevedo é o principal representante do individualismo romântico brasileiro. Azevedo não exaltava a natureza, pois parecia esmagado pelo ambiente físico brasileiro. Ele era desinteressado da realidade, por isso mergulhava

somente em si próprio para escrever. Ele demonstrava excessivo interesse em temas como as sombras, a morte, a noite, os túmulos.

Eu deixo a vida como deixa o tédio Do deserto o poento caminheiro

- Como as horas de um longo pesadelo Que se desfaz ao dobre de um sineiro

(AZEVEDO, Álvares. Lembrança de Morrer. em BOSI, 1994)

Bosi (1994) descreveu Álvares de Azevedo como um adolescente com fantasias num ambiente macabro e pessimista:

Das imagens satânicas que povoavam a fantasia do adolescente dão exemplo os contos macabros de *A Noite na Taverna*, simbolista *avant la lettre*, e alguns versos febris de *O Conde Lope* e do *Poema do Frade*. Também nessa literatura que herdou de Blake e de Byron a fusão de libido e instinto de morte, Álvares de Azevedo caminhava na esteira de um Romantismo em progresso enquanto trazia à luz da contemplação poética os domínios obscuros do inconsciente. (BOSI, 1994, p. 113)

3.1.3 Geração Condoreira – Conforme Barreto *et al.* (2016) o foco dessa fase é o engajamento social. O poeta é considerado um condor, pois tem uma visão superior e deve orientar os outros sem visão, ou seja, as pessoas comuns. Principal tema nesta geração foi a luta pela absolvição da escravatura e o maior autor dessa fase foi **Castro Alves**.

Ao romper d'alva

Oh! Deus! Não ouves d'entre a imensa orquestra Que a natureza virgem manda em festa Soberba, senhor!

Um grito que soluça, aflito, vivo, O retinir dos ferros do cativo, Um som discorde e vil?

(DIAS, Gonçalves. Os Escravos em BARRETO *et al.* 2016)

Moisés (1997) descreve Castro Alves como o traço de união entre Romantismo e Parnasianismo:

Castro Alves é o traço de união entre Romantismo agonizante e o Parnasianismo emergente. A sua poesia social destacada em “Vozes d’África” tem característica abolicionista e “condoreira”. (MOISÉS, 1997).

De acordo com Moisés (1997), Castro Alves era otimista, idealista, sedento de vida, possuía visão utópica de mundo. Alves pode ser considerado um dos maiores poetas da Literatura Brasileira.

Candido (2009) relata que Castro Alves realizou um milagre literário com sua poesia negra:

Trazer o negro à literatura, como herói, foi, portanto, um feito apenas compreensível à luz da vocação retórica daquele tempo, facilmente predisposto à generosidade humanitária. (...) Castro Alves se tornou o poeta por excelência do escravo, ao lhe dar, não só um brado de revolta, mas uma atmosfera de dignidade lírica, em que os seus sentimentos podiam encontrar amparo; ao garantir à sua dor, ao seu amor, a categoria reservada aos do branco, ou do índio literário. (CANDIDO, 2009, p. 592)

3.1.4 A Prosa Romântica

De acordo com Barreto *et. al* (2016), José de Alencar é o autor das principais obras indianistas, históricas, urbanas e regionalistas. Podemos perguntar, quem foi José de Alencar?

Conforme Bosi (1994), ele nasceu em Mecejana – Ceará, em 1829. Era filho de senador, cursou Direito, parte em São Paulo, parte em Olinda. Começou a trabalhar como advogado no Rio de Janeiro, mas logo seus caminhos mudaram para a literatura. Trabalhou como cronista no *Correio Mercantil*, como redator do *Diário do Rio de Janeiro*, utilizou o pseudônimo **Ig.**, para escrever várias críticas sobre o poema *A Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães.

Alencar escreveu *Cinco Minutos* (1856) e *A Viuvinha* (1857). Essas obras foram escritas em forma de folhetim. Em 1857 lançou *O Guarani* e fez muito sucesso. Escreveu também o libreto da ópera *A Noite de São João*, as comédias *O Crédito*, *Demônio Familiar*, *Verso e Reverso* e os dramas *As Asas de um Anjo* e *Mãe*.

José elegeu-se deputado pelo Ceará e também trabalhou no Ministério da Justiça de 1868 a 1870. Apesar de seu pai ser adepto de ideologia liberal, Alencar tinha posturas conservadoras em relação à abolição da escravatura. Bosi (1994) descreve o autor como um

individualista, sem preocupação com a coisa pública. O autor de *O Guarani*, decidiu afastar-se da política porque D. Pedro II não o indicou para o Senado.

Ele também escreveu muitas obras, eis algumas delas: *Lucíola*

(1862), *Iracema* (1865), *Visão de Jó* (1867), *O Gaúcho* (1870), *A Guerra dos*

Mascates (1873), *Ubirajara* (1874), *Senhora* (1875), *O Sertanejo* (1875).

Em 1877 o escritor Alencar viajou para a Europa para tratar a tuberculose, mas não conseguiu êxito no tratamento. Ele faleceu no Rio de Janeiro no mesmo ano da viagem.

Conforme Barreto *et. al* (2016), a exemplo do Romantismo europeu, a grande expressão foi o romance, destacando-se quatro eixos temáticos: indianista, histórico, urbano e regionalista.

3.1.5 Indianismo – Apresenta o índio como protagonista das obras.

Conforme Nascimento (2012), o Indianismo é a corrente romântica de valorização do índio na literatura brasileira. De acordo com essa autora, o indianismo romântico possui contornos nacionalistas. O índio era o genuíno filho da terra, o verdadeiro brasileiro.

Diana (2014), destaca como características do Indianismo: nacionalismo e ufanismo, sentimentalismo e religiosidade, figura idealizada do índio, índio-herói como o símbolo nacional, língua e costumes indígenas, retorno ao passado histórico, exaltação da natureza e do folclore, influência do medievalismo romântico.

O indianismo, a rigor, constituiu uma tendência generalizada do romantismo. Não ocorreu apenas em nosso país. A valorização do índio, (...), é muito mais antiga do que o aparecimento da escola romântica. Há um momento, no Brasil, entretanto, em que o romantismo se traduz em indianismo. (SODRÉ, 1995, p. 266). Sodré (1995) relata que o índio literário dos romances é o descendente, em linha direta, do índio social e individualmente bom, com uma bondade natural. Esse índio fascinou os intelectuais da ascensão burguesa e os viajantes.

Abaurre e Pontara (2005) destacam que os principais autores românticos indianistas foram Gonçalves Dias e José de Alencar. De acordo com Coutinho (1997) Gonçalves Dias é o poeta do Indianismo. O indianismo de Dias era autobiográfico, pois o índio morava dentro dele. Este poeta substituiu a ideologia pela realidade humana do indígena.

Gonçalves Dias é um grande poeta, em parte pela capacidade de encontrar na poesia o veículo natural para a sensação de deslumbramento ante o novo mundo, de que a prosa de Chateaubriand havia até então sido o principal intérprete. (CANDIDO, 2009, p. 404)

Veríssimo (1998) destaca que José de Alencar introduziu o índio e seus acessórios no romance brasileiro. Este índio era idealizado porque Alencar quis transformar o indígena em uma figura simpática ao leitor. Conforme Coutinho (1997), o nacionalismo romântico pode ser denominado de Indianismo. Utilizando o conceito de “bom selvagem” de Rousseau, o índio brasileiro representou a independência espiritual, política, social e literária. Bosi (1994) relata que o Brasil ideal de José de Alencar é um cenário exótico, onde os portugueses seriam expulsos, os capitães reinariam, os senhores dos barracos e terçados viveriam rodeados de peões e sertanejos livres, mas fiéis.

De acordo com Candido (2009) José de Alencar criou o índio ideal: Assim como Walter Scott fascinou a imaginação da Europa com os seus castelos e cavaleiros, Alencar fixou um dos mais caros modelos da sensibilidade brasileira: o do índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, mas lançado por ele na própria vida cotidiana. As Iracemas, Jacis, Ubiratãs, Ubirajaras, Aracis, Peris, que todos os anos, há quase um século, vão semeando em batistérios e registros civis a mentirada gentil do Indianismo, traduzem a vontade profunda do brasileiro de perpetuar a convenção, que dá a um país de mestiços o álibi de uma raça heróica, e a uma nação de história curta a profundidade do tempo lendário. (CANDIDO, 2009, p. 538)

Coutinho (1997) descreve o mundo idealizado, de fantasias criado por José de Alencar para retratar as origens do homem brasileiro, a partir do indígena: Alencar criou, com base mais lendária do que histórica, o mundo poético e heroico de nossas origens, para afirmar a nossa nacionalidade, para provar a existência de nossas raízes legitimamente americanas. (...) O Guarani encerra mito de significação nacional. (...) O mito do bom selvagem, da pureza do americano, em contraste com a rudeza e ambição desenfreada e sem escrúpulos do branco europeu. São o próprio conceito de indianismo e a sua visão do índio que tem, para ele, valor mítico. (COUTINHO, 1997, p. 260).

Conforme Candido (2012) a obra *O Guarani* teve grande êxito e foi um dos mais lidos pelo público brasileiro. Essa obra serviu de inspiração para ópera de Carlos Gomes, intitulada pelo mesmo nome e apresentada em Milão, em 1870. A função do índio romântico foi significativa durante algum tempo e extravasou do campo da literatura. (...) ele se tornou imagem ideal e permitiu a identificação do brasileiro com o sonho de originalidade e de passado honroso, além de contribuir para reforçar o sentimento de unidade nacional. (...) O

indianismo proporcionou um antepassado mítico, que lisonjeava por causa das virtudes convencionais que lhe eram arbitrariamente atribuídas, inclusive pela assimilação ao cavaleiro medieval, tão em voga na literatura romântica. (CANDIDO, 2012, p. 80).

Conforme Candido (2009), o Indianismo tem algumas críticas a serem feitas: O Indianismo dos românticos preocupou-se sobremaneira em equipará-lo qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos do seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este – no cavalheirismo, na generosidade, na poesia. (...) O Indianismo serviu não apenas como passado mítico e lendário, (...), mas como passado histórico, à maneira da Idade Média. Lenda e história fundiram-se na poesia de Gonçalves Dias e mais ainda no romance de Alencar, pelo esforço de suscitar um mundo poético digno do europeu. (CANDIDO, 2009, p. 337-338).

3.1.6 Histórica – Barreto *et al.* (2016) destaca que o romance histórico é um gênero literário em que a narrativa fictícia se relaciona com fatos históricos. Os personagens e os cenários são criados de acordo com documentos e dados históricos.

Diana (2014) destaca como características do Romance Histórico: amor idealizado, mulher idealizada, caráter nacionalista, tempo da narrativa é sempre o tempo passado, temática central associada a um ou mais fatos históricos, personagens históricos convivem com personagens fictícios, fatos históricos são essenciais na construção do enredo, não apenas pano de fundo. Barreto *et al.* (2016) destaca que o romance histórico é uma reinterpretação de fatos e personagens do passado brasileiro. As obras *As Minas de Prata* e *a Guerra dos Mascates* de José de Alencar, representam essa fase.

Conforme Coutinho (1997) *As Minas de Prata* relata o mito do tesouro escondido, que levou para os sertões brasileiros vários aventureiros. Esse fato foi responsável pelo povoamento dessa área geográfica. Candido (2009) descreve a obra *A Guerra dos Mascates* como recheada de alusões à política do Império, inclusive tem um cuidado com os fatos históricos.

3.1.7 Urbana – Barreto *et al.* (2016) informa que o Romance Urbano também é chamado de Romance de Costumes. Esse gênero retrata o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, também destaca os aspectos negativos da vida urbana e dos hábitos burgueses.

Diana (2014) destaca como características do Romance Urbano: mulher idealizada, amor idealizado, público-alvo feminino, divulga os valores morais burgueses, representa os

costumes da elite burguesa, herói ou heroína enfrenta obstáculos para encontrar a felicidade.

Barreto *et al.* (2016) destaca que esta fase apresenta os conflitos da burguesia carioca. O Rio de Janeiro era o centro do Brasil, a capital mais relevante do país. As obras mais importantes foram *A Moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel Antônio de Almeida, *Lucíola* e *Senhora* de José de Alencar.

Publicada em 1884, *A Moreninha* tornou-se o introdutor da ficção romântica em nossa literatura. (...) *A Moreninha* se desenvolve em dois planos: um, mais saliente, consiste na intriga sentimental e no próprio retrato da heroína (...); o outro, (...) diz respeito aos pormenores da sociedade do tempo que o romancista alcançou surpreender. (MOISÉS, 1997, p. 142)

Conforme Bosi (1994), *Memórias de um Sargento de Milícias* relata um momento histórico, época de D. João VI, uma visão realista da vida, escrita com humor sarcástico. De acordo com Candido (2012), *Senhora* denuncia um casamento baseado no interesse financeiro. O dinheiro é o protagonista da história. Qual a importância dele nas relações da burguesia e como as pessoas são avaliadas por causa dele?

3.1.8 Regionalista – Conforme Coutinho (1997), o Regionalismo é a representação de regiões específicas do Brasil, não mais o contexto geral do país. Seria a descrição de seus costumes, cultura, hábitos, rotinas e tradições.

De acordo com Barreto *et al.* (2016), esta fase relatou as diferenças étnicas, linguísticas, sociais e culturais do Brasil. As principais obras foram *O Sertanejo* e *O Gaúcho* de José de Alencar.

Conforme Coutinho (1997), o Regionalismo é a representação de regiões específicas do Brasil, não mais o contexto geral do país. Seria a descrição de seus costumes, cultura, hábitos, rotinas e tradições.

A região em que se desenrola o drama de *O Sertanejo*, por exemplo, é bastante diversa daquela de *O Gaúcho*; e não o é apenas em seu aspecto físico, que é o que menos interessa no caso, mas em todo o seu complexo de características geográficas e culturais. (...) O romance regionalista de Alencar talvez represente, dentro da sua obra e mesmo no conjunto do romance romântico, aquele aspecto em que mais e melhor se desenvolveu e fixo a tendência realista do nosso Romantismo. (COUTINHO, 1997, p. 264).

4. ENREDO DA OBRA O GUARANI

O Guarani é um romance escrito por José de Alencar, feito em folhetim no jornal “Diário do Rio de Janeiro” e publicado em 1857. Sua temática principal é o conflito e a aproximação entre a cultura indígena e a cultura branca.

O romance narra a história de D. Antônio Mariz, fidalgo português que decide morar no Rio de Janeiro. A família de D. Antônio é formada por D. Lauriana, uma mulher branca paulista e seus dois filhos: D. Diogo e Cecília, mais conhecida como Ceci. Também havia Isabel, filha bastarda de D. Antônio com uma índia, mas era tratada como sobrinha pela família. A história ocorre em 1604, mesma época em que os reinos de Portugal e Espanha ainda disputavam terras no novo continente, no interior do Rio de Janeiro.

Peri é um índio da tribo dos Goitacases que se apaixona por Ceci, após salvá-la de um ataque. Após esse ato de bravura, o índio começa a morar com a família e faz todas as vontades de Cecília. Álvaro de Sá é um amigo da família e também amava a filha de D. Antônio. Cecília não tem o menor interesse em Álvaro, porém, Isabel estava apaixonada pelo homem. Desta forma, temos um conjunto de amores não correspondidos.

Em meio a isso, a família é ameaçada por Loredano, que queria incendiar a fazenda de D. Antônio, roubar sua fortuna e sua filha. Contudo, Peri consegue evitar o incêndio, todos descobrem a traição de Loredano, que acaba sendo preso e queimado na fogueira. Diogo mata sem intenção uma índia da tribo Aimoré, com isso desperta a raiva da tribo, que decide atacar a fazenda e tentar matar todos que estivessem lá.

Peri, ao ver que Ceci estava em perigo, decide fazer um grande sacrifício para salvá-la. Ele toma veneno e vai para o combate com os Aimorés. Entretanto, Álvaro consegue saber dos planos de Peri e salva o índio, se machucando na batalha. Ao ver o amado quase morrendo, Isabel tenta se matar, mas acaba vendo que poderia salvar Álvaro. Porém, o homem não deixa que ela o salve e ambos morrem juntos.

Com o ataque ainda acontecendo, D. Antônio batiza Peri como cristão e pede que ele fuja com Ceci. Quando o índio está levando a moça desacordada em seus braços, vê que D. Antônio explode sua casa, matando todos que estavam dentro dela. Durante vários dias, o casal foge sem destino certo, e no meio do caminho, acabam surpreendidos pela tempestade. Eles se abrigam na copa de uma palmeira desprendida da terra. Peri conta a história da lenda indígena de Tamandaré e sua esposa, que se salvaram de um dilúvio abrigando-se na copa de

uma palmeira desprendida da terra e comendo seus frutos até que pudessem descer, povoando a Terra com seus descendentes. No meio da enchente, Peri consegue arrancar a palmeira e fazer dela uma canoa, para que possam continuar pelo rio. Peri e Ceci repetem a lenda de Tamandaré e sua esposa.

5. A RELAÇÃO ENTRE O ROMANTISMO E A OBRA O GUARANI

O Artigo “A Representação do Índio na Obra O Guarani, de José de Alencar” de Alves *et al.* (2016) descreve sobre a relação existente entre a nacionalidade e o Romantismo. De acordo com o artigo, as autoras apresentam a tese de Antonio Candido, o qual relata que após a Independência, o Brasil começou a pensar sobre os temas identidade e nacionalidade. Nesse contexto, surge um personagem principal – o Índio.

O Romantismo expôs a nacionalidade brasileira através dos indígenas. É importante perceber o contexto histórico em que essa análise surgiu. A primeira fase do Romantismo pode ser definida como nacionalista, pois é neste período que as riquezas naturais do país são exaltadas. Nessa fase o índio torna-se peça chave do nacionalismo, pois representa o resgate da identidade do país.

O personagem Peri (índio da obra “O Guarani”) surge como herói das matas, líder, guerreiro e corajoso. Ele também é bom caráter e é apaixonado pela natureza. Interessante destacar que o Peri também é descrito como alguém com alma nobre e pura, ou seja, um modelo idealizado de ser humano. O apaixonado por Cecília absorve a cultura do homem europeu, tornando-se alguém diferente das suas verdadeiras origens. Podemos destacar pontos positivos e negativos na idealização do índio, no trabalho apresentado pelas autoras. São eles:

Positivos: valorização do indígena, sua cultura e seu idioma.

Negativos: índio descrito como alma nobre, honesto e corajoso despertou o desejo da conquista pelo homem branco. Esse fato ocasionou a extermínio de muitos índios, a escravidão deles e a extinção do idioma nativo (tupi-guarani).

A cultura indígena sofreu grande impacto, pois houve imposição da cultura portuguesa. É destacado na exposição do trabalho que a obra “O Guarani” expõe que apesar da idealização do índio, a ideologia dos colonizadores conseguiu vencer e ser imposta aos nativos.

6. CARACTERÍSTICAS DO ÍNDIO PERI NA OBRA O GUARANI

A obra *O Guarani* descreve o período da colonização do Brasil e as aventuras dos colonizadores para povoar o interior do país. Ela descreve o amor de Peri (índio) e Ceci (moça branca e rica). Peri é apresentado como herói que idolatra sua amada. Ele abandona sua tribo, língua e religião e nome do amor por Ceci.

Interessante observar esta imposição da cultura do colonizador, inclusive a imposição do cristianismo para o índio “selvagem”. O indígena absorve a cultura do homem branco e torna-se civilizado. A obra “O Guarani” retrata a imposição da cultura do colonizador sobre os habitantes originários da colônia. As características do personagem Peri refletem o idealismo das características do homem europeu, alguém forte, corajoso, de religião cristã, obediente e servil. Interessante perceber o reflexo desta obra presente até os dias atuais.

Conforme Lopes (2012), para entender “*O Guarani*” é preciso pensá-la dentro de um projeto pedagógico concebido pelo autor, cuja intenção era compreender e mostrar o contexto brasileiro da época. Segundo o autor, na figura do índio foram encerrados todos os valores que gostariam de ser associados ao homem brasileiro, tais como honra, lealdade, devoção à amada e sobretudo o amor pela terra.

Tanto nos romances nativistas (*O Guarani, Iracema, Ubirajara*) como naqueles em que o bom selvagem se desdobra em heróis regionais (*O Gaúcho, O Sertanejo*), o selo da nobreza é dado pelas forças do sangue que o autor reconhece e respeita igualmente na estirpe dos colonizadores brancos. Ao heroísmo de Peri não deixa de apor a sobrançeria de Dom Antônio de Mariz e sua esposa, os castelões impávidos de *O Guarani*. (BOSI, 1994)

Conforme Gomes (2019), a obra também descreve o colonizador como superior do ponto de vista intelectual e cultural. É justamente a superioridade de caráter e o espírito de renúncia demonstrado pelos indígenas que é veiculado como a grande virtude, já que se mostram capazes de suportar o sofrimento e até a perda de seu mundo original para viabilizar algo maior, que seria a nação. (GOMES, 2019). José de Alencar descreve os índios como altos, forte, bravos e íntegros. Ele destaca a presença indígena na cultura brasileira como algo positivo na formação da nacionalidade.

O índio de Alencar é uma espécie de reserva moral da nação, abstrata e filosófica. Um índio que um dia talvez descera de uma estrela colorida e brilhante qualquer para indicar os

rumos a tomar, uma confiança aliás que muitos brasileiros ainda depositam no que entendem como o brasileiro genuíno. (GOMES, 2019).

O índio literário dos romances é o descendente, em linha direta, do índio social e individualmente bom, dotado de bondade natural, a criatura que fascinou os elementos intelectuais da larga fase de ascensão burguesa, dos viajantes e utopistas aos enciclopedistas. (SODRÉ, 1995, p.268)

Alencar utiliza o conceito de “bom selvagem” para caracterizar o índio Peri. Conforme Bosi (1994): “(...) o mito alencariano reúne, sob a imagem comum do herói, o colonizador, tido como generoso feudatário, e o colonizado, visto ao mesmo tempo como súdito, fiel e bom selvagem.”

Podemos perguntar o que é bom selvagem? Conforme Fortes (1996) Rousseau definiu o mito do bom selvagem como um personagem típico na literatura que nasce na Europa, fruto do desenvolvimento das Ciências Sociais. O homem nasce bom e ingênuo, mas a sociedade o corrompe.

Continuando a análise de *O Guarani*, podemos afirmar que Peri aceitou ser inserido em outra cultura, para se adequar ao mundo de sua amada Ceci, uma mulher branca. Esse amor era idealizado e idolatrado. Para ele essa menina, esse anjo louro, de olhos azuis, representava a divindade na terra, admirá-la, fazê-la sorrir, vê-la feliz, era o seu culto; culto santo e respeitoso em que o seu coração vertia os tesouros de sentimentos e poesia que transbordavam dessa natureza virgem. (ALENCAR, 2001, p. 53)

Peri é descrito como um homem esbelto, pele acobreada, dentes brancos, forte, inteligente e belo.

(...) via-se um índio na flor da idade. Uma simples túnica de algodão, a que os indígenas chamavam *aimará*, apertada à cintura por uma faixa de penas escarlates, cala-lhe dos ombros até o meio da perna, e desenhava o talhe delgado e esbelto como um junco selvagem. Sobre a alvura diáfana do algodão, a sua pele, cor do cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lis, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a frente; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte, mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência. (...) Era de alta estatura; tinha as mãos delicadas; a perna ágil e nervosa, ornada com uma axorca³ de frutos amarelos, As características físicas do índio descritas

no livro são idealizadas, conforme trecho da obra exposto acima.

³ Axorca – adorno para braços e pernas, em forma de argolas com moedas, usadas por alguns povos. apoiava-se sobre um pé pequeno, mais firme no andar e veloz na corrida. (ALENCAR, 2001, p. 26).

Alencar (2001) descreve Peri como um índio guerreiro goitacá, que abandona sua tribo para dedicar seu amor à Cecília.

- De que nação és? Perguntou-lhe o cavalheiro em guarani.

- Goitacá, respondeu o selvagem erguendo a cabeça com altivez.

- Como te chamas?

- Peri, filho de Ararê, primeiro de sua tribo.

- Eu sou um fidalgo português, um branco inimigo de tua raça, conquistador de tua terra; mas tu salvaste minha filha; ofereço-te a minha amizade. (ALENCAR, 2001, p. 89).

- Mãe! ... exclamou ele.

- Vem! disse a índia seguindo pela mata.

- Não!

- Nós partimos.

- Peri fica.

- A índia fitou em seu filho um olhar de profunda admiração.

- Teus irmãos partem!

O selvagem não respondeu.

- Tua mãe parte! O mesmo silêncio.

- Teu campo te espera!

Peri fica, mãe! Disse ele com a voz comovida.

- Por quê?

-

A senhora mandou.

A pobre mãe recebeu esta palavra como uma sentença irrevogável; sabia do império que exercia sobre a alma de Peri a imagem de Nossa Senhora, que ele tinha visto no meio de um combate e havia personificado em Cecília. (ALENCAR, 2001, p. 100-101).

A relação descrita entre o colonizador europeu (D. Antônio Mariz) e o colonizado (Peri) é de submissão e obediência.

-

Peri, disse ele, o que fizeste é digno de ti; o que fazes agora é de um fidalgo. Teu nobre coração pode bater sem envergonhar-se sobre o coração de um cavalheiro português. Tomo-vos a todos por

testemunhas, que vistes um dia D. Antônio Mariz apertar ao seu peito um inimigo de sua raça e de sua religião, como a seu igual em nobreza e sentimentos. O fidalgo abriu os braços e deu em Peri o abraço fraternal consagrado pelos estilos da antiga cavalaria, da qual já naquele tempo apenas restavam vagas tradições. O índio de olhos baixos, comovido e confuso, parecia um criminoso em face do juiz. (ALENCAR, 2001, p. 129).

Conforme Coutinho (1997) O Guarani é um romance escrito com

sucesso: O *Guarani* é um romance bem feito, de sólida estrutura e mesmo de ousada arquitetura, a permitir a afirmativa de que Alencar, ao publicar os primeiros livros, não era um principiante a hesitar na solução desse ou daquele problema narrativo; mostrava-se, ao contrário, um romancista senhor do seu ofício, dono de uma técnica que não fora antes revelada e, mesmo depois, só seria ultrapassada por Machado de Assis. (COUTINHO, 1997, p. 254).

A obra “O Guarani” retrata a imposição da cultura do colonizador sobre os habitantes originários da colônia. As características do personagem Peri refletem o idealismo das características do homem europeu, alguém forte, corajoso, de religião cristã, obediente e servil. Interessante perceber o reflexo desta obra presente até os dias atuais.

7. O ESTEREÓTIPO DA MULHER ISABEL – UMA VISÃO CRÍTICA DA OBRA O GUARANI

A Obra O Guarani além de descrever a figura do índio idealizado, também descreve uma personagem feminina interessante, Isabel, uma mestiça, filha de um português com uma índia. Gilberto Freyre (2006) afirma que a maior vantagem da miscigenação é a formação do

brasileiro – “tipo ideal de homem moderno para os típicos europeus com sangue negro ou índio a avivar-lhe a energia.” (FREYRE, 2006, p. 47).

Conforme Freyre (2006), os portugueses no século XVII iam buscar entre as filhas das caboclas esposas legítimas até mesmo entre os mais ricos. Ele diz que essa busca já não era igual ao primeiro século, em que procuravam as índias ou filhas das índias por escassez da mulher branca, mas por preferência em desejos sexuais pelas indígenas. A preferência pela mulher gentia⁴ pelos europeus também teria sido por motivo mais social que sexual: da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles só valia o parentesco pelo lado paterno. (FREYRE, 2006, p. 160).

De acordo com Freyre (2006), o europeu saltava em terra escorregando em índia nua. Até mesmo os padres da Companhia precisavam descer com cuidado para que não viessem a cometer pecados carnavais com tamanha beleza das índias. Feitoza (2017) relata que essas relações entre índias e europeus, fizeram surgir os filhos mestiços, que também eram bastardos. Muitas vezes esses filhos eram criados longe dos padrões cristãos, cresciam à toa, pelo mato, alguns eram ruivos e de pele clara. Dessa numerosa descendência mestiça, muitos eram absorvidos, e outros viviam entre a vida selvagem e sob a influência europeia, exemplo da personagem Isabel de O Guarani.

Conforme Feitoza (2017) é importante destacar que a identidade mestiça não é definida pela aparência, mas pela sua origem. Um mestiço pode ter a aparência de um índio, de um branco, de um negro ou outra aparência qualquer. O mestiço não é uma raça, mas uma mistura, assim ele não possui um padrão físico.

José de Alencar descreve a personagem Isabel como uma mulher com uma beleza diferente e irresistível. Ela era filha bastarda do português D. Antônio Mariz com uma índia, porém ela foi criada como sobrinha da família. Alencar utilizou temas interessantes na obra O Guarani: amores impossíveis, filhos rejeitados e servidão na casa patriarcal. Conforme Feitoza (2017), Isabel encarna o complexo de inferioridade e o preconceito por ser mestiça.

Mas podemos perguntar: Quem era Isabel?

(...) era o tipo brasileiro em toda a sua graça e formosura, com o encantador contraste de languidez e malícia, de indolência e vivacidade. Os olhos grandes, o rosto moreno e rosado, cabelos pretos, lábios desdenhosos, sorriso provocador, davam a este rosto um poder

de sedução irresistível. (ALENCAR, 2001, p. 45).

⁴ Gentia é aquela que não professa a fé cristã; que não é cristã; ou seja, pagã.

Isabel é a típica mulher brasileira, sensual, corpo perfeito, pele morena, representação da mulher selvagem.

Ela era tratada como sobrinha do senhor da casa, mas era fruto do amor entre D. Antônio e uma índia. Fato natural na época da colonização do Brasil. O português se apropriava das terras, das riquezas e também das mulheres negras e índias. Alencar descreve Isabel como uma figura inocente, quase intocável. Uma mulher que luta pelo seu amor. Ela possuía muita paixão e emoção. “O sorriso de Isabel era como um beijo ideal, que fugia-lhe da boca e ia roçar com as suas asas a alma daqueles que a contemplavam, sorriso provocador, davam a este rosto um poder de sedução irresistível.” (ALENCAR, 2001, p. 180)

Isabel jamais foi reconhecida como membro da família, pelo contrário, ela era considerada impura e inferior. Ela sempre desdenhava de si mesma, suas falas eram sentimentais e melancólicas. Quando se sabe que se pode ser uma causa de desgraça para aqueles que se estima, melhor é desatar o único laço que nos prende à vida do que vê-lo despedaçar-se. Não dizeis que tens medo de amar-me? Pois bem, agora sou eu que tenho medo de ser amada. (ALENCAR, 2001, p. 258)

Isabel é uma exaltação à mestiçagem. Seu personagem demonstra o preconceito que ela sofre por ser mestiça.

- Ora Cecília, como queres que se trate um selvagem que tem a pele escura e o sangue vermelho? Tua mãe não diz que um índio é um animal como cavalo ou um cão?” (ALENCAR, 2001, p. 47). Conforme Feitoza (2017), a irmã de Cecília demonstra um sentimento de inadequação por não se sentir brasileira, nem europeia. Ela entende que índio ou mestiço, não servem para nada, somente para servir aos seus senhores brancos. Ela demonstra vergonha, causada pela relação extraconjugal e inter-racial impostas pelos portugueses.

A obra O Guarani relata o encontro do branco europeu, cristão, educado e com valores morais cristãos com o índio submisso que foi criado para servir o europeu dentro de casa. Isabel não gostava de lembrar de suas origens, pois ela não gostava de sua cor, de sua condição de excluída. Em Isabel, o índio fizera a mesma impressão que lhe causava sempre a presença de um homem daquela cor, lembrava-se de sua mãe infeliz, da raça de que provinha e da causa do desdém com que era geralmente tratada. (ALENCAR, 2001, p. 128)

Ela era infeliz porque era órfã e mestiça. Ela não sabia que D. Antônio era seu pai. Sabeis que eu sou, uma pobre órfã, que perdeu sua mãe muito cedo e não conheceu a seu pai. Tenho vivido da compaixão alheia; não me queixo, mas sofro. Filha de duas raças inimigas, devia amar a ambas; entretanto minha mãe desgraçada fez-me odiar a uma, o desdém com que me tratam fez-me desprezar a outra. (ALENCAR, 2001, p. 189)

Apesar de ser tratada como sobrinha na família de brancos, ela sentia-se uma simples serva. A cor de sua pele também era motivo de revolta. “E eu daria a minha vida para ter a tua alvura, Cecília.” (ALENCAR, 2001, p. 49). Interessante destacar que a mestiça não gostava de Peri, pois ela possuía sentimento de rejeição em relação a sua raça. A moça e o índio nem se olharam; odiavam-se mutuamente; era uma antipatia que começara desde o momento em que se viram, e que a cada dia aumentava. (ALENCAR, 2001, p. 75)

O final da personagem Isabel é trágico, pois ela comete suicídio.

O Guarani destaca o amor de Peri por Cecília, ou seja, retrata o amor de um índio por uma branca, mas também descreve o amor de uma mestiça – Isabel – por um homem branco. Eram amores impossíveis, tema típico do Romantismo. Podemos dizer que Isabel é um personagem complexo e atual, pois ainda hoje, muitos brasileiros não reconhecem e sequer aceitam suas origens indígenas.

Importante destacar a afirmação de Munduruku (2017).

Quando leem minha biografia, dizem que não sou mais índio, que já sou civilizado. Eu não sou índio e não existem índios no Brasil. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa. (NONADA, 2017)

A representação da mulher Isabel exposta por Alencar é apenas uma imagem que as pessoas pensam do que é ser uma mulher mestiça – a identidade e a sua representação são mais profundas, talvez pela complexidade do tema, o autor de O Guarani, se sentisse mais à vontade ao focar apenas na imagem superficial da mulher, que teve uma aceitação até hoje, sendo, muitas vezes pernicioso para o entendimento do tema, no que tange ao papel da mulher mestiça na sociedade brasileira atualmente.

Munduruku (2017) explica que há dois conceitos no imaginário da sociedade brasileira: o olhar romântico do índio que vive no meio da floresta, e o aspecto ideológico que considera que os índios são preguiçosos e atrasam o progresso. Ele destaca que esse pensamento é resultado da ideia ocidental e colonizadora. Importante destacar que Daniel

Munduruku é Doutor em Educação pela USP, Pós-Doutor em Literatura pela Universidade de São Carlos e autor de 52 livros.

O branco precisa se convencer que ele é fruto de uma ancestralidade. Todo brasileiro traz consigo fagulhas mínimas que sejam, de ancestralidade, seja europeia, indígena ou africana. A ancestralidade está nele. E o brasileiro costuma negar isso, ele, às vezes, supervaloriza a ancestralidade europeia e desvaloriza as outras (...) das quais somos formados (...). O Brasil não se aceita, igual a um adolescente que está crescendo e não gosta das espinhas na cara (...). Então o brasileiro precisa aceitar essa herança genética, porque senão ele não se transforma naquilo que ele é. (NONADA, 2017).

O historiador e filósofo indígena Ailton Krenak (2019) destaca que se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos.

8 . PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O tipo de pesquisa realizada foi bibliográfica, qualitativa, pois foi realizada a reflexão sobre obra “O Guarani” de José de Alencar. Esta pesquisa visa coletar as informações a partir de textos, livros, artigos e demais materiais de caráter científico. Ela é um método teórico focado em analisar os ângulos diferentes de um mesmo problema. Foram consultados diferentes autores com pontos de vistas diversos a respeito do mesmo tema. As fontes de pesquisa foram secundárias, pois o projeto trouxe informações já apresentadas em outros lugares.

O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Praia; Cachapuz e Pérez (2002), fundamenta-se com base em material que já fora construído.

Conforme Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada:

(...) a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se

baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “(...) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Nas palavras de Brandão (2001), A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências no mundo social e como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhe dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa. (BRANDÃO, 2001, pg. 13).

É importante que o pesquisador organize através de fichas o material pesquisado, pois facilita a construção do projeto. A escolha das obras, artigos, revistas, teses, dissertações deve ser feita de forma metódica para embasar a pesquisa.

9. CONCLUSÃO

Como fora bem destacado nesta pesquisa, o Romantismo no Brasil surgiu após a proclamação da independência no país, no qual logo nasceu uma necessidade de criar uma cultura local. Visando isto, o Brasil passou a buscar uma identidade nacional para seu Estado. Convém ressaltar que esta tendência chegou para ressaltar os aspectos nacionais, cujo símbolo retratado foi o índio. Essa escolha tornou-se fundamental para o processo na busca da identidade nacional.

José de Alencar descreveu Peri como um forte guerreiro, herói, corajoso e bom líder na obra O Guarani. Descreveu uma idealização de indígena com características de homem civilizado europeu. Este nativo abandonou suas origens para viver um amor platônico pela mulher branca Cecília.

Desta forma, foi visando à figura do índio deste autor que este trabalho buscou analisar como Alencar construiu o herói da nação. Ele fez usos de adjetivos inspiradas nas novelas de cavalaria na criação do nativo, além de aproximá-lo do europeu tornando assim o índio um civilizado, sendo submisso ao colonizador.

Alencar trouxe em sua obra o engrandecimento da floresta ainda virgem, o culto, a religião dos selvagens e dos portugueses, mas com predominância da religião dos portugueses sobre os índios, assim como o amor platônico dos selvagens pelos europeus.

Em “O Guarani” pressupõe-se miscigenação das raças, pois Peri e Ceci são levados pelas águas do Rio Paraíba. Há o sacrifício dos índios sobre sua cultura e seu amor. Alencar faz do índio um herói nacional exaltado em suas glórias e suas virtudes, como homem nobre.

Esta pesquisa possibilitou a conclusão de que a obra do autor José de Alencar apenas idealizou um índio romantizado sem levar em consideração as verdadeiras discussões sobre a identidade dos povos indígenas e seu papel romantizado. Esta abordagem ocultou problemas sociais que atualmente sentimos o reflexo, com o não reconhecimento do índio como um ser dotado de direitos e personalidades.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema “A Romantização do Índio na Obra “O Guarani” de José de Alencar é importante para que os alunos possam ter um novo entendimento sobre a origem das raízes do povo brasileiro. Também é relevante os estudantes conhecerem a abordagem idealizada do povo indígena durante o Romantismo.

Esta pesquisa expôs as características do Romantismo presentes na obra “O Guarani”, uma visão romantizada. A monografia identificou os atributos do índio no referido livro e também analisou as características do povo indígena de forma crítica na atualidade.

Esta monografia refletiu sobre a imagem de um índio cordial, mártir, honroso, forte guerreiro e amigo do colonizador. Virtudes idealizadas baseadas no homem branco europeu, as quais camuflaram e solidificaram uma visão romântica existente até hoje.

Também houve abordagem a respeito da mestiça Isabel, um personagem importante para entender o contexto da mulher nascida de um adultério entre um homem branco português e uma índia. Ela não se reconhecia como mestiça, negava suas origens indígenas e nutria o preconceito contra os próprios índios, portanto, viveu infeliz durante sua existência. Sua vida foi encerrada com uma tragédia – o suicídio.

Enfim, esta pesquisa pode ser aprimorada com inclusão de outros estudos a respeito do

tema, pois é um assunto relevante, atual e polêmico. A obra “O Guarani” expôs assuntos relevantes para a época, mas ainda atuais. Ela trouxe os itens interessantes: filhos bastardos, preconceito racial, suicídio, amor platônico, herói idealizado, imposição da cultura do europeu, dito civilizado para os povos que já habitavam a terra invadida, etc. São todos temas relevantes para serem analisados pela sociedade atual.

11. REFERÊNCIAS

ABAURRE, M. L. M; PONTARA, M. **Literatura Brasileira – Tempos, Leitores e Leituras**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

ALENCAR, José de. **O Guarani**. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ALMEIDA, Aline Alves de. **Estudo sobre a temática indígena na escola: Representações sociais dos alunos do 5º ano do ensino fundamental**. Orientadora: Professora Dra. Teresa Cristina Siqueira Cerqueira. 2013. 88 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Curso de Licenciatura em Pedagogia. Universidade de Brasília. 2013.

ALVES, Lúcia *et al.* **A Representação do Índio na obra O Guarani, de José de Alencar**. 2016.

BARBOSA, Frederico. **Literatura e Cultura Brasileira**. 01. Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

BARRETO, *et al.* **Língua Portuguesa – Coleção Ser Protagonista**. 3. ed. São Paulo: SM, 2016.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 39. Ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BRANDÃO, Z. **A dialética marco/micro na sociologia da educação**. 2001. Disponível em: <<https://revistaprisma.emnuvens.com.br/>>. Acesso em 04 de junho de 2022.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 2016.

CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**. 12. Ed. São Paulo: FAPESP, Ouro sobre Azul, 2009.

CANDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. 03. Ed. São Paulo: Humanitas FFLCH, 2012.

COSTA, Lucas. **A Representação da identidade nacional brasileira na obra “O Guarani”**. 2020.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil – Era Romântica**. Volume 03. 04. ed. São Paulo: Global Editora, 1997.

DIANA, Daniela. **Romantismo**.

FEITOZA, Sandreane Oliveira. **Os conflitos da personagem Isabel em O Guarani, de José de Alencar: mulher, mestiça e bastarda**. Orientadora: Professora Dra. Simone Cristina Mendonça. 2017. 61 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Campus Universitário de Marabá, Pará. 2017.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FORTES, Salinas Luiz Roberto. **Rousseau: o bom selvagem**. São Paulo: FTD, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa - Grande e Senzala**. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.

GOMES, Sandro. **Como o romantismo brasileiro criou a visão que ainda hoje temos do indígena**. 2019.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 04. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUETTA, M., BATISTA, J.P. **O marco temporal e a reinvenção das formas de violação dos direitos indígenas**. 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 04.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **GUERRAS do Brasil.doc**. Luiz Bolognesi. São Paulo. ANCINE, 2018.

LOPES, Marcílio. **“O Guarani” – Análise da obra de José de Alencar**. 2012.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Coleção Educação para todos. Ministério da Educação e Organização das Nações Unidas. Brasília. 2006.

MENDES, Lia. **A criação do Mito do herói indígena em “O Guarani”**. 2004.

NASCIMENTO, Marcela Silva do. **Indianismo**. 2012.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Brasileira através dos Textos**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

MUNDURUKU. **Eu não sou índio, não existem índios no Brasil**. 2017.

NONADA. **Daniel Munduruku: “Eu não sou índio, não existem índios no Brasil”**. 2017.

OLIVEIRA, *et al.* **As Pesquisas Qualitativas e Quantitativas na Educação**. 2021.

PRAIA, J. F; CACHAPUZ, A. F. C; PÉREZ, D. G. **Problema, teoria e observação em ciência: para uma reorientação epistemológica da educação em ciência**; *Ciência & Educação*. v.8, nº1, p.127 – 145, 2002.

SILVA, Nayane. **O índio no Romantismo Brasileiro: Uma análise O Guarani, de José de**

Alencar, e I-Juca Pirama, de Gonçalves Dias. 2018.

SCHOEN, M. Teresa. O Guarani, de José de Alencar: Uma história de amor e a construção de uma nação. 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Literatura Brasileira. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

VERÍSSIMO, José. História da Literatura Brasileira. 01. Ed. São Paulo: Letras & Letras, 1998.

**A IMPORTÂNCIA DA SAGA DOS LIVROS HARRY POTTER DE J.K.
ROWLING NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL NO BRASIL PARA ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO**

SÉRVULO MORAIS OLIVEIRA FILHO*

JEFFERSON GIL DA ROCHA SILVA**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: Esta pesquisa se estruturou mediante a finalidade de analisar a importância da saga dos livros de Harry Potter para a Literatura infanto-juvenil do Ensino Médio cujo vivenciam momentos turbulentos de pensamentos e emoções. O estudo deu-se com a pesquisa bibliográfica possuindo a coleta de dados descritivo e qualitativo obtendo o resultado de que a literatura possibilitam encontro de respostas a suas questões subjetivas proporcionando ainda raciocínio, imaginação, ativação do cérebro e, conseqüentemente o aprimoramento linguístico e vocábulo, assim como, beneficia o pensamento crítico, melhora a concentração, estimula a criatividade, dentre outros benefícios.

Palavras-chave: Harry Potter – Literatura - Leitura

Abstract: This research was structured through the purpose of analyzing the importance of the Harry Potter books saga for High School Children's Literature, which experience turbulent moments of thoughts and emotions. The study took place with the bibliographic research, having the collection of descriptive and qualitative data, obtaining the result that the literature makes it possible to find answers to their subjective questions, still providing reasoning, imagination, brain activation and, consequently, the linguistic and vocabulary improvement, as well as, it benefits critical thinking, improves concentration, stimulates creativity, among other benefits.

Keywords: Harry Potter - Literature - Reading

*Aluno finalista do curso de LETRAS – Língua Portuguesa da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS ESBAM.

**Orientador Professor Doutor Jefferson Gil da Rocha Silva.

1. INTRODUÇÃO

No mundo, atualmente, a globalização tem nos afetado de tal modo que algumas coisas tem perdido um pouco da sua importância/valor, as pessoas buscam cada vez mais as coisas prontas (a geração *fast food*), a exemplo disso os filmes produzidos pelos estúdios cinematográficos tem tomado o lugar de alguns livros, fazendo com que o telespectador se atenha somente ao que é transmitido nas telas; porém algumas obras literárias, curiosamente, tem um sucesso tão grande que a procura pelos livros compreende também um fenômeno mundial, tomamos como exemplo a saga de livros de J.K. Rowling onde é narrada a estória do personagem fictício Harry Potter.

A importância desse projeto consta no fato de que há livros tão fascinantes que envolvem gerações de leitores de todas as faixas etárias, e o mais interessante disso tudo, olhando empiricamente no Brasil, os adolescentes leem os livros voluntariamente, diferentemente das leituras que são obrigatórias na escola.

O interesse no assunto surgiu ao perceber que algumas leituras obrigatórias nas escolas têm desmotivado alunos no que diz respeito a leitura; afinal, elas são tão essenciais assim? Ou, por que obrigar alunos adolescentes a lerem livros sobre dramas familiares e jogos de paixões? A intenção é pesquisarmos e investigarmos literaturas que tem atraído os jovens e que tem trazido o gosto para a leitura de uma forma voraz entre eles.

Tendo como base a obra de J.K. Rowling, a saga Harry Potter traz conflitos de problemas atuais que ajudam seu público a enfrentar a vida com mais leveza, com uma linguagem simples, a apresentação de elementos culturais britânicos e um mundo de fantasias totalmente novo, o leitor se prende a trama e acaba adquirindo todos os volumes da obra, isso ajuda o mesmo a enriquecer o vocabulário e a aguçar a leitura de modo que mesmo a obra sendo adaptada nos cinemas, ele tenha uma visão única dos personagens e da trama.

A comunidade vai se beneficiar com a percepção de que há outras literaturas e livros a serem explorados, e que por mais que seja importante conhecer nossa história e nossas origens, o gosto pela leitura dos nossos jovens pode vir de literaturas estrangeiras e que não há nada de errado nisso.

O público-alvo do projeto são os jovens e adolescentes do nosso país que estão cursando o nível médio, entretanto, os professores, pedagogos, gestores de educação e até mesmo os universitários e todos aqueles que tem interesse numa boa leitura se beneficiarão com este trabalho, pois ele visa um outro olhar sobre a nossa literatura tendo como base os

livros britânicos da saga Harry Potter.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesse momento, apresentaremos alguns trabalhos que vão de encontro à nossa pesquisa. A primeira pesquisa é da autora Rosangela Santos (2017) que tem como título “A importância da leitura no Ensino Médio”, nesse trabalho a pesquisadora traz uma temática sobre a leitura de um modo geral, ela destaca a complexibilidade do ato de ler, ressaltando sua importância para a formação intelectual do indivíduo.

A leitura é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas, para nossa formação social, contemplando os mais variados aspectos que vão desde a linguagem, passando pela sensibilidade, emoção até a criticidade e exercício da reflexão que são fundamentais para as diferentes aprendizagens. Através das leituras que realizamos, nos apropriamos de um vasto conhecimento sobre diferentes lugares, descobrimos um novo mundo de culturas e saberes, muitas vezes sem fisicamente saímos do lugar (SANTOS, 2017, p.29).

No segundo trabalho, do pesquisador John Taylor Gatto (2019) com o título “Emburrecimento programado” busca compreender o papel do livro no âmbito social, ele reforça que a educação deve ser tratada como algo primordial para uma nação, e que a leitura abre portas do conhecimento e do saber, afinal, uma sociedade que tem fácil acesso à educação tende a evoluir melhor, ele explica que a escola, por mais que “escolarize” bem os alunos, ela não tem total eficácia em educá-los.

...se queremos mudar o que está rapidamente se transformando em um desastre de ignorância, temos de perceber que a instituição escolar “escolariza” muito bem, embora não “eduque”, essa característica é inerente a sua concepção. A culpa não é dos professores ruins ou da falta de investimento. É simplesmente impossível que a educação e a escolarização sejam a mesma coisa. (GATTO, 2019, p.59)

Para embasar ainda mais o papel da leitura no ensino médio, em específico com a leitura das obras da saga Harry Potter, a pesquisadora Evelyn dos Anjos Gouveia (2019), em sua pesquisa intitulada “Dos Livros Para o Mundo: O Papel da Comunicação para o Sucesso da Saga Harry Potter”, mostra como a escritora J. K. Rowling consegue a identificação do seu público-alvo e como ela atrai uma grande massa de leitores.

Uma das hipóteses é de que J.K Rowling usa de instrumentos de fácil identificação

dos leitores. Itens como sentimentos de companheirismo, amizade, medo misturados com itens de magia cria uma mistura onde mesmo sendo semelhante a rotina das crianças, como o fato dos personagens irem para a escola, por exemplo, traz a parte do sobrenatural, assim encantando o leitor com novas possibilidades. Em relação a obra defende-se que a maneira que a história é narrada consagram a escola e outras instituições da sociedade, como por exemplo, a mídia (GOUVEIA, 2019, p.18).

Como o trabalho se remete à literatura do mundo fantástico o autor Tzvetan Todorov (1981) cujo trabalho se intitula “Introdução a literatura fantástica”, define a importância da literatura fantástica na formação do indivíduo.

Em primeiro lugar, é necessário que o texto obrigue ao leitor a considerar o mundo dos personagens como um mundo de pessoas reais, e a vacilar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. Logo, esta vacilação pode ser também sentida por um personagem de tal modo, o papel do leitor está, por assim dizê-lo, crédulo a um personagem e, ao mesmo tempo a vacilação está representada, converte-se em um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com o personagem. Finalmente, é importante que o leitor adote uma determinada atitude frente ao texto: deverá rechaçar tanto a interpretação alegórica como a interpretação “poética”. Estas três exigências não têm o mesmo valor. A primeira e a terceira constituem verdadeiramente o gênero; a segunda pode não se cumprir. Entretanto, a maioria dos exemplos cumprem com as três. (TODOROV, 1981, p. 28)

Por fim, as escritoras Sandra Rocha Martins e Fabianna Simão Bellizzi Carneiro (2020) em seu livro “O Fantástico Mundo da Literatura Insólita e a Formação do Leitor”, mostram como se formam os leitores e o papel da literatura fantástica para eles.

As leituras dos textos literários são tão importantes quanto as respostas construídas para a leitura, e o letramento literário deve conter práticas de sala de aula para ser contemplado. A literatura é uma atividade discursiva e o seu funcionamento deve ser entendido de forma crítica pelo aluno. O professor tem como função consolidar essa disposição crítica, levando seu discente a ir além da simples utilidade dos textos literários. Uma das estratégias seria não restringir a seleção de leitura apenas ao cânone, uma vez que este é fundamentado por uma escolha quase sempre arbitrária. O cânone pode e deve ser utilizado no âmbito escolar, porém o docente pode ir além dele (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.08).

3. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO ENSINO MÉDIO

Trabalhar a literatura em sala de aula é, antes de tudo, mergulhar num mundo de subjetividade e encantamento, um lugar onde o aluno encontra a possibilidade de se descobrir, de se reconhecer, de se encontrar. Nesse sentido a literatura passa a ser um convite a liberdade de expressão, onde os alunos podem expressar seus sentimentos, descobrir e compreender melhor suas próprias emoções, indo muito mais além do que períodos, autores e poesias, ela abre leques de conhecimentos, sendo assim é fundamental que os alunos aprendam e pratiquem essa disciplina que é fundamental para o entendimento cultural e pessoal do ser humano (SANTOS, 2017, p.09).

O mundo da literatura é mundo subjetivo, no qual, emociona alguns, enquanto outros, não sente a mesma emoção. A literatura tem poder de despertar o imaginário e sentimentos no leitor, acontece que, o leitor não é o mesmo, pois as pessoas são diferentes, possuem características e identidades diferentes e, por esse motivo, tem pessoas que são mexidas com a literatura e, tem seres humanos que não sentem essa emoção.

Tendo como base a literatura da saga Harry Potter de J.K. Rowling e fazendo o estudo comparativo com os livros literários brasileiros obrigatórios no ensino médio, de cara percebemos um abismo de interesse por ambos, apesar do primeiro ser considerado um best-seller, tendo vendido até 2017 meio bilhão de cópias e sendo traduzido para mais de 70(setenta) línguas, o segundo parece se ater a estórias e costumes da época, contendo conteúdos que eram mais lidos e mais procurados pelas classes burguesas daquele tempo, geralmente continham dramas, paixões, traições e contos que curiosamente eram escritos para adultos e que hoje são obrigatórios para adolescentes do ensino médio.

Dessa forma, todas as obras têm sua importância e sua função, e, partindo dessa visão, ao classificá-las dentro da linha cronológica da historiografia literária, entre novo e atual, perde-se o valor que elas trazem. Todas elas, não importa o tempo e a finalidade com que foram escritas, seja apenas por belo prazer ou com intenções de denúncias sociais, permitem ao leitor a redescoberta e a apreciação de seus textos, situando-os no tempo e no espaço. Ao ler as obras do passado, o leitor vai contextualizá-las, a partir de suas experiências e leituras de mundo, tornando-as recentes. Logo, ao ler o texto em outro momento, redescobrirá e atualizará sua leitura e visão do próprio texto (SANTOS, 2017, p.11-12).

A experiência é o molde da literatura, conforme você vai adquirindo as vivências é alcançado melhor desempenho no ato de escrever seduzindo o leitor diante de uma história e o

leitor pela leitura e, dessa forma, ambos se relacionam e juntos completam a finalidade da literatura.

A habilidade de leitura é controlada pelo hemisfério esquerdo do cérebro, logo o hábito de leitura estimula o cérebro e conseqüentemente treina-o, tornando-o cada vez melhor em atividades que exigem compreensão e concentração. Além disso a leitura ajuda a nutrir a inteligência objetiva e subjetiva. Proporcionando prazer a quem lê e impulsionando o leitor a libertar-se do estado de dormência, atuando dessa maneira no meio do qual faz parte (SANTOS, 2017, p.16).

O cérebro comanda a nossa vida, nossas emoções, nossas dores e sofrimentos e, nessa concepção que, percebemos o poder da concentração diante de algo que nós nos proponhamos a realizar e, dessa maneira, poder oferecer nutrição á nossa inteligência. Na nossa vida existem a inteligência cerebral e a emocional, onde ambas devem estar em conexão e em equilíbrio, quanto uma inteligência se encontra em desequilíbrio, sentimentos as emoções dadas pelo cérebro.

Desta forma, quanto mais o indivíduo lê sua própria realidade, assim como de outros e as interpreta pode aprimorar o processo da leitura escrita, a qual exige dedicação e exercícios individuais. É através da leitura escrita que ele irá conhecer novas realidade e culturas, somando esse conhecimento aos já adquiridos pela leitura de mundo, ele se capacitará e libertar-se-á das ignorâncias infundidas em sua mente pelos aparelhos ideológicos, e que muitas vezes levam a crer na sua incapacidade de pensar. Portanto, é essencial e necessário que o processo de leitura ocorra desde a infância e se torne contínuo pela vida de cada indivíduo. Que este se desenvolva em todos os sentidos, seja ele social, político, intelectual; através da palavra escrita e da leitura da realidade de mundo (SANTOS, 2017, p.17)

A infância é a estrutura base para o desenvolvimento do ser humano, não somente essa face da nossa vida, como a família, são fundamentais na vida de qualquer pessoa. É possuindo boas estruturas na infância e família que damos os primeiros passos para se tornar boas pessoas e bons cidadãos para se conviver em sociedade.

Segundo Gatto (2019):

...se queremos mudar o que está rapidamente se transformando em um desastre de ignorância, temos de perceber que a instituição escolar “escolariza” muito bem, embora não

“eduque”, essa característica é inerente a sua concepção. A culpa não é dos professores ruins ou da falta de investimento. É simplesmente impossível que a educação e a escolarização sejam a mesma coisa. (GATTO, 2019, p.59)

A escola tem a funcionalidade o possibilitar o ensino e aprendizagem das disciplinas considerando as especificidades de cada aluno para resolver e promover o ensino e formando bons cidadãos, enquanto que, a família tem o dever de educar outros aspectos, como por exemplo, a gratidão, a empatia, o respeito, a solidariedade para com a dor do outro, valores, princípios, dentre outros que, completam com o dever do âmbito escolar, ambos não podem andar sozinhos, os dois ambientes é preciso sempre andarem juntas no processo de ensino e aprendizagem.

A leitura é de fundamental importância para o desenvolvimento das pessoas, para nossa formação social, contemplando os mais variados aspectos que vão desde a linguagem, passando pela sensibilidade, emoção até a criticidade e exercício da reflexão que são fundamentais para as diferentes aprendizagens. Através das leituras que realizamos, nos apropriamos de um vasto conhecimento sobre diferentes lugares, descobrimos um novo mundo de culturas e saberes, muitas vezes sem fisicamente saímos do lugar (SANTOS, 2017, p.29).

Com o hábito da leitura permitimos o desenvolvimento da mente, das nossas sensibilizações e, para novos conhecimentos e aprendizagens, é através da leitura que, nos permitimos para desenvolver como cidadãos e como pessoas vivendo em sociedade.

A organização escolar com vistas à formação de leitores e cidadãos é fator imprescindível para o sucesso de práticas pedagógicas que inovem e solidifiquem a relação do aluno com o texto literário. Essa condição é essencial para que os debates sejam pontuados por postura crítica e responsável quanto à organização, desenvolvimento e execução do trabalho e, principalmente, para que haja percepção da importância da troca de experiência com o outro e da possibilidade de superação de problemas a partir do trabalho intelectual coletivo. A literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê. A autoconsciência do homem realiza-se a partir de sua determinação em conhecer a si mesmo, de modo a encarar a responsabilidade de seu próprio destino. O texto literário, narrativo, poético ou dramático, pode funcionar como espelho a partir do que, após o mergulho na

leitura, o leitor se percebe e, estimulado ou provocado, formula questionamentos sobre a própria existência (SANTOS, 2017, p.29-30).

É fundamental que a escola invista em aulas que desenvolva o hábito da leitura, pois nos permitirá o autoconhecimento, a leitura é como um espelho em que nos deparamos com experiências semelhantes as nossas, nos identificamos e, dessa forma, nos orientar para aquela questão que estamos vivenciando.

Para Gatto (2019) o conhecimento só fará algum sentido se houver uma utilidade prática nele, onde a criança/adolescente consiga aplicar no seu dia a dia o seu funcionamento. Isso reforça ainda mais a suposição do primeiro parágrafo, a leitura só será prazerosa se nos trazer algo que nos desperte atenção, algo que nos traga familiaridade, trazendo consigo um vocabulário de acessibilidade boa e histórias que nos despertem a curiosidade.

Destacando o que foi acima descrito, pode-se dizer que a sociedade educacional brasileira, deve estudar melhor os métodos e formas no qual é a apresentada a literatura nas escolas, como o próprio teórico defende, o ensino deve fazer sentido para o aluno, visto que, só assim através da assimilação dos conteúdos com a os hábitos práticos deles no dia a dia. Em si tratando da obra de J.

k. Rowling, é apresentado um mundo fantástico, oculto dos olhos dos “trouxas” (o termo “trouxas” se refere às pessoas que não possuem magia), nesse mundo a magia e a bruxaria são reais norteando assim todo o andar da trama.

Em específico, o enredo gira em torno de um menino órfão de dez anos de idade chamado Harry Potter, que até então mora com seus tios, os Dursley, em Londres. Harry desde que se entende por gente, é tratado com descaso pelos seus familiares, sofrendo inúmeros casos de bullying no seu próprio lar, basicamente ele é tratado como um empregado dentro de casa, fica claro também que seus tios guardam um certo tipo de ódio dos seus falecidos pais.

O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar. (DRUMMOND & DRUMMOND FILHO, 1998, P.19)

Conforme Drummond, o grupo familiar tem um papel fundamental na formação de um indivíduo, já de cara, a história que envolve Harry, trás consigo uma identificação com alguns leitores, não somente porque se trata de assunto bastante sério no âmbito familiar, mas

também porque muitos adolescentes se sentem de alguma forma rejeitados por seus pais dentro de casa, há também aqueles que de fato são órfãos, o que torna o livro ainda mais atrativo para alguns leitores.

4. O FANTÁSTICO NA LITERATURA

A literatura se produz em nome dela, porque seu efeito é esse: à literatura compete a emancipação da humanidade de suas amarras naturais, religiosas e sociais”. Essa seria a consequência da experiência com a leitura, a qual leva o leitor a um novo modo de ver as coisas, além de ampliar o campo do comportamento social a outros horizontes, abrindo caminho a experiências futuras. Assim, a leitura tem como função emancipar o leitor, e esse processo se dá na experiência literária do leitor em relação a sua vida prática, fornecendo-lhe uma nova compreensão/visão de mundo, repercutindo em seu comportamento social (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.07).

Mas porque emancipação? Conforme observações, a literatura nos permite conhecer o mundo em que vivemos e, partir dela, suprir nossos questionamentos e assim tomar decisões e, por isso, a literatura e a leitura possuem a característica de emancipar o leitor, o conhecimento é poderoso diante dos desafios e dificuldades, onde o primeiro conhecimento, é o de si mesmo, pois ele é o libertador.

O universo literário possui múltiplos pontos de incerteza. Tudo que constitui esse mundo não é acabado e precisa que o leitor, para sua compreensão, os complete. A participação do leitor é caracterizada no preenchimento dos pontos indeterminados, mas sem a certeza de estar com a visão correta. E quando o leitor consegue preenchê-los, “concretiza as expectativas do mundo ficcional representado”. Contudo, essa relação ‘leitura literatura-leitor’ vai um pouco mais além. Existe um outro fator relevante que possibilita a execução da aprendizagem e da relação com a prática da leitura, cabendo assim à escola um papel de suma importância para essa prática (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.07).

A participação do leitor consiste diante da relação de quem está lendo com a literatura através da imaginação. É com a imaginação que o leitor mergulha na magia da literatura buscando efeitos, sons, imagens, cores, e, nesse momento, é que está a participação do leitor na literatura.

A leitura literária é tratada como ato individual, mas pode sim ser compartilhada. Embora a aproximação que o texto traz seja fruto de uma introspecção social, há necessidade

da interação entre o leitor e o mundo que o cerca, de forma que o texto acabe produzindo sentidos no leitor. O maior segredo literário é o envolvimento ímpar que a literatura proporciona no mundo das palavras. E cabe ao professor elaborar condições, estratégias para que ocorra o encontro entre a literatura e o aluno, buscando o sentido pleno do texto literário para o aluno e para a sociedade em que estão inseridos. Afinal, se quisermos formar leitores com toda a potencialidade da literatura, não basta apenas ler, pois a leitura por si só é simples e camufla a simplicidade em todos os envoltórios que existe no ato de ler e de ser letrado (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.08).

Para isso é necessário que o leitor se permita seduzir pela leitura da literatura, sem essa permissão, o texto pode ser maravilhoso, mas não irá alcançar a sua finalidade, seduzir o leitor. Para o leitor se permitir, ele precisa querer realizar o ato da leitura, assim como, está com a mente aberta para quer conhecer o mundo da literatura pelos livros, nas histórias, é necessário que o leitor permita esse momento, pois somente o livro trabalhando, o objetivo não é alcançado pelo leitor.

No decorrer do enredo, Harry recebe uma carta misteriosa, na qual o conteúdo revela que o menino tem uma vaga garantida na melhor escola de magia e bruxaria do mundo intitulada Hogwarts, porém, seus tios fazem de tudo para impedir o menino de ir, segundo eles, os pais de Potter eram esquisitos na época em que eram vivos, e por esse motivo eles não aceitavam mais um estranho na família. Após muitas tentativas fracassadas de esconder a criança, Harry é ajudado por Hagrid, um homem que trabalha em Hogwarts que vai de encontro ao mesmo e o ajuda a sair de casa e partir para a escola mágica onde lá, ele vai viver as maiores experiências fantásticas de sua vida.

As leituras dos textos literários são tão importantes quanto as respostas construídas para a leitura, e o letramento literário deve conter práticas de sala de aula para ser contemplado. A literatura é uma atividade discursiva e o seu funcionamento deve ser entendido de forma crítica pelo aluno. O professor tem como função consolidar essa disposição crítica, levando seu discente a ir além da simples utilidade dos textos literários. Uma das estratégias seria não restringir a seleção de leitura apenas ao cânone, uma vez que este é fundamentado por uma escolha quase sempre arbitrária. O cânone pode e deve ser utilizado no âmbito escolar, porém o docente pode ir além dele (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.08).

Os textos literários possuem respostas e que somente iremos saber, se fizermos a leitura, mas não é uma tarefa fácil, de apenas ler, é preciso criar e desenvolver criticidade

diante do texto em que se lê e, desse modo, podemos encontrar as respostas que neles estão fincados.

Para Todorov (1981):

Em primeiro lugar, é necessário que o texto obrigue ao leitor a considerar o mundo dos personagens como um mundo de pessoas reais, e a vacilar entre uma explicação natural e uma explicação sobrenatural dos acontecimentos evocados. Logo, esta vacilação pode ser também sentida por um personagem de tal modo, o papel do leitor está, por assim dizê-lo, crédulo a um personagem e, ao mesmo tempo a vacilação está representada, converte-se em um dos temas da obra; no caso de uma leitura ingênua, o leitor real se identifica com o personagem. Finalmente, é importante que o leitor adote uma determinada atitude frente ao texto: deverá rechaçar tanto a interpretação alegórica como a interpretação “poética”. Estas três exigências não têm o mesmo valor. A primeira e a terceira constituem verdadeiramente o gênero; a segunda pode não se cumprir. Entretanto, a maioria dos exemplos cumprem com as três. (TODOROV, 1981, p. 28).

A literatura fantástica consta naquilo que nos foge a realidade, mas nos traz traços marcantes dela. "A poesia não é um modo de libertar a emoção, mas uma fuga da emoção; não é uma expressão da própria personalidade, mas uma fuga da personalidade" (Eliot, 1989, pág. 15), ou seja, se faz necessária para a saúde mental na vida do estudante bons livros que o farão, não somente, adquirir um vocabulário mais extenso e aprimorar seu hábito, mas também o ajudar a conhecer novos tipos de realidade.

É preciso que a aprendizagem da literatura concretize uma ação contínua de leitura, considerando as mais diversas situações e objetivando o aumento e o fortalecimento do repertório cultural do aluno, ressaltando que tanto as práticas escolares quanto as obras selecionadas devem acompanhar esse movimento. Sendo assim, vemos que é por meio da leitura literária que se tem o contato com os múltiplos tipos de textos, pois é próprio das obras literárias a diversidade de formas e a pluralidade de temas, tendo como fronteira a própria capacidade humana de significar (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.09).

A diversidade é um dos grandes trunfos da literatura, quanto mais realizar a leitura de diversos autores, melhor será o desenvolvimento intelectual do leitor.

Destaca-se então que, a inserção da literatura fantástica no processo de letramento literário. Desde o extraordinário explícito, até formas mais sutis e complexas, as manifestações do fantástico podem abarcar diferentes características, o que nos impede de classificar ou categorizar uma vertente abrangente. No entanto, na contemporaneidade, “a

narrativa fantástica passou a tratar de assuntos inquietantes para o homem atual: os avanços tecnológicos, as angústias existenciais, a opressão, a burocracia, a desigualdade social”. Assim, essa narrativa vai além do caráter de entretenimento para revelar as adversidades e angústias dos dias atuais (MARTINS e CARNEIRO, 2020, p.09)

Além dos benefícios acima citados, a literatura fantástica, geralmente, se utiliza de subterfúgios do mundo real que facilitam o leitor a ter uma identificação maior com a obra, isso faz com que os valores e princípios que norteiam nossa sociedade sejam enraizados na literatura fantástica, alguns personagens vão muito além do que realmente são, constantemente, eles servem de representações, ora para sentimentos, analogias e até mesmo personagens mitológicos.

5. LEITURA, UMA ALIADA VALIOSA NA SAÚDE MENTAL

A capacidade de compreensão da linguagem não pode ser trabalhada em simultâneo com a aprendizagem da leitura, porque se a atenção estiver focada na correspondência letra-som, a memória de trabalho está ocupada com as unidades fonológicas não permitindo que haja recursos disponíveis para processar e poder retirar sentido do que se lê. Só se conseguirá fazer todos estes processos em simultâneo quando a leitura for fluente (COSTA, 2014, p.25)

A compreensão da linguagem, também, possui sua importância no processo de leitura da literatura, pois é por meio da linguagem que se decodifica e interpreta a comunicação que o texto quer passar ao leitor.

No decorrer da trama, Harry descobre que é uma celebridade no mundo bruxo, pois seus pais morreram lutando contra um dos bruxos mais fortes da saga, lorde Voldemort, o qual era visto como um inimigo das trevas, cujo feitiço lançado para matar Potter acaba voltando para ele. Voldemort era conhecido por acreditar que somente os nascidos com uma linhagem pura poderiam estudar magia, e que os “trouxas” deveriam servir o mundo bruxo. Quando paramos para pensar nisso, e fazemos um leque com a realidade dos estudantes adolescentes brasileiros, podemos entender por que esses livros são tão amados, imagine só, alguém que sempre foi deixada de lado pelas pessoas e familiares descobrir que é extremamente admirada e especial, realmente só podemos imaginar o quanto esse sentimento é benéfico para que um jovem tenha êxito na vida, isso com certeza afetaria seu desempenho na vida perante a sociedade e perante a sua vida escolar.

Na variável fatores derivados do leitor são incluídas as estruturas cognitivas e afetivas

do sujeito e os processos de leitura que este ativa quando lê. “Quando lê, o leitor transporta e ativa um conjunto de conhecimentos, interesses e expectativas, que por sua vez, ativam os processos e estratégias disponíveis. As estruturas cognitivas integram a “enciclopédia” pessoal de cada leitor, englobando tudo o que ele conhece acerca da língua e do mundo, fruto de leituras anteriores ou obtidas na experiência de vida (COSTA, 2014, p.26-27).

Diante dos aspectos cognitivos ativados por meio da realização da leitura é obtido conhecimentos despertados pelos interesses e expectativas que a leitura desperta no leitor. Os estudantes encontram-se num período de grande vulnerabilidade, uma vez que estão expostos a diversos fatores de stress e encontram-se na faixa etária em que surgem, pela primeira vez, muitas das perturbações mentais graves (SILVEIRA, 2011, p. 38).

Além do fato de ser órfão, Harry sofre também pelo fato de ser bruxo fazendo com que ele não seja aceito em casa pelos seus tios que consideram os bruxos uma aberração da natureza, o garoto sofre diariamente uma rejeição e uma submissão a ponto de ser um “escravo” na casa em que mora, não bastando isso, seu primo, Duda, pratica bullying com ele fazendo piadas do quanto acha Harry estranho e fazendo pouco caso da morte dos pais do menino.

A leitura de histórias é uma atividade de extrema importância, não só porque desenvolve a linguagem e o vocabulário, mas também os mecanismos cognitivos envolvidos na seleção de informação e no acesso à compreensão, potencia o desenvolvimento das conceitualizações sobre linguagem escrita, a compreensão das estratégias de leitura e o desenvolvimento de atitudes positivas face à leitura e às atividades a ela ligados (COSTA, 2014, p.30).

São aspectos que juntas permitem a compreensão do texto, cada fator possui sua importância e funcionalidade diante da leitura, sendo necessário, o querer pela leitura para que se alcance o entendimento do texto.

O relato de ter sofrido bullying quase sempre ou sempre nos dois últimos meses foi feito por 5,4% dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental que participaram do PENSE. A maior frequência foi registrada nos meninos em comparação com as meninas; não houve diferença entre as escolas públicas e privadas, nem em relação à cor/raça, ou escolaridade materna. A cidade com maior frequência foi Belo Horizonte e a menor foi Palmas. (PENSE, 2009, P.2)

Segundo Pense (2009), o bullying pode afetar diretamente a vida escolar dos alunos, fazendo com que eles tenham um rendimento abaixo do esperado, ou seja, suas qualidades e

virtudes são comprimidas pelo fato de estarem sofrendo diariamente por outros alunos e até mesmo professores, todo aluno tem um potencial que pode aflorar de forma catastrófica mediante o estímulo correto.

É consensual a importância da prática de leitura de histórias como atividade regular e agradável, que permite a interação e partilha de ideias, concepções e vivências, nesse contexto, descreve-se benefícios como o fornecimento de modelos de leitores envolvidos, porque seja o educador ou um familiar que leia com gosto transmite esse prazer e esse gosto ao indivíduo; o alargamento de experiências porque os livros são grandes fontes de conhecimento e podem motivar para futuras pesquisas e leituras; desenvolve curiosidade pelos livros, porque a exploração à história, feita antes, durante e após a leitura desperta curiosidade e interesse pelos livros; aprende comportamentos de leitor, ao observar o leitor manipula-se os livros imita os comportamento que viu; ouvir a leitura, em voz alta, cria o desejo de ler por si mesmo, desejo tão irresistível como o de caminhar sozinho; dentre outros (COSTA, 2014, p.29-30).

A escola é um espaço que reflete as violências presentes na sociedade em geral e na comunidade onde se situa, mas a escola também favorece o aparecimento de violências. No espaço escolar podem ocorrer diversas manifestações, como a violência física; a simbólica ou institucional e as micro violências, caracterizadas por atos de incivilidade, humilhações, falta de respeito. Estes fenômenos combinam-se e se reforçam mutuamente. (PENSE, 2009, p.3).

Por esse e outros motivos, a saga de Harry Potter é extremamente importante para os alunos de ensino médio e fundamental, a identificação com os problemas vividos pelo protagonista faz com que o leitor tenha esperança de um futuro melhor, os problemas da sociedade moderna tais como, depressão, ansiedade, baixa autoestima e etc, podem ser vencidos com um bom profissional de saúde e acompanhados por bons livros de ficção que ajudarão o aluno a olhar o que vem adiante com otimismo e fé.

Se a leitura tiver um papel importante na vida escolar, é natural que esse gosto passe para casa e motive também as famílias a desenvolverem hábitos de leitura. Se a pessoa estiver fortemente motivada para a leitura, o seu entusiasmo passará para os familiares. Assim, toda a comunidade escolar que se tornar leitora poderá desenvolver cidadãos mais esclarecidos e melhorar a qualidade da sua participação na vida social e do seu exercício de cidadania (COSTA, 2014, p.37).

O estudo possibilitou dimensionar a ocorrência do bullying entre adolescentes nas escolas das capitais brasileiras, revelando que o contexto escolar brasileiro também tem se constituído em um espaço de reprodução da violência. Este tema é de extrema relevância no

contexto atual das escolas, sendo urgente que medidas sejam efetivadas via políticas e práticas educativas que efetivem sua redução e sua prevenção. As escolas devem procurar identificar a ocorrência de bullying e outras formas de violência nas relações interpessoais, visando a sua eliminação. Devem ser incorporadas ações de prevenção e controle da violência. Nessa tarefa a escola necessita do apoio da comunidade, pais, sociedade civil, Secretarias de Educação, Saúde, dentre outras instituições. Por se tratar de um fenômeno de numerosas interfaces e relevante importância para a saúde escolar e a saúde pública, áreas como a saúde e a educação, como práticas sociais, devem estabelecer no seu processo de trabalho – em conjunto com outras áreas e instituições – ações que potencializam a perspectiva interdisciplinar e intersetorial para o enfrentamento dessa problemática e para a consequente promoção da qualidade de vida individual e coletiva.(PENSE, 2009, p.3).

Em suma, a literatura aliada à profissionais de saúde adequados podem ajudar a melhorar a saúde mental dos estudantes brasileiros, para isso, família e escola devem andar de braços unidos para que haja uma resposta imediata de sucesso contra esse problema.

6. A AMIZADE NO ÂMBITO ESCOLAR

A ideia da amizade na cultura contemporânea é entendida como um processo caracterizado pelo falar livremente sobre temas de interesse comum e marcada pela abertura a novas percepções, olhares e performances, e para a troca argumentativa. Justamente pelo fato de que na amizade reside uma força sensível do diálogo vivo que não tem valor em si, mas depende da relação com o outro, no mundo contemporâneo em constante movimento. A amizade segue se constituindo como forma de integrar valores, afetos e princípios que nos fazem pensar e realizar a educação de forma diferente, inovadora e dialógica (CONTE e FIALHO, 2016, p.205).

Em todas as fases da vida, temos que ter pessoas fundamentais para obter o sucesso, alguém um dia falou “se você encontrar uma tartaruga no topo de uma árvore, você pode não saber como ela chegou lá, mas tenha certeza de que ela teve ajuda.” Vivemos em um mundo onde a tecnologia e as redes sociais tomaram lugar das brincadeiras de rua, muitos jovens ainda não sabem de fato se expressar bem pessoalmente e conseqüentemente criar laços de amizades fortes para prosseguir na jornada chamada vida.

Historicamente, a concepção de amizade é alvo de diferentes interpretações, porque a amizade é uma experiência formativa de reconhecimento do outro e do compartilhar

aprendizagens. Desde Sócrates (470-399 a. C.), a amizade tem a dimensão do diálogo vivo proferido verbalmente entre os sujeitos, com forte poder educativo de ensinar aquilo que, de certa forma, já sabíamos, mas pensávamos ignorar. Sob essa lógica, a inconclusão humana atesta nossa ignorância e abre perspectivas para (re)conhecer. A conversa de Sócrates em busca do saber teve um efeito grandioso entre as pessoas, assumindo uma condição de convívio democrático e político, da arte de ensinar entre amigos, como condição de possibilidade de conhecer-se a si mesmo e como forma de construir novas experiências de aprendizagem (CONTE e FIALHO, 2016, p.206).

A convivência social numa sociedade não é formada somente por deveres e direitos, mas sim, todo um social que inicia pela empatia e como nos relacionamentos com as demais pessoas.

Repensar as convicções clássicas sobre a amizade revela diferentes visões de mundo e enigmas intelectuais acerca das relações intersubjetivas e das redes de amizade, que constituem novas estratégias de aprendizagem relacionadas à prática pedagógica, pois nada é igual num mundo contingente. Fazendo uma analogia com as adversidades do mundo atual, a amizade desperta a discussão de que apesar de distantes, limitados a um contexto, sempre é possível conversar com os amigos, pois mais do que uma relação social visível, a verdadeira amizade faz parte de nós e se vivencia real ou virtualmente. Na amizade reside a nossa condição humana de ser capaz de aprender nas tensões dialéticas do convívio social, marcado pelas diferenças e pluralidades, como algo constitutivo do processo de educação (CONTE e FIALHO, 2016, p.208).

Antes de tudo, é preciso atenuarmos que vivemos em sociedade que além de deveres e direitos, somos seres humanos passíveis de erros, pois vivemos num contínuo período de ensino e aprendizagem e, que considerarmos esse pensamento, podemos viver num mundo melhor e, nessa questão, o bom relacionamento está incluído sim. É preciso saber entrar e sair dos lugares, é necessário saber tratar e se relacionar com as pessoas que possuem suas especificidades e diversidade sendo preciso o respeito para que possamos conviver em sociedade.

Conforme Harry vai conhecendo a escola e os professores, o livro também nos apresenta seus fiéis parceiros nessa jornada, Ronny Wesley e Hermione Granger.

Rony Wesley, um menino ruivo que tem uma família humilde de cinco irmãos, um pai e uma mãe, ele cresceu em um lar bruxo, tendo conhecimento de todas as tradições e culturas de seu povo, Ronny se dá bem com Harry logo de cara, ambos cultivam uma amizade de

muito respeito e companheirismo. Wesley é um menino que tem características marcantes, ele é bastante leal, um pouco preguiçoso, brincalhão e possui um medo terrível de aranhas.

Rony sofre bullying de alguns bruxos por ser de uma família humilde e geralmente ter que comprar livros e vestes de segunda mão, Harry não demonstra nenhum tipo de preconceito mesmo tendo uma condição social melhor e ambos acabam se tornando melhores amigos e estão quase que o tempo todo juntos em alguma aventura pelo castelo de Hogwarts.

O autoconceito desenvolve-se com base nas experiências em diversos contextos de vida, incluindo a família, a escola ou o grupo de pares, bem como nas interpretações que os indivíduos fazem dessas experiências e nas avaliações que pessoas significativas fazem dos seus comportamentos (FARIA, 2005, p.16).

Hermione Granger também é uma das melhores amigas de Harry durante a saga, vista pelo personagem principal como uma irmã dele, Hermione é de uma família de trouxas (sem poderes mágicos), ela tem características fortes tais como; autoconfiança, organização, lealdade e acima de tudo sua inteligência que faz com que ela ajude de forma direta a resolver todos os conflitos do trio quando estão em apuros.

Nesse contexto, o ponto a se buscar compreender discerne em como os discursos produzem aprendizagens sobre a amizade e, ao mesmo tempo, a importância de recorrer aos amigos para encontrar apoios para as adversidades. Num tempo de incertezas, desumanização, informação e comunicação planetária, as relações de amizade surgem e desaparecem conforme aquilo que produz um sentimento comum de estar junto, de modo transitório, sendo alvo de diferentes interpretações. Ainda que estejamos nesse tempo de mutabilidade com outro ritmo de vida nos questionamos: é possível ainda identificar as relações de amizade como sentimento de reconhecimento e herança imaterial da condição humana? Será que os sentimentos de amizade de hoje continuam aproximando sujeitos mesmo na distância do mundo virtual que se tornou um ponto de encontro, um espaço comum? Como a relação entre professor e aluno, mestre e discípulo, amizade e produção do conhecimento acompanha a humanidade enquanto formação coletiva? Será que o subdesenvolvido sentido pedagógico da amizade poderá ser retomado como tensão, disposição e abertura ao outro, dando impulso nas ações para aprender? (CONTE e FIALHO, 2016, p.208).

7. O PODER FEMININO NA LITERATURA

A literatura de autoria feminina, para Duarte (2003), “[...] tem se revelado um campo

profícuo, porém, dela ainda é requerida afirmação plena no interior da literatura universal”. A visibilidade de tal produção revela aspectos de uma intimidade preservada ao longo dos séculos da história e propicia a insurgência de um vivido, marcado pelo recato, pelo segredo, pela sutileza ou, mesmo, por um cotidiano enredado em obediência, submissão, acomodação, resistência e/ou afirmação. Na natureza representativa da literatura, está o seu modo de ser, de existir, dependente de sua função tanto artística como social em seu caráter documental. O fenômeno literário, tomado como conjunto de elementos interdependentes, que agem em interação, desenvolve-se historicamente dentro de um outro sistema maior, revelando todas as nuances da cultura e recriando aspectos da realidade. Inquestionável, portanto, a contribuição de tais vivências, cujos relatos, através da literatura, são convertidos em documentos escritos e publicados, legados aos que serão vindouros (TEIXEIRA, 2009, p.82-83).

A construção da representatividade feminina em sociedade é dada mediante muita luta, pois, ao retroceder tempos passados o gênero feminino não era valorizado, inclusive apenas era destinado aos cuidados da casa e da família.

Uma outra personagem que tem muita relevância no enredo é a Hermione Granger, uma menina vinda de uma família de “trouxas”, Granger é alguém com uma personalidade muito forte, porém, sua principal característica é a profunda inteligência que a mesma possui, ela consegue sempre ter a resposta na ponta da língua, a mesma consegue ajudar o trio nas situações mais adversas que a trama nos mostra, mostrando assim um tipo de aluno e personalidade que existe na vida real, e como é importante ter conhecimento.

Além disso, a personagem é deveras crucial, pelo simples fator de mostrar a forte representatividade feminina no mundo moderno, visto que, a mulher por décadas foi vista como o “sexo frágil”, Hermione faz cair por terra essa ideia pelo motivo de ser ela a pessoa que consegue resolver a maioria dos dilemas enfrentados pelo trio, e que por muitas vezes, arquiteta os planos deles, ela geralmente indica o caminho e as soluções para que eles possam ter êxito em tudo.

A importância da saga consta também na representatividade feminina das mulheres na literatura. No mundo atual essa é uma pauta cada vez mais debatida devido a modernização da sociedade. A própria autora dos livros tentou “maquiar” seu nome feminino para alavancar as vendas.

A representação envolve uma relação ambígua entre ausência e presença. Ela é a presentificação de um ausente, que é dá a ver uma imagem mental ou visual e, por sua vez, suporta uma imagem discursiva. Ela, pois, enuncia um outro distante no espaço e no tempo,

estabelecendo uma relação de correspondência entre ser ausente e ser presente que se distancia do mimetismo puro e simples. Ou seja, as representações do mundo social não são o reflexo do real, nem a ele se opõem de forma antitética, numa contraposição comum entre imaginário e realidade concreta (TEIXEIRA, 2009, p.84).

Nessa construção histórica do gênero feminino em sociedade foi marcado por ausências e presenças, assim como, sob o status e imagem sociopolítica e, mediante a esse contexto, que fundamenta-se toda a luta até aqui realizada para que haja valorização do gênero feminino, possuímos uma sociedade que contém muito preconceito, mas já conquistamos espaço para estudar, trabalhar, ser independente e sem deixar nossos cuidados á família.

A autora Joanne Rowling que ficou conhecida com a saga Harry Potter nos anos 90, hoje lida por muitas crianças, jovens e adultos, sofreu a mesma interdição comum no século XIX, também precisando usar um pseudônimo que não a identificasse como mulher. Sua editora afirmou que, caso usasse seu nome como mulher, os garotos não leriam seus livros e não haveria possibilidade de grandes vendagens ou espaço no mercado editorial voltado para os jovens leitores, sendo assim, nos livros da saga Harry Potter ela passou a assinar como J.K Rowling. (NASCIMENTO, 2018, p.10)

Nascimento (2018) aborda traços de uma das personagens primordiais da série, Hermione Granger, explicando a importância e como isso afeta o universo feminino na literatura para o público-alvo. No livro J.K. Rowling Uma biografia do gênio por trás de Harry Potter (2003) por Sean Smith, diz: “Hermione, foi muito fácil de criar, porque se baseia quase totalmente em mim mesma quando eu tinha 11 anos de idade.” Baseado nisso podemos avaliar a importância da personagem na vida da própria autora.

No ato de tornar presente, a construção de um sentido ou de uma cadeia de significações que permite a identificação. Representar, portanto, tem o caráter de anunciar, “pôr-se no lugar de”, estabelecendo uma semelhança que permita a identificação e reconhecimento do representante com o representado. Por outro lado, as representações do mundo social não se medem por critérios de veracidade ou autenticidade, e sim pela capacidade de mobilização que proporcionam ou pela credibilidade que oferecem (TEIXEIRA, 2009, p.84-85).

O reconhecimento do gênero feminino é de fundamental importância para a mulher como participante elementar de uma sociedade e, as representações sociais ainda possuem caracterizações passadas e, em vista disso, a luta feminina ainda é intensa.

...podemos destacar algumas características da personagem: empatia, inteligência, curiosidade e cortesia... Em grande parte do tempo, Hermione age como a consciência do trio; o cérebro, aconselhando os meninos, Rony e Harry, sempre que estão prestes a tomar uma decisão que a garota identifica como errada ou perigosa. (NASCIMENTO, 2018, p.20)

As pessoas possuem especificidades e diversidades, é preciso saber conviver com as diferenças e semelhanças, é necessário respeito com a característica do outro e, na literatura não é diferente. As representações do feminino no discurso literário têm sua constituição calcada em apreciações de ordem moral e valorativa e em modelos de comportamentos presos ao espírito da nossa cultura, sendo, indubitavelmente, regidas pela lógica patriarcal. No mundo possível, apresentado na narrativa literária e sustentado por laços mantidos com o mundo real, ocorre a seleção dos fragmentos da vida utilizados na construção de um sentido de realidade, em que se misturam processos ideológicos, dos quais surgem a legitimação de um fato social: a condição feminina (TEIXEIRA, 2009, p.87).

A existência ainda desse preconceito sobre a mulher é muito enraizada em tempos que o homem era mais forte sociopoliticamente, em que, estava sua responsabilidade o sustento da família. Um contexto em que foi dada pela guturalização que até nos dias atuais ainda vive em nossa sociedade. A literatura diante desse questionamento tende trabalhar esse tema para que o leitor perceba que vivemos num mundo diferente e, que acima de tudo, as pessoas merecem respeito e empatia.

8. ÉTICA E MORAL O DILEMA DA SOCIEDADE ATUAL NO CONTEXTO DA OBRA DE HARRY POTTER

De acordo com Cremonese (2019): Definir a palavra “ética” não é uma empreitada fácil, pois ela pode ter vários significados. Pela etimologia, como já dito, vem do grego (ethos), que significa “morada do homem”. Para os gregos, a morada era a cidade, que eles chamavam de pólis (comunidade). Desse modo, a ética seria o “lugar onde os homens habitam” – sua própria casa, seu hábitat, lugar da residência familiar, assim como a maneira de nele estar, a maneira de se relacionar consigo mesmo e com os outros. A ética estaria ligada aos hábitos e aos costumes de um indivíduo ou da sociedade e de como ela se comporta em um determinado lugar ou em um determinado período histórico. Pode-se definir a ética, então, como uma reflexão sobre regras, leis, modo de ser, caráter, costumes e valores de uma sociedade (CREMONESE, 2019, p.09-10).

A forma como vivemos em sociedade é de grande relevância. Somos cidadãos, vivemos em sociedade democrática e que além de cumprir com as leis e normas, é preciso saber se relacionar consigo mesmo e com as demais pessoas dessa sociedade e, para isso, utilizamos a ética e moral que devemos usar continuamente em sociedade.

A adoção de uma conduta baseada em princípios morais que respeitem o ambiente e os valores da comunidade envolvente é uma exigência incontornável das sociedades contemporâneas que os responsáveis organizacionais não podem ignorar. A tolerância perante os abusos de poder ou a exploração inadequada de recursos é cada vez menor e a concorrência entre empresas passa também pelo alcance social e ambiental dos seus resultados e da sua atividade. Por outro lado, à medida que as interações de gestores e executivos de diferentes países são mais frequentes, a capacidade de compreender as diferenças de comportamento e as suas motivações morais é mais necessária para garantir o êxito dessas interações (ALMEIDA, 2007, p.106).

A conduta moral e ética das pessoas é muito relevante numa sociedade e, quem fere esses princípios sofre sanções. Na contemporaneidade, pessoas e empresas buscam conhecer valores e princípios dos indivíduos mediante trajetória de comportamento e, isso se tornando fundamental para a manutenção das relações interpessoais e profissionais.

A ética pode ser entendida de maneira um pouco diferente. Ética seriam os princípios universais, que, portanto, aplicam-se a todos, de forma mais imparcial, ou seja, baseiam-se no preceito de que os indivíduos ou os seus interesses devem receber igual respeito. Em seu sentido mais amplo a ética refere-se à avaliação normativa das ações e do caráter de indivíduos e grupos sociais”. A ética é a reflexão sobre a melhor forma de viver e conviver, ou seja, são princípios universais que regem a sociedade. Já a moral, como veremos mais à frente, estaria mais ligada às decisões pessoais que tomamos. Sendo assim, a ética é sempre um olhar vigilante sobre a moral. A ética é a avaliação normativa das ações e do caráter de indivíduos e dos grupos sociais. A ética faz com que o homem se pergunte qual a melhor maneira de agir (CREMONESE, 2019, p.10)

É nas ações, no comportamento que podemos identificar quais valores e princípios uma determinada pessoa possui em sociedade e diante das demais pessoas. O mundo em que vivemos é muito complexo, no qual, vivemos numa época, em que, sociopoliticamente é uma catástrofe, no qual, nos tornamos mais individualistas.

Em seguida, vemos no decorrer da saga, uma grande luta entre “as forças das trevas” e sociedade de bem, com a volta de Voldemort, Harry e seus amigos fazem de tudo para que as

ideologias e o modo de vida no ponto de vista do lorde das trevas não seja partilhado pelo mundo bruxo a um ponto que culminaria em uma guerra entre os dois mundos. Trazendo para a atualidade, podemos trazer para a sala de aula embates e debates sobre o certo e o errado, até mesmo discursos expostos nos livros onde há confronto de ideias.

O comportamento social, os valores morais, a conduta individual e a reação perante o desconhecido são manifestações humanas que dependem em larga medida do contexto sociocultural, onde o indivíduo se insere e que este mantém como referência (ALMEIDA, 2007, p.108).

O comportamento das pessoas é a referência que os demais indivíduos formaram para distinguir uma pessoa com ética e moral diante de um ser humano que não possui esses princípios e valores, no qual, são criados pelo caráter e boa educação adquiridos na infância.

A ética é aquilo que orienta a capacidade de o homem poder decidir, julgar e avaliar com autonomia. Para isso, pressupõe a presença da liberdade. Ou seja, como já defendia o filósofo Kant (2007), a ética deve ser baseada em direitos em que a pessoa deva ser tratada como fim em si mesmo e nunca como meio, ou seja, jamais deve instrumentalizar o meu próximo tendo em vista o meu “sucesso” pessoal: “age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio (CREMONESE, 2019, p.12-13).

Numa sociedade assim como somos avaliados pelos nossos comportamentos, porém, temos autonomia, até certo ponto, pois existem leis que regulam outras ações.

Para compreendermos os comportamentos morais (deveres) dos indivíduos, precisamos conhecer a perspectiva ética (vida boa) adotada por eles. Entre os invariantes psicológicos de realização de uma 'vida boa', está a necessidade de 'expansão de si próprio'. Como tal expansão implica ter 'representações de si' de valor positivo, entre elas poderão estar aquelas relacionadas à moral. Se estiverem, o sujeito experimentará o sentimento de dever, do contrário, a motivação para a ação moral será inexistente ou fraca. (TAILLER, 2010)

Pela ótica da psicologia e da sociologia, são válidas as discussões sobre o tema da ética e da moral, ambas são primordiais para que se possam formar alunos e profissionais de excelência que entendem seus objetivos profissionais e seus deveres perante a sociedade, fazendo com que suas escolhas sejam benéficas não somente para eles, mas para toda a sociedade. Em um trecho do livro, um dos personagens dá um conselho a Harry que ajuda e encoraja os jovens a fazerem sempre o bem, “O mundo não se divide em pessoas boas e más.

Todos temos luz e trevas dentro de nós. O que importa é o lado o qual decidimos agir. Isso é o que realmente somos.” Em um país onde as leis não são cumpridas e a impunidade reina, o livro nos alerta que todos temos falhas, e que por vezes iremos pensar em fazer coisas erradas, porém, o que distingue as pessoas, são os atos que elas tomarão em suas vidas.

A ética estuda as relações morais. A ética é o fundamento, o princípio e é um conceito universal, por exemplo: “não pegar o que não me pertence”. Já a moral é a prática e é mais relativa, por exemplo: “se eu roubo ou não”. A ética é a reflexão crítica sobre os valores presentes nas ações entre as pessoas na sociedade. A moral coloca-se, assim, enquanto preceitos que orientam a nossa vida em sociedade. As minhas ações devem ser norteadas pela moral, porque é para o nosso bem. A moral pode ser demonstrada a partir da frase: “O que é que os outros vão dizer!?” É certo que devemos levar a ética e a moral em consideração, considerando que não existimos sem a presença e a relação com os outros (CREMONESE, 2019, p.15-16).

Na finalidade de viver em sociedade é primordial que as pessoas possuam ética e moral bons valores e princípios que são apresentados mediante seus comportamentos, expressão de pensamento, ações e atitudes e, desse modo, não venham a prejudicar os demais em sociedade e assim possam manter suas boas relações com as demais pessoas.

9. A SEXUALIDADE NOS LIVROS DE J.K. ROWLING: UM TABU MODERNO

A palavra tabu foi usada várias vezes nestes dois encontros e sentimos a necessidade de ampliar a compreensão sobre a mesma, o que nos levou ao significado de outros dois conceitos: polêmica e polissemia. A palavra tabu foi relacionada com religião, mas, por esta definição, vemos que um tabu pode surgir por proibições de outra ordem, como econômica ou política. Ele também se associa com o medo de castigo pela transgressão de uma proibição; ou ao se tocar em um assunto de que não se pode ou não se deve falar, que é proibido. E o medo foi uma das emoções cognitivas expressadas por colaboradores e pela pesquisadora (PI) em alguns momentos: “[...] a escola tem medo dos pais [...]”; “a escola não tem formação para discutir esses assuntos, mas muitos pais não querem que a escola fale sobre o mesmo”; “[...] a maioria dos pais também não teve formação para isso, então eles não falam com os filhos”; “a religião faz com que os pais não discutam isso com os filhos, que sexo é um tabu e muitos acham que se falarem sobre esse assunto estimularão os filhos a praticarem sexo”; ao realizar

o registro ampliado, PI também disse ter sentido medo, pois a relação do discurso sobre sexualidade, o papel da mulher, sua submissão, dentro de uma formação discursiva religiosa perturbou o grupo. Também se percebe uma emoção cognitiva de vergonha por parte da colaboradora, associada à comparação do discurso religioso com o científico, feito por outro/a colega, no qual o científico é claramente colocado como conhecimento superior comparado com as crenças, mitos, superstições ou tabus atribuídos ao conhecimento religioso (MARTINES e ROSSAROLLA, 2018, p.288-289).

Em tempos passados, não se tinha o espaço para retratar esses aspectos entre pais e filhos, na atualidade, muitos pais possuem uma relação aberta com seus filhos, no qual, conversam sobre todos os assuntos, entretanto, muitos pais e filhos em nossa sociedade ainda possuem um certo bloqueio emocional devido a características subjetivas ocasionadas por algum aspecto externo.

Um assunto também importante que consta nos livros de J. K. Rowling, aborda sobre a questão da sexualidade das pessoas, a autora escolheu um personagem de bastante autoridade na história chamado Alvo Dumbledore, que é o diretor da escola e um dos bruxos mais fortes que já existiu, ela o descreve como alguém muito sábio e muito discreto quanto a sua vida pessoal, pelo fato do personagem ter um passado de escolhas muito erradas quanto ao pensamento em sua busca de poder, o diretor também é apresentado como sendo homossexual, visto que confiou sua vida e segredos para um outro homem chamado Grindelwald, ambos viveram um romance que mais tarde terminou em tragédia, Alvo reserva de quase toda sua vida pessoal por causa do cargo que ocupa e por causa das críticas sociais que seriam levantadas a cerca de sua orientação sexual.

Um tabu pode se transformar em uma polêmica, na qual um discurso pode se tornar hegemônico sobre outros, acarretando o silenciamento de outras formas de dizer, pensar, viver. Uma polêmica geralmente contém conceitos polissêmicos e falácias, utilizadas de forma inconsciente ou deliberada para enganar os oponentes e fazer prevalecer um tipo de discurso, conforme a definição de falácia: “discurso falso que se passa por verdadeiro engano. Modo errado de se conceber alguma coisa; erro”; “Qualidade do que é falaz, capaz de enganar; ilusão [...]”; “Todo enunciado ou raciocínio de teor falso, mas que se tenta passar por verdadeiro; sofismo” (MARTINES e ROSSAROLLA, 2018, p.290).

Num certo ponto, essa questão pode ser transformada em polêmica por que as pessoas não pensam de maneira iguais aos demais, existem pensamentos diferentes diante de ações em ser aberto com o seu filho e ações que não tenha esse comportamento com o filho e, por isso,

esse tema pode ser transformado em polêmica, pois existem muitos pensamentos que diferenciam e, ultimamente ao observar nossa sociedade, percebemos que as pessoas são obrigadas indiretamente a pensar do mesmo jeito que você, se não sofrer sanções como ofensas, injúrias, às vezes, de pessoas que nem te conhecem.

Hoje já há uma preocupação em se discutir a sexualidade dos jovens nas instituições escolares, buscando não só explicar os aspectos biológicos da sexualidade, mas aspectos médicos e aspectos psicológicos por meio da educação sexual. (CORREA, 2008, p23)

Com o forte discurso que adentrou nas escolas brasileiras, a homofobia assim como o feminicídio é um assunto que deve ser debatido entre os alunos, pois ainda existe muita ignorância acerca do tema, o bullying também está entrelaçado nesse debate, o número de pessoas com depressão que sofrem diariamente com isso está cada vez mais alto, é necessário um preparo e uma atualização dos educadores para que esse embate seja resolvido da melhor maneira possível, com certeza, se tivermos um ambiente de respeito mútuo e inclusão de todos, o conhecimento fluiria com maior facilidade entre os alunos.

Ao considerar a sexualidade como *scientia sexualis* Foucault questionou também o conceito de sexo, visto como um “elemento do real” ou o “sexo em geral” e se perguntou: “‘O sexo’ seria, na realidade, o ponto de fixação que apoia as manifestações ‘da sexualidade’ ou, ao contrário, uma ideia complexa historicamente formada no seio do dispositivo da sexualidade?”. Com este questionamento o autor não está negando a existência do ‘sexo-natureza’, mas chamando a atenção para o “sexo-história”, “sexo significação” ou “sexo-discurso”: uma derivação do dispositivo da sexualidade, construído ao longo dos últimos séculos na sociedade ocidental, que vem colocando a nós mesmos, por inteiro, sob o “signo do sexo”, pois, para este autor, a velha questão filosófica “o que somos?” passou a ser colocada nos últimos séculos, “sob o signo do sexo”: (MARTINES e ROSSAROLLA, 2018 pg.292 apud FOUCAULT, 1999, p. 143).

Dialogar sobre a sexualidade apesar de ser ainda considerado por muitos um tabu, é importante. Existem aspectos que são proporcionados diante do bate-papo sobre sexualidade, como por exemplo, se identificar com as mesmas questões e buscar resoluções com as demais pessoas, estreitar laços de amizade por compartilhar pensamentos, descobrir fatores que não sabia que existiam dentro do tema da sexualidade, dentre outros.

Para Novaes (2010):

Sucesso inusitado que, evidentemente, vem suscitando uma avalanche de críticas, pró e contra esse “enfeitiçamento” dos leitores, causado por esses volumosos livros, com suas

centenas de páginas cobertas de letras, frases longas, nomes difíceis e... sem ilustrações. E isso, em plena era da imagem, da internet, das siglas como linguagem, e da velocidade cada vez maior da informação: engrenagem tecnológica que, conseqüentemente, vem provocando nas novas gerações uma inegável aversão à leitura literária, que exige tempo vagaroso e concentração interior. É o tempo da máquina superando o tempo humano, que atua no mundo atual. (NOVAIS, 2010, p. 12)

Ao relativizar os conceitos de sexo e sexualidade com auxílio da análise do discurso, vemos quão complexa é a tarefa de formar professores para atuarem como educadores sexuais, em um contexto em que os discursos sobre sexo e sexualidade se multiplicam e invadem as instituições familiares e escolares através da revolução tecnológica provocada pelas mídias, especialmente a Internet, fazendo girar a roda da política, da economia, do mercado, onde os corpos são objeto de consumo e ao mesmo tempo são consumidos (propagandas de estilos de vida, prostituição masculina e feminina, tráfico humano, pedofilia, abusos sexuais, tratamentos psiquiátricos e psicológicos, exames, consultas, medicamentos etc.) (MARTINES e ROSSAROLLA, 2018, p.294).

Alguns problemas sociais que estão presentes na vida acadêmica e na escola devem ser tratados no âmbito familiar, mas, diante de alto índice de muitas questões, percebeu-se a necessidade de a escola iniciar uma atuação nesse tema e, dessa forma, aderindo a uma nova funcionalidade de trabalhar com os alunos o psicossocial.

10. LIVRO VS FILME: A ADAPTAÇÃO DA OBRA HARRY POTTER

A adaptação de um livro para o cinema não parece ser uma tarefa fácil para os roteiristas e diretores, principalmente quando esta trata dos personagens. Alguns deles sofrem modificações, e, muitas vezes, podem ocorrer de sequer aparecerem na tela, ainda que estes tenham grande importância no livro. E, não muito diferente de outros, uma das mais famosas sagas da literatura fantástica, Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban, também passou por essas modificações, especialmente com o personagem, Sirius Black (RODRIGUES, 2020, p.14).

Em razão do filme possuir tempo limite é necessário realizar essas adaptações, ou seja, simplificar para que a história possa ser transmitida na sua completude.

Uma das hipóteses é de que J.K Rowling usa de instrumentos de fácil identificação dos leitores. Itens como sentimentos de companheirismo, amizade, medo misturados com

itens de magia cria uma mistura onde mesmo sendo semelhante a rotina das crianças, como o fato dos personagens irem para a escola, por exemplo, traz a parte do sobrenatural, assim encantando o leitor com novas possibilidades. Em relação a obra defende-se que a maneira que a história é narrada consagram a escola e outras instituições da sociedade, como por exemplo, a mídia (GOUVEIA, 2019, p.18).

Por mais que faça as adaptações é necessário saber o que tirar e o que colocar, para enquadrar os momentos com coerência e levar a mesma mensagem que o livro passa ao seu leitor.

Acrescenta assim que, para os fãs das obras ficcionais que carregam o corriqueiro argumento de que “o filme não é parecido com o livro”, pode-se questionar se a adaptação deveria se preocupar com uma pretensa “fidelidade” da obra de partida. A discussão sobre a adaptação foi atormentada pela questão da fidelidade, sem dúvida atribuível em parte ao romance primeiro, em parte ao senso arraigado de maior respeitabilidade da literatura nos círculos críticos tradicionais (RODRIGUES, 2020, p.16)

Entretanto, existem pensamentos de que essas adaptações retiram a fidelidade ao livro e, nessa discussão, cabe ao bom senso o respeito à literatura e a mensagem que o livro transmite ao seu leitor.

Percebe-se que com um tempo reduzido para se contar uma história feita para o cinema, pode-se fazer necessário uma adaptação, e, muitas vezes, uma redução, mudando os diálogos ou monólogos para que eles sejam inseridos naquele determinado período e fazendo com que outros personagens contem a história que, no livro, seriam falas pertencentes a outros. Por fim, na adaptação de um livro para o cinema pode ocorrer redução de falas, da quantidade de personagens e até mesmo de histórias paralelas, comprimindo para atender ao tempo disponível de um filme (RODRIGUES, 2020, p.18).

Partindo de livro para cinema, pode-se até mencionar que é normal a realização de adaptações e, nesse sentido, repete-se o entendimento de que, é preciso ter bom senso para respeitar a literatura e diante do que ele transmite, ou seja, é preciso saber identificar o que se coloca e o ocultar para caber dentro do tempo, desde que, a mesma mensagem lida no texto seja recebível pelo filme.

A história mexe com o imaginário das pessoas, principalmente porque apresenta artefatos que muitos desejam usar pelo menos uma vez na vida, como uma varinha mágica, capa de invisibilidade ou até mesmo voar de vassoura. Defende-se que os fãs são instigados pela vontade de fazer parte do universo, como por exemplo, o pensamento de poder usar um

pó para se transportar de um lugar para o outro em segundos ao invés de ficar no trânsito do cotidiano. Em relação às varinhas mágicas e voos de vassouras compreende-se que a obra transforma o pensamento dos leitores em verdades internas, pois os leitores gostariam de ter poderes para resolver questões pessoais (GOUVEIA, 2019, p.19).

Assim como a leitura abre o imaginário do leitor, o filme também possui a mesma capacidade com vantagem de possuir imagens que facilita no momento de seduzir o telespectador e leva-o para o fascinante do mundo imaginário.

Na adaptação, percebemos que as decisões do roteirista e do diretor foram fundamentais para contação de história, como a escolha das passagens e dos personagens em cena, assim como a escolha do ator Gary Oldman também foi importante, pois o mesmo desempenha um trabalho importante ao representar o personagem fictício Sirius Black. Além disso, o filme também carrega uma fidelidade, mesmo com algumas mudanças de cenário, ou não inclusão de personagens em cena. Pudemos observar ainda que, apesar de ambas as narrativas, literária e cinematográfica, possuírem semelhanças – narrador, personagem, enredo, ambiente e tempo –, a linguagem do cinema obedece a um tempo, neste caso, de tela, o que, em contrapartida, no romance, esse limite de tempo não existe; o tempo descritivo no romance podem ser maiores e comportam mais informações do que no filme (RODRIGUES, 2020, p.51-52).

Mesmo diante da fidelidade ao livro, o cinema é contagiante e fascinante também e possuindo todos os aspectos de fazer cumprir com a ética do livro.

Coelho(2010) reforça a força que a saga tem apesar da globalização, mesmo o livro tendo sido adaptado para o cinema, para o teatro e até mesmo games, o livro ainda continua vendendo milhares de exemplares no mundo todo, concorrendo diretamente com o mundo virtual, puxando para a realidade brasileira, será que poderíamos aproveitar esses livros nas escolas?

Para Munari (2011):

As *fanfictions* sobre Harry Potter surgiram em meados do ano 2000, principalmente nos Estados Unidos, e rapidamente se espalharam pelo mundo, acompanhando o sucesso dos livros. Um dos sites de busca mais utilizados pelos internautas, o Google, registra 3.600.000 páginas em português sobre fanfics “Harry Potter” 65; em novembro de 2004, eram apenas 911 páginas; em 2006, 59.1066 e, em outubro de 2009, 2.020.000.

(MUNARI, 2011, p. 43)

O fanfic é o fã que não satisfeito com o final da estória ou não contente com uma continuação, começa a escrever por vontade própria sua versão dos acontecimentos posteriores, como vimos com Munari, os leitores estão indo muito além de somente ler a obra, mas também, a partir dela, passam a escrever sobre, isso, com certeza é um grande avanço para a literatura e para o conhecimento, para entendermos a real dimensão disso, a palavra “Muggles” foi adicionada ao dicionário inglês depois que a palavra foi mencionada pela primeira vez no livro “Harry Potter e a Pedra Filosofal”, a palavra em si, faz menção a pessoas comuns ou sem habilidades, no contexto da obra; seriam pessoas sem poder mágico.

Quando falamos em literatura escolar, um comentário interessante sobre o assunto é o de Gonçalves (2014):

De acordo com uma pesquisa realizada por Rocco (1992) os professores não sabem direito o que é literatura. A pesquisa tem como ponto primordial perceber as dificuldades do professor em lecionar literatura. Para isso foi questionado a alguns professores como eles lecionavam literatura, qual a importância da estória e até mesmo da linguagem que são usadas nos textos. O que mais preocupou a pesquisadora foi perceber que os professores veem literatura e textos de forma separada, sem nenhuma conexão. Quando qualquer tipo de texto é literatura, seja o mais simples e atual até o mais arcaico e complexo. Outro ponto que se mostra bem problemático é que a maioria de professores considera que apenas a estória narrada tem que ser discutida e analisada, com enfoques sociais e morais, e a linguagem deve apenas ser trabalhada quando for conveniente, não sendo de extrema importância para o maior conhecimento literário do aluno. (GONÇALVES, 2014, p. 4)

Ele mostra, por meio de pesquisas, que muitas das vezes, os próprios professores não entendem muito bem a relação entre as obras literárias, dificultando assim a explicação sobre os conteúdos. Silva ainda completa o pensamento que dá base ao nosso assunto em geral.

Destaca Gonçalves (2014):

Alunos que se mostram insatisfeitos com as leituras indicadas pelos professores, tais leituras passam ao aluno a ideia que a literatura é chata e sem utilidade. O interesse por parte dos alunos, pela escrita, já que veem nela uma forma de desabafo, mas a leitura de textos que não fazem parte de seu cotidiano, não se torna algo prazeroso. Sendo a interligação de textos atuais com textos cânones a solução mais adequada. Isso mostra o grande distanciamento entre aluno e professor, já que um só quer seguir os cronogramas da escola e desconhece uma ferramenta pedagógica importantíssima a contação de histórias e o outro só quer ler aquilo que o satisfaz, o que faz com que os dois entrem em contradição. (GONÇALVES, 2014, p.19)

Chegamos ao cerne da questão amparados por esses cinco autores acima citados, de que a literatura deve ser reavaliada na forma que é exposta para os nossos alunos de ensino médio no Brasil, e que a solução para o incentivo literário tanto da leitura quanto da escrita pode estar mais perto de nós quanto pensávamos que estaria.

11. METODOLOGIA

A respectiva pesquisa seguiu com as especificações científicas de metodologia diante dos métodos e instrumentos utilizados para a realização dela realizando análise social mediante desenvolvimento de estudo sob caráter qualitativo, descritivo e explicativo.

A pesquisa bibliográfica oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente e tem por objetivo permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações. (MARCONI e LAKATOS 2003 p.183)

Quanto à pesquisa qualitativa-descritiva que, de acordo com Marconi e Lakatos (2003 p.187) “são investigações com finalidade em analisar certas características fatos ou fenômenos podendo utilizar métodos formais e caracterizados sob a precisão e controle estatístico”.

Nesse estudo visou as apresentações de resultados mais coesos e coerentes acerca do tema, como também, buscou compreender esse fenômeno sociopedagógico e poder interpretar os dados coletados.

Esse estudo se desenvolveu sob a pesquisa bibliográfica com realização concreta através de investigações planejadas e organizadas com procedimentos sistematizados com desenvolvimento e sendo regida pela metodologia científica apresentando dados qualitativos discernidos como uma investigação científica e, que por sua vez, possibilitou a elevação ao grau máximo acerca da importância da problemática diante dos fundamentos necessários para a sua análise e interpretação dos dados tornando-a essencial em oferecer a abrangência e profundidade mediante problematização aqui proposta.

O estudo bibliográfico foi primeiramente apresentado mediante conceitos e definições do assunto, no qual, foram apontadas fundamentações acerca dos assuntos centrais e correlacionados do tema em questão, no qual, descreve aspectos relevantes na atualidade a respeito do assunto que foram abordados nessa pesquisa.

Foi realizada uma análise crítica a respeito da literatura brasileira em comparação a estrangeira tendo como base a saga de livros de J.K. Rowling do mundo fictício de Harry

Potter.

O estudo acerca do desenvolvimento integral da infância terá centralidade em fundamentos pedagógicos, dos quais, baseia-se diante das primeiras concepções acerca da temática, em seguida, o estudo continuará seu caminho correlacionando fatores e aspectos dos ambientes escolar e familiar, logo a seguir, examinará comprovações estratégicas de estudos alheios acerca da parceria entre escola e ambiente familiar e, por fim, tende a identificar as contribuições que a relação escola e família podem oferecer ao desenvolvimento integral da infância.

A parte referente à fundamentação teórica do estudo foi abordada as concepções de Gatto (2019); Gonçalves (2014); Lopes (2010); Novaes (2018);

Todorov (1981); Santos (2017); Costa (2014) e Teixeira (2009) nos quais relatam a respeito da temática com abordagem coerente e concisa do assunto.

As respectivas referências ofereceram a compreensão dos dados coletados encontrados na pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas, dentre outros, assim como, encontrados em reportagens audiovisuais que retratem a respeito e, demais materiais que possam contribuir para a qualidade do estudo aqui proposto.

A pesquisa se estruturou com a utilização da pesquisa descritiva e explicativa, no qual, foi exposto com os fundamentos teóricos acerca do problema e, logo em seguida, apresentou a explicação sobre os aspectos e fatores que, por sua vez, influenciaram na resolução da problemática em questão sendo realizado por meio de um estudo com registros de dados e informações que lhes foram propostos a realizar sendo findado com análises e interpretação desses dados adquiridos ao longo da pesquisa.

Ao longo do estudo foi obtido o universo diante da saga dos filmes de Harry Potter sob os alunos do ensino médio que, de certa forma, possibilitaram todo o suporte e estímulo ao desenvolvimento integral da pesquisa e assim alcançar o objetivo proposto.

O estudo se organizou mediante o levantamento das concepções sócio pedagógicas e aplicabilidade dos objetivos específicos e, desse modo, desmistificar o entendimento acerca do filme e dos alunos no ensino médio.

A técnica que foi utilizada no estudo deu-se com a observação, a descrição e comparativa diante da coleta de depoimentos técnicos e profissionais já realizados em outras publicações científicas assim como possibilitou maior extração de dados e informações.

A coleta de dados do estudo se fundamentou com as histórias e depoimentos técnicos e profissionais expostos nos livros com a finalidade de oferecer melhor compreensão acerca

do tema, possuindo significado de reflexão e, sendo então, consideradas como amostras de pesquisa e, por isso, utilizadas na análise e interpretação de dados.

12. CONCLUSÃO

O trabalho apresentado mostrou a importância da leitura nas escolas, especificando os alunos de ensino médio, foi explanada também a importância da mulher nas obras literárias e o protagonismo delas, a identificação da sexualidade na época da adolescência e o respeito que deve ser obtido nas escolas diante dos temas propostos.

Outro assunto que foi retratado de extrema importância foi o bullying nas escolas, e como podemos combater ele através da literatura, uma das ferramentas seria a amizade no âmbito escolar.

Para que tenhamos um país melhor, os índices de leitura devem ser elevados, e para isso, o trabalho aponta algumas soluções a curto prazo como: facilitar o acesso de livros que tenham identificação pessoal com os leitores, ou seja, deve ser encorajado, não só pelos pais, mas também pelos educadores livros que às vezes não fazem parte do conteúdo programático da escola.

Em suma, o tema proposto foi explanado e embasado de tal maneira que nos leva a crer que devemos olhar com uma atenção especial a literatura em nosso país, buscando sempre métodos para inovar e enriquecer a aprendizagem no meio acadêmico, assim como os professores, os alunos têm que fazer sua parte para assim termos um país com um nível de escolaridade melhor.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema aqui apresentado não objetivou impor a leitura dos livros, mas sim, conscientizar acerca da importância desses livros como uma forma de desenvolver o hábito pela leitura nos jovens do ensino médio e demais públicos que estejam a ler o meu estudo.

Esse estudo teve a finalidade de exemplificar que a literatura é muito rica e diversificada e que corresponde às especificidades de cada um, bastando o leitor querer realizar a leitura e estar aberto a buscar a imaginação e suas respostas.

Compreender a amplitude dessa literatura na vida das pessoas é fundamental, pois é rica em experiências comuns sendo capaz de transmitir ao leitor a possibilidade de visitar

qualquer mundo, bastando estar disposto a mudanças e querer viajar através da leitura buscando conhecer melhor a si mesmo e tudo à sua volta.

É preciso entender que os livros são um mundo fantástico, no qual, permite não somente sonhos mágicos como a solução de muitos questionamentos que vivemos cotidianamente em nossa vida e com as demais pessoas dentro de uma sociedade.

14. REFERÊNCIAS

ALMEIDA. Filipe Jorge Ribeiro de.. **Ética e Desempenho Social das Organizações: um Modelo Teórico de Análise dos Fatores Culturais e Contextuais**. Revista RAC, vol. 11. p.105-125. RAC: São Paulo, 2007.

CAMARANI. Ana Luiza Silva, **A Literatura Fantástica: Caminhos Teóricos**. Cultura Acadêmica: São Paulo, 2014.

CONTE. Elaine, **FIALHO**. Bruno Passos, **A amizade nas Relações de Ensino e Aprendizagem**. Revista Perspectiva: vol. 34. p.205-239. Florianópolis, 2016.

COSTA. Fátima Catarina Samagaio, **A Magia da Leitura**. Faculdade de Psicologia e Ciência da Educação. Coimbra, 2014.

CREMONESE. Dejalma.. **Ética e Moral na Contemporaneidade**. Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Campus Neutrais: 2019.

GATTO, John Taylor. **Emburrecimento programado**. vol. 1, n. 1. São Paulo: 2019.

GONÇALVES, Maria Euza Silva. **A importância da leitura no ensino fundamental**. Biblioteca Digital da Universidade Estadual da Paraíba.

LOPES, Rafael Lopes. **A leitura literária no ensino médio/** Rafael Lopes 2 ed. Rio de Janeiro: 2010.

MARTINES. Elizabeth A. L. de Moraes; ROSSAROLLA. Juliana Negrello.. **Sexo e Sexualidade: Tabu, Polêmica ou Conceitos Polissêmicos?** Revista Exitus. vol. 8. n. 2. p. 273-299. Santarém, 2018.

GOUVEIA. Evelyn dos Anjos, **Dos Livros Para o Mundo: O Papel da Comunicação para o Sucesso da Saga Harry Potter**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MARTINS. Sandra Rocha, CARNEIRO. Fabianna Simão Bellizzi. **O Fantástico Mundo da Literatura Insólita e a Formação do Leitor**. , I SIELE – Simpósio Internacional de Ensino de Língua, Literatura e Interculturalidade. XIX Encontro de Letras. Goiás, 2020.

MATIAS, Pereira José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOREIRA, Maria Amélia Quêlhas. **A aquisição de vocabulário por intermédio da leitura**.

NOVAES, Nelly. **O fenômeno Harry Potter e nosso tempo em mutação**/ Nelly Novaes 1. Ed. – São Paulo; Atlas, 2008.

RODRIGUES. Úlima Silva. **Sirius Black: Uma Análise do Livro e do Filme Harry Potter e o Prisioneiro de Azkaban**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2020.

SANTOS. Rosangela. **A Importância da Leitura no Ensino Médio**. Faculdade de Ciências Sociais de Guarantã do Norte. Guarantã do Norte, 2017.

TEIXEIRA. Níncia Cecília Ribas Borges. **Entre o Ser e o Estar: O Feminino no Discurso Literário**. UNICENTRO. Guarapuava, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução a literatura fantástica**. 2. ed. Editions du Seuil: México, 1981.

A DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO E DA EDUCAÇÃO DA ERA VARGAS ATÉ OS DIAS ATUAIS.

ELIZABETH SILVA DO NASCIMENTO *

EDNA TEREZA FREIRE PAULA**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: O presente artigo analisa o processo histórico da democracia constitucional do Brasil dividindo – se em duas linhas do tempo, a primeira aborda o que foi o processo de democracia no âmbito político nos tempos da era Vargas (1882-1954). A segunda linha do tempo, aborda os avanços e retrocessos no contexto histórico de 1930 a 2020 da democracia no âmbito constitucional para a educação no Brasil, faz-se um breve relato do legado deixado pelas constituições: de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, e principais contribuições deixadas para a educação por seus governantes. A democracia no cenário político da década de 30 veio através da Revolução Paulista, as pressões sofridas no governo de Vargas, foi proporcionais às leis descritas na primeira Constituição. Considera-se democrática, a Carta magna de 46, a primeira a destinar um capítulo inteiro para a educação, apesar de ter durado pouco mais de 3 anos, a Carta Constitucional de 1934 inspirou as demais constituições incluindo a Carta Constitucional de 88.

Palavras chave: Educação. Processo Democrático. Política

ABSTRACT: This article analyzes the historical process of constitutional democracy in Brazil, dividing itself into two timelines, the first of which discusses the process of democracy in the political sphere at the time of the Vargas era (1882-1954). The second timeline, dealing with the advances and setbacks in the 1930 to 2020 historical context of democracy in the constitutional context for education in Brazil, makes a brief account of the legacy left by the constitutions: from 1934, 1937, 1946, 1967 and 1988, and main contributions left to education by its leaders. Democracy in the political scenario of the 1930s came through the Paulista Revolution, the pressures suffered during the Vargas government, were proportional to the laws described in the first Constitution. The Constitution of 46 is considered democratic, the first to assign an entire chapter to education, although it lasted just over 3 years, the Constitution of 1934 inspired the other constitutions including the Constitution of 88.

Key words: Education. Democratic Process. Politics

*Finalista do curso de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM.

****Professora Orientadora graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA, especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Escola Superior do Amazonas – ESBAM.**

1. INTRODUÇÃO

A Democracia constitucional do Brasil nos dias atuais ainda é muito discutida na visão dos brasileiros, embora a Constituição de 1988 nos garanta a liberdade de direito e igualdade social, a prática ainda não é completamente estabelecida na sociedade fazendo com que a luta pelos direitos do cidadão seja vista ainda nos dias atuais.

O presente artigo analisa o processo histórico da democracia constitucional do Brasil dividindo – se em duas linhas do tempo, a primeira aborda o que foi o processo de democracia no âmbito político nos tempos da era Vargas (1882-1954), em seu governo provisório ao Estado Novo, faz um breve relato dos governos sucessores ao de Vargas e os impactos sofridos ao longo da história. Onde aborda-se os 15 anos de história da era Vargas, do que foi a democracia nesse tempo. Relata-se o seu segundo governo, o governo constitucional, fazendo um breve relato a respeito do seu terceiro mandato conhecido como Estado Novo, descreve-se o que foi o golpe militar e o fim da democracia conquistada no governo de Getúlio Vargas. Aborda ainda o processo de redemocratização do país, as lutas do povo brasileiro para ter seus direitos garantidos e respeitado, o por fim o relato da conquista das lutas sociais fazendo do Brasil um estado democrático de direito.

A segunda linha do tempo, aborda os avanços e retrocessos no contexto histórico de 1930 a 2020 da democracia no âmbito constitucional para a educação no Brasil, faz-se um breve relato do legado deixado pelas constituições: de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988, e principais contribuições deixadas para a educação por seus governantes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Era Vargas (1882-1954) 15 anos de história.

Em 03 de novembro de 1930 com a vitória da Aliança Liberal e o fim da revolução iniciava-se o governo provisório de Getúlio Vargas seu governo teve proposito de centralizar o poder, encaminhando o Brasil a um novo olhar político sócio- cultural e econômico. O governo de Getúlio foi dividido em três partes: governo provisório iniciado em 1930-1934, governo constitucional em 1934-1937, e o estado novo em 1937-1945.

No governo provisório (1930-1934) Getúlio aboliu a constituição de 1891, fechou

congresso e iniciou com mudanças no quadro político nomeando interventores de estado, grande parte, eram militares apoiadores da revolução de 1930, a fim de assegurar a lealdade e evitar novas revoluções.

No plano político, esse período inicial foi assinalado pela nomeação de interventores para os Estados ... na maioria dos casos os interventores pertenciam ao grupo de tenente que havia apoiado no movimento de 1930 com isso garantia-se lealdade ... (BURITTI, 2002, p. 224)

Vale ressaltar que a medida não agradou os opositores do governo de Vargas principalmente a província de São Paulo e a sociedade, em 09 de Julho de 1932 iniciou a Revolução Constitucional, por meio de protestos e conflito armado, o povo brasileiro exigia o fim do governo provisório e uma nova Constituição Federal. A revolução contou com a participação das mulheres e seu propósito era garantir os direitos de votos, a revolução constitucional de 1932 durou apenas três meses e foi marcada pela derrota da oligarquia paulistana.

Apesar de perder para o governo, o presidente Getúlio Vargas nomeou o paulista Arnaldo de Sales para ser interventor em São Paulo. Após a revolta Getúlio reuniu assembleia para discutir a criação da nova constituição, ainda em 1932 foram assegurados às leis trabalhistas e o direito do voto feminino.

Importante ressaltar que a Constituição Federal de 1934 foi promulgada, conforme a nova proposta constitucional, as eleições a partir de 1934 seria no próprio congresso, a principal característica da constituição, era que o próximo presidente, por sua vez, também participasse das eleições, com direito a reeleição por quatro anos, o voto passa a ser secreto, e o voto feminino, no entanto a partir desta constituição o voto passará a ser obrigatório.

Assegurava os direitos trabalhistas, com salário mínimo, para que a população pudesse manter suas necessidades básicas. Assegurava a educação como direito obrigatório e gratuito desde o ensino primário A medida em que a nova constituição beneficiava a sociedade brasileira ela também beneficiava o poder político e a sociedade burguesa.

Além de instituir o voto secreto e extensivo a mulher, a constituição de 1934 apresentou novos aspectos em comparação com a constituição anterior como: a legislação trabalhista, a organização sindical a educação. (Apolinario, 2007, p. 143).

2.1.1 Governo Constitucional (1934-1937)

Com o fim do governo provisório dava início ao governo constitucional. Logo após a

promulgação da constituição federal de 1934, Getúlio foi eleito constitucionalmente, Presidente do Brasil. Em 1935 aconteceu o fechamento da ANL

–Aliança Nacional Liberal, que era presidida por Luiz Carlos Prestes. O ano também foi marcado pela tentativa de golpe militar protagonizado pelo próprio presidente, a fim de permanecer no poder, uma vez que as futuras eleições se aproximavam, para isso Getúlio criou a lei de segurança nacional em 1936 que permitia a prisão de várias pessoas suspeitas de comunismo.

2.1.2 O Estado Novo (1937-1945).

Assim ficou conhecido o período da ditadura, dava início a era das torturas e censuras do governo Vargas, os comunistas foram perseguidos e muitos foram mortos, a partir daí o presidente toma diversas atitudes tais com: fechar o congresso e se desfaz do poder legislativo, a constituição de 1934 é excluída e é escrita uma nova constituição, onde permite a pena de morte e aboliu os partidos políticos, é o início da ditadura de Vargas.

Na ocasião foi criada a radio Hora do Brasil, seu conteúdo era diário e obrigatório, pois os meios de comunicação que contrariavam a presidência eram censurados. Em 1943 os parlamentares do Estado de Minas Gerais criaram a União Democrática Nacional – UND, que se opunha a Getúlio, mas foi em 1945 que o movimento pela liberdade de expressão a ditadura Vargas tomou forças, era defendido pelo congresso de artistas com a ajuda de estudantes que se manifestava a favor da democracia no Brasil. Em outubro de 1945 o então presidente Getúlio Vargas sofreu um golpe militar foi deposto da presidência e exilado na sua terra natal, São Borja, no Rio Grande do Sul.

Anão auge do jogo político complexo Getúlio foi afastado pelo golpe militar no dia 21 de outubro de 1945 [...] o golpe foi um arranjo provisório do que um imperativo categórico. Um estilo brasileiro fez a política mudar para deixar tudo como está. (COSTA, 2016, p. 95)

Entretanto com o fim do militarismo e sob novas eleições de forma democrática, através do voto popular, Getúlio volta a presidência da República em 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e assume em 31 de Janeiro 1951, onde pode então governar de forma populista, que beneficiava os trabalhadores assegurava seus direitos com aumento de 100% no salário mínimo do dia 1º de maio de 1954 visando o apoio do povo em seu governo.

Nomeou João Gullar para comandar o Ministério do Trabalho. Em 1953 Vargas criou a Petrobras dando poder de explorar e refinar petróleo no Brasil, essa medida desagradou empresas que pretendiam explorar o petróleo. O presidente sofre com a pressão da oposição e de empresários de multinacionais, em 1954 o congresso pede a renúncia do presidente Vargas,

na manhã de 24 de agosto de 1954 em seus aposentos no palácio do Catete o presidente Getúlio Vargas comete suicídio com um tiro no peito. Chega ao fim a era Vargas.

2.1.3 Golpe militar: o início da ditadura e o fim da democracia do Estado Novo.

A princípio sobre promessa de varrer a corrupção do Brasil e usando uma vassoura como símbolo de sua campanha política, com 48% dos votos Jânio Quadros assumia a presidência da República em janeiro de 1961, tinha como vice João Goulart, o país se encontrava em uma crise econômica deixada pelo governo de Juscelino Kubitschek. Na tentativa de recuperar a economia do Brasil, Jânio optou por cortar gastos, congelando salários, desvalorizando a moeda nacional e cortou os créditos aos empresários, Jânio decidiu também fazer corte no setor de importação de trigo e petróleo, o que resultou no aumento de 100% nos preços do pão e do combustível. Tais decisões não agradaram o povo brasileiro, mas satisfez o FMI (Fundo de Investimento Monetário), dessa forma conseguiu-se renegociar a dívida externa do país e proporcionando novos empréstimos.

Além disso, a política de proibições do então presidente foi mais adiante, Jânio proibiu o uso de biquínis nas praias, regulamentou o tamanhos dos maiôs, em concursos de beleza, proibiu o uso de lança perfumes em bailes de carnaval, rinhas de galos e corridas de cavalos em dias da semana.

Quanto à política externa, Jânio acreditava em um Brasil mais independente, a política externa adotada dava autonomia ao Brasil frente aos blocos políticos. Em julho de 1961 o vice-presidente João Goulart fez uma viagem diplomática com destino à China com o objetivo de fechar acordos comerciais que favorecessem a economia do Brasil, em plena guerra fria, a qual tinha, EUA e URSS como protagonistas. Jânio optou por se aliar a Cuba, China e URSS países denominados de socialistas. Em agosto de 1961 o Presidente causou grande revolta na população conservadora ao condecorar o comunista Che Guevara com a mais alta honraria brasileira a Grã-Cruz (Cruzeiro do Sul). Acusado pelo seu partido UND de se aliar ao comunismo o Presidente Jânio Quadros tornou-se o 1º presidente a renunciar à presidência sete meses após seu mandato.

A homenagem a Che desencadeou uma forte reação nos meios conservadores oficiais do exército pró Estados Unidos e civis liderados por Carlos Lacerda passaram a acusar o presidente de se aliançar aos comunistas a reação de Jânio surpreendeu a nação a renunciar à presidência da república (JUNIOR, 2016).

Entretanto a posse de vice João Goulart, não agradou aos militares e dividia opiniões entre a UND e alguns ministros aliado aos Estados Unidos, outros parlamentares e

governadores eram favoráveis a posse de João Goulart. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na tentativa de forçar a posse de Jango organizou um conflito armado, a posse ocorreu no dia 7 de setembro de 1961 sobre regime parlamentarista que limitava seu poder de decisões através de uma emenda constitucional aprovada pelo congresso, esse mandato sobre o parlamentarismo de Jango como era popularmente conhecido durou 14 meses.

Em janeiro de 1963 Jango tinha apoio da classe operaria e do congresso que pedia a volta do presidencialismo instaurou-se um plebiscito e com 91% dos votos da população fazendo enfim de João Goulart um verdadeiro presidente, os militares temiam por uma revolta comunista uma vez que o apoio de Jango veio da classe trabalhadora e não dos parlamentares. Buscando reverter a inflação e a crise econômica Jango optou por implementar as reformas de base e suas medidas sócias que tinham como proposta: permitir a reeleição, o voto dos analfabetos, aproximação com Estados Unidos, participação dos Estados quanto a economia do país entre outros. A reforma de base a qual insinuava o comunismo de Jango era a reforma agraria que transferia as áreas do campo consideradas improdutivas para quem não tinha onde plantar, tais reformas dividiam opiniões públicas de quem era favorável a reforma e de quem não era, por falta de apoio do congresso a reforma de base foi barrada.

Vale destacar que em março de 1964 Jango organizou um comício das reformas, onde discursou para multidões no Rio de Janeiro, na ocasião assinou a reforma agraria e a nacionalização das refinarias de petróleo o que causou revolta conservadoristas causando impacto social. 6 dias depois na marcha da família com Deus pela liberdade reuniu mais de 500 mil pessoas, o que foi favorável aos militares para dar início à o golpe militar.

A passeata contou com a participação do alto clero católico de associações empresariais com a Fiesp, e do governo de São Paulo; os manifestantes pediam a derrubada do presidente. Essa manifestação popular ajudou a criar o clima favorável a deposição de João Goulart. (JUNIOR, 2016, p. 198).

Contudo o governo de Jango era um governo democrático e social acreditava na justiça social da soberania valorização dos direitos trabalhistas, essa era a real proposta da reforma de base do Presidente. No dia 31 de março o general Olímpio Mourão Filho partiu juntamente com suas tropas para o Estado do Rio de Janeiro com a finalidade de depor o Presidente João Goulart, aqueles que tentavam resistir eram duramente repreendidos. Neste dia Jango foi deposto do cargo de presidente da República e refugiou-se com sua família no Uruguai.

No dia 1º de Abril de 1964 estava consolidado o golpe militar pondo um fim a

democracia do Estado Novo iniciada em 1945, com a promessa de novas eleições em 1966, Mas isso não aconteceu, o general Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a Presidência da República, dando início a 21 anos do regime militar com a criação dos AIS (Atos Inconstitucionais), era a forma com que o Brasil era governado. No decorrer da ditadura, esses atos eram medidas de autoridade que eram assinados pelo presidente, essas medidas não eram apresentadas ao congresso ou seja não passavam por aprovações, mas eram definidas pelo poder executivo e já entravam em vigor.

Durante o período da ditadura houve 17 atos inconstitucionais, estes atos modificavam a constituição de 1946, pode – se afirmar que no período da ditadura militar o país era gerido sem a constituição, em uma era de repreensão, torturas e perseguições não cabia liberdade e democracia.

Conhecido como ato inconstitucional, o AI 2 definia-se o total de partidos políticos que eram permitidos, apenas 2 partidos ou bi partidarismo, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que apoiava os militares, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição aos militares. O AI 3 estabelece que haveria escolha de interventores para governar os Estados e Municípios, com o AI 4 o Congresso Nacional é convocado para discutir sobre a nova constituição de 1967 que formalizava os atos inconstitucionais que já haviam sido criados pelo presidente Castelo Branco e os que ainda iriam ser criados pelos futuros presidentes, com isso pode se dizer que a Constituição Federal de 1967 é uma constituição autoritária, é a segunda Constituição criada sobre regime ditatorial.

Importante salientar que o mais cruel e perverso Ato Institucional foi o AI 5, criado durante o governo de Artur da Costa e Silva, no dia 13 de dezembro de 1968. É entendido como o ato que inaugurou o período mais sombrio da ditadura e que concluiu uma transição que instaurou de fato um período ditatorial no Brasil.

Assim vale dizer que o AI 5 possuía 12 artigos e na época trouxe mudanças enormes para o Brasil, foi proibida a garantia do habeas corpus em caso de crimes políticos, decretou o fechamento do Congresso Nacional e autorizava o presidente decretar Estado de Sítio por tempo indeterminado, demitir funcionários públicos, cassar mandatos políticos, confiscar bens privados e intervir em Estados e Municípios.

2.1.4 Processo de redemocratização do país – Nova República (1985 aos dias atuais).

Este período é marcado pelo grito de Diretas Já, em 1984 o povo vai às ruas em todo país pedir o fim da ditadura militar e o direito de votar, a população exigia ter seus direitos e

deveres como cidadão civil reconhecidos através da democracia. Neste passo no dia 15 de março de 1985 após longos anos de desigualdade social e ditadura militar, em meados da nova república ainda que por eleições indiretas, Tancredo Neves é eleito o novo presidente do Brasil, porém devido seu falecimento o seu vice José Sarney assume a presidência como primeiro presidente civil desde 1964. Seu principal objetivo, apagar as marcas da ditadura militar, a desigualdade social e econômica, introduzindo o país na era democrática, a implantação do plano cruzado para tentar equilibrar a crise econômica. Dava-se início a redemocratização do Brasil.

Com o direito das eleições diretas restabelecido em 1989 foi realizada uma nova eleição desta vez o então candidato Fernando Collor de Melo foi eleito pelo voto democrático do povo brasileiro. Em 1992 o povo foi às ruas para pedir reformas e gritar "fora Collor". Fernando Collor de Melo sofreu o impeachment, perdeu o direito de se candidatar e foi afastado do governo. Seu vice Itamar Franco assumiu a presidência até o fim do mandato.

Vale mencionar que em 1994 Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente do Brasil e em seu governo assegurou a moeda real para garantir a estabilidade da economia, sendo assim Fernando Henrique Cardoso foi reeleito em 1998 por mais 4 anos.

No ano de 2003 Luiz Inácio Lula da Silva, foi eleito presidente do Brasil em seu mandato expandiu a economia brasileira e diminuiu significativamente a inflação, seu mandato perdurou por 8 anos tendo fim em 2011.

Acrescenta – se que em 2011 foi um ano histórico para o Brasil, sob a rampa do palácio do Planalto, Dilma Rousseff a primeira mulher a assumir o cargo de presidente do país, eleita democraticamente pelo povo. Seu primeiro mandato garantiu a estabilidade da economia e implementou programas sociais. Dilma Rousseff foi reeleita em 2014, mas seu mandato durou pouco menos de 2 anos, em 2016 a então a presidente sofreu impeachment, o povo no exercício da democracia, foi as ruas novamente exigindo sua saída do governo em razão de uma crise econômica e a suspeita de corrupção em seu governo.

Entretanto, sucede que em 2018, um militar retorna ao poder, foi eleito o novo presidente do Brasil o Capitão Jair Messias Bolsonaro e seu vice General Hamilton Mourão, contrariando e descaracterizando formas de governos anteriores. O

O presidente Bolsonaro foi eleito democraticamente pelo povo, seu governo é composto por militares, mas regido pela Constituição de 1988.

2.2 Estado Democrático de Direito

Para começar a palavra democracia significa “força do povo”, sua origem vem da palavra grega- dêмократία, demo significa “povo” kratia significa “força, poder”. O processo de redemocratização relata a incansável luta de um povo para garantir seus direitos políticos sociais e civis, através da representatividade do voto popular para eleger seus governantes sem abandonar o cumprimento de seus deveres como cidadão. O processo de Democratização do país vem passando por processos políticos desde a era Vargas, mas com a nova constituição de 1988 foi restabelecendo a redemocratização liberal do Brasil que assegura os direitos e deveres do povo.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união insolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se como Estado democrático de direito e tem como fundamento:

I – a soberania; ...

Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (Constituição Federal do Brasil, 88 Determina o art. 1º que, o Estado Democrático de Direito é um dos fundamentos e a soberania é o que liga os direitos fundamentais do povo no sentido participativo, não só no ato de opinar oferecer seu ponto de vista, mas também no ato de reivindicar seus direitos. A Constituição permite ao povo se expressar com liberdade, o ato trás uma grande representatividade pois foi criado com participação do povo. Ainda no Art. 1º que afirma que todo poder emana do povo que exerce por meio da representatividade, ou direta chamada também de democracia mista pode ser denominada como participativa, semidireta esse termo é exercido elegendo um candidato para representar com plebiscitos, manifestos ou até com exigências de impeachment como ocorrera nos últimos anos, em 1984 o grito de diretas já, era ecoado pelos cantos do Brasil por estudantes, trabalhadores a geração dos caras pintadas como ficaram conhecidos, em 1992 o povo voltou a exercer seus direitos indo às ruas pedir as reformas pendentes e exigir o impeachment do então presidente em exercício Fernando Collor de Melo.

Milhares de pessoas, especialmente estudantes – conhecidos como caras pintadas por pintarem o rosto com as cores da bandeira nacional, começaram a ir às ruas em grandes manifestações exigindo o afastamento do presidente. “Fora Collor” (Piletti & Piletti, 2004, p. 135).

A constituição reconhece que a titularidade do Poder Político pertence ao povo, mas determina que seu exercício será feito por pessoas eleitas pelo povo (representantes). Tal sistema é chamado de democracia participativa ou democracia indireta. (Guedes, 2017, p. 189)

Sobretudo a democracia participativa constitui-se na inclusão da sociedade nas tomadas de decisões, a nossa Constituição por exemplo, foi criada do zero com a participação direta do povo através de Assembleias, foi exercida a descentralização do poder do poder, onde tais decisões estão incluídas a elaboração o planejamento implementação que envolve os projetos políticos em várias instancias, estas decisões que antes era elaboradas avaliadas por uma só pessoa o Chefe de Estado, atualmente de acordo com a Constituição Federal de 1988 a participação do povo é indispensável para um país democrático.

A desigualdade sócio - cultural econômica foi um dos principais motivos da luta pela redemocratização do Brasil, embora a nova Constituição Federal assegure os direitos da igualdade a dignidade humana ainda sim a concretização de uma democracia sem falhas parece cada vez mais distante.

Denominada Constituição Cidadã tem 250 destaca-se os seguintes artigos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades

sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos

seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Antes de tudo é importante compreender que o Brasil é um país dirigido por leis e as principais características que regem estes princípios são: a democracia – onde o poder de decisão vem do povo, essa especificidade é uma cláusula denominada Petra, ou seja, ela não pode ser mudada de forma nenhuma. A constitucionalidade – é a nossa carta magna e a Constituição Suprema já existente, uma outra característica é a legalidade – este princípio afirma que todos se submetem ao domínio da lei, elaborada democraticamente unidamente ao princípio da igualdade da justiça – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.

Respeito fundamentais como coletivos, individuais, sócio – culturais e econômicos e por último está a separação de poderes descrito no art. 2º Constituição Federal de 1988 – são poderes da União, independente e harmônico entre si, o Executivo, Legislativo e Judiciário. É necessário que haja total respeito com os direitos humanos para que o Brasil se torne de fato um país democrático de direito.

2.3 Os avanços e retrocessos da educação no contexto histórico de 1930 a 2020 da democracia no âmbito constitucional.

Criado em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública, que teve como ministro Francisco Campos deu origem ao sistema nacional de educação no ensino público conhecida como reforma Francisco Campos, a primeira a nível nacional, em 1931, ainda governo provisório. Foram sancionados decretos a fins de estruturar o sistema de ensino, tais como, o ensino secundário e superior no Brasil.

As medidas tomadas pelo então ministro Campos constavam na divisão do ensino secundário em dois ciclos, o primeiro era o Ensino Fundamental com duração de cinco anos, cuja frequência era obrigatória e o sistema regular avaliativo para os dois ciclos de ensino. O segundo ciclo com Ensino Complementar, com duração de dois anos com a finalidade de preparar o indivíduo para áreas de carreira universitária. O Decreto determinava a criação de uma universidade e a implantação de três unidades de ensino superior, são elas: a faculdade de Direito, Engenharia e Medicina, uma delas podendo ser substituída pela faculdade de Ciências e Letras.

O Ministério da Educação foi criado no Brasil em 14 de novembro de 1930 como o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública. Sua criação foi um dos primeiros atos do Governo Provisório de Getúlio Vargas, que havia tomado posse em 3 de novembro.

O primeiro ministro da Educação, Francisco Campos, veio de Minas Gerais. Sua nomeação foi uma compensação do governo federal a Minas pela participação na Revolução de 1930, mas resultou também da pressão de setores conservadores da Igreja Católica, liderados por Alceu Amoroso Lima. Francisco Campos já acumulava uma experiência de reformador da educação em Minas Gerais na década de 1920. A reforma que fez no ensino primário e normal do estado foi pioneira no país. Seguiu os postulados da "Escola Nova", que haviam chegado ao Brasil pelas mãos de educadores como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo após a Primeira Guerra Mundial.

As principais medidas tomadas por Francisco Campos na pasta da Educação e Saúde Pública datam de abril de 1931. Nessa ocasião foi assinado um decreto que afirmava ser preferível o sistema universitário ao das escolas superiores isoladas e que estabelecia, como exigência para a fundação de uma universidade, a existência de três unidades de ensino superior - as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia ou, no lugar de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Outra medida importante foi a reforma do ensino secundário. (<https://cpdoc.fgv.br>).

Com o surgimento do manifesto da educação nova em 1932, criado por educadores com intuito de reorganizar o sistema educacional do Brasil e tinha como proposta a reforma da educação, para estes grupos de educadores era necessário que a educação tivesse a mesma importância que os outros assuntos sérios do governo, o manifesto foi assinado por 26 educadores intelectuais de renome e tinha como líder Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

A respeito do documento o manifesto defendia a necessidade da escola pública com

garantia de ensino laico, obrigatório e de qualidade, para os educadores, a educação é dever e obrigação do Estado. Conforme o documento, a educação não pode ser igual para todos e obrigatório se não for gratuito. Segundo Cury et al (2015), Como sabemos esse documento a posição de um grupo e apresenta as linhas centrais de um movimento pedagógico, o movimento da escola nova, que também se apresenta como movimento político, a medida em que articula a questão educacional a um projeto de reconstrução nacional. O manifesto é um documento de teor democrático em favor da educação que sugeria também a descentralização política do governo e uma base curricular que garantia a participação do povo de todos os segmentos de classe social e não apenas os de classe alta.

Meados da década 1930 são marcados por intensa disputa ideológica no campo político, econômico, no âmbito educacional também. Essa não é uma questão exclusiva do Brasil. O mundo assiste ao fortalecimento do fascismo na Itália, do stalinismo na URSS e à ascensão do nazismo na Alemanha, através de Hitler. O manifesto dos Pioneiros da Educação, criou um documento onde pedia reformas, principalmente na educação.

Promulgada a nova Constituição Brasileira em julho de 1934, que tinha o objetivo melhorar as condições de vida dos brasileiros através de leis que garantiam melhorias na saúde, trabalho, cultura e educação. Sob a influência do manifesto, a Constituição Federal de 1934 dava ênfase e priorizava a educação no Brasil que passou a ser um direito de todos em seu (Art. 149),

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (<https://www.jusbrasil.com.br>).

Em outras palavras, a responsabilidade maior passou a ser competência da União, pois a Carta Magna foi o primeiro passo para se estabelecer os currículos de diretrizes e bases para escolas públicas e privadas como descreve Art. 150, a, b.) da Constituição de 1934. Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos Arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras *a* e *e*, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a

fim de o tornar mais acessível...

d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;

f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna.

Estabelecido no art.150 observar – se o novo capítulo da educação brasileira onde descreve não só o direito ao aprendizado, mas também os deveres da união em garantir o financiamento do sistema educacional e a forma que deveriam ser aplicados como determina a lei afirmado no (art. 157).

Art.157º § 1º - As sobras das dotações orçamentárias acrescidas das doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros, constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas, determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas. (Constituição de 1934, s.d.)

Ressalta-se que a constituição ampliava os direitos da cidadania que possibilita uma nova realidade de vida dos brasileiros, esta Constituição durou cerca de 3 anos em novembro de 1937 foi outorgada a nova Constituição do Brasil. Conhecida também como Constituição Polaca por ter várias semelhanças com a constituição polonesa e continha traços fascista era o início do Estado novo, poucas mudanças foram feitas, o ensino primário permanece gratuito e obrigatório porém o dever da educação foi retirada do Estado a prioridade passou a ser enfatizado o ensino pré – vocacional e profissional, a política educacional sugerida nesta constituição era voltada para mão de obra para atividades aberta ao mercado.

Nomeada de forma liberal e democrática a nova constituição de 1946 assinado pelo então presidente Gaspar Dutra, marca a retomada dos valores constitucionais descritos na Constituição de 1934 onde descrevia a democracia como voto secreto e universal, dava direito a participação das mulheres nas eleições através do voto feminino e a educação como direito de todos e dever do estado, que por ventura foram anuladas com a Constituição de 1937.

Todavia o texto Constitucional de 1946 é um documento político sem maiores inovações educacionais. Voltou-se, de certa forma, a 1934. Talvez seja um passaporte para o reingresso na vida democrática... (Boaventura, 1996, p. 31)

A Carta Magna reafirma que a educação é um direito de todos, como descreve em seu (art. 166). Apesar de ter a constituição de 1934 como modelo, a Constituição de 46 também reafirma o compromisso do Estado em apoiar o sistema educacional de ensino e suas estruturas em relação ao financiamento das verbas destinadas à educação.

Contudo o passo mais importante dado pela Carta magna de 46 foi o de determinar que: é dever da União em formular as leis de diretrizes e bases da educação nacional, mencionadas no (art.168). Desta forma é afirmada a importância das políticas educacionais descentralizando partes das competências dos Estados, mas ainda sim devem seguir as diretrizes fixadas pela União.

Repõe os termos federativos e a autonomia dos Estados na organização do sistema de ensino, foi sob essa constituição que se deu em 1961, as Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei 4024/61. (Stephanou & Bastos, 2001, p. 24).

A mudança intensa possibilitou aos Estados estruturarem seus métodos de ensino, sendo capaz de ministrar não só o ensino primário e formação de professores, mas, também, os ensinos superior e pós graduação, modalidades antes de responsabilidade da União. O Estado tinha autonomia sobre as três modalidades de ensino.

Cumprir mencionar que as Assembleias para discutir a criação das leis de diretrizes e bases iniciaram – se em 1948, apesar da necessidade da criação da LDBEN, a discussão a respeito de sua criação surgiu através dos movimentos da arte e cultura popular de Pernambuco, que tinha iniciativa própria de alfabetizar jovens e adultos, uma iniciativa de Paulo Freire, essas discussões duraram cerca de 13 anos.

Destaca – se também que em 1953 a educação volta a ser orientada pelo Ministério da Educação. Com a morte de Getúlio, em 1956 a educação brasileira sofre mais um retrocesso, desta vez pelas mãos e decisões do presidente Juscelino Kubitschek, pois em seus planos e metas, a educação não era sua prioridade. O investimento era pouco e destinado apenas a formação técnica, de contra partida o setor da indústria foi impulsionado, o desenvolvimento com a construção de Brasília. O descaso com a educação gerou revolta aos educadores, em 1959 um novo manifesto da educação desta vez foi assinado por 189 educadores reafirmando as exigências de que a educação laica e gratuita era dever do Estado. Neste contexto, os educadores que defendiam o ensino privado alegavam que a escolha do modo de ensino devia ser de escolha da família, a discussão durou cerca de 2 anos.

A Carta Magna de 1946, deu início ao período de leis, assinalada pelo então presidente Jango, em 1961 entra em vigor a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a primeira

LDB. A lei nacional permitiu a descentralizar o sistema de ensino tanto na esfera federal quanto na estadual, apesar da conquista, a Lei de Diretrizes e Base, foi bastante questionada pelos educadores do manifesto pois não favorecia a classe popular, pois firmava apoio financeiro às instituições de educação privada e tinha mínima atenção ao ensino público.

Através das iniciativas e metodologia de ensino de Paulo Freire, em 1962 foram criados o Plano Nacional de educação (PNE) e o Programa Nacional de Alfabetização, em 1964, esse avanço na democratização no âmbito educacional sofrerá retrocesso mais uma vez com o golpe militar, que anula o projeto de ação para educação, alegando que as propostas eram desordeiras.

Os planos destinados à educação nos tempos da ditadura militar eram outros, a expansão do sistema de ensino público por 8 anos, a modernização da universidade brasileira, criando a agência de apoio e pesquisa para pós-graduação, deu início às novas mudanças na educação. O governo militar foi marcado pela repressão, muitos educadores e universitários foram prosseguidos, demitidos, muitos foram presos devido sua ideologia e posições contrárias ao governo. O autoritarismo de um ensino tradicional de extrema direita à medida que a educação avançava, avançava também com aqueles que eram contra o governo. Em 1967 foi outorgada a Nova Constituição brasileira, sob regime da ditadura, que reafirmava em seu (art. 168) a educação como direito de todos e dever da família, era favorável ao ensino privado, em um período ditatorial em que a sociedade não podia se posicionar e exigir mais atenção a educação pública. Se tratando da educação, a CF/67 não mudou muita coisa.

Art 168 CRFB/67 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana. § 1º - O ensino será ministrado nos diferentes graus pelos Poderes Públicos. § 2º - Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo. § 3º - A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas: I - o ensino primário somente será ministrado na língua nacional; II - o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais; III - o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos. Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigindo o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior (<https://www.seer.ucp.br>).

O coronel Jarbas Passarinho assumiu o Ministério da Educação e Cultura logo após o ato institucional nº 5 coube a ele finalizar a reforma universitária que foi estabelecida pela lei 5.540/68, que fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

A Constituição cidadã como é conhecida a Constituição de 1988, por priorizar as minorias sócio-economicamente favorecida para educação. A CF/88 dá um extenso sentido, nela é estabelecido a educação como direito de todos em todos os níveis (art. 205), garantido, aos que queiram frequentar o ensino público, devem ter acesso a escola pública, a CF/88 garante a gestão democrática (art. 206. VII) permitindo também nas escolas públicas.

Como investimento para garantir um ensino de qualidade, a CF/88 estabelece um plano orçamentário direcionado à educação para o Distrito Federal, Estados e Municípios (art.11. ins.4), ainda determina a responsabilidade do Governo Federal em estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.

Nasce a última versão da LDB no ano de 1996, onde descreve a gestão democrática no ensino público, a gratuidade do ensino fundamental é obrigatória, a progressiva independência administrativa nas escolas, eram as principais características da Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1996 (LDB 9.394/96). EM 1998 No governo de (FHC) Fernando Henrique Cardoso, criou-se o exame nacional do Ensino Médio que avaliava o desempenho dos alunos.

Vale destacar que ao fim da década de 90, o programa de crédito estudantil passa a se chamar Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), em setembro do mesmo ano é aprovado as Diretrizes Curriculares Nacionais das Escolas Indígenas. Em janeiro de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), foi aprovado com duração de 10 ano, após 3 anos da criação do ENEM, a avaliação passou a ser aceita como critério para ingressar no ensino superior.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um processo contínuo chamado Democracia. Através das linhas do tempo política e educacional, apresentadas neste artigo, possibilitou uma análise do processo democrático e da educação da era Vargas até os dias atuais. As decisões políticas no contexto histórico quanto a democracia constitucional, a forma com que este processo democrático era esquecido quando confrontado com as decisões presidencialistas. Eram confrontados com a ideia de democracia vinda do povo, este contexto permitiu uma reflexão de que muitos foram os avanços nas Constituições

Federal, pouco tempo para praticá-la. No âmbito constitucional da educação a linha do tempo permitiu compreender o quão importante foi o manifesto dos pioneiros da Escola Nova. Foi o marco inicial para a educação ser priorizada constitucionalmente ainda nos dias atuais. Além do mais, permitiu a utilização dos recursos didáticos como livros, documentos históricos e avaliar a grande importância desses recursos na contribuição da aprendizagem.

De um modo geral, a democracia no cenário político da década de 30 veio através da Revolução Paulista, as pressões sofridas no governo de Vargas, foram proporcionais às leis descritas na primeira Constituição. Considera-se democrática, a Carta magna de 46, a primeira a destinar um capítulo inteiro para a educação, apesar de ter durado pouco mais de 3 anos, a Carta Constitucional de 1934 inspirou as demais constituições incluindo a Carta Constitucional de 88.

Em síntese, a legislação educacional desde a chamada Era Vargas até os dias atuais, trouxe alguns avanços, não só na área social como também na área educacional, a democracia quando exercida por todos trazem mudanças significativas para toda sociedade.

4. REFERENCIAS

APOLINARIO, M. R. **Projeto Arabá História 9º ano**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2007.

BOAVENTURA, E. M. A Educação nos 50 anos da Constituição de 46. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 33, p. 31, Outubro 1996. ISSN 132. Disponível em: www2.senado.leg.br. Acesso em: 03 Outubro 2020.

BRASIL. **As Constituições Brasileiras**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br>. Acesso em: 03.11.2020.

BRASIL. **Constituição de 1934**. Câmara dos deputados.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Grafica do Senado, 1988. BULHÕES, Raquel Recker Rabello. **A educação nas Constituições Brasileiras**. Disponível em: <https://www.seer.ucp.br>. Acesso em: 24.09.2020.

BURITTI, F. C. **Tempo e Espaço 8º serie**. Belo Horizonte: Saraiva, 2002.

CÉSPEDES, Livia; Rocha, Fabiana Dias da. **Em V. M. Jur, Vade Mecum**. 29 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

COSTA, Marcos. **Historia do Brasil para quem tem pressa**. Rio de Janeiro: Valentina, v. 1, 2016. 200 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil; CUNHA, Célio. Manifesto do Educador os pioneiros 80 anos depois. **revista brasileira de estudos pedagogicos**, Brasília , v. 96, n. Especial, 2015

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **A era Vargas dos anos 20 até1945**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 24.09.2020.

GUEDES, Evandro. **Noções de Direito Constitucional**. Cascavel - PR: Alfa Concursos, 2017.

JUNIOR, Alfredo. Boulos. **Historia Sociedade e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: FTD, v. 3, 2016.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br>. Acesso em: 30.09.2020.

PILETTI, Celso.; PILLETI, Carlos. **Historia e Vida Integrada 8º serie**. São Paulo: Atica, 2004.

POLETTI, Ronaldo. **Constituição Brasileira 1934**. 3 ed. Brasília: [s.n.], 2012.
STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 2. ed. Petropolis: vozes, 2005.

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS NA VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVAS

KARINA KARLA LOBATO*

ADLA MAKAREM RIBEIRO**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: Este ensaio dissertativo nasceu do seguinte questionamento central: quais são os desafios na Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS para as pessoas com deficiência auditiva e quais os desafios de ensino e aprendizagem do aluno (a) surdo? Assim este estudo teve como objetivo geral analisar a importância da comunicação em libras na vida das pessoas com deficiência auditivas, além de especificamente descrever a Importância da LIBRAS; Identificar quem é o surdo; e explicar a importância da inclusão do surdo no ensino regular. Para a construção do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica por revisão integrativa nos principais materiais da literatura que tratam especificamente do tema. O referido estudo encontra sua justificativa no fato o tema é atual e que levanta discussões nos diversos âmbitos da sociedade, no aspecto legal e da educação, tendo em vista que a educação é um direito constitucional expresso na Constituição Federal de 1988, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Concluiu-se que os surdosalunos foram incluídos socialmente, mas foram academicamente excluídos devido à falta de acesso linguístico aos currículos acadêmicos das escolas brasileiras.

Palavras-chave: Características linguísticas dos alunos surdos. Deficiência. Inclusão. O direito a educação do aluno surdo.

Abstract: This essay was born from the following central question: what are the challenges in the Brazilian Sign Language - LIBRAS for people with hearing loss and what are the challenges of teaching and learning the deaf student? Thus, this study aimed to analyze the importance of communication in pounds in the lives of people with hearing loss, in addition to specifically describing the Importance of LIBRAS; Identify who the deaf is and Explain the importance of including the deaf in regular education. For the construction of the study, a bibliographic search was carried out by integrative review of the main literature materials that deal specifically with the theme. This study finds its justification in the fact that the theme is current and raises discussions in the various spheres of society, in the legal and education aspects, considering that education is a constitutional right expressed in the Federal Constitution of 1988, as well as in the Law of National Education Guidelines and Bases. It was concluded that deaf students were socially included, but were academically excluded due to the lack of linguistic access to academic curricula in Brazilian schools.

Keywords: Language characteristics of deaf students. Deficiency. Inclusion. The right to education for the deaf student.

*Finalista do curso de Licenciatura em Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. E-mail: karlasandre21@gmail.com.

**Pedagoga e Assistente Social, mestranda em Ciência da Educação, especialista em gestão em políticas públicas, Docência do Ensino Superior, Educação Inclusiva, Psicopedagogia Institucional e Clínica e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica. Orientadora de trabalho de Conclusão de Curso da Escola Superior

1 INTRODUÇÃO

Os modelos de educação usados para atender os alunos surdos evoluíram gradualmente ao longo do último século. Os esforços iniciais incluíram escolas particulares, algumas com instrução em linguagem de sinais. Modelos mais recentes concentraram-se em unidades especiais dentro de escolas públicas ou na integração em salas de aula de educação geral com serviços especiais limitados (BOTELHO, 2008).

Os últimos anos viram o advento de um novo modelo, a sala de aula "inclusiva". Em vez de fornecer serviços separados para alunos com necessidades especiais, a inclusão integra todos os alunos e serviços na vida da sala de aula de educação geral. Embora os objetivos da inclusão sejam relativamente consistentes entre as escolas, algumas secretarias de educação abordam a inclusão de acordo com as necessidades de seus alunos e com os recursos disponíveis (REIS, 2012).

Os dados disponíveis sobre o sucesso da inclusão em estudantes surdos mais novos são limitados. As necessidades de comunicação dos alunos surdos e as práticas de ensino em sala de aula atípica somente para uso oral são dificuldades potenciais com a educação inclusiva. Intérpretes de linguagem gestual podem ser usados para complementar a fala do professor e facilitar a participação do aluno no discurso da sala de aula (GÓES, 2016).

À luz deste suplemento de linguagem gestual, a finalidade deste estudo será investigar o ambiente inclusivo da sala de aula em três áreas: discurso do professor para alunos surdos e ouvintes, filosofias e estratégias de ensino inclusivas e o papel de um intérprete na comunicação em sala de aula (LACERDA, 2010).

A ideia diretriz deste artigo se originou de um questionamento mestre: quais são os desafios na Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS para as pessoas com deficiência auditiva e quais os desafios de ensino e aprendizagem do aluno (a) surdo? Desta forma, nasceram os seguintes questionamentos adjacentes: Quais fatores contribuem na formação dos docentes para influenciar os desafios no ensino e aprendizagem do aluno (a) surdo? E, de que forma os professores e família podem ajudar a diminuir os desafios no ensino e aprendizagem do aluno (a) surdo?

Com isso, este trabalho terá como objetivo geral analisar a importância da

comunicação em libras na vida das pessoas com deficiência auditivas, além de especificamente descrever a Importância da LIBRAS; Identificar quem é o surdo e Explicar a importância da inclusão do surdo no ensino regular. Para a construção do estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica por revisão integrativa nos principais materiais da literatura que tratam especificamente do tema.

Portanto, o assunto exposto ampliará a produção e reprodução de conhecimentos do profissional da educação, levando-o a refletir sobre essa realidade, saber distinguir e ver a pessoa com deficiência auditiva e não como um deficiente. Contribuindo para o desvelamento do mesmo, sendo impregnado de questões sociais.

O apoio incondicional da SEDUC e do MEC servem base para a melhoria das metodologias que tem ajudado os alunos com deficiência auditiva a refinar suas aprendizagens engajados usando dois idiomas (português e Linguagem Brasileira de Sinais).

É preciso que se entenda que o aluno com deficiência auditiva ou surdez que está lotado na educação especial é, antes de tudo, estudante de educação geral. Muitos, se não a maioria, das secretarias de educação estaduais e/ou municipais no Brasil estão adotando ativamente o modelo de inclusão educacional, no qual todos os alunos são educados na sala de aula principal, independentemente da diversidade de suas necessidades (LEWIS, 2016).

Os alunos com deficiência auditiva ou surdez têm necessidades especiais, mas não devido a distúrbios de aprendizagem, como a maioria das outras populações de educação especial (REIS, 2012). A principal diferença entre os alunos com perda auditiva e seus colegas de classe é que eles não acessam a fala tão completamente. O ruído de fundo e a distância têm efeitos exagerados no aluno com perda auditiva, em comparação com os colegas ouvintes. Os alunos que são surdos e/o com deficiência, denominados de DHH (*Deaf and Hard of Hearin*) - têm apenas brechas de aprendizado e não precisam de secundário para ter acesso a problemas de comunicação, não a distúrbios de aprendizado (LORENZETTI, 2016).

A educação inclusiva é uma abordagem para educar os alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão rejeita o uso de escolas ou salas de aula especiais para separar alunos com deficiência de alunos sem deficiência. Algumas aulas inclusivas usam um modelo de ensino em equipe (ou com ensino) em equipe com um professor de educação especial na sala o dia todo (LOUREIRO e SANTOS, 2012).

Outras aulas inclusivas fazem com que os professores de educação especial participem em horários específicos durante o dia. Ambos os professores estão disponíveis para ajudar

todos os alunos. A inclusão é benéfica para todos os alunos - não apenas para os que recebem serviços de educação especial. Mas para trabalhar com alunos com DHH se faz necessário certo preparo, o que não acontece nas universidades brasileiras, cujo currículo não inclui matérias com foco na educação especial (MIRANDA, 2011).

No caso dos alunos com DHH, a LIBRAS não é ensinada nas universidades a não ser em cursos sem extensão ou de especialização. O preparo do professor seria fundamental. Todos os acadêmicos do curso de formação de professores deveriam receber esse tipo de treinamento. Seria uma abordagem analítica mais consciente que empregaria estruturas conceituais, essencialmente para uma assimilação inconsciente (REIS, 2012).

Adota pertinente relevância profissional, das questões concernentes à pessoa portadora de deficiência auditiva, permitindo concretizar os programas de prevenção, de atendimento especializado e de integração social, visando à conscientização da sociedade, o que justifica este estudo. A importância desse estudo dá-se por ser um tema atual e que levanta discussões nos diversos âmbitos da sociedade, o aspecto legal e da educação. Tendo em vista que a educação é um direito constitucional expresso na Constituição Federal de 1988, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A relevância do estudo encontra-se no fato de a educação inclusiva ser fundamento que permite acolher ao aluno surdo e promover sua participação no processo de ensino e aprendizagem com qualidade e conteúdo adaptado conforme as necessidades da pessoa com necessidades especiais. Ocorre também o fato dessas necessidades não persistirem como um fator de segregação ou exclusão educacional. Precisa-se, portanto, que a escolarização traga benefícios a todos os alunos desenvolvendo políticas que promovam o acesso do aluno surdo ao atendimento educacional especializado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contexto da surdez e escola

No passado, acreditava-se que as crianças com deficiência eram inferiores às pessoas sem deficiência, que era considerado essencial ensiná-las em escolas especiais separadas, onde elas não somente recebiam serviços especializados, mas também evitavam o aprendizado de outras pessoas. Esses autores observaram que a "educação especial" se desenvolveu como um sistema paralelo à educação convencional e conceitualizar as pessoas

com deficiência como "anormais" e precisam da atenção de especialistas (MÉLICH, 1998).

À medida que as fronteiras da ignorância diminuíram gradualmente, percebeu-se que talvez não fosse do melhor interesse das pessoas com deficiência ou mesmo da sociedade, que elas fossem separadas da corrente principal. Houve uma mudança de paradigma no que Mpfu et al. (2017) chamam de expressão e promoção de valores sociais igualitários de igualdade de oportunidades e acesso aos recursos necessários para a aquisição de habilidades e habilidades que possibilitam significado da participação social total de indivíduos em suas comunidades (MIRANDA, 2011).

A UNESCO (1994) marcou o ponto de virada para a educação inclusiva como celebração de diferenças e apoio a todos os alunos. O foco havia mudado das curtas deficiências do indivíduo e como elas poderiam ser superadas, concentrando-se em como as deficiências das escolas comuns poderiam ser superadas para acomodar todos os alunos.

Pensava-se agora que o apoio era possível, pois havia a percepção de crianças com deficiência como tendo apenas necessidades educacionais especiais que precisavam ser acomodadas em ambientes menos restritivos. Por isso, pavimentou o caminho para a educação de crianças com deficiência, juntamente com colegas não-deficientes em escolas comuns, em vez de instituições especializadas que os missionários encontraram com ethos de caridade. Como outros grupos de crianças com necessidades educacionais especiais, as crianças surdas do Brasil começaram a ser educadas junto com as crianças ouvintes nesta nova dispensação (PERLIN, 2016.).

Os fundamentos egali-tarianos globais da educação, estabelecidos em convenções como Educação para Todos (1990) e UNESCO (1994), encontraram expressão no ordenamento jurídico brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 e da legislação infraconstitucional como o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – ECA e a partir de 1996 com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, que institucionalizou o direito de cada criança brasileira à educação escolar.

Mpfu et al. (2017) observaram que a educação inclusiva era uma das várias maneiras pelas quais as autoridades educacionais do Brasil procuravam melhorar os direitos dos cidadãos para pessoas com deficiência. A ênfase estava na universalização do acesso e na promoção da equidade para grupos desfavorecidos, com atenção especial na remoção de disparidades educacionais. Machado (2016) afirma que, na educação inclusiva, a ênfase está na provisão, dentro do ambiente escolar predominante, das condições e apoio que permitirão

que diversos indivíduos alcancem determinados resultados educacionais especificados que podem ou não ser entendido ser o mesmo para todos os alunos. Lorenzetti (2016) vê a inclusão como um ambiente de aprendizado uniforme para todas as crianças em suas crenças, valores e normas.

Assim, a inclusão talvez seja vista como uma ferramenta para cultivar valores culturais e sociais em crianças ouvintes e seus surdos. O exposto por Lorenzetti (2016) parece sugerir o atendimento de diversas necessidades e acomodações de todos os alunos nas escolas regulares mais próximas. Loureiro e Santos (2012) apontam que os alunos surdos têm o direito de aprender em um ambiente inclusivo, junto com seus colegas ouvintes. Agora, pensava-se que o ensino de crianças surdas e ouvintes em escolas comuns proporciona aos alunos surdos acesso igual a oportunidades de aprendizado e modelos normais na sociedade.

No entanto, a UNESCO (1994), na convenção que deu voz à necessidade de incluir crianças com deficiência em escolas comuns, destaca que os alunos surdos podem precisar usar a linguagem de sinais como meio de comunicação. Mas isso parece ser dificultado nas escolas comuns, como mostra Mantoan (2015) ao relatar que professores de crianças surdas no Brasil não podem ensinar e não veem a língua de sinais como uma linguagem completa. Isso pode não ser uma surpresa à luz da cultura tradicional do Brasil, que vê em grande parte a deficiência negativamente e na qual muitas pessoas experimentam vergonha e culpa se houver uma pessoa com deficiência em sua família.

Machado (2016) descobriu que os termos usados para descrever as pessoas com deficiência nos diversos recantos do país que indica que as pessoas com deficiência são percebidas como tendo uma qualidade semelhante que os diferencia dos seres humanos completos que em alguns locais como o interior do Norte e do Nordeste significa ser pesados, fracassado ou sem competência. Lorenzetti (2016) diz que atitudes negativas em relação às pessoas com deficiência se originam no modelo médico de que elas não são seres humanos plenos por causa da ausência ou dano à faculdade física que, na verdade, é uma forma de culpar a vítima. Ver as pessoas com deficiência como alunos simplesmente tendo necessidades diferentes, que simplesmente precisam ser acomodadas em uma escola regular, torna-se questionável, dado esse cenário cultural.

No Brasil, as pessoas surdas são tratadas muitas vezes de forma depreciativa, ou associadas à mudez. Ambos os termos têm concordância concordante com pronomes para não humanos. No sistema escolar oficial, a surdez é chamada de "deficiência auditiva", que

abrange toda a faixa de comprometimento leve a profundo, e os Sistemas de Informação de Gestão Educacional (2018) do MEC registraram 6 634 crianças com deficiência auditiva nas escolas brasileiras.

Essa visão de deficiência de surdez é baseada na classificação internacional de deficiências da OMS (1991), que sugere uma perspectiva de deficiência que pode resultar em um modelo médico ou de caridade. Não está claro se o uso de termos que tenham um acordo concordante com não-humanos ou o emprego de um termo oficial com base em uma perspectiva de deficiência permitiria a percepção dos alunos do dia-a-dia como tendo necessidades diferentes, que simplesmente deveriam ser acomodadas em uma escola regular.

Perlin (2016) encontrara uma prevalência extraordinariamente alta de surdez autossômica herdada recessivamente entre alguns lugares do Brasil, especificamente no Nordeste. Embora a descoberta de Perlin (2016) seja surpreendente em um grupo regional que desencoraja a consanguinidade, o número de crianças surdas na escola é significativo e, portanto, a investigação das oportunidades que esses alunos têm ao serem acomodadas nas escolas regulares parece ser justificada.

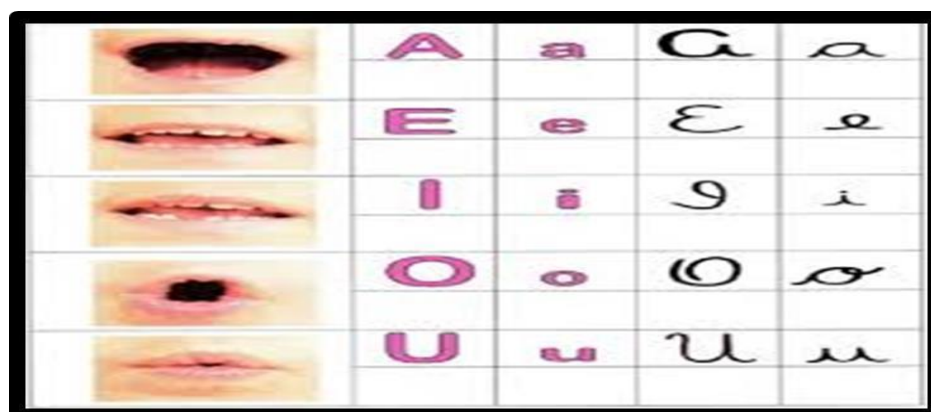
2.2 Características linguísticas dos alunos surdos

Os primeiros estudos de crianças com perda auditiva focaram-se em obter inventários de sua linguagem expressiva. Crianças com deficiência auditiva geralmente apresentam atrasos significativos na produção, no vocabulário e na sintaxe dos fonemas (GODOY, 2012). Supõe-se que os alunos surdos possam melhorar sua língua através de exposição e prática adequadas; no entanto, Godoy (2012) enfatiza que os insumos precoces em idade precoce e o atraso grave requerem intervenções intensivas que se concentrem em estratégias de aprimoramento para todos os componentes da linguagem, como fazer um comentário, solicitação ou reconhecimento, etc. que correspondam aos de seus pares ouvintes.

Os surdos-alunos confiam mais nas técnicas de rotulagem não-verbal do que seria esperado em crianças com audição normal, mas ainda expressam uma gama completa de habilidades comunicativas. Essas habilidades são a base sobre a qual a linguagem falada se desenvolveu (SOUZA E MENDES, 2017). O fornecimento de modos não verbais de comunicação na sala de aula pode, portanto, ser um ponto de partida importante para os alunos que desenvolvem suas habilidades de linguagem verbal. Atrasos na linguagem

geralmente levam a um fraco sucesso acadêmico e a dificuldades na comunicação em sala de aula (SOUZA E MENDES, 2017). Godoy (2012) descobriu que os alunos surdos normalmente entram na escola com um atraso de três anos nas habilidades linguísticas; além disso, suas taxas de melhoria de desempenho são medíocres, na melhor das hipóteses, com a média de alunos surdos em idade escolar lendo no nível da terceira série (Figura 1):

Figura 1 - Características linguísticas dos alunos surdos



Fonte: Godoy (2012, p. 134)

Savage et al. (1986) apud Veiberg (2009) levantaram a hipótese de que esses problemas acadêmicos são principalmente o resultado de uma comunicação deficiente entre os alunos surdos e o professor. O mesmo autor revisou a pesquisa sobre três tipos de comunicação comumente usados nas salas de aula: somente oral (leitura de voz), principalmente oral (leitura de leitura e escrita de dedos) e comunicação simultânea (leitura de leitura, leitura de dedos e assinatura). Savage et al. (1986) apud Veiberg (2009) resumiram as taxas das crianças de recepção e compreensão de materiais usando esses três métodos diferentes. Essas pontuações gerais não refletiram variação em sub escores nos níveis de uma palavra, sentença ou sintaxe.

O autor descreveu as diferenças como ilustrando como a mudança no método de comunicação afetou as taxas de recebimento de informações por crianças surdas. No geral, a abordagem somente oral resultou no nível mais baixo de compreensão pelos surdos- alunos (46% de todos os enunciados) (VEIBERG, 2009). O método principalmente oral de leitura e ortografia dos dedos mostrou taxas de compreensão significativamente mais altas (65% da entrada na língua) (SAVAGE et al., 1986) apud VEIBERG, 2009). Embora tenham melhorado, os alunos surdos expostos à fala e à digitação suplementar ainda não estavam se beneficiando de um ambiente de linguagem enriquecido (SOUZA E MENDES, 2017).

Valentini (2009) inferiu que a linguagem de sinais ajuda dramaticamente: a compreensão aumenta para mais de 86% usando o método de comunicação simultânea. Parece importante, portanto, aumentar a linguagem dos professores com a linguagem de sinais. Os achados de Savage et al. (1986) são ainda apoiados por Hyde e Power (1992) apud Veiberg (1999), que consideraram a comunicação simultânea benéfica para indivíduos severamente e profundamente surdos em uma tarefa receptiva de compreensão da linguagem.

Para participantes com perda auditiva profunda, as condições que usavam combinações de leitura, audição e ortografia dos dedos eram inferiores às condições que envolviam assinatura. Para aqueles com perda auditiva severa, porém, a superioridade de condições com sinais era menos clara. Mesmo assim, os resultados apenas das condições de audição foram mais baixos do que aqueles com ortografia e sinais de fala e dedos combinados (SOUZA E MENDES, 2017).

Os resultados deste estudo demonstram que as necessidades de comunicação dos alunos surdos podem variar de acordo com o nível da perda auditiva, mas ao mesmo tempo confirmam os achados anteriores de que a comunicação simultânea pode ser melhor do que a via oral. Os resultados de Savage et al. (1986) e Hyde e Power (1992) apud Veiberg (1999) sugerem que é possível ter um ambiente de comunicação simultânea eficaz com um único instrutor. Power, Hyde e Leigh (1996) apud Veiberg (2009) testaram ainda mais essa hipótese, pedindo a seis professores que escrevessem um conto para três grupos simulados de alunos do ensino fundamental. Ou seja, os professores foram convidados a fingir que estavam contando a história para ouvintes, estudantes surdos que usavam apenas métodos orais e estudantes surdos que usavam comunicação simultânea.

Power et al. (1992) apud Valentini (2009) aponta que a complexidade linguística medida com ambos em unidades termináveis mínimas (unidades T) e unidades de análise TokenRatio (TTR) de tipo. No geral, eles encontraram diferenças significativas nas unidades T para o grupo oral/auditivo, o grupo oral/surdo e o grupo de comunicação simultânea/surdo. No entanto, na análise da TTR, a simulação de grupos de comunicação simultânea/surdos teve uma pontuação significativamente maior do que os outros dois (SOUZA E MENDES, 2017).

Um estudo de Huntington e Watton (1986) apud Souza e Goes (1999) sugere que se deve ser cauteloso quanto ao uso da comunicação simultânea em salas de aula com alunos surdos. Este estudo ilustra a dificuldade que uma pessoa tem em fornecer uma linguagem

falada complexa e entrada em linguagem manual. Eles investigaram a fala do professor em salas de aula de comunicação apenas oral, principalmente oral (com ortografia dos dedos) e simultânea (SAVAGE et al. (1986) apud VEIBERG, 1999).

A fala do professor foi analisada quanto ao tamanho médio da sentença (MLS), proporção de frases simples a complexas, produção total de palavras, intervalo de vocabulário, tipo de sentença (declarativa, pergunta é imperativo) e perguntas fechadas versus abertas (SAVAGE et al., 1986 apud VEIBERG, 1999).

Os resultados mostraram que o discurso do professor em contextos apenas teóricos foi mais alto em todas as medidas de complexidade. Por outro lado, o discurso do professor nos modelos de comunicação simultânea se classificou consistentemente abaixo do das salas de aula exclusivamente orais e principalmente orais. Pareceu-se que a demanda de duas línguas, falada e assinada, reduziu a produção oral e a complexidade linguística do professor (SOUZA E MENDES, 2017).

2.3 Inclusão

No contexto atual brasileiro, algumas escolas públicas têm diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão da inclusão, o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais. Para Cavalcanti (2015, p. 4), “inclusão não é colocar para dentro quem está fora, porque nesse caso se estaria afirmando que dentro estaria ótimo, e não está. [...], a inclusão propõe uma revolução ao seu público é todo mundo por igual” (RAMOS, 2008).

A questão da inclusão está sendo realizada, em certo grau, mediante a aplicação de práticas que visem de maneira equitativa à inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais. Programas eficazes de inclusão estão sendo cada vez mais utilizados dentro das escolas, reconhecendo a igualdade essencial entre os alunos o que contribui ao combatendo a desigualdade e o preconceito (MANTOAN, 2006, p. 11).

A educação como espaço disciplinar e multidisciplinar, em que as fronteiras entre os distintos campos de conhecimento se entrecruzam e, muitas vezes, se tornam difusas, solicita cada vez mais dos profissionais que nela atuam (RAMOS, 2008). Falar em inclusão escolar é falar sobre um tema que levanta discussão, ainda mais intrigante quando a pergunta se refere

ao ensino para alunos com necessidades especiais. Isso é a porta de entrada para a inclusão (MANTOAN, 2006, p. 11). Contudo, apesar das resistências, cresce a adesão de redes de ensino de escolas e de professores, de pais e de instituições dedicadas à inclusão de pessoas com deficiência, o que denota o efeito dessas novas experiências e ao mesmo tempo motiva questionamentos (CAMPOS E VASCONCELOS, 2013, p. 570).

Trazendo à tona o argumento da inclusão, serão abordados os aspectos relacionados à questão da igualdade e o respeito às diferenças, a valorização do direito à educação e o atendimento aos alunos com necessidades especiais. As escolas precisam estabelecer políticas que visem à participação do professor, de forma ativa, no processo de inclusão do aluno surdo (FOREMN, 2015). O profissional deve olhar com simpatia, para conseguir incentivar ao aluno com necessidades especiais a ingressar e permanecer na escola, a fim de obter uma educação que respeite tanto a diversidade quanto a igualdade. Nesse sentido, Mantoam (2006, p.

15) ressalta:

Algumas escolas públicas, particularmente, as regulares, já estão adotando ações que contribuem à inclusão do aluno com necessidade especial, com a finalidade de propor mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças sem discriminar os alunos nem segregá-los. Conforme expressa a autora, a orientação dos professores é fundamental para a Educação Inclusiva. Trocando experiências com o aluno, através de material adequado que sirva de apoio para garantir o desenvolvimento e, a assimilação dos conceitos apresentados pelo professor (SANTOS, 2008).

3 METODOLOGIA

A metodologia é a definição de todos os procedimentos técnicos que for serão utilizado no decorrer da pesquisa em todas as etapas, para a realização da coleta de dados, que segundo Furasté (2014, p.142) é a “definição explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata dos procedimentos técnicos, das modalidades de atividades, dos métodos que serão utilizados”.

Vai depender, é claro, da natureza do trabalho, do tipo de pesquisa e dos objetivos propostos, ou seja, é a metodologia que conduz os resultados a partir de procedimentos e

instrumentos extremamente satisfatórios para o alcance dos objetivos e possíveis resultados.

Essa pesquisa apresentou um enfoque qualitativo, buscando o entendimento dos fenômenos complexos específicos, em profundidade, observando a natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas; fez uso de técnicas de análises reflexiva, criativa e rigorosa.

Os instrumentos do enfoque qualitativo precisam ser analisados levando em consideração que são premissas de características, por expressarem a perspectiva de quem os elaborou, como em toda pesquisa, conforme afirma Santos (2013, p.39): “Na ótica da pesquisa qualitativa, é impossível o investigador e o processo de pesquisa não influenciarem o que é investigado”. Assim, esta pesquisa explorou esse paradoxo, libertando-se da obrigação de cumprir esquemas filosóficos através da prática de pesquisa, mantendo-se cientes do valor da reflexividade filosófica e política para seu ofício (SANTOS, 2013).

O desenho metodológico que se teve em mente nessa investigação apresentou um processo de pesquisa pautado em um esquema que é denominado por Mercado (2014, p. 147) como “circular ou de aproximações sucessivas e que conta com a flexibilidade na utilização dos procedimentos a serem adotados”.

Esse desenho refere-se às técnicas e práticas utilizadas para coletar, processar e analisar os dados subsidiados no desenvolvimento do estudo, ou ainda ao modelo, molde, padrão ou plano conceitual e operativo que arranja, formata, ordena, organiza as diversas etapas dessa pesquisa científica.

Sob esta perspectiva, o presente estudo compõe-se de uma pesquisa bibliográfica, de campo, descritiva, exploratória, qualitativa. Com o desejo de conhecer determinado problema com vista de estudar ou explicar a natureza do pensamento de modo que a pesquisa desenvolvida obtenha conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e procedimento científico racional e sistemático que tem como objetivo de proporcionar respostas aos problemas que são propostos (GIL, 2013).

Segundo Rodrigues (2015, p.79) a pesquisa qualitativa é baseada em amostras pequenas e não representativas, e os dados não são analisados estatisticamente.

Por outro lado, a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados. Ela busca uma

evidência conclusiva, que toma por base amostras grandes e representativas e, de alguma forma, aplica análise estatística.

Consistiu em um estudo de classificação exploratória, descritiva e explicativa. Segundo Gil (2014, p. 41), é encarado como delineamento mais adequado para investigação de um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Importância de LIBRAS

Na questão da surdez e escola a variável é trabalhada no sentido de entender que todo conhecimento de um indivíduo são seus olhos e ouvidos, porque esses são os dois únicos meios pelos quais todo ser humano sacia sua sede de conhecimento. Mas é uma pena que os surdos não tenham tanta simpatia quanto os cegos. O efeito da surdez no indivíduo em termos gerais é inversamente proporcional à idade em que ocorre (BOTELHO, 2008).

A privação auditiva tem seu maior efeito no desenvolvimento linguístico. Portanto, é imperativo que seja necessário um diagnóstico precoce para descobrir o grau e o tipo de perda auditiva, para que medidas corretivas adequadas sejam tomadas o mais cedo possível (CAMPOS E VASCONCELOS, 2013).

Também é importante encontrar a deficiência auditiva em crianças em idade escolar, porque nessa idade a criança precisa construir seu vocabulário e obter discernimento auditivo. A surdez limita a comunicação e a aprendizagem apropriadas, necessárias para o desenvolvimento e amadurecimento normais de uma criança. A taxa média anual de prevalência de perda auditiva moderada a profunda foi de 1,1 por 1.000 entre crianças de 3 a 10 anos de idade. No Brasil, estima-se que 500 crianças com deficiência auditiva nascem a cada ano. No Brasil existem cerca de 10,0 milhões de pessoas com surdez, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

– IBGE (2010). Já o Censo Escolar de 2018 apontou que cerca de 500.000 alunos da rede pública possui algum tipo de surdez. Durante o ano letivo de 2018 havia no Brasil, cerca de 187 escolas para alunos com deficiência auditiva, segundo dados do Censo Escolar de 2018 e, mais de 6.000 instrutores.

Já nas características linguísticas dos alunos surdos percebe-se no Brasil que desde o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 houve um

movimento no campo da educação de surdos, geralmente, em direção à adoção de um modelo bilíngue-bi cultural, no qual a linguagem de sinais serve como o principal idioma da instrução. A abordagem é considerada por muitos como uma que facilitará a aquisição do vernáculo, o aprendizado e a expressão do conhecimento dos alunos por meio de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (SILVEIRA BUENO, 2014).

Os proponentes bilíngües-biculturais são firmes em sua crença de que, A LIBRAS foi muito bem entalçada, servindo para a alfabetização que poderá ser alcançada por meio da leitura e escrita sem exposição ao português em sua forma principal, por meio de discursos ou por sinais baseados no vernáculo (CAMPOS E VASCONCELOS, 2013).

A lógica subjacente a essa abordagem é o modelo de interdependência linguística, desenvolvido há muito tempo com aluta de um surdo francês, chamado Eduard Huet. Huet chegou ao Brasil por convite de Dom Pedro II com o trouxe para o país com o objetivo de fundar a primeira escola para surdos. Essa escola recebeu a denominação de

“Imperial Instituto de Surdos Mudos”. Essa escola ainda funciona até os dias de hoje com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – o famoso INES (BOTELHO, 2008).

Assim desde a instalação do Imperial Instituto de Surdos Mudos que se adotou uma língua própria, a partir de junção da Língua Francesa de Sinais e de gestos já utilizados pelos surdos brasileiros. Essa língua francesa, com adaptações foi se estabelecendo no mundo, mas em 1880, em um Congresso sobre surdes realizado na cidade de Milão, Itália seu uso foi proibido, por se acreditava que leitura labial era a melhor forma de comunicação para os surdos. Essa decisão do Congresso não teve nenhuma valia entre os surdos que continuaram a se comunicar por intermédio de sinais. Mesmo proibida a língua de sinais só evoluía e a luta por sua regulamentação continuou intensa. No Brasil somente em 1993 foi discutida no Congresso Nacional por intermédio de um projeto de lei que buscava regulamentar o idioma no país, o que só viria a acontecer em 2002, ou seja, 9 anos depois de iniciada a sua discussão no Congresso Nacional e mais de 100 anos depois da instalação do INES no Brasil Imperial, ainda (SILVEIRA BUENO, 2014); (GÓES, 2016).

Desde o sua introdução no Brasil, ainda no século XIX, a língua dos sinais que no século XXI viraria LIBRAS que se postula a existência de uma proficiência comum subjacente a todas as línguas. Com base nisso, argumenta-se que as habilidades cognitivas/acadêmicas ou literárias adquiridas em um primeiro idioma podem ser transferidas

para o aprendizado de habilidades relacionadas em um segundo idioma. Na medida em que a instrução das LIBRAS é eficaz na promoção da proficiência, a transferência dessa proficiência ocorre desde que exista exposição adequada (na escola ou no ambiente) e motivação adequada para aprender LIBRAS (SILVEIRA BUENO,2014).

É a esse modelo que os proponentes da abordagem bilíngue-bi cultural à educação de surdos são atraentes, quando argumentam que, se a LIBRAS é reconhecida como a primeira língua de estudantes profundamente surdos e usada como meio de instrução, as habilidades adquiridas em LIBRAS pode ser transferida para o aprendizado do português por meio de atividades de alfabetização que envolve o uso do vernáculo escrito (CAMPOS E VASCONCELOS).

Na questão da deficiência será verificado que a mesma não é algo que lesa ou incapacita a pessoa e nem a causa de alguém ter limitações para interagir e realizar atividades quer seja de lazer, quer seja educacional ou trabalho (BOTELHO, 2008).

É antes de tudo, um produto de circunstâncias que não são apenas biológicas mais sociais. Mais para a sociedade e muitas vezes para os familiares ser deficiente, antes de tudo, é não ser capaz, não ser eficaz, pode até ser que, conhecendo melhor a pessoa venhamos a perceber que ela não é tão deficiente. Cabe, portanto, uma reflexão e busca de conhecimentos sobre essa situação, e não alienação imposta inconsequentemente (GÓES, 2016).

Pois, o deficiente esta apenas com um pouco de desvantagem social, onde o mesmo não possui a mesma agilidade que uma pessoa considerada normal, é, portanto, um fenômeno social que representa as consequências sociais e ambientais que a pessoa sofre e que tem origem em defeitos e incapacidades físicas e preconceituosas (GÓES, 2016).

Ja na questão da inclusão, toma-se como ponto de partida, a suposição de que a vida social se desenvolve dentro de uma estrutura de relações dentro da qual as pessoas buscam inclusão e pertencimento (CAMPOS E VASCONCELOS).

Os relacionamentos necessariamente incluem pessoas, mas eles também têm limites que, por definição, excluem outras pessoas. Frequentemente esses limites são desafiados ou ultrapassados. Por exemplo, as famílias ganham e perdem novos membros através de nascimento, morte, casamento e divórcio; as escolas ganham e perdem alunos em virtude do tempo e da idade; grupos de pares de adolescentes têm o potencial de melhorar ou comprometer a identidade de seus membros; equipes esportivas selecionam e rejeitam jogadores em função da habilidade e desempenho; as decisões judiciais e políticas costumam

criar as condições de justiça, bem-estar, paz, mas essas decisões são influenciadas pela maneira do grupo de lidar com divergências e discordâncias (SASSAKI, 1997).

. Em um nível macrossocial, os países podem atrair e repelir indivíduos com base em raça, etnia, ocupação ou outros status. Alianças políticas ou culturais podem fornecer uma base para a inclusão ou exclusão de seções inteiras da comunidade global. Entretanto, grande parte da vida social é sobre quem incluimos, quem excluimos e como nos sentimos bem (CAMPOS E VASCONCELOS, 2013).

A paixão humana por muros (por exemplo, o Muro de Adriano, a Parede de Berlim, a Grande Muralha da China), cercas (entre o México e os Estados Unidos), diques (por exemplo, o Dique de Offa) e valas (em torno de qualquer número de britânicos) acidente - é uma manifestação material de nossa necessidade de gerenciar a inclusão e a exclusão. E nesse ponto que a variável inclusão é trabalhada (PÁDUA, 2016).

Ja nas escolas inclusivas, educação o aluno surdo e teorias da inclusão são variáveis que se complementam e são trabalhados dentro da premissa filosófica da inclusão que determina que é o professor da sala de aula que assumirá a principal responsabilidade de educar todas as crianças na sala de aula e que os professores da sala de aula e educadores especiais trabalharão em parceria para fazer adaptações no currículo e estruturar a sala de aula de uma maneira que promova integração social e acadêmica de todas as crianças.

4.2 O aluno surdo

A audição é um sentido importante no desenvolvimento humano. É a partir dela que a criança começa a sua interação com o mundo, mesmo ainda na gestação. No entanto, a criança que representa deficiência auditiva sente a perda desse sentido e reconhece a necessidade em se comunicar (BRASIL, 1999).

Segundo o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a deficiência auditiva é uma perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis. Há diferentes tipos de perda auditiva, que no Brasil são: alunos surdos; alunos com deficiência auditiva; e, alunos surdos/cegos (BRASIL, 1999).

Para Silveira (2013, p. 105), a deficiência auditiva pode ser classificada, de acordo com o grau de perda auditiva que a pessoa possua. Geralmente, ela é avaliada em decibéis

– dB. Essa classificação é organizada da seguinte forma, seguindo padrões internacionais.

- a) Normal: de 0 a 25 dB – Audição Normal;
- b) Surdez Leve: 26 a 40 dB – Existe alguma dificuldade para ouvir e entender conversação suave, obtendo melhores resultados em ambientes silenciosos e com vozes claras. A criança adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente;
- c) Surdez Moderada: 41 a 70 dB – Dificuldade em entender uma conversação normal, particularmente, na presença de ruídos de fundo. A fala e o desenvolvimento da linguagem são geralmente afetados. Aparelhos auditivos podem ajudar a quase totalidade das dificuldades. Normalmente, a criança apresenta alterações articulatórias por não receber todos os sons com clareza. São crianças desatentas e com certa dificuldade no aprendizado de leitura e da escrita;
- d) Surdez Severa: 71 a 90 dB – A criança terá muita dificuldade no desenvolvimento espontâneo da fala, normalmente adquirem vocabulário do contexto familiar. Aparelhos auditivos são essenciais;
- e) Surdez Profunda: +90 dB – Pode ouvir alguns sons em alto volume, porém percebe mais vibrações do que padrões tonais. Aparelhos auditivos ajudam de maneira limitada. A criança não consegue desenvolver a linguagem oral espontaneamente. Pode utilizar a leitura orofacial.

Alunos considerados surdos são alunos que trazem junto com eles, aspectos préconstruídos culturalmente no diagnóstico referente a ser “surdo”. Como sendo a impossibilidade de falar. De aprender, falta de inteligência, insucesso na escola, incapacidade de conseguir um bom desempenho, entre outros. De acordo com Santana (2007, p. 21), “as abordagens dos pesquisadores para lidar com a surdez, dificilmente conseguem ser imparciais”. Pois, sempre haverá uma concepção própria de surdez. Tal concepção resulta do modo como cada estudioso encara a surdez, seja como deficiência, seja como diferença.

Nas palavras de Silveira (2013, p. 105), “são chamados de surdos os indivíduos que

têm perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido”.

Surge assim uma dicotomia ao se discutir o tema da surdez, geralmente, elas refletem as diferentes posições que os surdos têm diante essa impossibilidade de ouvir. Elas estão relacionadas com os conflitos e as pressões sociais que os surdos enfrentam na sociedade ouvinte (SANTANA, 2007).

A educação exclusiva pode ser entendida como um princípio norteador para atingir níveis razoáveis de integração escolar para todos os alunos. No contexto de uma visão mais ampla de integração, a educação inclusiva implica a concepção e a implementação de um vasto repertório de estratégias de aprendizado para responder com precisão às diversidades dos alunos (SANTANA, 2007).

Nesse sentido, o aluno surdo se insere na escola justamente por que o sistema de ensino têm a obrigação de responder às expectativas e necessidades de crianças e jovens, considerando que a capacidade de fornecer oportunidades efetivas de aprendizagem com base em um árduo esquema de integração (colocar alunos de necessidades especiais nas escolas regulares) é muito limitada (SILVEIRA, 2013).

É a isso que Peters (2014, p. 33) se refere como o paradigma de “continua veiculações”; isto é, quando a educação inclusiva é conceituada como um lugar e não como um serviço prestado.

O debate sobre educação inclusiva e integração não é sobre a dicotomia entre políticas e modelos de integração e inclusão; ao contrário, trata-se de identificar até que ponto há progresso no entendimento de que cada escola tem a responsabilidade moral de incluir todos (SILVEIRA, 2013).

Esse requisito também é desafiado quando os sistemas de ensino precisam abordar efetivamente outras questões centrais da educação universal, como frequência escolar ruim, repetição, evasão escolar e baixos resultados de aprendizagem. As evidências empíricas indicam que um aluno que repete os primeiros anos escolares tem uma alta probabilidade de abandonar completamente a escola (SILVEIRA, 2013).

4.3 O direito a educação do aluno surdo

A inclusão de alunos surdos/com deficiência auditiva em escolas públicas é um dos tópicos mais controversos na educação. Muitos autores, ao escreverem sobre inclusão, concentraram-se no acesso dos alunos de D/HH à comunicação em sala de aula. Sem acesso, a inclusão é impossível, mas o acesso à comunicação por si só não é suficiente para a inclusão efetiva. Um programa de inclusão eficaz exige que a educação deve capacitar o indivíduo a desenvolver livremente sua própria personalidade e dignidade, participar de uma sociedade livre e respeitar os direitos humanos (SANTOS, 2008).

Apesar de sua ampla aceitação e importância fundamental, o direito à educação não foi direta nem especificamente declarado um direito humano internacional até o pósGuerra Mundial, Naquela época, a comunidade internacional contemplava a adoção de um Acordo Internacional da Declaração de Direitos Humanos, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, um documento que se tornou a base contemporânea da codificação de direitos humanos e da fonte primária de padrões de direitos humanos internacionalmente reconhecidos. Em 1946, os Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) empregaram um comitê dos principais estudiosos a encontrar um terreno comum entre os vários aspectos culturais e filosóficos fundamentos de todos os direitos humanos, incluindo o direito à educação (SILVA, 2012).

Em seguida, a Comissão de Direitos Humanos da ONU (HRC) preparou um primeiro rascunho da Declaração. O projeto circulou entre todos os Estados membros da ONU para comentários e foi para o para debate. Após muitas revisões e esforços de lobby, o Comitê Econômico e Social aprovou o projeto final e o submeteu à ONU na Assembleia Geral no outono de 1948. No momento da sua passagem, a parte mais inovadora da Declaração era sua quarta seção - Artigos 22 a 27 - que protegiam a educação como direito fundamental que antes, era visto como uma inclusão deliberada de direitos articulados nas constituições em todo o globo (GOMES, 2011).

Essas garantias receberam amplo suporte; no entanto, era muito mais difícil encontrar acordo quanto à relação desses “novos” direitos econômicos e sociais com os “antigos” civis e direitos políticos. Após a adoção da Declaração os delegados da ONU começaram a tarefa de codificar essas direitos para concluir a Carta Internacional dos Direitos Humanos em um documento. Mesmo que todos os Estados membros concordaram estavam interconectados e interdependentes, divergentes surgiram agendas de políticas da era da Guerra Fria, levando à criação de dois Convênios (SILVA, 2012).

A Constituição Federal de 1988 diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado. Embora as perspectivas teóricas concorrentes moldaram o direito à garantia da educação como enumerados em instrumentos internacionais, ao longo da história constitucional brasileira, a responsabilidade de educar as populações geralmente mudou de acordo com a época, desde o texto constitucional de 1984 (Constituição Imperial) até a constituição dita cidadã de 1988, sempre regada a um modelo liberal de do Estado. O que antes era um privilégio da classe alta (Constituição de 1824 e Constituição de 1891) foi reposicionado como um “meio de realizar os ideais igualitários sobre os quais foram baseadas e incorporadas ao sistema normativo brasileiro a partir da carta de 1934” (GOMES, 2011).

Tal carta exemplificou o antigo axioma de que convulsões políticas e sociais são frequentemente acompanhadas por uma revolução na educação. Embora os conceitos liberais de educação no século XIX ainda refletissem um medo enorme do envolvimento estatal no sistema educacional, dando aos pais o dever primário de fornecer educação aos filhos, os Estados começaram a regulamentar os currículos e a fornecer novos elementos ao contexto educacional como direito já a partir do século XVII (GOMES, 2011).

No Brasil isso só ocorreu a partir de meados da década de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e a centralização das políticas educacionais no novato Ministério da Educação (SANTOS, 2008).

Isso se deu mais em função de uma nova visão de Estado de que este era o principal meio de assegurar o bem-estar econômico e social das comunidades. Então no início do século XX, esses ideais sublinharam a necessidade de responder à industrialização e urbanização em rápido desenvolvimento no Brasil (GOMES, 2011).

((O direito à educação deriva tanto do socialismo quanto do liberalismo e suas tradições teóricas 1) como responsabilidade primária do Estado de prover educação; 2) como dever do Estado de respeitar os direitos dos pais de estabelecer e dirigir escolas particulares e garantir que seus filhos recebam uma educação que esteja de acordo com suas próprias crenças religiosas e morais. Nascia assim à educação como direito fundamentada tão somente no texto constitucional de 1988. O novo sistema educacional diante da democratização do ensino tem vivido muitas dificuldades para equacionar uma relação complexa, que é a de garantir escola para todos, mas de qualidade (GOMES, 2011). Essa percepção é defendida por Mantoan (2006, p. 23) quando expressa todo o seu pensamento sobre a questão da inclusão:

É inegável que a inclusão coloca ainda mais lenha na fogueira e que o problema

escolar brasileiro é dos mais difíceis diante do número de alunos que temos de atender, das diferenças regionais, do conservadorismo das escolas, entre outros fatores.

De acordo com a autora, existe uma realidade em relação ao ensino no Brasil, ela parte da premissa de que o ensino está aberto a poucos e essa situação se acentua drasticamente no caso dos alunos com deficiência. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil possui leis educacionais que apontam a necessidade de reconstruir a escola brasileira sob novos enfoques educacionais e que conclamam a uma “virada para melhor” do ensino brasileiro (MANTOAN, 2006, p. 24).

Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino comum em todos os seus níveis – da escola básica ao ensino superior.

5 CONCLUSÃO

A finalidade deste estudo era chamar mais atenção para as realizações dos alunos surdos, quando grande parte da literatura geral em educação especial, nos últimos anos parece ter dado maior importância às taxas de inclusão.

Por muito tempo, as informações foram escassas, certamente no Brasil, mesmo sobre medidas diretas como resultados de exames. Essas informações devem estar disponíveis todos os anos, mas também informações sobre outros desfechos, incluindo medidas de desempenho não acadêmico. Além disso, é necessário monitorar o aproveitamento em diferentes idades para que possam ser feitas medidas de progresso do aluno, permitindo, assim, medidas de valor agregado da eficácia relativa de diferentes programas (Currículo Escolar). No entanto, o objetivo principal desta dissertação foi analisar os fatores que influenciam nos desafios no ensino e aprendizagem do aluno (a) surdo destacando o cuidado necessário na análise e interpretação dos resultados relatados sobre a realização, especialmente no que diz respeito ao possível efeito do viés da pesquisa bibliográfica, o possível efeito da informação faltante, o possível efeito de interação entre diferentes fatores e formas alternativas de medir (ou codificar) os dados.

Desde que os alunos surdos sejam percebidos como um grupo distinto com suas próprias necessidades educacionais específicas (refletidas na formação especializada para

professores de alunos surdos) há uma necessidade de coletar informações e relatar sobre esse grupo. O estudo aqui relatado procurou fazer isso, bem como investigar alguns fatores que influenciam o aluno e a família, e destacar alguns dos temas de pesquisa envolvidos.

As qualidades e os conhecimentos necessários para ser um professor também refletem a pesquisa anterior; exemplos incluem habilidades interpessoais e organizacionais, familiaridade com as leis sobre educação e o processo de ensino e estratégias que ensinam os alunos a se defenderem.

Embora a retirada continue sendo o modelo instrucional predominante, este estudo confirma que a consulta e o desenvolvimento de oficinas estão emergindo como habilidades essenciais para os professores. Por exemplo, embora trabalhar com alunos tenha sido a tarefa mencionada com mais frequência neste estudo, trabalhar com professores de educação regular e outros funcionários da escola apareceu com mais frequência.

Os resultados do presente estudo também sugerem que os programas de preparação de professores não são adequados. Embora muitos respondentes fossem altamente experientes e, portanto, tivessem aprendido habilidades no trabalho, a lacuna entre o aprendizado no trabalho e os programas de preparação é muito grande.

6 REFERÊNCIAS

BOTELHO, P. Segredos e silêncios na interpretação dos surdos. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acesso em 23 de jul de 2020.

BRASIL. Censo Educacional de 2018. Brasília: MEC, 2018. Disponível em <http://www.congressonacional.gov.br> Acesso em 10 de mai de 2020.

BRASIL. Constituição da República de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em <http://www.congressonacional.gov.br> Acesso em 10 de mai de 2020.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2005.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996**. 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1996 Disponível em <http://www.congressonacional.gov.br> Acesso em 25 de mai de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Brasília: Congresso Nacional, 2015 Disponível em <http://www.congressonacional.gov.br> Acesso em 25 de mai de 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA**. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em <http://www.congressonacional.gov.br> Acesso em 10 de mai de 2020.

CAMPOS, J. G. F. de.; VASCONCELOS, E. P. G. de. **Incluindo pessoas com deficiência na empresa: um estudo de caso de uma multinacional brasileira**. ISSSN00802107. São Paulo, v 48, n. 3. p. 560-573. jul/ago/set.2013.

CAVALCANTI, T. H. **Inclusão da pessoa com deficiência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

FERREIRA, M. G.; MAGALHÃES, H. P. **Inclusão social no Brasil do século XXI**. São Paulo: Rodrigues Alves, 2009.

FOREMAN, W. **Inclusão e socialização de direitos**. São Paulo: Summus, 2015.

FURASTÉ, P. A. **Normas técnicas para trabalho científico: Explicitação das Normas da ABNT**. – 17. Ed. - Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GODOY, E. P. **Inclusão de alunos portadores de deficiência no ensino regular paulista: Recomendações internacionais e normas oficiais**. 2 ed. São Paulo; Mackenzie, 2012.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2016.

GOMES, F. **Inclusão: Direito constitucional**. São Paulo: RT, 2011.

LACERDA, C. B. F. de. **A criança surda e a língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes** - Relatório Final FAPESP Proc. nº 98/02861-1, 2010.

LACERDA, C. B. F. **O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo**. Revista Brasileira de Educação Especial, 13(2), 257-280.2007.

LEWIS, S. **O desempenho em leitura de um grupo de alunos com deficiência auditiva severa e profunda que abandonaram a escola, educados em uma abordagem auditiva natural**. Journal of the British Association of Teachers of the Deaf, 20,1–7, 2016.

LORENZETTI, M. L. **A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a voz das professoras**. Artigo, 2016.

LOUREIRO, M. A. R.; SANTOS, M. D. J. **Educação Especial**: inclusão do deficiente auditivo em turmas regulares. Trabalho de Conclusão do Curso, UNAMA, Belém, 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, P. C. **Integração/Inclusão na escola regular**: um olhar do egresso surdo. In: QUADROS, R. M. (Org.) Estudos Surdos I. Petrópolis: Arara Azul, 2016.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Entrevista na seção de “Fala Mestre!”, Revista Nova Escola, n. 182, maio, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e nova desigualdade**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2009. MÉLICH, J. C. **A resposta ao outro**: a carícia. In: LARROSA, J.; LARA, P. (Orgs.). *Imagens do Outro*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MELO, F. R. L. V.; FERREIRA, C. C. A. **O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica das professoras**. Revista Brasileira de Educação Especial, 15(1), 121-140, 2009.

MIRANDA, W. **Comunidades dos Surdos**: olhares sobre os contatos culturais. Dissertação de Mestrado, UFRGS: Porto Alegre, 2011.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: As abordagens do Processo**. São Paulo: EPU, 2016.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe**. Revista Brasileira de Educação Especial, 14(1), 35-52, 2008.

MPOFU, E; KASAYIRA, J. M.; MHAKA, M. M.; CHIRESHE, R.; MAUNGANIDZEL, P. **Educação inclusiva na África**: respondendo aos desafios da educação inclusiva na África Austral. Pretória: VanSchaik Publishers. Tradução Paulo Roberto Castro. São Paulo: Rodrigues Alves, 2017.

MULLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. 5ª edição, Londrina: Eduel, 2013.

OLIVEIRA, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2010. ...

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca**: princípios, política e prática em educação especial. Espanha, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Recomendações sobre deficiência**.: princípios, política e prática em educação especial. Nova York, 1991.

PÁDUA, M. de S. **Inclusão social no Brasil**: conceitos e preconceitos. São Paulo: Summus, 2016.

PETERS, S. **Educação inclusiva**: uma estratégia de EPT para todas as crianças. Washington,

DC: Banco Mundial, 2014.

RAMOS, V. P. H. de. **Integração e inclusão social no Brasil**. São Paulo: Moderna, 2008.

REIS, V. P; F. **A criança surda e seu mundo**: o estado da arte, as políticas e intervenções necessárias. Dissertação de Mestrado: UFES, 2012.

RITTER-BRINTON, K. **Famílias em avaliação**: uma revisão da literatura na educação de surdos. Associação de Educadores Cananeus de Deficientes Auditivos, 19,3-13, 2013.

ROBBINS, S. P. **Docência**: mudanças e perspectivas. Tradução Cid Knipel Moreiral. São Paulo: Saraiva, 2000.

SANCKS, O. **Vendo vozes. Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem. Aspectos e implicações neolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2017.

SANTOS, F. M. T. **A pesquisa em ensino de ciências no Brasil e suas metodologias**.
1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007, 437p.

SANTOS, W. P. **Inclusão social de excluído**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2017. .

SAVIANI, D. **XX – formação de professores. In: Livro: Interlocuções Pedagógicas: Entrevista**. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SCHLEMMER, E. **A aprendizagem com o uso das tecnologias digitais**: viver e conviver na virtualidade. Série-Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS, n. 19, p. 103-126, jan./jun. 2005.

SILVEIRA BUENO, J. G. **A educação do deficiente auditivo no Brasil**. In: TENDENCIAS e desafios da educação especial. 2 ed. Brasília, DF: SEESP, 2014. .

SILVEIRA, T. dos S. da.; NASCIMENTO, M., L. do. **Educação inclusiva**. Indaial: Uniasselvi, 2013.

SNELL, S.; BOLANDER, G. **Administração de Recursos Humanos**. Tradução Maria Lúcia G. L., Rosa e Solange Aparecida Visconte; revisão técnica Flávio Bressen. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SOARES, F. M. R. **A criança surda na escola inclusiva**: refletindo sobre a construção da identidade. Dissertação de Mestrado. Unimep. 2012.

SOUZA, M. H. G. de. **O novo professor**. São Paulo: Revista Espaço e Debate, v.1, nº 32.

2013.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. **O ensino par surdos na escola inclusiva**: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. IN: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue par surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

SOUZA, R. M.; MENDES, I. R. S. **Língua de sinais e sua influência na educação**. Estudos de psicologia, 4 (1):35-51, 2017.

STUBBS, S. **Educação inclusiva**: onde existem poucos recursos. São Paulo: Atlas, 2012.

VALENTINI, C. B. **as nova tecnologias da informação e a educação de surdos**. IN: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue par surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

VASCONCELOS, E. R. **Educação inclusiva**. São Paulo: Pioneira, 2013.

VASCONCELOS, M. L. M. C. **A formação do professor de 3º grau**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

VEIBERG, S. **La outra cultura**. IN: IN: SKLIAR, C. (org.). **Atualidade da educação bilíngue par surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

ZWIEBEL, A. **Mais sobre os efeitos da comunicação manual precoce no desenvolvimento cognitivo de crianças surdas**. American Annals of the Deaf, 132,1632., 1987.

A RELEVÂNCIA DO PROFESSOR MEDIADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ANA PAULA GONÇALVES MENDES*

ADLA MAKAREM RIBEIRO**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: Este artigo tem como tema “A relevância do professor mediador na educação infantil”, para discutir sobre esse assunto, foram abordados os seguintes objetivos: objetivo geral: Analisar a contribuição do professor mediador na educação infantil, e os objetivos específicos são: Descrever a importância da Lei Brasileira de inclusão (lei 13.146/15); identificar as atribuições e competências do professor mediador e pontuar os desafios encontrados pelo professor em sala de aula. Este estudo teve a linha de raciocínio o método dialético tem uma abordagem qualitativa e trata-se também de uma Pesquisa básica, quanto aos fins, a pesquisa é exploratória e quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica. Os resultados desta pesquisa vem nos mostrar, que mesmo com uma legislação, dando apoio as crianças especiais, na prática não são todos que são atendidas, por falta do professor mediador, o professor mediador na maioria das vezes não tem capacitação e uma formação adequada para tal trabalho.

Palavras- chave: Professor Mediador. Inclusão. Legislação.

Abstrat: Este artículo tiene como tema "La relevancia del docente mediador en la educación infantil", para discutir este tema se abordaron los siguientes objetivos: Objetivo general: Analizar el aporte del docente mediador en la educación infantil, y los objetivos específicos son: Describir la importancia la ley de inclusión brasileña (ley 13.146 / 15); Identificar los deberes y habilidades del maestro mediador y señalar los desafíos encontrados por el maestro en el aula. Este estudio tuvo la línea de razonamiento el método dialéctico tiene un enfoque cualitativo y también es una investigación básica, ya que para los fines la investigación es exploratoria y en cuanto a los medios la investigación es bibliográfica, Los resultados de esta investigación nos muestran que, aún con legislación, dando apoyo a niños especiales, en la práctica no se atiende a todos, debido a la falta del docente mediador, el docente mediador la mayoría de las veces no cuenta con la formación y formación adecuada. tal trabajo.

Keywords: Teacher Mediator. Inclusion. Legislation.

*Finalista do curso de Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. E-mail: anapaulamendes_12@hotmail.com.

**Pedagoga e Assistente Social, mestranda em Ciência da Educação, especialista em gestão em políticas públicas, Docência do Ensino Superior, Educação Inclusiva, Psicopedagogia Institucional e Clínica e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica. Orientadora de trabalho de Conclusão de Curso da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. E-mail: adla_makarem@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal discussão, a relevância do professor mediador na educação infantil, sua formação e capacidade de contribuição no meio escolar e na sociedade. O professor mediador torna-se de extrema importância na sua atuação com crianças especiais, porém iremos relatar as dificuldades que esse mediador tem, em não ter uma formação adequada. Para responder essas questões, foram traçados os seguintes objetivos: objetivo geral: Analisar a contribuição do professor mediador na educação infantil, e os objetivos específicos são: Descrever a importância da Lei Brasileira de inclusão (lei 13.146/15), identificar as atribuições e competências do professor mediador e pontuar os desafios encontrados pelo professor mediador. Este estudo teve a linha de raciocínio o método dialético, com isso, assume-se a perspectiva que permite investigar, conhecer e apreender o problema, em meio as contradições inseridas em um todo orgânico em constante movimento e transformação, tem uma abordagem qualitativa e trata-se também de uma Pesquisa básica. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória, visando aproximação e conhecimento acerca do fenômeno e quanto aos meios a pesquisa é bibliográfica.

No primeiro tópico falamos sobre, A origem da palavra mediador, em 1970 juntamente com a pedagogia progressista, vem mostra a nova relação entre professor e aluno, onde acreditavam que o professor precisaria adotar o papel de mediador, onde iria fazer a diferença nessa relação. No segundo tópico abordaremos a contribuição do professor mediador na educação infantil, na educação infantil o professor é o mediador da criança e da aprendizagem, sabemos que a educação infantil é a uma das fases mais importantes na construção de um indivíduo, é nela que é desenvolvido a sua linguagem, criatividade, reações e imaginação, ideias que são mostradas e estimuladas na escola e por consequência irão para a sociedade.

No terceiro tópico trazemos uma discussão a respeito da Lei Brasileira de Inclusão, a Lei entrou em vigor desde 02 de janeiro de 2016, a aprovação da lei foi de extrema relevância para a sociedade e principalmente as crianças. Pois foi apenas no século XX que veio uma resposta mais ampla e objetiva sobre a inclusão. A relevância desse trabalho científico para a academia é promover a discussão sobre a formação necessária para o professor se tornar um mediador, pois através desse trabalho percebemos que é necessária uma formação adequada para o professor mediador.

A relevância social desse trabalho, aborda a importância do professor mediador na sociedade e na escola, e principalmente do seu trabalho na educação infantil, levando em consideração que o professor mediador é visto apenas como um estagiário\mediador. Onde

não tem capacitação ensinar uma criança especial.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Como eram tratadas as Crianças com deficiências antes da legislação:

Atualmente, as pessoas com deficiência ganharam o seus direitos, porém por muitos anos não era assim, na idade média, as pessoas com deficiências eram vistas como monstros, castigos divinos, aberração e que não precisavam de nenhuma assistência ou amparos. Como cita Soares e Nogueira:

“A sociedade passou a higienizar a cidade, colocando esses sujeitos em instituições fechadas, como hospitais psiquiátricos, locais que não passavam de prisões ou formas sociais de isolamento, sem nenhum tipo de tratamento para essas pessoas”. (Soares, 2006 & Nogueira, 2008). Como podemos observar, antigamente não era favorável para as pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência, eram dados como loucos e não tinha direito de escolhas, sem suporte e abandonadas pelas suas famílias, podem-se entender que as leis da época, eram ditas como “normais” para a sociedade. Na Grécia antiga, era mais cruel a forma que as leis romanas eram usadas para as crianças com deficiência, os pais tinham direito de matar seus filhos deficientes, pela prática do afogamento, quando não matavam, ela abandonadas es cestos es ruas as colocadas em lugares segredos. E aqueles que conseguiam com muito esforço, eram maltados e quando não morriam, viravam

“esmoladores” nas ruas, ou entravam para o circo.

No Brasil, ouvi um grande avanço na história, no século XIX com a educação especial, como prova desses direitos, foi instalado o sistema Braille de escrita para cegos, como cita Junior: “Entre 1880 e 1960, os surdos foram proibidos de usar a língua de sinais para não comprometer o aprendizado compulsório da linguagem oral”. (LANNA JÚNIOR, 2010). Como este fato que ouvi no Brasil, fica clara a evolução histórica da cultura, no início do século XX foi estabelecido as escolas especiais para as crianças com deficiências. As pessoas com deficiências eram ligadas a área da saúde, ou centros de reabilitação, mantidas pelo governo.

2.1.1 A importância da inclusão na escola para as crianças com deficiência.

Nos dias atuais, a inclusão tem sido muito falada, e como vimos nem sempre foi assim, porem com a evolução da sociedade e da educação, hoje sabemos com estudos científicos e investigações realizadas, que a inclusão é de suma importância para o meio escolar, e assim vamos chegando na sonhada escola para todos. Um dos principais objetivos da inclusão na escola, é acolher e proporcionar a todos as crianças e jovens a possibilidade de garantirem os seus direitos, desde o ensino básico ao médio, isso quer dizer, que a escola teve acolher todos independentemente da sua classe, estado mental, física ou raça.

A inclusão é de extrema relevância, pois é através dela que a criança tem o direito a escola, de ser recebida e acolhida, ajudando a desenvolver seu pessoal e social, a escola é o espaço onde a criança tem oportunidades de ter relações interpessoais fora do ambiente familiar, e assim podemos notar, que a inclusão é vantajosa para ambos os lados, não só o da criança, mais também dos demais alunos, que iram ter essa convivência na pratica, e iram aprender a compreender a diversidade na sociedade. Segundo Teresa (2003), mesmo com a lei, podemos perceber que o conceito de diferença, discriminação, preconceito e exclusão, no meio educacional, ainda é muito forte, assim percebemos que esse processo de inclusão de todos é contínuo, segundo o Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB):

A educação especial vem definida como a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Assim como no inciso 1º que fala, que diz: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Mesmo com a lei, e como fica claro no inciso 1º, não são todas as crianças especiais, que tem esse, apoio especializado, que seria um professor mediador na escola, que irá dar total atenção a esse aluno, desenvolvendo atividades específicas etc. Sendo assim a escola precisa ter esse planejamento de socializar a todos em sala de aula.

2.2 A origem da palavra mediador

Na década de 1970, surgiu a ideia de professor mediador, aonde esse termo vem do latim, que significar mediar, intervir, ou colocar-se entre duas partes. A pedagogia progressista dava uma nova relação entre professor e aluno. Professor mediador precisa ter

essa relação de modo que favoreça uma maior aproximação do aluno com o universo da área de conhecimento estudada. Nesse contexto cabe ao professor fazer a diferença no seu espaço de sala de aula, facilitando o entendimento do aluno diante da realidade da profissão. Neste sentido, acredito que o professor precisa adotar um papel de mediador entre o aluno e o conhecimento. Ele não irá apenas transmitir o conhecimento como fluxo de informação e, sim, orientar o aluno em sua própria construção. O discente, desta forma, poderá perceber-se como sujeito ativo no desenvolvimento do seu aprendizado. Utilizando como principal ferramenta o diálogo, o professor poderá exigir o devido respeito, na medida em que também o exerce e, desta maneira pode auxiliar seus alunos na construção de valores que propiciem uma convivência saudável, em que as liberdades individuais são mantidas, mas sempre respeitando o espaço do outro.

Esse professor ou professora consegue estabelecer relações baseadas no diálogo, na confiança e nutrir uma efetividade que permite que os conflitos cotidianos da escola sejam solucionados de maneira democrática. (ARAÚJO, 1999, p. 42). Processo de inclusão escolar demanda de uma parceria entre pais, escola e profissionais envolvidos que atendam ao aluno. Entretanto sabemos que a inclusão vai muito além de estar em uma sala de aula, é preciso que o aluno faça parte da turma, interaja com os professores e as demais crianças, compreenda as questões pedagógicas e se desenvolva de acordo com as suas particularidades e o seu ritmo de aprendizado, por isso a importância do mediador escolar para auxiliar nas conquistas desses objetivos e dos demais que surgirão com o decorrer do desenvolvimento do aluno. (GLAT, BLANCO, 2009).

O mediador é mais um profissional, além do professor, que deve proporcionar o melhor desenvolvimento para o aluno, de acordo com as suas especificidades. Para que possa exercer um bom trabalho, é fundamental que o mediador atue em parceria com a escola, e vice-versa. Em busca da inclusão e aquisição de conteúdo do mediado, é preciso que a escola forneça ao mediador acesso ao projeto pedagógico, planejamento e demais documentos sobre os conteúdos que serão trabalhados pelo professor. É perceptível as dificuldades do mediador quando a escola não fornece esse acesso, de forma que o mediador se depara com o conteúdo no mesmo momento que o mediado, e nas ocasiões que a criança não compreende, é imprescindível que posteriormente o mediador retorne ao assunto com a adaptação necessária.

O mediador deve estar sempre próximo do aluno, participando desde os momentos que envolvam os conteúdos até as brincadeiras, e atividades em sala de aula, teve está sempre em aleta nas dificuldades do aluno. Para melhor compreensão e aprendizado do aluno, é preciso que o mediador e a escola se organizem para realizarem as adaptações pedagógicas necessárias para cada aluno, nos Parâmetros Curriculares Nacionais as adaptações curriculares

foram definidas como:

Estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizar adequar a ação educativa escolas às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo ensinoaprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola. (BRASIL, 1997).

Segundo este autor, a mediação é muito mais que as teorias, a criança é levada a se desenvolver e a fazer as atividades que são lhe mostradas, quais essas que exige compreensão e comunicação. O professor mediador tem o dever de lançar atividades que envolvam a capacidade de pensar do seu aluno, sobre tudo, que ele desenvolva a comunicação, que tenha problemas que precisaram ser resolvidas.

2.2 .1 A contribuição do professor mediador na educação infantil.

O professor ao longo dos tempos vem se atualizando no que se refere à aprendizagem, e principalmente da educação infantil, sabemos que o ensino infantil é uma das fases mais importantes na aprendizagem de um indivíduo, nessa fase eles vão desenvolvendo seus traços de personalidade, aprendendo a socializar e tendo empática com próximo. O professor é mediador da criança e do conhecimento, e é necessário que o professor mediador esteja sempre em busca de aprender novas metodologias e atividades que irão trazer o interesse na aprendizagem desta criança. Onde irá dar oportunidade para essa criança de manifestar sua criatividade, a sua linguagem, suas reações, suas ideias e imaginação no meio escolar e por consequência na sociedade.

Na educação infantil a brincadeira e a educação anda lado a lado, é na brincadeira que a criança tem oportunidade de amadurecer e de conhecer o espaço que está inserida, é na brincadeira e mais especificamente falando sobre a psicomotricidade na educação infantil, que é criança se desenvolve. São numeras as contribuições do brincar para o desenvolvimento da criança, de acordo com Vigotsky (2007), O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança, sendo a atividade que vai impulsionar o desenvolvimento da criança pequena, possibilitando a passagem para um novo nível de desenvolvimento. A psicomotricidade, tem esse papel relevante na educação infantil na vida da criança em seus anos iniciais, pois ela motiva a capacidade sensitiva da criança, seus movimentos, conhecimentos desses movimentos, a interação com os demais colegas, o conhecimentos das

cores e formas.

Cabe ao professor mediador, auxiliar nesse cenário, onde a criança tem total capacidade de aprendizagem, o professor é a figura decisiva no processo de aprendizagem, onde dar ao seus alunos, apoio, dedicação e motivação, o professor não pode “fazer” pelo aluno, ele está ali para ensina-lo e orienta-lo. Na escola fica clara a importância do professor mediador, principalmente na educação infantil, nesse cenário social, onde a criança especial é inserida, com a orientação e motivação do professor mediador, juntamente com o apoio escolar, vai saindo da zona de desenvolvimento real, onde a criança conseguiu realizar suas atividades sozinha, e o nível de desenvolvimento potencial, aquele em que a criança tem capacidade para realizar.

2.2.1 A formação necessária para ser um professor mediador

Para sermos um bom profissional precisamos de uma formação adequada, ou seja, de graduação em pedagogia, de estágios e experiências que iram nos formar em professores e gestores, com capacidade de atuar no meio infantil e fundamental, porém, com o passar do tempo, como podemos observar:

A formação de professores tem passado por um difícil processo para se adequar às mudanças na representação social do professor, que há décadas carregava um ethos social de vocação, de missão, tarefa privilegiada no contexto cultural. (FRANCO, 2008). Como podemos perceber, um professor precisa se adaptar ao meio social em que está inserido, a escola vem sofrendo mudanças na sua metodologia de ensinar, principalmente ou que se refere na educação inclusiva, área onde há poucos profissionais adequados.

Nos tempos atuais, a inclusão tem ganhado muita visibilidade na mídia, o tema inclusão tem se fortalecido cada vez mais, porém, há poucos profissionais especializados nessa área da inclusão escolar, quando falamos de um mediador, geralmente é um estagiário/estudante em pedagogia, que irá assumir essa responsabilidade, em ensinar uma criança especial, juntamente com a escola. Nesse contexto, o mediador/estudante não tem experiência em lidar e ensinar uma criança que tenha TEA ou TDAH, como que consiga identificar uma dificuldade que essa criança tenha, sendo assim sem essa formação adequada o mediador/estudante passar a ser mais uma pessoa em sala de aula.

Nesta questão o mediador/estagiário passa a ser um “acompanhante” desta criança, e não consegue desenvolver estratégias e atividades, que envolva a criança na aprendizagem, e

no âmbito escolar. Porém, o mediador conseguiu desenvolver a afetividade e afinidade, que se combinados com atividades escolares gerados por esse mediador, terá um ótimo resultado. O professor inspira-se e se baseia na aprendizagem coletiva, é correto afirmar que ele precisa trabalhar de forma contínua o interesse e desenvolvimento dos seus alunos, sempre despertando a curiosidade e sua capacidade de lidar em situações que possam resolver sozinhos.

Em sala de aula é necessário a adaptação e o dinamismo entre as crianças, com a metodologia correta para a turma, elas conseguem desenvolver esse processo de ensino e aprendizagem, não deixando de lado o olhar afetivo do professor para os seus alunos, onde tem um excelente resultado, e faz parte do desenvolvimento da comunicação. Na situação e particularidade de cada aluno, o problema de relacionar a teoria com a prática se torna o processo de ensino muito mais prazeroso e fascinante, onde o conhecimento será adquirido, em sua formação é necessário analisar práticas metodológicas, não está relacionado com a pedagogia tradicional, e assim contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, com isso podemos afirmar que:

O mediador pode levar a criança a detectar variações por meio da diferenciação de informações sensoriais, como visão, audição e outras; reconhecer que está enfrentando um obstáculo e identificar o problema. Pode também contribuir para que a criança tome mais iniciativa mediante diferentes contextos, sem deixar que este processo siga automaticamente e encorajar a criança a ser menos passiva no ambiente. Desenvolver a flexibilidade também é importante. O mediador pode atuar criando pequenas mudanças e problemas para que a criança perceba, inicie, tolere mudanças e aprenda a lidar com estas situações. (Mousinho et al, 2010)

Como podemos ver, para ser um professor mediador, a teoria não basta, é preciso da prática, precisamos devolver diversas tarefas, que em sala de aula não são aprendidas, essas atividades que podemos desenvolver na escola com a criança especial não é passiva, assim nos tornamos meros

“estagiários/cuidador” de uma criança.

As mudanças provocaram uma interação entre aluno professor, muito mais dinâmica e compreensiva, atualmente o professor deixa de ser um mero transmissor de conhecimentos para ser mais um orientador, mediador e estimulador dos processos de ensino e aprendizagem.

Onde esses processos ajudam os alunos a construir seus valores, atitudes é

habilidades no crescimento como pessoas, como cidadão e futuros trabalhadores, através de um influenciador verdadeiramente adequado e formado. Onde através da educação formaram cidadãos críticos.

2.3 A Lei Brasileira de Inclusão

A Lei Brasileira de Inclusão, nasceu por uma grande necessidades e direitos, ela está em vigor desde 2 de janeiro de 2016, falar sobre essa Lei é falar de democracia e direitos humanos, que veio para dar um grande passo a nossa sociedade. Onde as crianças especiais não estavam amparadas perante a lei. Quando a Lei foi aprovada, foi um direito conquistado pelas famílias, em busca de uma educação melhor para seus filhos. Antes dessa Lei, a escola por si só, não tinha condições de ensinar com excelência essas crianças. Em 1960 foi intensificado os direitos humanos na sociedade.

Porém, foi aparte do século XX, que veio uma resposta um pouco mais ampla, da sociedade em relação a educação, o acesso à educação foi e ainda é lentamente sendo conquistado, sendo a cada dia ampliada a educação em seu modo geral. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, foi realizada em 1990, em Jomtien na Tailândia onde se discuti as necessidades básicas da educação e aprendizagem. Onde teve diversas instituições, países e educadores participando, entre elas foram: (UNESCO), (UNICEEF) e (PNUD). Onde foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

No ano de 1994, foi realizada na Espanha a Declaração de Saramanca, ela trata de princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais e, acesso a qualidade de ensino para pessoas portadoras de deficiências especiais. O Brasil em 1997 ganhou terreno no que se refere as teorias e práticas inclusivas. Ao longo da história vimos a educação evoluir, seus métodos e metodologias usadas antes, hoje em dia não se adequam na nossa forma de ensina, assim como as leis, que foram criadas para dar os direitos de cada cidadão a estudar, como as leis para pessoas com deficiências físicas ou com TEA.

Podemos então afirma que todos as escolas do mundo tiveram que se adaptar e a aceitar crianças especiais, aparte do congresso de Salamanca, o Brasil ao poucos foi se adaptando a essas mudanças ao longo do tempo e de sua história, fazendo aos poucos pequenas conquistas, como podemos ver:

No Brasil, já surgiram expressões como facilitador escolar, tutor escolar, assistente educacional e mediador escolar. Esta última denominação parece melhor explicitar a função de quem acompanha a criança de inclusão dentro de uma classe regular de ensino,

terminologia que será utilizada doravante neste artigo. A palavra "mediador" faz menção àquele indivíduo que media e mediar significa ficar no meio de dois pontos⁴. O conceito de professor mediador já foi utilizado em outro contexto para caracterizar aquele que "trabalha com a mediação pedagógica, significando uma atitude e um comportamento do docente que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos. (MOUSINHO et al. 2010). Como podemos ver, ao longo da nossa história, o termo mediador teve diversas nomenclaturas, no Brasil o termo certo de "mediador" foi se popularizar nos anos 2000, onde começaram a acompanhar crianças especiais que necessitavam de auxílio. E aos poucos foi se desenvolvendo e se adaptando.

3 METODOLOGIA

O presente projeto de pesquisa intitulado "A relevância do professor mediador na educação infantil", irá delinear-se através da metodologia da pesquisa onde segundo Minayo (2010), a metodologia da pesquisa é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (...) é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

Nesta pesquisa o método de abordagem a ser utilizado é a dialética onde acordo com Gil (2008, p. 14), [...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Assim, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma.

Quanto aos objetivos esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa. Conforme Santos e Candeloro, (2006), a pesquisa quantitativa é aquela que permite ao acadêmico levantar dados subjetivos, bem como dados objetivos da população ou amostra estudada a partir de depoimentos, entrevista, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado. Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória, Vom Brocke e Rosemann (2012, p.107) cita que:

Ajuda os pesquisadores a se familiarizar com fenômenos desconhecidos, obter para realizar uma pesquisa completa de um contexto específicos, pesquisar novos problemas e identificar conceito, variáveis promissoras, estabelecer propriedades para pesquisas futuras ou sugerir afirmações e postulados. Além do que, o estudo trata-se também de uma pesquisa básica. Shaughnessy Zechmeister Zechmeister (2012, p.64) elucida que os "pesquisadores que fazem pesquisa

básica buscam primeiramente entender o comportamento e os processos mentais. As pessoas muitas vezes descrevem a pesquisa básica como procurar o conhecimento por si só”

A técnica utilizada consiste em bibliográfica. De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 166) “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema do estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc”. As fontes utilizadas foram realizadas bom base em investigação em livros, artigo e leis com o objetivo de responder o problema apontado no estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Descrever a importância da Lei Brasileira de inclusão (lei 13.146/15)

Em 2015 foi tirada do papel a Lei Brasileira de Inclusão, onde foi conquistado o direito de uma criança especial em ter um mediador lhe orientador, a Lei Brasileira de inclusão (lei 13.146/15), por sua vez, prevê a figura do profissional de apoio e do acompanhante (art. 3º, incisos XIII e XIV, respectivamente), definindo que o profissional de apoio escolar, determina que se tenha a participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instancias de atuação a comunidade escolar:

É a pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção de estudante, com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades do ensino, em instituição pública e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas e que o acompanhante é aquele que acompanha a pessoa com deficiência. (Lei 13.146/15).

Assim como a Lei Brasileira de Inclusão assegura a educação a todos, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tem um papel de extrema relevância na nossa sociedade, o ECA assegura o direito de crianças de até 11 anos, e adolescentes de até 17 anos, o ECA é rígido por 03 principais, são eles:

”1) A doutrina da proteção integral à criança e adolescente Oriunda da Convenção dos Direitos da Criança de 1989;

2) Os Princípios do Melhor interesse da Criança e do adolescente; 3) O Princípio da prioridade absoluta dos interesses da criança e do adolescente”.

Assim podemos perceber que a criança especial tem seus direitos assegurados pela sociedade, elas leis viram depois de anos de desenvolvimento em nossa sociedade, e da necessidade de se incluir uma criança com especial ou com deficiência no meio escolar, assim com dia a lei nº8.069 de 13 de julho de 1990:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

4.2 Identificar as atribuições e competências do professor mediador.

O professor mediador é um profissional capacitado para orientar e auxiliar, a criança especial, sendo assim ele a ajudará em sua comunicação, na interação social, e principalmente em sala de aula com os demais colegas, professores e demais. Ao longo do tempo o professor mediador, encontrará maneiras de identificar o que seu aluno quer expressar, sendo ela verbal ou não-verbal, facilitando a interação e desenvolvimento educacional e pessoal.

Entre suas atribuições, é essencial trabalhar com o aluno a ludicidade, com ela temos a inclusão nas atividades escolares e com os demais alunos, ajudando no processo de ensino e aprendizagem, lhe ajudando a expressar suas emoções e sensações. Atuar na área da educação tem seus desafios, ainda mais na área da educação especial, sendo assim, o profissional da educação precisa sempre está em aprendizagem, porém nem sempre esse conhecimento é o bastante, que o mediador sempre que tiver uma situação que não conseguir resolver. É necessário solicitar o apoio escolar, da equipe responsável, para assim evitar passar por dificuldades, em relação a educação e comunicação, onde querer competências e habilidades, segundo a Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, afirma que: à construção de competências, para se efetivar, deve se refletir nos

objetivos da formação, na eleição de seus conteúdos, na organização institucional, na abordagem metodológica, na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os professores em formação, em especial na própria sala de aula e no processo de avaliação. (C a, p. 18)

Segundo a nova LDB 9.394/96, é necessário que o professor preze por esse desenvolvimento de suas competências, em todos os seus processos de atuação profissional, como podemos notar a Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, ela enfatiza que o profissional está sempre em processo de mudança, em todo seu sistema profissional, as competências apresentadas pelas Curriculares Nacionais para Educação Básica são: competências referente ao comportamento, competências referente a compreensão do papel social, competências referente ao domínio dos seus conteúdos, competência referente ao domínio do conhecimento pedagógico, competência referente ao conhecimento de processos de investigação e competências referente ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

É de suma importância, que o professor mediador, tenha um contato necessário com os repoiáveis da criança, onde ambos possam trocar informações e identificar juntos as mudanças de comportamento e comunicação, nesses casos é sempre importante anotar ou está com mais alguém da escola, para evitar certos comentários. O mediador também atua direcionamento dessa criança, esperando na entrada da escola, assim não a deixa sem uma orientação, nesse momento o mediador irá lhe ensinar como se comportar naquela situação, no comprimento da rotina escolar, lhe estimulando a se comunicar com seus colegas e professores.

4.3 Pontuar os desafios encontrados pelo professor mediador.

Os desafios encontrados pelo professor mediador vão vários, sabemos que nem sempre o mediador tem uma formação especializada em educação especial, ou entrar na escola e se deparar com as situações do cotidiano escolar, ele trabalha com o achismo, com aquele que ele sabe das teorias. Entra em uma escola para ser um professor mediador, ele se depara com o fato de não saber resolver certas situações, que envolve seu aluno especial, sabemos que cada aluno tem sua particularidade, seu nível de dificuldade e de compreensão, das atividades escolares e do mundo ao seu redor.

Entre esses diversos desafios enfrentados pelo professor, não podemos deixar de dala

sobre o desrespeito e a desvalorização do professor, principalmente quando são estagiários, ou refém formados, onde vem formando um local de desrespeito até entres professores, conforme Valle (2006, p.4) afirma:

[...] a carreira docente se torna pouco atrativa, pois, apesar de exigir um enorme investimento pessoal e familiar (diplomas e aprovação em concursos), oferece um futuro profissional bastante incerto, baixos salários, limitadas possibilidades de ascensão pessoal, condições precárias de trabalho, além de requerer uma grande versatilidade; o que acredita-se contribuir de forma direta ou indireta para a evasão dos cursos de licenciatura.

Assim podemos notar, que ser professor é necessário a dedicação, pois grandes serão os desafios encontrados ao longo da carreira docente, principalmente em relação a educação especial, onde é necessário a total competência e atenção da parte do professor mediador em relação ao seu aluno. Porém, se tratando dessa situação de reconhecer seu aluno especial, o professor mediador com o tempo, vai identificando as suas particularidades, suas manias, seus gostos, e suas limitações. Em certas situações, o mediador se tonar uma “baba” ou “cuidador” dessa criança especial na escola. A escola muita das vezes deixa o professor mediador, que na maioria das vezes é um estudante ou estagiário, que está apenas na teoria, total responsável por aquela criança, dando-se uma responsabilidade que ele não está preparado, e assim ele fica mais preocupado em proteger e não deixar que a criança se machuque, do que com a aprendizagem dela.

Em sala de aula, é fundamental e de suma importância que o professor titular, tenha uma parceria com o mediador, para o desenvolvimento e aprendizagem desse aluno, porém, na sua grande maioria, o mediador se encontra sozinho junto de sua criança. Ou seja, em sala de aula, fica ao lado da criança especial, que na sua maioria das vezes não participa das atividades da sala, ou com outras turmas, o aluno se torna total independente desse mediador, tanto que quando o mediador não poderá comparecer a escola, esse aluno é dispensável, pois a escola não tem certa responsabilidade.

Tudo isso deixa de lado o fato de que a criança era para esta em desenvolvimento, porém nessas condições, em que a professora a deixa de lado, e o mediador que por falta de uma formação aqueda, não está em aprendizagem. As atividades que eram para ser desenvolvidas é deixa de lado, e isso atrapalha o processo de aprendizagem de ambos os lados.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo foi abordado o seguinte tema, a relevância do professor mediador na educação infantil, analisamos a sua formação necessária para se tornar um professor mediador apto a trabalhar com crianças especiais no meio escolar, este trabalho tem como relevância científica para a academia sua discussão sobre a formação necessária para o professor se tornar mediador, através deste trabalho iremos compreender a necessidade de uma formação adequada para o professor mediador, a relevância social deste trabalho aborda a relevância do professor mediador na sociedade e no meio escolar, e no seu trabalho na educação infantil, levando em consideração que o professor mediador é visto apenas como um estagiário\mediador.

Onde não tem capacitação ensinar uma criança especial, este trabalho tem como principal objetivo, mostra que o mediador/estagiário é na sua grande maioria das vezes, “ignorado” e sem capacidade de lidar com os problemas do cotidiano de uma criança especial.

Para responder essas questões, foram traçados os seguintes objetivos: objetivo geral: Analisar a contribuição do professor mediador na educação infantil, e os objetivos específicos são: Descrever a importância da Lei Brasileira de inclusão (lei 13.146/15), identificar as atribuições e competências do professor mediador e pontuar os desafios encontrados pelo professor mediador. Neste trabalho percebemos a suma importância do mediador em sala de aula, onde ele contribui com o desenvolvimento social e escolar da criança especial, na sua comunicação e sua interação, no seu trabalho com a ludicidade e orientações e identificar as mudanças de comportamento.

Em sala de aula é necessário a adaptação e o dinamismo entre as crianças, com a metodologia correta para a turma, elas conseguem desenvolver esse processo de ensino e aprendizagem, não deixando de lado o olhar afetivo do professor para os seus alunos, onde tem um excelente resultado, e faz parte do desenvolvimento da comunicação.

Em 2015 foi tirada do papel a Lei Brasileira de Inclusão, onde foi conquistado o direito de uma criança especial em ter um mediador e orientador, a Lei Brasileira de inclusão (lei 13.146/15), por sua vez, prevê a figura do profissional de apoio e do acompanhante (art. 3º, incisos XIII e XIV, respectivamente), definindo que o profissional de apoio escolar, determina que se tenha a participação dos estudantes com deficiência. Apesar da lei ser conquistada, não são todos que têm acesso a esse direito, ou seja, a criança está na escola sem um professor mediador. Entre suas atribuições, é essencial trabalhar com o aluno a ludicidade, com ela temos a inclusão nas atividades escolares e com os demais alunos,

ajudando no processo de ensino e aprendizagem, lhe ajudando a expressar suas emoções e sensações, entre outras atribuições ele é capacitado para orientar e auxiliar, a criança especial, sendo assim ele a ajudará em sua comunicação.

Considerando que ao entra na escola como professor mediador, é enfrentar certas situações, como sabemos que cada aluno tem sua particularidade, a sua dificuldade de compreensão, das suas atividades escolares. Porém, se tratando desse situação de reconhecer seu aluno especial, o professor mediador com o tempo, vai identificando as suas particularidades, suas manias, seus gostos, e suas limitações. Em certas situações, o mediador se tonar uma “baba” ou “cuidador” dessa criança especial na escola. E por fim, é necessário que o estagiário tenha uma formação ou curso, especializado em educação especial antes de ir pra escola, uma preparação, para saber lhe dar com certas situações, e que deixe bem claro que o professor mediador não é um estagiário, e que está ali para contribuir com o desenvolvimento na educação infantil.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacional para Formação de Professores da Educação Básica (DCN). MEC. parecer cne/cp nº9. De o de maio de 2001. **BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (ECA).** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Decreto de lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASIL. Decreto-lei nº 13.146, de 6 de maio de 2015.

BULGRAEN, Vanessa. O Papel do Professor e sua Mediação nos Processos de Elaboração do Conhecimento. Edição 1º. São Paulo. Capivari, 2010.

FRANCO, Maria. Entre a lógica da formação e a lógica das práticas: a mediação dos saberes pedagógicos. Edição 34. São Paulo. Educação e Pesquisa. 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social.5. ed. São Paulo: Atlas,1999. LAZZARI, Raquel. Formações de Educadores: Desafios e perspectiva. Edição 1. São Paulo. Unesp. 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maia. Fundamentos de Metodologia Científica. 7º edição. São Paulo. Atlas, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores: Unidade Teórica e Prática. 9º edição. São Paulo. Cortez, 2010.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Eugene B.; ZECHMEISTER, Jeanne S.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por que é? Como fazer?. 1º

Edição. São Paulo. Moderna.

CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DO PAPEL DA EXPERIMENTAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

WANDERLEIA GIL NASCIMENTO*

EDNA TEREZA FREIRE PAULA**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: O presente artigo busca realizar uma análise do papel da experimentação no processo de construção do conhecimento em Ciências, por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa. Para tal, buscou-se responder seguintes objetivos: realizar um breve histórico do ensino de ciências no Brasil; discorrer a respeito da prática experimental no ensino de Ciências na Educação Infantil e Séries Iniciais; identificar as principais dificuldades para o ensino experimental; e Avaliar o papel da experimentação no processo ensino-aprendizagem em ciências. Após a análise de todo o material coletado, pode-se afirmar que a experimentação pode contribuir significativamente no processo de construção do conhecimento, porém, ainda apresenta alguns empecilhos para sua execução como prática cotidiana do processo pedagógico.

Palavras chave: Ciências, Experimentação, Ensino.

Abstract: This article seeks to carry out an analysis of the role of experimentation in the process of construction of knowledge in Sciences, through a qualitative bibliographic research. To this end, we sought to answer the following objectives: to carry out a brief history of science education in Brazil; talk about experimental practice in science teaching in early childhood education; identify the main difficulties for experimental teaching; and Assess the role of experimentation in the teaching-learning process in science. After analyzing all the material collected, it can be said that experimentation can significantly contribute to the knowledge construction process, however, it still presents some obstacles to its execution as a daily practice of the pedagogical process.

Key words: Science, Experimentation, Teaching.

*

Finalista do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM.

**

Professora orientadora, graduada pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA em Licenciatura Plena em Pedagogia e especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM.

1 INTRODUÇÃO

Em uma simples pausa e reflexão a respeito dos diferentes instrumentos que nos circundam atualmente e que são frutos de avanços tecnológicos, podemos perceber o quanto a ciência e a tecnologia avançaram nos últimos anos e o quanto continua avançando, abrindo possibilidade de existência real, a objetos que antes só poderiam ser aceitos na ficção.

O ser humano ampliou seus conhecimentos nas mais diversas áreas e isso resultou em uma gama de produtos que tornaram a vida cada vez mais cômoda e ao mesmo tempo dinâmica. Nos dias atuais é algo incomum pensarmos numa pessoa que não possui um telefone celular, sendo que a poucas décadas atrás, este era um artigo de luxo entre os mais abastados financeiramente.

A atual sociedade e a ciência e tecnologia se tornaram cada vez mais atreladas uma a outra porém, grande parte da população desconhece os fundamentos científicos que culminaram nos produtos utilizados por eles em seu cotidiano, e mais preocupante que isso, muitos são alheios ao método científico, se deixando influenciar por informações sem fundamento ou até mesmo se tornando relutante em aceitar métodos de controle de doenças como as vacinas por terem sido influenciados por informações sem qualquer base científica.

Grande parte deste problema se dá por conta da ausência ou insuficiência de conhecimentos que deveriam ter sido aprendidos ainda nas fases iniciais de sua vida escolar, mais especificamente na disciplina de ciências. Estes conhecimentos têm suma importância na formação cidadã, pois atribuem ao estudante em seu processo contínuo de formação, o poder de criticidade quanto ao seu modo de pensar e de agir na sociedade em que este se encontra, contribuindo para o avanço na relação homem- ambiente fazendo-se necessária a discussão a respeito da importância deste conhecimento e do que pode ser feito para que o mesmo seja desenvolvido.

Desta forma, este artigo tem a finalidade de realizar uma análise sobre a importância da experimentação na construção do conhecimento no ensino de ciências e, ressaltar a importância do conhecimento científico para a formação cidadã. Este tema foi escolhido mediante as observações durante o período de estágio supervisionado, do papel do professor e de seus métodos de ensino para a promoção da aprendizagem.

Para o desenvolvimento desta pesquisa fez-se uso do método de pesquisa bibliográfica qualitativa, caracterizando a mesma como uma pesquisa de cunho descritivo a respeito do

tema em questão. Neste procedimento metodológico foram realizadas buscas ativas nas plataformas de periódicos acadêmicos: Google Acadêmico e Periódicos CAPES, para aquisição e leitura dos artigos mais relevantes sobre o tema em análise. O material coletado e analisado, nos serviu de base para responder aos seguintes questionamentos sobre a temática: A realização de atividades práticas realmente incrementa a aprendizagem dos alunos? A estrutura física de um laboratório é ou não essencial para a realização deste tipo de atividade?

Para chegarmos a um parecer sobre o tema, dividiu-se o presente artigo em subtemas que respondem aos seguintes objetivos específicos: realizar um breve histórico do ensino de ciências no Brasil; discorrer a respeito da prática experimental no ensino de Ciências na Educação Infantil e Séries Iniciais; Identificar as principais dificuldades para o ensino experimental; e Avaliar o papel da experimentação no processo ensino-aprendizagem em ciências.

2. DESENVOLVIMENTO

A ciência e a tecnologia avançam mais e em maior velocidade ao passar dos anos, e nossa sociedade vê-se cada vez mais atrelada aos aparatos tecnológicos que o desenvolvimento da ciência nos proporciona. Portanto, torna-se evidente, a necessidade

do aprendizado de Ciências desde o início da vida escolar da criança em nossa sociedade, sendo impossível pensar num cidadão crítico a margem do saber científico.

Porém, apesar de nossa atual sociedade valorizar o conhecimento científico, MORAIS (2014) ressalta que, na contramão deste processo, o ensino de Ciências ainda vem sendo realizado por grande parte dos profissionais de educação, por meio de práticas tradicionais que priorizam aulas expositivas e a repetição de informações pelos alunos nos instrumentos de avaliação de conhecimento.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), os eixos estruturantes das práticas pedagógicas desta etapa do conhecimento são as interações e brincadeiras, que proporcionam as crianças construção e apropriação de conhecimento através de suas ações e interações com seus coleguinhas e também com os adultos.

A experimentação pode ser uma excelente ferramenta metodológica a promover estes momentos de interações entre alunos e entre professor e aluno a fim de proporcionar a construção do conhecimento, tendo como tema central um dos conteúdos a ser trabalhado em

sala de aula. Mas, a realização de atividades experimentais deve ter contexto e finalidade apropriada, pois a simples realização de atividade experimental não configura construção e aprendizagem em Ciências. (BRASIL, 1998)

2.1 Breve Histórico do Ensino de Ciências no Brasil

O ensino de Ciências no Brasil apesar de hoje ser bastante valorizado em razão de nossa sociedade atual, nem sempre teve tanto prestígio. Nos primórdios da educação brasileira até um cenário um pouco mais recente, o ensino baseava-se no aprendizado da língua portuguesa e da matemática. A partir do século XIX, com descobertas científicas relevantes para o avanço das tecnologias e do modo de vida da sociedade, as ciências passaram a ser inclusas nos currículos educacionais (Luiz, 2007).

Porém, apesar de ter sido inclusa no currículo, a disciplina era trabalhada de modo insipiente e sempre à sombra de português e matemática, julgadas de maior importância para a formação do indivíduo.

Com o avanço industrial brasileiro, houve um novo olhar para as disciplinas de cunho científico, uma vez que era necessária mão de obra com formação básica em Ciências para atender os postos de trabalho das indústrias e assim impulsionar a economia brasileira. Outro ponto importante para o desenvolvimento do ensino de

Ciências no Brasil veio de caráter externo ao governo brasileiro, pautado principalmente pela comunidade científica internacional e pela formação de pesquisadores brasileiros nos centros e instituições estrangeiros, associadas à destinação de recursos para a pesquisa e ensino.

Portanto, pode-se fazer um panorama até aqui que, do início do século XX até o final da década de 50, ocorreu a introdução e desenvolvimento do ensino de Ciências, sempre sob o parâmetro de outras disciplinas como português e matemática e utilizando-se o método tradicional, que priorizava a aula expositiva.

O Ministério das Relações Exteriores criou em 1946 o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC, esse órgão era agregado ao Ministério das relações Exteriores e atuava como uma Comissão Nacional junto à Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em 1950, à Comissão Estadual de São Paulo do IBECC. A partir desta data, o IBECC, através dessa comissão, desenvolveu intensa atividade ligada à renovação do ensino de Ciências, atuando junto a alunos, de início, com

atividades extraescolares, e junto a professores, posteriormente, com cursos de atualização. Esse foi o primeiro passo para o estudo e expansão da ciência no Brasil

Do final da década de 50 até o início dos 70, surgem novas tendências de ensino, paralelas a expansão da rede pública. Neste intervalo o Ministério da Educação e Cultura

– MEC, estabelece até o início da década de 60, o ensino de Ciências apenas nas duas últimas séries do antigo curso ginásial, de caráter teórico e ainda assim, não exigia sua obrigatoriedade. Foi a partir do ano de 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4024/61 que o ensino de Ciências passou a ter caráter obrigatório no curso ginásial (NASCIMENTO; FERNANDES; MENDONÇA, 2010).

Somente dez anos depois da promulgação da LDBEN nº 4024/61 o ensino de ciências ganha novo aporte, com a Lei 5692/71 o ensino de ciências é oficializado no entanto, por conta do modelo governamental na época se tratar de uma ditadura civil- militar, priorizou-se o tecnicismo em detrimento do método científico, uma vez que o importante para os governantes era preparar mão de obra para atender o crescimento industrial brasileiro.

Na década de 70 ocorreram mudanças profundas no ensino de Ciências que surgiram com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 5.692, depois revogada pela Lei nº 9.394/96). Pela lei de 1971, as Ciências passaram a ser uma disciplina obrigatória durante todo o Ensino Fundamental.

De acordo com Krasilchik (2003, p. 18), a década de 1970 foi caracterizada por fatores contraditórios

Ao mesmo tempo que o texto legal valoriza as disciplinas científicas, na prática elas eram profundamente prejudicadas pelo atravancamento do currículo por disciplinas que pretendiam ligar o aluno ao mundo do trabalho (como Zootecnia, Agricultura, Técnica de Laboratório) sem que os alunos tivessem base para aproveitá-las.

Já na década de 1980, com o fim da ditadura e retorno da democracia, além de diversas mudanças no cenário mundial do ponto de vista econômico e de conflitos como a Guerra Fria, surge um pensamento comum de que o homem deveria mudar seu posicionamento em relação ao ambiente e a sociedade como um todo. Neste período, toma vulto a tendência conhecida como “Ciência, Tecnologia e Sociedade” (CTS) que BAZZO e COLOMBO (2001) definem como “[...] uma área e estudos onde a preocupação maior é tratar a ciência e a tecnologia, tendo em vista suas relações, consequências e respostas sociais”.

Nesta época, a análise do processo educacional passou a ter como o tônica o processo de construção do conhecimento científico pelo aluno, visando a formação de um cidadão mais

crítico em nossa sociedade.

A comunidade científica toma impulso e caracteriza um período de grande produção acadêmica de pesquisas voltadas à investigação das concepções de crianças e adolescentes sobre os fenômenos naturais e suas relações com os conceitos científicos.

Para acompanhar tais mudanças no modo de pensar e agir da sociedade, foi realizada a promulgação da LDB Lei nº 9394/96, que assegura ao cidadão a formação comum para o exercício da cidadania e para lhe fornecer meios de progressão em seu trabalho e em formações posteriores (BRASIL, 1996).

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1998 elabora após ampla discussão entre a comunidade científica os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e integrado a eles, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) que têm como objetivo principal a reflexão sobre as metodologias, objetivos e conteúdos abordados pelos profissionais de educação nos diferentes níveis de ensino (Brasil, 1997).

Mais atualmente, em dezembro de 2017, foi então aprovada, homologada e instituída pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que após aproximadamente um ano, com a homologação da etapa para o Ensino Médio, passa a atender todas as etapas da Educação Básica. Esta nova BNCC.

[...]estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica [...]. [...] a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017).

Este novo documento de caráter normativo, traz um olhar um pouco mais atento com relação ao ensino de ciências na Educação Infantil, pois dá atenção ao “cuidar” nesta etapa da educação, assim como estabelece habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos educandos para os diferentes conteúdos e diferentes séries. Desta forma, surge um novo agir e pensar no que concerne aos métodos de ensino e ao processo de construção do conhecimento dos estudantes.

2.2 A prática experimental e o ensino de ciências na educação infantil e séries iniciais

É sabido que a atual sociedade realiza o que podemos chamar de supervalorização do conhecimento científico isto, em grande parte, por conta da crescente intervenção da

tecnologia em nosso cotidiano e pela crescente busca do mercado de trabalho por profissionais cada vez mais capacitados.

Desta maneira, o ensino de ciências torna-se cada vez mais primordial para a formação de um cidadão crítico e dinâmico. A Academia Brasileira de Ciências já em 2008 fazia a seguinte afirmação sobre a importância do ensino de tal disciplina:

[...] O ensino adequado de ciências estimula o raciocínio lógico e a curiosidade, ajuda a formar cidadãos mais aptos a enfrentar os desafios da sociedade contemporânea e fortalece a democracia, dando à população em geral melhores condições para participar dos debates cada vez mais sofisticados sobre temas científicos que afetam nosso cotidiano (Academia Brasileira de Ciências, 2008).

Para se formar o cidadão descrito na citação acima, faz-se necessário que o ensino de ciências seja realizado de maneira adequada desde os primórdios da vida escolar do indivíduo. Assim, ao se pensar em uma educação básica de modo contínuo, o processo de desenvolvimento de seu raciocínio lógico e sua criticidade ocorrerá de modo gradual e constante, transcendendo as etapas da educação e preparando este aluno para a vida e para qualquer formação futura.

O ensino de qualquer temática, prevê o uso de uma ou mais metodologias para que os objetivos do mesmo sejam atingidos. Desta maneira, no caso do ensino de ciências, muitas metodologias e ferramentas metodológicas podem ser utilizadas para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, sendo a prática experimental uma delas.

Para Morin (2007, p.11): Muitas formas de ensinar hoje já não se justificam mais. Perdemos tempo demais, aprendemos muito pouco desmotivamo-nos continuamente. Tanto professores como alunos temos a clara sensação de que muitas aulas convencionais estão ultrapassadas. Mas como mudar? Como ensinar e aprender mais numa sociedade interconectada?

Atualmente, o uso de metodologias ativas na educação vem se tornando uma tônica em meio à comunidade acadêmica, por serem métodos de ensino que envolvem a ampla participação dos alunos no processo de aprendizagem, tornando-os agentes de construção de seus conhecimentos em contrapartida aos métodos tradicionais que priorizam as aulas expositivas e dialogadas, e utilizam a lousa e o livro didático como ferramentas principais no processo de ensino.

SILVA (2019) ao discorrer sobre a experimentação nas séries iniciais, destaca a possibilidade de se unir a teoria à prática e deste modo, promover a participação ativa dos

alunos durante as aulas, tornando estas mais interessantes e instigando a busca pelo conhecimento científico e pelos métodos de obtenção dos mesmos ainda nas fases iniciais da educação.

...entendo que nossa linguagem ordinária está repleta de teorias; que a observação sempre é observação à luz das teorias, e que é somente o prejuízo indutivista que leva as pessoas a pensar que poderia existir uma linguagem fenomênica, livre das teorias e diferente de uma 'linguagem teórica'... (K.R. Popper, em *Lógica da investigação científica*, p. 61, nota adicionada em 1968).

A simulação deve ser incorporada às práticas educacionais como uma estratégia de sugerir realizações racionais, tomando parte de um projeto em que as condições experimentais são condições de experimentação, portanto, juntando a prática com a experimentação, o aluno vai se sentir muito mais estimulado para aprender Ciências, não só nessa área específica, mas nas outras áreas do conhecimento, onde a simulação do problema, a teoria e a experimentação, completam o aprendizado.

A experimentação, portanto, pode ser muito útil tanto para professores como para alunos, porém, por mais deslumbrante que a prática experimental possa ser, esta não deve estar avulsa à teoria, ambas devem caminhar juntas para a construção efetiva do conhecimento. Isolando-as corre-se o risco de incorrer na superficialidade dos currículos e na não apropriação real do conhecimento (GASPAR, 2009).

A experimentação pode ser então categorizada como uma estratégia de ensino que favorece a troca de saberes, de forma dinâmica, que contribui para a apreensão do conhecimento teórico e estimula o desenvolvimento de habilidades e competências, sendo o professor mediador imprescindível ao auxiliar os alunos em seus processos de significação e ressignificação de mundo a partir de suas reflexões e descobertas (SILVA e ZANON, 2000).

O uso da experimentação no processo ensino-aprendizagem em Ciências é importante, porém é preciso planejar o momento adequado em que esta estratégia de ensino será utilizada. MOURA e CHAVES (2009), afirmam que não se pode definir datas específicas para aulas experimentais e aulas teóricas, cabe ao professor planejar estas estratégias de ensino, de acordo com a natureza e o caráter teórico do conteúdo trabalhado.

SILVA e ZANON (2000) destacam ainda em seu trabalho, a importância da linguagem, ou seja, da análise e discussão do processo e dos resultados obtidos durante a experimentação, considerando estes mais importantes que a própria observação do experimento. As autoras alertam quanto à tendência ao fracasso do professor, quando este

utiliza a experimentação de modo tecnicista e trivial, além de desconsiderar o conhecimento teórico já aprendido por seus alunos.

É importante que a teoria preceda a prática experimental uma vez que é necessário que os estudantes possuam um arcabouço teórico para fundamentar suas explicações e inferências a respeito dos resultados obtidos ou visualizados durante a

atividade experimental e mediante suas conclusões, possam ser capazes até mesmo de propor soluções e correlacionar as atividades de classe com o seu cotidiano.

Corroborando com os autores acima mencionados GUEDES (2010) resume o ensino experimental como:

[...] uma abordagem pedagógica para apropriação do conhecimento, desde que a modalidade usada para desenvolvimento das atividades práticas seja investigativa, problematizada e que permitam aos estudantes: a participação em diálogos propondo explicações para os fenômenos observados, a compreensão e avaliação de modelos e de teorias, a modificação e ou reelaboração de ideias e de pontos de vista e a interligação entre os saberes cotidianos e científicos.

Sendo assim, o uso da experimentação não deve ser considerado a salvador do ensino de ciências em todos os níveis de ensino e que esta seja massivamente explorada como recurso didático e nem deve, a contraponto, ser utilizada de modo superficial e desprezioso. Trata-se de um precioso recurso, que cabe ao professor explorar de maneira adequada para que sua finalidade e objetivos sejam realmente atingidos.

2.3 Principais entraves para a prática experimental no ensino de Ciências

Diante do exposto até aqui, podemos inferir, corroborando com os autores citados, que a prática experimental é um bom recurso didático para o ensino de ciências. Ainda assim, a prática experimental nas escolas ainda é algo insipiente apesar de seu reconhecimento por parte dos docentes, de que se trata de uma atividade motivadora e transformadora, que instiga a curiosidade e participação dos alunos GALIAZI *et al.*(2001).

A experimentação é vista então com bons olhos por parte de docentes e entidades governamentais como os formuladores dos PCN's de Ciências Naturais, Frequentemente, o experimento é trabalhado como uma atividade em que o professor, acompanhando um protocolo ou guia de experimento, procede à demonstração de um fenômeno; por exemplo, demonstra que a mistura de vinagre e bicarbonato de sódio produz uma reação química,

verificada pelo surgimento de gás. Nesse caso, considera-se que o professor realiza uma demonstração para sua classe, e a participação dos estudantes reside em observar e acompanhar os resultados. Mesmo nas demonstrações, a participação pode ser ampliada, desde que o professor solicite que os estudantes apresentem expectativas de resultados, expliquem aqueles obtidos e os comparem aos esperados.

E mais atualmente na nova BNCC, que continuam investindo na inclusão deste tipo de atividade no cotidiano escolar no ensino de ciências acreditando que este método de ensino confere um caráter especial à esta disciplina, que transcende as aulas expositivas, demonstrativas e dialogadas (BENETTI e RAMOS 2013; BARBERÁ e VALDÉS 1996).

Ainda segundo os PCN's de Ciências Naturais:

Um equívoco bastante comum é considerar esse tipo de atividade possível apenas em áreas de preservação ou de conservação, nas quais a interferência do ser humano é pequena. Essa concepção limita a utilização de uma série de recursos que oferecem possibilidades para o professor trabalhar. Além de unidades de conservação, deve-se considerar a riqueza do trabalho de campo em áreas próximas, como o próprio pátio da escola, a praça que muitas vezes está a poucas quadras da escola, as ruas da cidade, os quintais das casas, os terrenos baldios e outros espaços do ambiente urbano, como a zona comercial ou industrial da cidade, onde poderão ser conhecidos processos de transformação de energia e de materiais. O desenvolvimento de atividades em espaços com essas características traz a vantagem de possibilitar ao estudante a percepção de que fenômenos e processos naturais estão presentes no ambiente como um todo, não apenas no que ingenuamente é chamado de natureza. Além disso, possibilitam explorar aspectos relacionados com os impactos provocados pela ação humana nos ambientes e sua interação com o trabalho produtivo e projetos sociais. Nesse sentido, a articulação de mais de uma área de conhecimento em trabalhos de campo é desejável para enriquecer o elenco de objetos de estudo e relações a se investigar.

RAMOS & ROSA (2008) ao concluírem em sua pesquisa falam da falta de incentivo da gestão escolar, ausência de planejamento e tempo de aula adequados, bem como a escassez de materiais e falta de preparo dos professores, são os principais fatores que limitam uma maior utilização de atividades experimentais nos anos iniciais do ensino fundamental.

A falta de preparo dos profissionais não é algo novo nesse sentido. As poucas disciplinas de instrumentação e práticas de ensino das disciplinas de cunho científico nos currículos das universidades se mostram insuficientes para preparar os futuros profissionais de educação para a utilização deste recurso. Ainda se pode observar uma tendência a privilegiar as disciplinas relacionadas a alfabetização e matemática em detrimento das disciplinas

científicas, fato que pode ser comprovado em uma simples análise da grade curricular dos cursos de pedagogia (RAMOS e ROSA, 2008).

Este é um ponto crucial no que tange a pouca utilização da experimentação como método de ensino ou a sua utilização de maneira superficial, de caráter apenas ilustrativo ou comprobatório dos conteúdos já ministrados pelo professor. RABONI (2002), cita em sua pesquisa que a falta de conteúdo específicos em sua formação, acaba por limitar a ação docente em atividades que estimulam a participação dos alunos com arguições e criação de hipóteses, pois os professores se sentem inseguros sobre sua capacidade de atender aos anseios de seus alunos e findam por utilizar o livro didático e aulas expositivas, uma vez que nessa modalidade os alunos se sentem menos instigados a questionar.

Segundo os PCN's, Para o trabalho com as atitudes, é necessário conversar com a classe e planejar atividades específicas. Para tanto, há oportunidades nos momentos de preparação, desenvolvimento e fechamento dos trabalhos; regras de segurança e de preservação do meio, ou de autopreservação, devem ser objeto específico de discussão na preparação. Ao participar de atividade para resolução de problemas ambientais ou tecnológicos reais, reconhecidos durante a saída ao campo, os estudantes exercitam valores que estão expressos nos objetivos deste documento. Por meio de atividades, como debates, dramatizações e produção de cartazes, poderão ser produzidos também objetos reais de divulgação ou participação na sociedade, como uma carta a um jornal ou uma exposição de trabalhos, o que faz do trabalho de campo um elemento de projeto.

RAMOS e ROSA (2008), concluem em sua pesquisa que além da insegurança dos profissionais, a falta de matérias para a realização dos experimentos, de apoio da coordenação e direção escolar e de tempo para o planejamento e execução das mesmas são atores principais que contribuem para que a prática experimental se torne comum ao cotidiano escolar dos alunos.

No que diz respeito à necessidade de um laboratório para a execução dos experimentos, os autores acima citados complementam, dizendo que na análise realizada pelos mesmos sobre o material didático e suas sugestões de atividades experimentais, a quase totalidade dos experimentos poderia ser realizada na própria sala de aula e que os materiais necessários são simples e de baixo custo. Ressaltam ainda que pelo nível de escolaridade, os experimentos são simples e podem ser executados pelos alunos sob supervisão do professor sem quaisquer problemas. Porém, mesmo estes materiais sendo de baixo, não há aquisição dos mesmos pela escola, sendo o professor responsável por adquiri-los ou requisita-los dos

alunos.

Deste modo, a falha na formação docente inicial bem como a ausência de formação continuada destes profissionais no que diz respeito ao ensino de ciências parece ser o maior limitador para a consolidação da experimentação como método de ensino nesta disciplina. LABURÚ (2005) corrobora este pensamento ao dizer que “a universalização de certos experimentos e a prática comum devem-se mais ao limitado conhecimento profissional dos professores, que se prendem aos livros escolares e à reprodução de práticas didáticas a qual estiveram submetidos em sua formação”.

GIANI e CARNEIRO (2010) fazem a seguinte suposição sobre o exposto no parágrafo anterior:

Assim, acreditamos que, a partir do momento que tivermos professores com uma melhor formação, o problema da falta de equipamentos poderá ser sanado ou minimizado quando estes perceberem o potencial das atividades práticas e cobrarem os materiais específicos em suas salas de aula.

Sendo assim, apesar de todas as dificuldades apresentadas inicialmente, mostra-se o professor como sendo limitador dele mesmo. Quando este se reconhecer como um dos atores principais no processo ensino-aprendizagem e como importante agente mediador do conhecimento para seus alunos, a busca por conhecimento preencherá as lacunas de sua formação e instigará a utilização da prática experimental e a cobrança de sua parte a equipe pedagógica, dos materiais necessários para a realização das mesmas uma vez que a existência de um laboratório não se faz fator decisivo para esta atividade.

2.4 Avaliação do papel da experimentação no processo ensino-aprendizagem em ciências.

Muitos dos autores e documentos oficiais citados até o presente momento são taxativos ao afirmar que a prática experimental é ponto chave no ensino de ciências, que esta prática deveria ser utilizada com maior frequência pelos professores desta disciplina, e de uma forma mais investigativa e problematizada para que os alunos se tornassem realmente atores na construção de seu conhecimento. Neste tópico, iremos discorrer sobre o que dizem os autores quanto aos resultados obtidos mediante a aplicação deste método de ensino.

GUEDES e BAPTISTA (2010) em sua dissertação de mestrado, realizaram diferentes atividades experimentais junto a alunos das séries iniciais e obtiveram resultado satisfatório quanto ao que foi proposto, relatando maior participação dos alunos no processo, ressaltando

em alguns experimentos o elevado número de falas de alunos e professor, onde as mesmas quase se equipararam, evidenciando o quanto este tipo de atividade motiva os alunos e os torna questionadores e reflexivos sobre as informações ali aprendidas.

MADRUGA e KLUG (2015), ao realizarem uma análise das concepções dos professores sobre o papel da experimentação no ensino de Ciências e Matemática, afirmam que uma parte dos professores ainda se utilizam da experimentação como uma simples comprovação dos conteúdos ministrados em sala de aula mas, a grande maioria dos entrevistados já utilizam esta ferramenta metodológica de forma investigativa e puderam perceber uma atitude mais crítica e reflexiva de seus alunos após tais práticas, evidenciando o quanto a experimentação pode mudar a forma de pensar e agir dos estudantes.

PEREIRA (2010) em suas considerações sobre a experimentação investigativa e o papel do professor no ensino de Ciências nos diz as seguintes palavras:

As contribuições das práticas experimentais investigativas são plurais e permitem ao aluno desenvolver uma melhoria qualitativa, especialmente na compreensão de conceitos, no desenvolvimento de habilidades de expressão escrita e oral, uso de linguagem simbólica matemática, relacionamento entre o processo histórico e a elaboração do conceito pelo aluno, elaboração de hipóteses e planejamento do experimento, dentre outras.

ZANON e UHMANN (2012) destacam em sua pesquisa o papel da experimentação como fomentadora de diálogos investigativos e reflexivos entre os alunos e entre os alunos e o professor sobre suas próprias produções ao nos dizer que: “Desafiar o estudante a pensar as relações conceito/significado, teoria/prática, demonstradas pela capacidade descritiva, argumentativa, dialógica e interpretativa, implica questioná-lo sobre as próprias produções e relações conceituais.”

TAHA (2016) ao estudar a experimentação como ferramenta pedagógica para o ensino de ciências, conclui que a experimentação em suas mais variadas formas de ser realizada, motiva os alunos das séries iniciais à questionar ao mesmo tempo que lhes abre os olhos a perceber como o conhecimento aprendido em sala de aula está presente em seu cotidiano, levando o mesmo a perceber o mundo ao seu redor de forma mais integrada.

Outro ponto importante no processo ensino-aprendizagem e que a atividade experimental pode ser muito bem empregada para este fim, é a interdisciplinaridade. GOMES (2019) em um experimento sobre ácidos e bases utilizando extrato de repolho roxo, exalta o papel do experimento na associação realizada pelos alunos dos conhecimentos das ciências da natureza compreendidos nas áreas da química e da biologia, e mais uma vez, na importância da atividade experimental em despertar o interesse e a participação dos alunos durante a aula.

3 CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado nesta pesquisa podemos dizer que apesar de o ensino de ciências no Brasil ter evoluído bastante assim como as leis que o amparam, este ainda precisa ser visto como importante agente de mudança na forma de pensar e de agir da nossa sociedade e por isso precisa de maior aporte de recursos, para melhores condições de trabalho dos profissionais desta disciplina.

Podemos ver que grande parte dos trabalhos citados aqui, afirmam que os profissionais da área reconhecem o importante papel da experimentação na evolução do pensar e agir de seus alunos porém, estes mesmos profissionais, não se sentem na maioria das vezes, capacitados para a realização de tais experimentos e acabam optando pelas aulas expositiva e pela utilização do livro didático como principal ferramenta metodológica.

A experimentação, seja ela executada apenas para a comprovação dos conceitos aprendidos nas aulas teóricas, seja ela executada de modo investigativo e instigador da reflexão, discussão e conclusão promove grande interesse dos estudantes pelas aulas, além de notável incremento em sua forma de analisar o ambiente em que se encontram e as problemáticas de seu cotidiano.

Portanto, a experimentação é de fato uma excelente ferramenta metodológica para o ensino de ciências, porém os profissionais da educação que atuam nesta disciplina carecem de um volume maior de processos formativos continuados para aprimorar seus conhecimentos quanto ao uso desta ferramenta, e assim, melhorar o ensino básico no âmbito das ciências e contribuir para a formação de uma sociedade mais crítica e reflexiva sobre a relação homem-natureza.

4 REFERÊNCIAS

BARBERÁ, O. y VALDÉS, P. **El trabajo práctico en la enseñanza de las ciencias: una revision.** *Enseñanza de Las Ciências*, 14 (3), p. 265-379, 1996.

BAZZO, W. A.; COLOMBO, C. R. **Educação tecnológica contextualizada: ferramenta essencial para o desenvolvimento social brasileiro.** *Revista de Ensino de Engenharia*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 9–16, 2001.

BENETTI, B.; RAMOS, E. M. de F. **Atividades experimentais no Ensino de Ciências no nível Fundamental: perspectivas de professoras dos anos iniciais.** Atas do IX Encontro

Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – IX ENPEC. Águas de Lindóia, SP, 2013.

BRASIL, S. D. E. F. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 20/09/2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: Presidência da República do Brasil, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 9/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19/09/2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20/09/2020.

GALIAZI, M. C. et al. **Objetivos das atividades experimentais no ensino médio:** a pesquisa coletiva como modo de formação de professores de ciências. *Ciência & Educação*, 7 (2), p. 249-263, 2001.

GANI, K.; CARNEIRO, M. H. da S. **A experimentação no ensino de Ciências: possibilidades e limites na busca de uma aprendizagem significativa.** (Dissertação de Mestrado) Brasília, DF. 2010.

GOMES, D. S. **O uso da experimentação no ensino das aulas de ciências e biologia.** *Revista Insignare Scientia*. v.2, n.3 – Edição Especial: Ciclos Formativos em Ensino de Ciências. 2019.

GUEDES, S. de S.; BAPTISTA, J. de A. **Experimentação no ensino de ciências: atividades problematizadas e interações dialógicas.** (Dissertação de Mestrado) Brasília, DF. 2010.

HAMBURGER, E. W. et al Academia Brasileira de Ciências. **O ensino de ciências e a educação básica: propostas para superar a crise.** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br>. Acesso em: 21/09/2020.

LABURÚ, C. E. **Seleção de experimentos de física no Ensino Médio: uma investigação a partir da fala dos professores.** *Investigação em Ensino de Ciências*, v.10, n. 2, p. 161-178, 2005.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências.** São Paulo: EPU; EDUSP, 1987. LOPES,

LUIZ, W. **Educação científica na perspectiva de letramento como prática social: funções, princípios e desafios.** *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, p. 474–550, 2007.

MADRUGA, Z. E. de F.; KLUG, D. **A função da experimentação no ensino de ciências e**

matemática: uma análise das concepções de professores. Revista de Educação, Ciências e Matemática v.5 n.3 set/dez 2015.

MORAIS, E. A. **A experimentação como metodologia facilitadora da aprendizagem de ciências.** In: GOVERNO DO PARANÁ (Org). Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. [Curitiba]: Secretaria da Educação, 2014. p. 1-20.

MOURA, Gesiel Nascimento; CHAVES, Silvia Nogueira. **Visões e virtudes pedagógicas do ensino experimental da química.** In: VII ENPEC, Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Anais do VII ENPEC. Florianópolis: UFSC, 2009.

NASCIMENTO, F. DO; FERNANDES, H. L.; MENDONÇA, V. M. DE. **O ensino de ciências no Brasil: história, formação de professores e desafios atuais.** Revista HISTEDBR On-line, p. 225–249, 2010.

PEREIRA, B. B. **Experimentação no ensino de ciências e o papel do professor na construção do conhecimento.** FUCAMP – UFU. Uberlândia, MG. 2010.

POPPER, K.R. **A lógica da pesquisa científica.** 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1993. Orig. de 1934.

RABONI, P. C. A. **Atividades práticas de ciências naturais na formação de professores para as séries iniciais.** Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp (Tese de Doutorado), 2002.

RAMOS, L. B. da C.; ROSA, P. R. da S. **O ensino de ciências: fatores intrínsecos e extrínsecos que limitam a realização de atividades experimentais pelo professor dos anos iniciais do ensino fundamental.** Investigações em Ensino de Ciências – V13(3), pp.299-331, 2008.

SILVA, L. H. de A. e ZANON, L. B. A Experimentação no ensino de Ciências in SCHNETZLER. R.P., ARAGÃO, R.M.R. de (org.) **Ensino de Ciências: fundamentos e abordagens.** Piracicaba: CAPES/UNIMEP. 2000.

SILVA, T. de S. G. da. **Ensino de ciências e experimentação nos anos iniciais: da teoria à prática.** Revista Pró-Discente, Vitória, v. 25, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2019.

TAHA, M. S.; LOPES, C. S. C.; SOARES, E. de L.; FOLMER, V. **Experimentação como ferramenta pedagógica para o ensino de ciências.** Experiências em Ensino de ciências. v. 11, n.1, Uruguaiana, RS. 2016.

ZANON, L. B.; UHMANN, R. I. M. **O desafio de inserir a experimentação no ensino de ciências e entender a sua função pedagógica.** XVI Encontro Nacional de Ensino de Química (XVI ENEQ) e X Encontro de Educação Química da Bahia (X EDUQUI) Salvador, BA, Brasil – 2012.

**NOVAS TECNOLOGIAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO APRENDIZADO DA
LÍNGUA PORTUGUESA: COMO A LÍNGUAGEM DA INTERNET AFETA A
ESCRITA DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA
PÚBLICA DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

DULCILENE MOURA DE SOUZA*

JEFFERSON GIL DA ROCHA SILVA**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: Este trabalho de conclusão de curso analisa as implicações das novas tecnologias no aprendizado da Língua Portuguesa, explorando como a linguagem da internet afeta a escrita de alunos da rede pública. O objetivo central desta pesquisa é compreender o impacto linguístico, social e cultural que está sendo gerado pelo uso frequente das novas tecnologias. A metodologia de pesquisa empregada foi, primariamente, a pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e outras publicações na internet; com base nisso, fazendo uso de uma pesquisa qualitativa, elaborou-se um questionário que foi aplicado em sala de aula, com estudantes do 3º ano do Ensino Médio em uma escola pública de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Manaus, no estado do Amazonas. Observou-se que quase todos os estudantes aderem fortemente ao uso de novas tecnologias e meios de comunicação e, nas redações que também foram solicitadas como estratégia dessa pesquisa, foram encontrados diversos reflexos da linguagem empregada na internet nos textos dos alunos. Com isso, a pesquisa demonstrou que as novas tecnologias trazem muitos benefícios para a educação; seu uso, porém, precisa ser cauteloso. Os jovens demonstram passar muito mais tempo lendo e escrevendo no estilo coloquial e gráfico típico de ambientes virtuais do que tendo contato com a norma culta; frente a isso, parece ser mais viável e seguro não optar pelo caminho da rejeição dessas novas tecnologias que, atualmente, fazem parte do cotidiano e da vida de boa parte das pessoas. Resta, ao educador, ensinar a respeito do uso e aplicação corretos de certos termos, trejeitos e características que devem permanecer no ambiente virtual.

Palavras-chave: Novas tecnologias, Linguagem da internet, Língua Portuguesa

Abstract: This course completion work analyzes the implications of new technologies in Portuguese language learning, exploring how the language of the internet affects the writing of public school students. The main objective of this research is to understand the linguistic, social and cultural impact that is being generated by the frequent use of new technologies. The research methodology used was, primarily, bibliographic research in books, magazines, articles and other publications on the internet; Based on this, using a qualitative research, a questionnaire was elaborated that was applied in the classroom, with students of the 3rd year of High School in a public school for Youth and Adults (YAE) in the city of Manaus, in the state of Amazon. It was observed that almost all students strongly adhere to the use of new technologies and means of communication and, in the essays that were also requested as a

search strategy, several reflections of the language used on the internet in the students' texts were found. As a result, research has shown that new technologies bring many benefits to education; its use, however, needs to be cautious. Young people seem to spend much more

*Aluno finalista do curso de LETRAS – Língua Portuguesa da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS ESBAM.

**Orientador Professor Doutor Jefferson Gil da Rocha Silva

time reading and writing in the colloquial and graphic style typical of virtual environments than having contact with the standard written. Faced with this, it seems to be more viable and safer not to choose the path of rejecting these new technologies that are currently part of the daily life and lives of most people. It remains for the educator to teach about the correct use and application of certain terms, mannerisms and characteristics that must remain in the virtual environment.

Key-words: New technologies, Internet language, Portuguese language

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a partir do advento de novas tecnologias como computadores, celulares, *internet*, aplicativos e redes sociais, surgiu um fenômeno de adaptação da língua aos novos meios de se comunicar. Aos poucos, foi surgindo um padrão de escrita amplamente aderido por jovens que buscavam agilizar o processo de comunicação na internet; e é esse aspecto que será abordado ao longo do presente trabalho: as novas tecnologias no ensino da Língua Portuguesa.

A Língua Portuguesa é uma língua viva, em constante desenvolvimento, aperfeiçoamento e adaptação. É visível que, desde seu surgimento, o idioma ganhou novas formas, características, normas e regras que também estão sujeitas ao crivo do uso e do tempo. Uma das lutas dos linguistas é justamente para que se aceite que a língua não se resume aos livros clássicos de gramática e ao que dita a norma culta e que ela é, sim, passível de mudanças, acréscimos e modificações.

E nesse contexto, a presente pesquisa traz as seguintes problematizações: a escrita virtual pode prejudicar o aprendizado da Língua Portuguesa em jovens? A linguagem da internet pode ser considerada uma variação linguística válida? E, principalmente, o uso das novas tecnologias e da linguagem da internet prejudica o uso adequado do português no cotidiano tanto escolar quanto social do aluno?

Em um mundo cada vez mais informatizado e acelerado pelas novas tecnologias, a leitura de qualidade e o contato com a norma culta torna-se cada vez mais limitado, algo que pode ser preocupante principalmente no meio acadêmico. Estudos anteriores revelaram traços dessa linguagem virtual em textos formais escritos por alunos do ensino fundamental e diversos professores já relataram encontrá-los em meio a provas dissertativas e redações.

Sendo assim, tem-se como objetivo geral compreender o impacto que está sendo gerado pelo uso frequente das novas tecnologias no aprendizado e na absorção da Língua Portuguesa em estudantes da rede de ensino público, investigando diretamente se existe tal relação em sala de aula com alunos do 3º ano do Ensino Médio em uma escola pública da cidade de Manaus, no Amazonas. Além disso, buscou-se especificar o impacto na capacidade de redigir textos por parte dos jovens e sua relação com o uso e consumo diário de redes sociais e da linguagem da internet por meio de uma pesquisa prática aliada a um exercício de produção

textual; bem como comprovar se há relação direta entre o uso da popular linguagem utilizada nas redes sociais e a possível diminuição dos hábitos de leitura e escrita entre os estudantes da rede de ensino público; compreender os desafios e dificuldades gerados pela popularização das novas tecnologias e propor meios de contorná-los; e, finalmente, verificar a postura adotada por alunos perante a possível variação linguística gerada pelo advento e expansão da internet.

Buscando atingir tais objetivos, a metodologia empregada foi, a princípio, bibliográfica, sendo realizada através de livros, revistas, artigos e outras publicações na internet. Posteriormente, a abordagem utilizada foi qualitativa, com a realização de um questionário com perguntas fechadas com o propósito de compreender e analisar como o acesso da tecnologia afeta a aprendizagem de 25 alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola para Jovens e Adultos (EJA).

Os conteúdos desta pesquisa foram organizados da seguinte forma: no item 2, “Revisão de Literatura”, foram citados estudos a respeito da mesma temática, evidentemente a importância do tema, que é bem atual no ensino da Língua Portuguesa, cuja abordagem abre espaço para discutir o aprendizado na modernidade. No item 3, “A Importância de Redigir Textos na Norma Culta”, explorou-se o uso e a utilidade do conhecimento da norma culta nos dias atuais. Já no item 4, buscou-se explorar como se dá “O Aprendizado de Língua Portuguesa na Modernidade”, incluindo a inserção de novas tecnologias como métodos de

facilitar o aprendizado e até mesmo o ensino em sala de aula, virtual ou presencialmente. Em seguida, no item 5, “A Rede Social e a Interação com a Língua Portuguesa”, o tópico em questão trata de abordar algumas das implicações que o uso de redes sociais onde a escrita virtual se faz presente traz para a relação dos usuários de tais redes com a Língua Portuguesa, algo que será explorado também no item 6: “Internet e Língua Portuguesa: A Influência das Redes Sociais no Processo de Comunicação”; dessa vez, porém, explorando os possíveis efeitos da linguagem das redes em outros campos além do ensino e aprendizado escolar. No item 7, “A Relação Entre a Linguagem das Redes Sociais e os Hábitos de Leitura e Escrita”, investigou-se uma possível relação entre os hábitos de leitura e escrita dos usuários de redes sociais e a sua frequência dentro desses ambientes virtuais. A temática continua a ser explorada no item 8, “Os Hábitos de Leitura e Escrita dos Estudantes da Rede de Ensino Público” e no item 9, “Os Desafios e Dificuldades Gerados pelas Novas

Tecnologias” porém com um exemplo real, analisando os dados coletados após a pesquisa de campo com estudantes do Ensino Médio de uma escola pública de Manaus. Nesses últimos tópicos, foi realizada uma verificação dos dados coletados anteriormente, com os próprios estudantes apontando que a linguagem da internet acaba sendo refletida em sua escrita no dia a dia, inclusive em sala de aula. Por fim, no item 10, explorou-se “A Variação Linguística Existente na Internet”, visando explorar os desafios e dificuldades gerados pelas novas tecnologias.

Compreender os fenômenos atuais, principalmente quando relacionados a algo tão utilizado quanto a língua, é uma tarefa indispensável a todo indivíduo, principalmente aos que buscam transmitir conhecimento, ensinando a respeito desse idioma tão rico e que se demonstra cada vez mais vivo. Dessa forma, esta pesquisa abre novas formas de ensinar a Língua Portuguesa tendo como instrumentos de apoio as novas tecnologias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O avanço acelerado das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) impõe algumas barreiras aos professores e também aos alunos, uma vez que somos fortemente influenciados pela mídia atualmente. Sendo assim, um dos grandes desafios para a educação é formar cidadãos críticos em uma sociedade em que os jovens estão cada vez mais voltados para o mundo virtual (MONTEIRO et al., 2021), principalmente nos últimos anos com o surgimento da pandemia devido ao vírus SARS Covid-19, também conhecido como

coronavírus. Nesse bojo, elencamos alguns estudos que possuem relevância com o tema proposto. Pesquisa esta, que tem grande relevância no ensino da língua materna na escola. Sendo assim, diversos trabalhos já estudaram e ainda estudam o tema.

O trabalho de Guerreiro e Neto (2019) tem como título "uso das tecnologias nas aulas de Língua Portuguesa", o qual tem a tecnologia como instrumento central no ensino de Língua Portuguesa do ensino médio, pontua que a TDICS foram fundamentais para a inclusão digital de alunos que possuem o objetivo de aprender.

Para esses autores a educação avança ao passo que a tecnologia evolui, dessa forma é inviável comparar a educação de antigamente, no qual utilizava-se quadro e giz com a dos tempos modernos, onde utiliza-se de aparelhos tecnológicos seja como o computador, projetor de tela (*datashow*) ou até mesmo salas virtuais criadas nas principais plataformas digitais (*Google Meet, Zoom, Teams*) que permitiu o acesso à educação a distância durante o período pandêmico. O texto de Guerreiro e Neto (2019) afirma que é possível relacionar educação com tecnologia, pois ambas estão interligadas permitindo uma praticidade de ensinar assim como aprender.

Dessa forma seria inviável a escola não utilizar dos TDICS, uma vez que são fortemente utilizadas como um recurso para desempenhar o ensino, fazendo com que as aulas sejam diferenciadas ao ponto de chamar atenção do aluno, despertando o interesse, participação, curiosidade, aproximando a relação professor e aluno. Vale ressaltar que deve haver um equilíbrio quanto ao uso dos TDICS apresentar pontos positivos, pois;

O uso das novas tecnologias em qualquer área do conhecimento permite aplicar métodos mais dinâmicos, uma interação mais ativa entre professores e alunos. O uso dessas ferramentas nas aulas de Língua Portuguesa (LP) se torna tão necessário como em qualquer outra disciplina, haja vista que, tais mecanismos quando bem orientados e empregados trazem contribuições significativas para o processo ensino-aprendizagem. Entretanto, para que ocorra a aplicação dos recursos tecnológicos com êxito, é necessário que o educador esteja irmanado ao desenvolvimento da era digital, cabendo a ele fazer a mediação precisa de conhecimentos dando espaço às inovações tecnológicas, em decorrência de estas fazerem parte do cotidiano dos educandos (GUERREIRO; NETO, 2019).

Soma-se a esta proposta temática a pesquisa de Pereira (2014) com título "novas tecnologias e ensino de Língua Portuguesa: a Pedagogia do Digital na Educação Linguística", que é uma dissertação cujo tema tem como objetivo investigar as relações entre Língua Portuguesa e as novas tecnologias na teoria e na prática em sala de aula. A pesquisadora

destaca sobre a questão da tecnologia digital e suas relações com o ensino de Língua Portuguesa, por ser entendida como "inevitável" ou "desejável", quando podem ser visualizadas de forma natural e inerente. Em sua pesquisa, Pereira (2014) declara que a escola demonstra-se desorientada sobre o assunto, uma vez que ela pode ser compreendida de forma positiva, sendo uma estratégia diferenciada no processo de ensino-aprendizagem ou negativa, quando tornam-se um motivo de dispersão de alunos ou pelo vício de linguagem do "internetês" podendo impactar na escrita dos alunos. O problema é compreender a função e a importância da tecnologia presente na sociedade, pois a mesma está presente na sociedade, então não tem como fazer sua retirada, apenas adaptar de acordo com as condições que a utiliza. Por isso, Pereira (2014) comenta que:

Compreender, portanto, que a técnica não é um elemento externo à sociedade, que a determina, mas interno, que a condiciona, já que oferece as possibilidades de mudanças, é entender a tecnologia como um avanço natural, como produto cultural humano. Como a escola é constituída por membros dessa sociedade, também está condicionada às técnicas, à tecnologia. Por isso, em essência, constitui um paradoxo o fato de que a sala de aula é ou está alheia à tecnologia, visto que os seres que ali interagem [...] já estão em contato com as possibilidades geradas pela tecnologia, ou estão imersos nelas, Acerca da relação ensino e tecnologia, há os que temem a "invasão tecnológica" no espaço escolar e, por outro, os que são eufóricos ante a ideia de que a tecnologia é "boa" e deve ser "incorporada". Ambas carecem de fundamentos, já que, primeiramente, a tecnologia não é boa, ruim ou neutra, mas, sim, os usos dela se fazem em seus contextos e, em segundo lugar, a tecnologia não pode adentrar a escola, visto já estar lá, por ter nascido na cultura de que a escola faz parte. (PEREIRA, 2014).

É de suma importância citar o estudo de Leal e Lima (2014), com o título "navegar é preciso: as TICs e o ensino de Língua Portuguesa", no qual as autoras tiveram o objetivo de verificar como a literatura traça o ensino de Língua Portuguesa pautando nas Tecnologias da Comunicação e da Informação, as autoras citam a importância das novas tecnologias no campo educacional como promover uma mudança pedagógica, ou seja, aulas diferenciadas sem o método mecanicista de ensino, no qual o educador transmite o conhecimento e o educando reproduz, aulas monótonas como se fosse um copiar do livro e colar no quadro para os estudantes copiarem e assim encerrar a aula.

Afirmam Leal e Lima (2014) que muitos anos o ensino levou este método mecanicista para sala de aula, sendo confortável para os professores uma vez que é uma série de repetições

do mesmo assunto, nas mesmas aulas com as mesmas turmas, porém aos alunos não é atrativo, por isso ocorre a dispersão e a perda do interesse. Dessa forma, os discentes devem sempre se reinventar e uma dessas formas diferenciadas de ensino é trazendo as tecnologias como aliada. Visto isso, é necessário um preparo para que o professor saiba remediar a tecnologia com a educação, ou seja, ele deve fazer dessa tecnologia a sua aliada no cotidiano como um meio de comunicação assim como também preparar o aluno para formação como pessoa que vive em sociedade. Por isso, ressalta-se que:

As atuais práticas educacionais devem ser modificadas para superar os transtornos quanto o manuseio dos equipamentos tecnológicos e possibilitar uma educação voltada para a formação do ser humano, preparando-o para viver em uma sociedade que se modifica constantemente e que não desconheça a realidade de todos os que estão inseridos no contexto social e histórico em que vivem. A escola precisa estar aberta, com um novo olhar diante das transformações sociais e seguir um rumo em consonância com o percurso histórico e não trilhar caminhos opostos ao segmento social diante das novas tecnologias da educação (LEAL: LIMA, 2014).

Aliada ao trabalho de Leal e Lima (2014), tem-se os estudos recentes sobre o tema das novas tecnologias e ensino, como de Carneiro *et. al* (2019), que trazem mais uma perspectiva de como a tecnologia pode colaborar no ensino aprendizagem. Os pesquisadores concluíram que os professores devem estar preparados para lidar com as novas tecnologias e essa preparação se dá por meio de um aperfeiçoamento através da educação em informática, onde haverá uma preparação para saber mexer nos aparelhos tecnológicos assim como usufruir o uso da internet por meio de pesquisar, no qual enriquecem o autoconhecimento assim como dos estudantes.

No trabalho dos autores, destaca-se que existe uma necessidade quanto a este aperfeiçoamento, uma vez que os jovens cada vez mais estão crescendo junto ao meio tecnológico, então muitas das vezes quando o educador não sabe ou não possui um domínio tecnológico ele não passa uma certa confiança ao estudante, afinal de contas hoje em dia tudo pode ser encontrado na internet, contudo nem sempre o que está na internet é verdadeiro. Visto isto, o educador será o mediador do conhecimento proporcionado pela tecnologia até como essa informação deve chegar ao aluno. Sendo assim:

Com a Internet em sala de aula, o professor precisa rever concepções de ensino-aprendizagem, posturas didático-pedagógicas, além da própria maneira de como ensinar e avaliar. [...] Os professores devem estar preparados e capacitados para trabalhar com estes

recursos, uma vez que nem sempre ter acesso às informações resultam em acesso ao conhecimento, é neste sentido que a prática dos professores se torna um diferencial, ao construírem o conhecimento, juntamente com seus alunos, valendo-se das ferramentas disponíveis. (CARNEIRO et al., 2019)

Dentro da mesma temática de estudo mais recentes, destacamos o de Carvalho *et al.* (2021), com título "tecnologia da informação e suas transformações na educação", qual os autores realizaram levantamento bibliográfico em artigos científicos, no qual utiliza-se da perspectiva do levantamento de autores que discutem a temática da mídia na educação.

É indispensável a utilização das tecnologias de informação na formação dos alunos uma vez que a tecnologia está avançando cada vez mais, dessa forma é necessário frisar o quão o professor deve estar preparado, informado e até especializado para saber interligar tecnologia com educação, assunto este que é discutido nos demais estudos no presente trabalho.

No entanto, há uma ênfase do docente como um filtro, ou seja, aquele que seleciona os conteúdos somativos para aprendizagem devido a liberdade de propagação de informações no meio virtual.

Por isso que:

Os profissionais da educação precisam dominar o conhecimento e a informação como matérias primas, enfrentando, dessa forma, desafios oriundos das novas tecnologias. É importante entender que tais mudanças não significam a adesão incondicional ou a oposição radical ao ambiente eletrônico, mas, ao contrário, torna-se imprescindível conhecê-los para saber de suas vantagens e desvantagens, dos riscos e possibilidades, para transformá-los em ferramentas e parceiros em alguns momentos, e dispensá-los em outro (GOIA, 2011 apud CARVALHO et al., 2021).

Como se pode observar as tecnologias trazem muitos benefícios para educação, no entanto, seu uso deve ser utilizado com cautela, visto que pode influenciar na linguagem e escrita dos jovens. Desta feita o presente estudo, com o título "Novas tecnologias e suas implicações no aprendizado da Língua Portuguesa". Tem como objetivo, compreender o impacto que está sendo gerado pelo uso frequente das novas tecnologias. É perceptível que, os jovens passam mais tempo lendo e escrevendo no estilo coloquial adotado em redes sociais do que lendo textos considerados clássicos ou escritos sob a norma culta, tal situação ocorre devido a presença das novas tecnologias. Algo que tornou-se questionável é o fato de que as novas tecnologias poderiam influenciar na escrita dos jovens de hoje em dia, pois muitos

criaram no meio tecnológico, onde está sempre conectado com as redes sociais. No entanto, que muitos já não utilizam palavras para se expressar, somente

basta *emojis* e *GIFs* para expor seus sentimentos.

Apesar destas situações pontuais, as tecnologias possibilitaram diversificar a vida de alunos e professores, pois basta um clique no conhecido "pai dos burros", o google, é possível encontrar diversas informações sobre quaisquer situações imagináveis. Não somente, o avanço tecnológico facilitou o ensino a distância, principalmente durante o período pandêmico vivenciado mundialmente. Contudo, através da pandemia a população começou a ficar cada vez mais alienada nas telas, afinal de contas não havia interação social presencialmente. Por isso, as redes sociais ganharam um espaço cada vez maior, afinal era a única forma de interagir, estudar e até mesmo buscar uma distração, pois o noticiário só se mostrava a tristeza de que milhares de pessoas no mundo perderam seus parentes, amigos, colegas e até mesmo grandes profissionais nas mais diversas áreas.

Dessa forma compreender o impacto gerado pelo uso frequente das novas tecnologias no aprendizado e na absorção da Língua Portuguesa, não é uma tarefa fácil, principalmente com alunos do 3º ano do Ensino Médio e do EJA (Ensino de Jovens e Adultos).

Os autores utilizados no presente trabalho demonstram diversos aspectos das tecnologias da informação, como utilizar estes meios a fim de inovar ensino assim como aproximar o professor ao aluno, contudo é necessário a capacitação do profissional.

Outro ponto importante é o fato do educador ser um limitador das informações certas e erradas da internet, assim como uma ponte onde poderá interligar o estudante a utilizar a internet também para o meio educacional, não somente como lazer e distração. E por fim, o papel fundamental da instituição de ensino é ser adepto às tecnologias e proporcionar um ensino e aprendizagem de qualidade com profissionais preparados, pois apesar de que há um vício linguístico proporcionado pelo internetês, não significa que os estudantes utilizaram este tipo de escrita como essencial, por isso cabe ao docente ensinar seus discentes onde e quando devem utilizar o internetês.

Dessa forma é necessário que o professor acompanhe o ensino por meio das tecnologias fazendo com que as aulas sejam diferenciadas, despertando o interesse do aluno. Além disso o professor tem o papel fundamental de preparar o aluno como pessoa que convive em sociedade e sociedade esta que está cada vez menos humanizada e mais "robotizada". De fato, os meios de tecnologia são de suma importância, contudo é necessário ter um equilíbrio entre o mundo real e o virtual assim como um filtro, pois as informações são

liberadas e deve haver uma preocupação com o que é verdadeiro e o que é falso.

2.1 A importância de redigir textos na norma culta

A escrita apresenta características distintas, pois ela é planejada, completa, não fragmentária, elaborada, predominam-se frases complexas e subordinação abundante. Enquanto a língua escrita é um conjunto de símbolos que podem ser interpretados de várias formas de acordo com uma série de fatores. Ela serve de registro permanente, sendo utilizada para a transmissão do saber e da cultura, possibilitando a facilidade de leitura de documentos e livros (KOCH, 2007; BAGNO 2004 apud SANTANA; NEVES, 2015).

Então, ao falarmos de língua escrita, tendem-se como importante a gramática, uma vez que é usada apenas uma das variações existentes na Língua Portuguesa, só que, neste caso, esta é considerada padrão, no qual a língua escrita é a manifestação formal do letramento e sua aquisição se dá através dos meios formais tais como a escola (MARCUSCHI, 2007). Dessa forma:

Cada contexto exige um uso da escrita de formas variadas e, por isso, inevitáveis relações entre escrita e contexto devem existir, fazendo surgir gêneros textuais e formas comunicativas, bem como terminologias e expressões típicas. Determinar a superioridade de uma sobre a outra seria um terrível engano, pois há vários aspectos que devem ser considerados, além dessa relação que não é solidamente ligada e também não é imutável. (MARCUSCHI, 2007; SANTANA, NEVES, 2015).

Quando o avanço tecnológico permitiu que a internet passasse a se popularizar cada vez mais, a internet passou por um processo de ampliação que transformou a conectividade entre pessoas, criando novas possibilidades de comunicação (KENSKI, 2012). Surgiram grupos de pessoas que acabaram até mesmo desenvolvendo termos, gírias, expressões e representações gráficas próprias.

Após o advento das redes sociais, conversar pela internet se tornou algo cada vez mais popular, passando a fazer parte do cotidiano de quase todos os brasileiros. Devido a essa gigantesca popularização e o impacto da vida virtual e suas características próprias, estudiosos como Bortoni-Ricardo (2004) passaram a considerar as redes sociais on-line parte dos estudos sociolinguísticos.

Nesse contexto, importam questões como a convergência digital e o crescimento do número de usuários com acesso diário à internet, o que resulta na conseqüente necessidade de

alfabetização digital (PEREIRA, 2014). Para Coll e Monero (2010 apud PEREIRA, 2014) é possível apresentar as bases da psicologia da educação virtual, no qual são definidas em três etapas chaves no desenvolvimento da tecnologia da informação e seu efeito na educação.

A primeira delas é a linguagem natural (fala e gestualidade) e pela necessidade de adaptação do homem ao meio adverso, onde é presente a comunicação oral, face a face, por isso os falantes precisam estar no mesmo espaço/tempo. Essa etapa implica a origem de determinados métodos de ensino- aprendizagem tal como a imitação, declamação, transmissão de informações e o uso da memória;

Em segundo lugar, tem-se o domínio do homem sobre a natureza, adaptando- a para atender às suas necessidades. Nessa etapa a comunicação passa a ser também escrita, marcada pelo registro externo (livros, cartas). O ensino é centrado em textos e livros didáticos, podendo ser presencial ou a distância;

Finalmente, temos o meio virtual, no qual a comunicação se dá inicialmente de forma analógica e depois, também pelo digital. O advento mais importante é o dos computadores e posteriormente o da internet, as duas bases da Sociedade da Informação em que vivemos atualmente. Para essa etapa, a educação pode ser também a distância, apoiada pelos meios audiovisuais e pelo computador.

Sendo assim, ao observarmos as três etapas relatadas por Coll e Monero (2010 apud PEREIRA, 2014) é possível analisar que o desenvolvimento humano também está apoiado pelo meio tecnológico, uma vez que as tecnologias elas estarão presentes em cada passo em que o indivíduo se desenvolve. Por isso, não era de se esperar que com o crescimento da alienação da população frente a internet devido a pandemia, não era de esperar que os jovens nos dias atuais não estejam cada vez mais em frente às telas.

2.2 O aprendizado da língua portuguesa na modernidade

As novas tecnologias não são, de todo, prejudiciais. Há muitas vantagens em seus usos, desde que haja moderação, podendo até mesmo ser bem aproveitadas em sala de aula. As tecnologias podem e devem ser utilizadas para o aprendizado, desde que estejam centradas "em oferecer ao professor instrumentos reflexão e de ação dentro de um contexto de ensino e aprendizagem amplo e tendo o indivíduo que aprende como centro na ação do facilitador." (VOSGERAU, 2007, p. 279).

Deste modo, relacionar o ensino com a tecnologia é difícil, mas o maior desafio é ensinar e principalmente aprender quando estamos pressionados pela transição do modelo de

gestão industrial para o da informação e do conhecimento de acordo com Moran *et al.* (2000). O autor continua comentando que as tecnologias nos permitem ampliar o conceito de aula, de espaço e tempo, de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre o estar juntos e o estarmos. conectados a distância, contudo se ensinar dependesse somente das tecnologias, já teríamos achado as melhores soluções há tempo. Como o próprio autor comenta, existe uma diferença entre ensino e educação, não se trata de ensino de qualidade, mas também de uma educação de qualidade.

No ensino organiza-se uma série de atividades didáticas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemática). Na educação o foco, além de ensinar, é ajudar a integrar o ensino (vida, conhecimento e ética, reflexão e ação, a ter uma visão de totalidade. Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos. (MORAN *et. al.*, 2000.).

Contudo, a inserção de novas tecnologias em sala de aula demonstra-se uma boa ideia devido à maior acessibilidade, no entanto não basta ter os equipamentos tecnológicos, mas toda a preparação para levar um ensino de qualidade.

Isto demonstra-se possível ao citar o trabalho de Gaydeckza e Karwoski (2015), no qual foi realizado um projeto com uso das tecnologias no ensino em uma escola, apesar do ponto positivo da inovação no ensino, também houve os negativos.

(...) no qual a pesquisa constatou que apesar da empolgação dos alunos, o projeto apresentou problemas devido à falta de infraestrutura da escola. houve dificuldades técnicas com a conexão de internet, pois somente em alguns momentos era possível acessá-la. Concluiu-se, naquela pesquisa, que o uso do mini computador em sala de aula pode ter resultados positivos; mas é preciso melhor infraestrutura na escola e preparo dos professores para inserir o computador em suas aulas. (GAYDECKZA; KARWOSKI, 2015). Sendo assim, não adianta ter o apoio tecnológico quando não se sabe utilizá-lo ou quando a escola não tem uma infraestrutura adequada que possa adaptar essa inovação de ensino. Por isso, é necessário frisar que é preciso muito preparo para trazer um ensino de qualidade.

A aprendizagem se dá pela construção dos conhecimentos, no qual pode surgir durante um processamento multimídico, podendo ele ser mais "livre" e menos rígido, com conexões mais abertas, que passam pelo sensorial, pelo emocional e pela organização provisória, que se modifica com facilidade, que cria convergências e divergências instantâneas, que precisa de processamento múltiplo instantâneo e de resposta imediata (MORAN, 2000).

2.3 A rede social e a interação com a língua portuguesa

Baseado em que Moran e seus colaboradores comentaram, o conhecimento. ele pode ser construído de diversas formas, ressalta-se quanto a modificação com facilidade, uma vez que o idioma, a Língua Portuguesa, vive em constante modificação e conseguir levar tais assuntos para sala de aula é complexo, contudo, não é impossível trazer certas mudanças, no que se diz a respeito à didática em que o professor têm-se com o aluno, baseada nas gírias utilizada nas redes sociais. Contudo, não é mudar o assunto da Língua Portuguesa e sim trazer uma leveza e conforto em sala de aula, a fim de formar laços entre professor e aluno.

Santos (2015) comenta que o desenvolvimento de novas tecnologias pode modificar as formas de pensar e viver dos seres humanos, conseqüentemente podemos relacionar a interferência da linguagem da internet na escrita dos alunos, uma vez que o meio virtual é algo rotineiro na população. A internet representa um meio de comunicação técnico universal, de fácil acessibilidade, baixo custo e disponibilidade global. Embora se baseando em tecnologias, sua difusão e importância social se baseiam em comunicação (SANTOS, 2006)

Com a popularização da internet no Brasil, a sociedade valoriza constantemente a imagem, mas não exclui a escrita e a comunicação oral do conjunto de ferramentas virtuais, de acordo com Santos (2015) dessa forma se comunicar ficou mais fácil, uma vez que possuem diversas oportunidades de conversar com alguém, tal como o mensageiro *WhatsApp* que tem a oportunidade de mandar mensagens, áudios, fazer ligações seja por voz ou chamada de vídeo, com isso.

A internet constitui não só um repositório abrangente de informações variadas, mas fundamentalmente um provedor poderoso, que pode ser acessado a qualquer hora e de qualquer lugar. Como um imenso banco de dados online, a internet disponibiliza para seus usuários uma verdadeira explosão de informações que demandam procedimentos outros da localização, utilização de seus documentos, assim como de outros modos de apropriação via leitura. (BERNARDES; FERNANDES, 2006, p. 121 apud SANTOS, 2015)

Deste modo, para Santos (2015) a tecnologia está em um constante construção e desconstrução, conseqüentemente a mudança da linguagem ela irá sofrer de acordo com o passar das gerações. Por isso que ter os adolescentes como foco principal de estudo, demonstra-se interessante, pois a geração que hoje está passando pela adolescência, em sua

maioria, cresceu em constante contato com as tecnologias do meio virtual, desde seu período de alfabetização até a maioridade.

Logo, a possibilidade de ter uma aprendizagem permanente e personalizada por meio da internet, utilizando os inúmeros fóruns, sites, blogs, bibliotecas virtuais e outros permitem que seja criado "um espaço do saber flutuante e destonalizado, aprendizagens cooperativas, inteligência coletiva no centro de comunidades virtuais, desregulamentação parcial dos modos de reconhecimento, gerenciamento de competências em tempo real... esses processos atualizam a nova relação com o saber" (LÉVY, 1999, p. 177).

Na Sociedade do Conhecimento ou da Informação, a escola do mais possui o monopólio do processo ensino/aprendizagem. Esse processo está se realizando, cada vez mais, em outros espaços, obrigando a escola a tomar novos rumos, se quiser se manter como uma instituição de aprendizagem capaz de preparar os que lá adentram para enfrentar os desafios que já se fazem presentes e parece que ela ainda não se deu conta. (SANTOS, 2006)

Dito isto, pode-se concluir que a sociedade está conquistando cada vez mais o seu espaço na cibercultura. O estudioso Lévy (1999) aponta no seu livro sobre a cibercultura um certo otimismo sobre a mesma, contudo não significa que a internet será a salvação dos problemas culturais e sociais do planeta.

Além disso o pesquisador continua comentando que a cibercultura possui dois fatores: a) o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas propõem e b) vivemos em uma abertura de um novo espaço de comunicação, cabe apenas nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômicos, político, cultural e humano.

No ponto de vista de Lévy (1999) temos uma perspectiva que de fato é ótima, afinal a internet abre diversas oportunidades seja no ramo profissional, educacional e até lazer. Mas devemos levar em consideração que tudo em excesso faz mal, afinal a tecnologia está como um suporte, apoio e até mesmo para uma praticidade.

Diante disso, cabe aos professores investir em suas próprias formações, de modo que adquiram ferramentas adequadas para lidar com as mais recentes práticas sociais, levando aos alunos novas possibilidades de uso da língua. Como disse Bagno (1999), "A grande tarefa da educação linguística contemporânea é permitir, incentivar, e desenvolver o letramento dos alunos, isto é, a plena inserção desse sujeito na cultura letrada em que eles vivem".

Esse pensamento é corroborado pelo autor Komesu (2007 no qual "o professor precisa pensar, juntamente com o aluno, quais são as regularidades e diferenças que existem nos

diferentes modos de enunciação da língua e que afirmam que práticas sociais variadas".

2.4 Internet e língua portuguesa: a influência das redes sociais no processo da comunicação

A escrita eletrônica caracteriza-se como uma escrita bruta (sem leitura), familiar (embora a escrita esteja associada a uma linguagem formal), afetiva (expressa de sentimentos) lúdica (expressa pelas neográficas e pelo jogo de palavras) e socializada (MORAES, 2008 apud BARBOSA, 2017). Além disso Bakhtin (1997 apud BARBOSA, 2017) assegura que não existe enunciado dotado de significado sem a avaliação social que o veicule, então dentre os componentes constitutivos da avaliação social x entonação é a mais pura e a mais imediata expressão da avaliação.

Ou seja, a entonação se realiza sob a influência mútua do locutor/ator, do ouvinte/leitor e do objeto do enunciado, com isso Bakhtin quis dizer que na linguagem das redes sociais é comum escrever o som da pronúncia das palavras durante conversação, um exemplo é a palavra "beleza", no qual nas redes sociais escreve-se "biz".

Boa parte das vezes é pela agilidade e praticidade durante o decorrer da conversa. Para Komesu (2007) os argumentos mais recorrentes para o não reconhecimento do internetês como Língua Portuguesa ou para o reconhecimento do internetês como degradação da língua estão os vinculados ao registro gráfico- visual, então problemas de ortografia, abreviatura e trocas de letras. No entanto, as reduções e os erros da escrita nas redes sociais tornam-se um vício para o aluno, mas não significa que isto deve ser invalidado pelo professor e pela escola, uma vez que:

É evidente que acostumar-se a escrever assim poderia causar algum problema, pois o aprendizado da ortografia é a fixação de uma imagem e poderia vir à mente uma imagem errada no momento de escrever. No entanto, isso não acontece com pessoas que foram alfabetizadas. O problema, portanto, é da escola e não da internet. É preciso que os professores trabalhem com a realidade linguística em que vive. É necessário considerar essa maneira de escrever ao trabalhar com a ortografia. (FIORIN, 2008 apud BARBOSA, 2017).

Além disso, é importante ressaltar que:

Algo importante citar é sobre os usuários do internetês não seguirem as regras da língua na produção escrita digital porque podem ter problemas de aprendizado ou ainda

porque têm problemas de personalidade, já que estariam sofrendo influência de outros no ambiente virtual. (KOMESU, 2007). Apesar de que o uso da internet pode estar modificando a grafia dos internautas, incluindo adolescentes e jovens em idade escolar, principalmente aqueles cujo acesso às redes sociais é mais frequente, a escola tem como função propiciar ao aluno o contato com a norma padrão, a moeda de troca no mercado linguístico (BOURDIEU, 2008). Com isso:

O papel da escola, diante desse fenômeno digital, é lembrar que em certos momentos devemos nos expressar de forma mais livre, e em outras, de modo mais organizado. É importante que a escola valoriza as múltiplas formas de escrever e parta do ponto em que os alunos estão no aprendizado para ajudá-los a perceber, quando necessário, textos com diferentes níveis formais mais complexos e estruturados. (BARBOSA, 2017)

Por isso, o papel do professor é demonstrar as diferenças de uso de acordo com o texto, uma vez que ela pode ser utilizada como formas de motivar e estimular os alunos, pois oferece muitas possibilidades para o enriquecimento informacional, possibilitando o resgate de um destinatário real para as produções escolares, o que pode repercutir em um interesse maior no ensino da língua materna (BARBOSA, 2017), pois:

O investimento em novas práticas na formação inicial de professores pode contribuir significativamente para que ocorram mudanças relevantes na escola. Assim, percebemos ainda, que os professores procuram (re) pensar seus cursos de formação e suas aulas para possibilitar, por meio da reflexão crítica sobre os modos atuais de usar a escrita e a leitura. E, que façam a incorporação efetiva das tecnologias no ensino/aprendizagem e destacam a importância de discutir questões sobre as implicações sociais e culturais das novas práticas letradas. (HOPPE, 2014 apud MONTEIRO 2021)

2.5 A relação entre a linguagem das redes sociais e os hábitos de leitura e escrita

Deste modo, frases como "boua noite", "tô em kz bjs", "me add", "kd vc?", são cada vez mais frequentes nas conversações via internet, Sites como o *Facebook*, *Instagram*, *Whatsapp*, *Twitter* já estão inseridos no cotidiano da população, sendo amplamente utilizados.

Assim como cresce o número de internautas, cresce também uma linguagem específica que vem chamando atenção de professores e pesquisadores da área de linguística e tem sido objeto de alguns estudos teóricos (BARBOSA, 2017). De acordo com Araújo (2007)

adolescentes usam as palavras abreviadas, reduzidas, simplificadas, a pontuação é irregular, há ausência de acentuação, alongamento de vogais e consoantes.

Com isso a rede social tem uso próprio, criam códigos ou reduzem palavras a fim de agilizar o processo da escrita, por isso o dever da escola é lembrar que em certos momentos devemos nos expressar de forma mais livres, e em outras de modo mais organizado, dessa forma é fundamental o educador (BARBOSA. 2017) esclarecer as diferenças entre as linguagens formal da Língua Portuguesa e informal como a linguagem 'internetês' utilizada nas redes sociais, no qual elas irão variar de acordo com o ambiente e de pessoa com quem se fala.

A questão é que nem todos têm consciência de que a tecnologia, especialmente digital, está em nosso cotidiano, como comenta Pereira (2014). Continuando a ideia da pesquisadora, a tecnologia já era presente há muitos anos na escola desde do processo de informatização, as matrículas dos alunos, a distribuição de carga horária dos professores e até mesmo a presença de um site da instituição de ensino. As tecnologias vieram para facilitar a vida do homem, contudo é inevitável que ela mexesse também na escrita e fala do indivíduo no meio virtual.

Sendo assim, uma espécie de variante da norma padrão da Língua Portuguesa se popularizou cada vez mais em salas de bate papo, redes sociais e aplicativos de mensagens, por agilizar a comunicação e facilitar a digitação. Tal variante ficou conhecida como "internetês" ou português virtual, linguagem que consiste na simplificação informal da escrita, utilizando símbolos gráficos, abreviações, simplificações e outros recursos de comunicação que não seriam aceitos em outros ambientes, como em textos acadêmicos, profissionais e que requerem uma linguagem mais formal.

O internetês é conhecido como uma forma grafolinguística que se difundiu em textos como chats, blogs e demais redes sociais, ou seja, é uma prática de escrita caracterizada pelo registro divergente da norma culta padrão (KOMESU, 2007). A pesquisadora Crystal (2005 apud ARAÚJO, 2007) estudou sobre a comunicação mediada por computador, no qual a autora denominou de *netspeak* sendo esse um híbrido de fala e escrita, onde ocorre a constituição de textos eletrônicos que demonstram fluidez, simultaneidade, não degradando o material. além de interrelação entre textos.

Apesar de Crystal ter feito um estudo do idioma inglês, pode-se utilizar tal conceito relacionado com o internetês da Língua Portuguesa, uma vez que a linguagem nas redes sociais sofrem mudanças, mas não deixam de constituir uma fluidez no texto, pois aquele que lê consegue compreender a mensagem.

2.6 Os hábitos de leitura e escrita dos estudantes da rede de ensino público

Ao considerarmos os estudos dos autores utilizados no presente trabalho é possível concluir que as pessoas sofrem grandes influências dadas pela tecnologia, com isso a população passa por diversos processos de mudanças, uma vez que estão acompanhadas pelo processo de evolução tecnológica. Dessa forma, crianças estão cada vez mais cedo utilizando de aparelhos digitais com acesso à internet fazendo com que gastem seu tempo nas redes sociais e acabam se adaptando com a escrita utilizada no meio virtual.

Contudo, isto é um problema que não deve ser visto como um erro, uma vez que é um fator antigo do preconceito do vício linguístico. Então o educador está presente para demonstrar qual escrita deve ser utilizada em cada ambiente em que o estudante se encontra, por isso que segundo Kenski (2012), é dever da escola "investir na formação de leitores por diversos caminhos e linguagens", para então ampliar as suas concepções de linguagem, incorporando as mediações textuais que são feitas por meio do uso das novas tecnologias, uma vez que:

Quem determina o grau de oralidade e de escrituralidade nos textos são as situações de comunicação. Em termos gerais, situações marcadas pela proximidade determinariam a oralidade, situações caracterizadas pela distância promoveriam a escrituralidade. A proximidade e à distância está vinculada a uma série de fatores que configuram os interlocutores e suas relações interativas, tais como o grau de privacidade, de cumplicidade, de envolvimento emocional, de espontaneidade, de cooperação, de dialogicidade. Essas condições vão ser responsáveis pelo uso ora de uma linguagem mais verbal, ora de uma linguagem mais fortemente impregnada de recursos não verbais. Outras condições vão valorizar mais ou menos os aspectos emocionais nas formulações linguísticas. Enfim, situações de proximidade e distância vão determinar diferentes formas e estruturas que identificam os mais variados gêneros de textos (DIEDRICH, VALÉRIO. 2012).

De acordo Pereira (2014) existe alguns educadores que temem com a relação do ensino com a tecnologia, onde uns temem a invasão tecnológica no espaço escolar e, por outro, os que são eufóricos diante da ideia de que tecnologia é "boa" e de ser incorporada, contudo existe um problema em que há falta de percepção dessa realidade por parte da escola, uma vez que é necessário que a escola se conscientize das condições possibilitadas pela tecnologia em sala de aula para perder o infundado receio de que a técnica determine a escola. As novas tecnologias abrem portas para um vasto campo de pesquisa que podem muito bem

ser utilizadas e bem aproveitadas em sala de aula. Sobre esse novo campo, vale ressaltar as considerações de Brito e Purificação (2008):

Esse novo campo, necessariamente interdisciplinar, tem que considerar dois principais componentes: a utilização cada vez maior das tecnologias em nossa sociedade e o redimensionamento do papel do professor. Portanto, a situação professor X tecnologias não tem mais lugar em nossas escolas. É hora de pensarmos em: professor + computador + recursos pedagógicos + livros quadro-de-giz professor que age, planeja, integra conhecimentos. (BRITO & PURIFICAÇÃO, 2008, p. 112).

Ainda sobre este novo campo proporcionado pelas novas tecnologias, pode-se trazer novamente sobre o internetês como algo que incentiva e atrai o aluno é através do hipertexto, uma vez que ele apresenta algumas condições pedagógicas que favorecem a aprendizagem, como a utilização de representação de múltiplos conhecimentos, relacionados entre conceitos abstratos e concretos (BARBOSA, 2017). Além disso, interagir com hipertextos é necessário para que os alunos desenvolvam habilidades e competências requeridas para esse modo de enunciação digital, como selecionar e filtrar conhecimento, estabelecer as relações entre diversos fragmentos (PINHEIRO, 2005).

Não somente, as tecnologias de informação e comunicação dão suporte às atividades realizadas em ambientes digitais de aprendizagem, as quais representam sistemas computacionais disponíveis na internet. Essas tecnologias permitem integrar linguagens e recursos, promovendo a interação entre pessoas aos objetivos de conhecimento a partir da apresentação e manipulação de informações de maneira organizada (DIEDRICH; VALÉRIO, 2012). Além disso, elas são mediadoras de aprendizagens significativas, integradas aos currículos inovadores, exigindo capacitação e/ou formação de professores a fim de provocar mudanças com a inserção da tecnologia na escola, na sala de aula e em casa (GAYDECZKA; KARWOSKI, 2015).

Logo, a utilização do meio virtual é quase impossível nos tempos em que vivemos, então o educador deve se adaptar para fazer com que o aluno saiba diferenciar o momento correto para utilizar estas linguagens, uma vez que:

A internet não muda a escola em si, mas transforma a interação com ela, realizada nela e por ela. Ousamos pensar, todavia, que se a interação é transformada com o advento da internet, a situação comunicativa também o é, conseqüentemente, as habilidades e competências exigidas também são outras, ainda que mantenham pontos em comum com as presentes nas situações anteriores à internet (PEREIRA, 2014).

Sendo assim, o grande objetivo é, portanto, aprimorar a metodologia em termos práticos, de modo que as novas tecnologias favoreçam ensino da Língua Portuguesa - e não o contrário, transformando até mesmo à escrita virtual em aliada ao ensinar a norma padrão, ensinando a sociolinguística e as variações do idioma, ampliando o vocabulário dos jovens estudantes, tornando o ensino mais dinâmico e atual.

2.7 Os desafios e dificuldades gerados pelas novas tecnologias

Se, por um lado, os trejeitos e métodos de comunicação característica do ambiente virtual são bem aceitos quando estão ligados diretamente a determinados gêneros textuais no meio virtual, esse tipo de linguagem não deve ser inserido em determinados ambientes, sendo muitas vezes alvo de repreensão.

É sempre importante lembrar que a língua está viva, sendo passível de mudanças e renovações. A língua tanto falada quanto também escrita, passa por constantes processos de manutenção e renovação, é pois, o falante, o indivíduo que a utiliza, concretizando-a por meio da fala e/ ou da escrita e adequando seu uso, sendo ele a peça chave que mantém a língua viva, (SANTOS, 2015, p. 43).

Então a escola assim como o educador não deve anular a linguagem das redes sociais e sim saber diferenciá-las em momentos e ambientes que devem ser utilizados. Sendo assim, considerando que a Língua Portuguesa é uma língua viva que passa por constantes mudanças, adaptações e está, periodicamente, ganhando novos termos e passando por reformas, o uso do "internetês" talvez não seja tão condenável assim, desde que empregado no contexto certo. Por isso, cabe aos professores de Língua Portuguesa ensinar aos seus alunos como e quando cada linguagem pode ser empregada.

Dessa forma, podemos citar Melo e Santanna (2017) que estudaram sobre a influência da linguagem da internet na escrita formal com alunos do 9 ano. Os autores apontam que as tecnologias devem estar alinhadas com o processo de ensino, no qual o professor deve buscar o aperfeiçoamento, uma vez que as tecnologias estão sempre avançando.

Este alinhamento não é mudar a escrita ou a fala, apenas tentar dinamizar a aula despertando o interesse nos alunos.

Contudo, deve-se ter um equilíbrio, pois Melo e Santanna (2017) pontuaram sobre a alienação dos alunos frente às redes sociais assim como também a mudança da escrita, uma vez que ambos estão interligados sendo um forte influenciador para que ocorra a mudança da escrita dos alunos. Se em 2017 já era possível a obtenção de mais 50% da turma que tinha

uma assiduidade com a internet, não é de se esperar que nos dias atuais estes dados tenham aumentado cada vez mais.

Vale ressaltar que a escolha pelos autores das turmas de 9º ano, foi por possuírem uma escrita mais desenvolvida, além de possuírem um conhecimento do mundo mais amplo e por serem adolescentes que estão conectados nos meios de comunicação como por exemplo o *Facebook* e *WhatsApp*. Contudo, nos dias atuais, crianças já possuem seus aparelhos tecnológicos, dessa forma o acesso nas redes sociais tornou-se cada vez mais cedo e com a pandemia, a acessibilidade se tornou comum, no entanto que aqueles que não estão atentos às redes sociais virou um estranho, quando antigamente era ao contrário.

No tempo em que vivemos é difícil não estar conectado, se em 2017 no estudo de Melo e Santanna, os dados eram com mais de 50% para alunos com aparelhos eletrônicos com acesso à internet, o tempo de acesso era mais de quatro horas por dia e também abdicar-se das suas atividades extracurriculares para ficar mais tempo conectado.

Com isso é possível esperar que cada vez aumente esses dados com o decorrer dos anos, uma vez que as tecnologias vão avançando e cada vez mais a população torna-se mais alienada. Um ponto importante a ser tratado, além da escrita, é a leitura em si. Por mais que livros, revistas, artigos e outras obras literárias estejam ao alcance de cada vez mais pessoas graças à internet, o foco dificilmente vai para este tipo de conteúdo. Tão importante quanto determinar se a escrita padrão é prejudicada pelo uso exacerbado de telas, é relevante, também, saber se tal uso prejudica a leitura, atividade extremamente importante, como é bem colocado por Cagliari (2008):

A atividade fundamental desenvolvida pela escola para a formação dos alunos é a leitura. É muito mais importante saber ler do que saber escrever, O melhor que a escola pode oferecer aos alunos deve estar voltado para a leitura. Se um aluno não se sair muito bem nas outras atividades, mas for um bom leitor, penso que a escola cumpriu em grande parte sua tarefa. (CAGLIARI, 2008, p. 148)

A pesquisa foi dividida em dois momentos. O primeiro momento refere-se a um questionário simples com perguntas objetivas, que levou à elaboração de gráficos quantitativos de acordo com as respostas do grupo de estudo avaliado.

Enquanto isso, o segundo momento diz respeito à solicitação de uma redação escrita para avaliar de forma prática os possíveis efeitos deixados pela utilização da linguagem das redes sociais. Utilizando essas duas estratégias de pesquisa em conjunto, foi possível avaliar de forma prática o verdadeiro impacto da utilização das redes sociais no grupo de estudantes

avaliados.

Primeiro momento: questionário

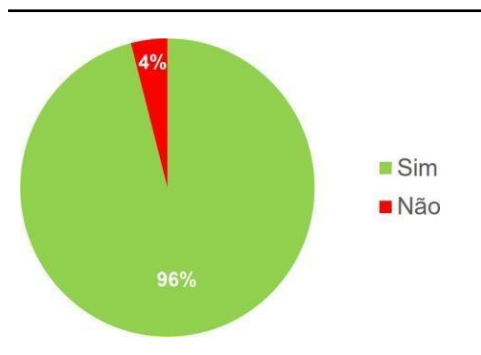
Para melhor compreensão do tópico, foram elaboradas questões para saber diretamente dos alunos quais são os desafios e dificuldades gerados pelas novas tecnologias no processo de uso da língua.

Para isso, foram entrevistados 25 alunos de uma escola pública da Zona Sul de Manaus, no Amazonas, da modalidade de Jovens e Adultos (EJA).

Os dados coletados foram condensados em formato de gráficos, que nos dão uma visão sobre como a língua é afetada, mesmo no processo tecnológico muito intenso do uso de redes sociais.

RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIOS

1. Você utiliza com muita frequência o celular/computador para se comunicar pela Internet?



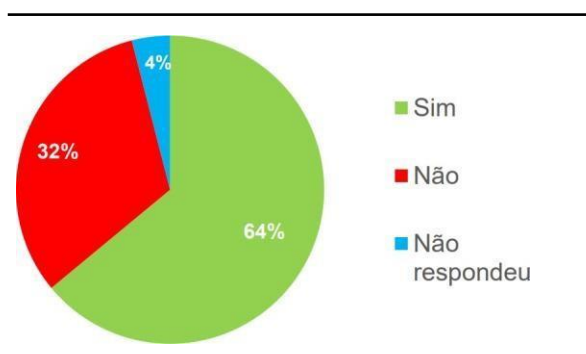
(96%) Sim

(4%) Não

Fonte: da autora, 2022

Como podemos perceber,

2. Você acredita que a utilização da forma simples influencia sua escrita quando você usa as redes sociais?



(64%) Sim

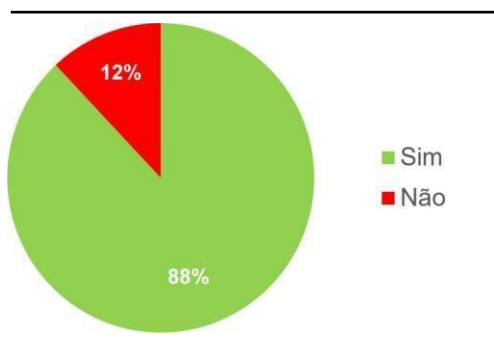
(32%) Não

(4%) Não respondeu

Fonte: da autora, 2022

Em relação à forma simples da escrita, 64% dos entrevistados acreditam que ela influencia a escrita em redes sociais, enquanto 32% afirmam que não influencia e 4% não souberam ou não quiseram responder.

3. Com o crescimento das tecnologias devido a pandemia, você acredita que haja alguma diferença na aprendizagem com o uso de livros digitais em vez de físicos?



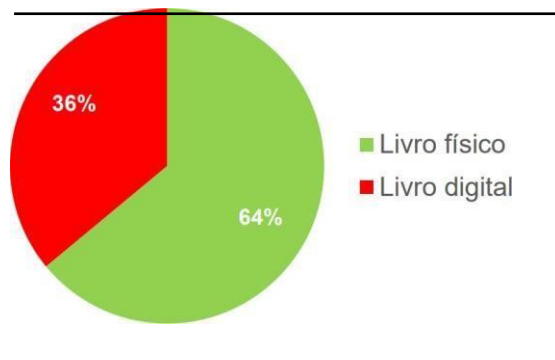
(88%) Sim

(12%) Não

Fonte: da autora, 2022

É possível notar que a grande maioria dos entrevistados enxerga uma diferença na aprendizagem com o uso de livros digitais em vez de físicos, com 88% afirmando sim e apenas 12% respondendo não.

4. Qual a sua preferência:



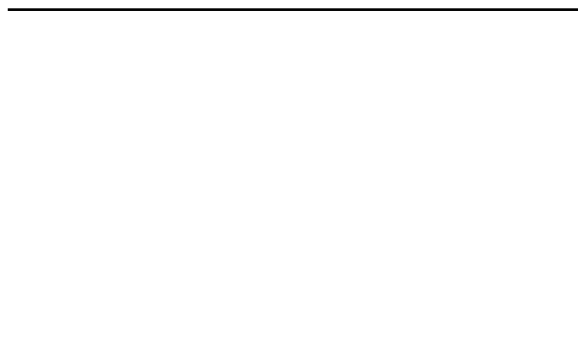
(64%) Livro físico

(36%) Livro digital

Fonte: da autora, 2022

Quanto à preferência entre livros físicos ou digitais, a maioria – 64% dos entrevistados – ainda prefere utilizar livros físicos, mas 36% preferem livros digitais.

5. Você prefere escrever textos pelo celular/computador ou escrever manualmente?



(68%) Celular ou computador (32%) Manualmente (papel, caneta)

Fonte: da autora, 2022

Por mais que a maioria dos alunos prefira ler livros físicos, quando se trata de escrever de fato, 68% optam por utilizar um celular ou computador e apenas 32% preferem escrever manualmente, utilizando papel e caneta.

6. Você acredita que o uso excessivo de redes sociais influencia na não absorção da escrita da Língua Portuguesa? Justifique.



(76%) Sim

(24%) Não

Fonte: da autora, 2022

Sobre a influência do uso excessivo de redes sociais, 76% dos entrevistados acreditam que ela influencia na não absorção da escrita da Língua Portuguesa, enquanto 24% acreditam que não.

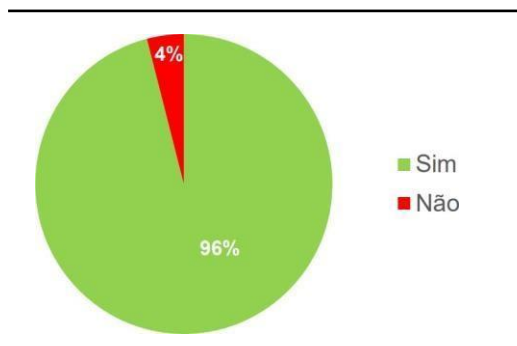
7. Você prefere a utilização de *emojis/GIFs* ou redigir um texto para poder se expressar nas redes sociais? Qual o motivo?



(64%) Emojis ou GIFs (36%) Texto escrito **Fonte: da autora, 2022**

É visível que a maioria dos entrevistados prefere se expressar por meio de recursos gráficos como *emojis* ou *GIFs*, com 64% das respostas apontando tal fato, enquanto os 36% restantes preferem se expressar por meio de palavras escritas.

8. Com a pandemia, a utilização das redes sociais cresceu, dessa forma você acredita que isto pode ter sido um fator que influenciou no uso da escrita simples com maior frequência?



(96%) Sim

(4%) Não

Fonte: da autora, 2022

A grande maioria – 96% dos entrevistados – acredita que o aumento da utilização das redes sociais devido à pandemia foi um fator influenciador do uso da escrita simples com maior frequência. Apenas 4% acreditam no oposto.

9. Você acredita que a pandemia tenha alguma influência na forma como você tem escrito ultimamente?

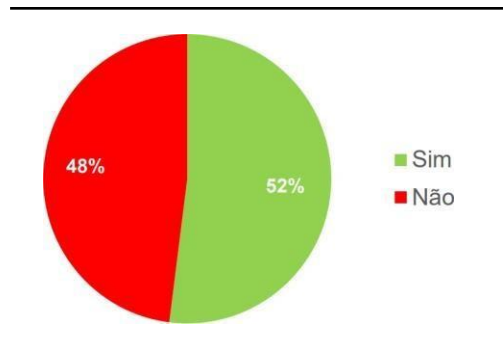
(44%) Sim

(56%) Não

Fonte: da autora, 2022

Já ao serem questionados se a pandemia influenciou na sua escrita pessoal, 44% dos entrevistados acredita que sim. 56% responderam que não influenciou.

10. Você acredita que a utilização das tecnologias tenha deixado alguma acomodação na sua escrita?



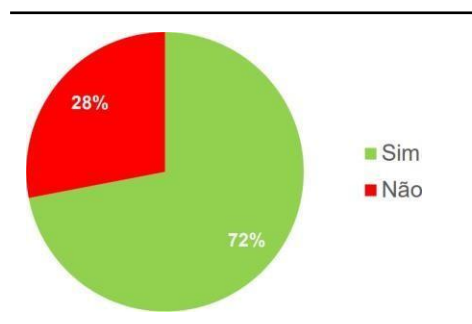
(52%) Sim

(48%) Não

Fonte: da autora, 2022

Mais uma vez, os entrevistados se dividiram nas respostas: 52% acreditam que a utilização das tecnologias deixou acomodações na sua escrita, mas 46% deles responderam que não.

11. O uso de comunicadores como *WhatsApp* ajuda em sua escrita? Justifique:



(72%) Sim

(28%) Não

Fonte: da autora, 2022

Ao serem questionados se utilizar comunicadores como *WhatsApp* ajudam em sua escrita, a maior parte dos entrevistados respondeu que sim, com 72% das respostas apontando isso. Já a parcela correspondente a 28% dos entrevistados respondeu que não.

Segundo momento: redações

Em seguida, foi proposto que redigissem uma redação de pelo menos 10 linhas, com base em uma tirinha que se trata do uso da linguagem em ambientes virtuais.. Dessa forma, pode-se observar de maneira prática se há ou não traços da linguagem utilizada em ambientes virtuais, como no caso de comunicadores como o aplicativo em questão na escrita dos estudantes observados.

Foram selecionados 4 textos de, nomeados a partir de agora como Estudante A, Estudante B, Estudante C e Estudante D.

Estudante A



Fonte: da autora, 2022.

“A escrita de hoje em dia estão ficando cada vez mais pequenas, por que os jovens de hoje preferem usar *GIFs/emojis/figurinhas* do whatsapp e até mesmo consoantes que fica na forma mais facil de escrever, a cada dia que passa os jovens diminuem mais as palavras, como por exemplo ‘Blz’ ‘pprt’ ‘tá’ ‘Dá’ entre outras”

Por meio da resposta do(a) Estudante A, pode-se observar que há erros gramaticais e ortográficos, além da falta de coesão e clareza em sua escrita. Dessa forma, pode-se interpretar que este uso exacerbado de consoantes e meios mais rápidos de se comunicar, como os citados *GIFs, emojis* e figurinhas, além das abreviações, possa na verdade estar relacionado à pobreza de vocabulário e dificultando a escrita deste(a) estudante.

Estudante B



Fonte: da autora, 2022.

“O texto é bem interessante o diálogo ficou muito diferente. Por que antes se procurava um livro se lia muito e quando escrevia era automático saber como se escrevia alguma palavra digamos difícil de escrever.

Hoje com o surgimento da tecnologia tem o texto com alto corretor seja no watsApp ou no computador.

Isso prejudica num concurso ou em uma prova de ENEN ou até mesmo de trabalho, Então hoje tento me desligar, mais é difícil.”

Em relação ao texto do(a) Estudante B, é possível notar alguns erros ortográficos e gramaticais também, como falta de acentuação e pontuação, além da escrita incorreta de algumas palavras. O interessante disso é que o(a) próprio(a) estudante reconhece que esse uso mais pobre da linguagem e a falta de contato com livros pode ser prejudicial em ambientes onde é, de fato, necessário ter algum domínio da norma culta, como em prestação de concursos públicos ou provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Estudante C



Fonte: da autora, 2022

“Hoje com a tecnologia e tudo mas por muitas da vez nos erramos muito nessa *ortografico* por falta de dedicação mesmo, as vezes nos *escrevir* dessa forma porque o outro colega escreveu assim, muito das vezes nos que escreve do jeito que ele escreveu por que acho bonito da maneira que ele escreveu, e *acaba-mos* acostumado a *perar* na nossa escrita, esquecer *ate* os pontos, vírgulas etc...”

O texto do(a) Estudante C revela inúmeros erros, muitos deles frequentes em redes sociais e ferramentas de comunicação virtual. Em seu texto, o(a) estudante trata da questão de que, por conta da implementação da tecnologia, já não há necessidade de realmente aprender a escrever na norma padrão, que é substituída pelo que está mais popular ou é mais conveniente, o que, segundo ele(a), leva a “esquecer” até mesmo elementos básicos como a pontuação.

Estudante C

Fonte: da autora, 2022.

“Com o uso das redes sociais relaxamos com a forma com que escrevemos e nos comunicamos, é comum nas redes sociais as pessoas escreverem de forma informal e incorreta, normalizando a comunicação em gírias, abreviações e redundâncias. Algumas pessoas estão tão habituadas a escrever de maneira coloquial que acabam esquecendo a norma culta da Língua Portuguesa, que já é pouco usada no nosso dia a dia.”

Não foram encontrados erros traços da linguagem utilizada nos meios virtuais, no entanto, o(a) autor(a) da redação admite que as redes sociais de fato influenciam no esquecimento das regras gramaticais e ortográficas impostas pela norma padrão, pois em redes sociais se utiliza, majoritariamente, uma linguagem informal e gramaticalmente incorreta, algo similar ao proposto pelo(a) Estudante C.

Dessa forma, por meio das análises das respostas dos questionários e também das redações dos estudantes, é possível concluir que existe sim uma influência forte das redes sociais e da linguagem utilizada em meios de comunicação mais modernos. Isso fica

evidenciado tanto por conta dos erros e traços presentes nas redações quanto pelos próprios estudantes, que em seus textos e respostas, admitem que esquecem ou ignoram a norma culta ao escrever.

2.8 A variação linguística existente na internet

Algo de suma importância é citar sobre o círculo vicioso do preconceito linguístico que Bagno (1999) retrata. De acordo com o autor, são três elementos que formam esse círculo vicioso do preconceito linguístico: a) gramática tradicional; b) métodos tradicionais de ensino e livros didáticos.

Este círculo funciona basicamente com a gramática tradicional que inspira a prática de ensino, no qual por sua vez provoca o surgimento da indústria do livro didático, cujo autores - fechando o círculo - recorrem à gramática tradicional como fonte de concepções e teorias sobre a língua. Dessa forma, pode-se dizer que vivenciamos em um constante ciclo, no qual não sofrem mudanças e se a mudança torna-se presente, ela ocorre de forma lenta e gradual.

Entretanto, Bagno (1999) conclui também que no meio deste ciclo, existe um quarto fator, onde o autor chamou de comandos paragramaticais. Sendo esse um arsenal de livros, manuais de redação de empresas jornalísticas, programas de rádio e de televisão, colunas de jornal e revista.

Desta maneira, no dito comando paragramatical pode estar incluso o meio virtual, visto que o meio virtual não está incluso somente as redes sociais, mas também jornais, revistas, livros e até mesmo os programas de televisão que são transmitidos nas plataformas de streaming online – logo, esse ambiente também pode ser levado em consideração ao analisar o uso de um idioma.

Por isso, pode-se observar que o preconceito linguístico não está totalmente interligado com as tecnologias, uma vez que o preconceito linguístico já era presente desde da era colonial, como dito por Bagno (1999) sobre o mito n 2: Brasileiro não sabe português/ Só Portugal se fala bem português. Neste mito, o autor aponta que existe uma realidade de duas faces de uma mesma moeda enferrujada, no qual refletem um complexo de inferioridade com sentimento de sermos até hoje uma colônia dependente de um país mais antigo e mais "civilizado".

Ainda sobre o mito trago por Bagno (1999) em que o "brasileiro não sabe português/ só Portugal se fala bem português", Santana e Neves (2015) trazem que o universo linguístico do português brasileiro é tão rico, mas esta riqueza ficou de fora da gramática para não comprometer a soberania nacional da escrita padrão, a qual não permite introdução de

linguagem popular.

Logo, as variações linguísticas, que tanto fazem parte da cultura dos falantes brasileiros, foram e são excluídas de sua própria língua, causando assim uma indignação, pois se as variações linguísticas brasileiras estão ditas cuja "erradas das normas gramaticais", quando na verdade é uma característica da fala do português brasileiro.

Sendo assim, de que adianta ter centenas de regras gramaticais, as quais não representam o modo como a grande massa dos falantes brasileiros usa a língua? Muitas dessas regras, no entanto, para os dias atuais, são obsoletas (SANTANA; NEVES, 2015). Com isso deve-se levar em consideração o docente contribuir para o conhecimento da variação linguística, onde:

Todos os aprendizes devem ter acesso às variedades linguísticas urbanas de prestígio, não porque sejam as únicas formas "certas" de falar e de escrever, mas porque constituem, junto com outros bens sociais, um direito do cidadão, de modo que ele possa se inserir plenamente na vida urbana contemporânea, ter acesso aos bens culturais mais valorizados e dispar dos mesmos recursos de expressão verbal (oral e escrita) dos membros das elites socioculturais e socioeconômicas. (BAGNO, 2008, p. 16 apud SANTANA;

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada neste trabalho se deu através de uma pesquisa bibliográfica através de livros, revistas, artigos e outras publicações na internet com o intuito de avaliar a real situação dos estudantes dos dias atuais e seu comportamento após grandes mudanças e revoluções do mundo virtual, nas escolas e na sociedade. Tal pesquisa visou avaliar o que as redes trazem de inovador, bem como a forma que as redes sociais influenciam na Língua Portuguesa, na leitura e na escrita dos alunos.

Metodologia científica pode ser definida como o estudo dos métodos ou dos instrumentos necessários para elaborar um estudo científico. A utilização adequada desse elenco de técnicas e processos que integram a metodologia científica permite ao pesquisador obter melhor desempenho e qualidade na produção científica. (MATIAS-PEREIRA, 2019, p. 11)

A fim de levar uma mensagem reflexiva, aos alunos sobre o como as mídias digitais nos deixaram presos em telas virtuais e esquecemo-nos de viver mais a realidade, ao ponto de

não sabermos mais socializar ou até mesmo escrever palavras simples das normas da Língua Portuguesa sem a utilização do corretor automático do celular e computadores.

Sabemos que viver em sociedade já é por si só algo complexo e, conseqüentemente, educar também se tornou uma tarefa complexa, visto que a sociedade se modificou consideravelmente nos últimos anos em diferentes contextos que exigem uma postura diferenciada, para lidarmos com as novas tecnologias e suas inovações.

Portanto, os educadores precisam ter uma postura diferenciada, já que os novos recursos requerem uma postura desafiadora em sala de aula, buscar alternativas para trabalhar e passar novos conhecimentos dentro de sala de aula, com foco que contemplem também os alunos para conviverem com os desafios constantes existentes, voltados à reflexão para que possam desenvolver-se frente aos desafios em ser cidadãos capazes de relacionar a teoria e a prática e possam prosperar, compreendendo o sentido do aprender, para além das salas de aula.

A pesquisa pode ser entendida como o conjunto de procedimentos e técnicas ordenados de forma sistemática pelas ciências – ou seja, o método científico – na busca de descobrir, investigar e encontrar soluções para os problemas propostos pelos pesquisadores. (MATIAS-PEREIRA, 2019, p. 12).

A metodologia da pesquisa como disciplina que está a serviço da Ciência é o estudo dos métodos, da forma e das técnicas necessárias para a construção de uma pesquisa científica. O conhecimento dos métodos, portanto, é essencial na elaboração do trabalho científico.

A abordagem utilizada neste trabalho é do tipo qualitativa, através de um questionário acompanhado por uma redação, com um grupo de estudo formado por 25 alunos de uma escola pública de jovens adultos (EJA), na zona Centro-Sul de Manaus, que estão cursando o 3º ano do Ensino Médio.

O questionário consistiu em perguntas fechadas com o propósito de compreender e analisar como o acesso da tecnologia afeta a aprendizagem dos alunos. De maneira similar, as redações buscaram evidenciar de forma prática quais os verdadeiros impactos da linguagem informal utilizada nas novas tecnologias na escrita dos estudantes analisados.

As mudanças na educação dependem também dos alunos. Alunos curiosos e motivados facilitam enormemente o processo, estimulam as melhores qualidades do professor, tornam-se interlocutores lúcidos e parceiros de caminhada do professor-educador. Alunos motivados aprendem e ensinam, avançam mais, ajudam o professor a ajudá-los

melhor. Alunos que provêm de famílias abertas, que apoiam as mudanças, que estimulam afetivamente os filhos, que desenvolvem ambientes culturalmente ricos, aprendem mais rapidamente, crescem mais confiantes e se tornam pessoas mais produtivas. (MORAN, 2000).

Observa-se também, que cada vez mais tem merecido atenção dos educadores, o papel das interações aluno-aluno no processo ensino e aprendizagem. O professor precisa informar e orientar os alunos sobre a utilização da Internet, sobre as vantagens e os perigos que ela oferece.

4 CONCLUSÃO

Como se pode observar as tecnologias trazem muitos benefícios para educação, no entanto, seu uso deve ser utilizado com cautela, visto que pode influenciar na linguagem e escrita dos jovens. Desta feita o presente estudo, com o título "Novas tecnologias e suas implicações no aprendizado da Língua Portuguesa". Tem como objetivo, compreender o impacto que está sendo gerado pelo uso frequente das novas tecnologias. É perceptível que, os jovens passam mais tempo lendo e escrevendo no estilo coloquial adotado em redes sociais do que lendo textos considerados clássicos ou escritos sob a norma culta, tal situação ocorre devido a presença das novas tecnologias. Algo que tornou-se questionável é o fato de que as novas tecnologias poderiam influenciar na escrita dos jovens de hoje em dia, pois muitos cresceram no meio tecnológico, onde está sempre conectado com as redes sociais. No entanto, que muitos já não utilizam palavras para se expressar, somente basta emojis e gifs para expor seus sentimentos.

Apesar destas situações pontuais, as tecnologias possibilitaram diversificar a vida de alunos e professores, pois basta um clique no conhecido "pai dos burros", o google, é possível encontrar diversas informações sobre quaisquer situações imagináveis. Não somente, o avanço tecnológico facilitou o ensino a distância, principalmente durante o período pandêmico vivenciado mundialmente. Contudo, através da pandemia a população começou a ficar cada vez mais alienada nas telas, afinal de contas não havia interação social presencialmente.

Por isso, as redes sociais ganharam um espaço cada vez maior, afinal era a única forma de interagir, estudar e até mesmo buscar uma distração, pois o noticiário só se mostrava a tristeza de que milhares de pessoas no mundo perderam seus parentes, amigos, colegas e até mesmo grandes profissionais nas mais diversas áreas.

Dessa forma compreender o impacto gerado pelo uso frequente das novas tecnologias no aprendizado e na absorção da Língua Portuguesa, não é uma tarefa fácil, principalmente com alunos do 3º ano do ensino médio do EJA (Ensino de Jovens e Adultos). Os autores utilizados no presente trabalho demonstram diversos aspectos das tecnologias da informação, como utilizar estes meios a fim de inovar ensino assim como aproximar o professor ao aluno, contudo é necessário a capacitação do profissional.

Outro ponto importante é o fato do educador ser um limitador das informações certas e erradas da internet, assim como uma ponte onde poderá interligar o estudante a utilizar a internet também para o meio educacional, não somente como lazer e distração. E por fim, o papel fundamental da instituição de ensino é ser adepto às tecnologias e proporcionar um ensino e aprendizagem de qualidade com profissionais preparados, pois apesar de que há um vício linguístico proporcionado pelo internetês, não significa que os estudantes utilizaram este tipo de escrita como essencial, por isso cabe ao docente ensinar seus discentes onde e quando devem utilizar o internetês.

Dessa forma é necessário que o professor acompanhe o ensino por meio das tecnologias fazendo com que as aulas sejam diferenciadas, despertando o interesse do aluno. Além disso o professor tem o papel fundamental de preparar o aluno como pessoa que convive em sociedade e sociedade esta que está cada vez menos humanizada e mais "robotizada".

De fato, os meios de tecnologia são de suma importância, contudo é necessário ter um equilíbrio entre o mundo real e o virtual assim como um filtro, pois as informações são liberadas e deve haver uma preocupação com o que é verdadeiro e o que é falso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo, os livros foram uma grande referência para pesquisas, estudos e até mesmo entretenimento. Mas, hoje em dia, é possível ter tudo isso e muito mais a apenas um clique de distância. O papel deu lugar às telas e as novas tecnologias passaram a estar presentes na vida de quase todos os brasileiros. Após inúmeros avanços tecnológicos, um computador, celular ou tablet passou a tornar-se cada vez mais acessível. Seu uso passou a ser universalizado e, hoje, muitas crianças e adolescentes já utilizam o celular por horas a fio desde a primeira infância.

Com o passar do tempo, tornou-se necessário agilizar a comunicação. O que antes era resolvido com longos e-mails, faxes ou cartas passou a ser resolvido com uma simples mensagem instantânea – e, agora, quanto mais rápido, melhor. Para agilizar a comunicação, os usuários dessas novas tecnologias passaram a utilizar uma espécie de adaptação do português falado, conhecido por alguns estudiosos como “internetês”, ou português virtual. É uma linguagem informal, onde os fonemas são mais valorizados e a grafia correta não é tão relevante quanto o entendimento do outro da mensagem que é transmitida.

Em um mundo onde ganha quem digita mais rápido, abrevia mais palavras e consome informação com mais velocidade, a leitura de qualidade e o contato com a norma culta torna-se cada vez mais limitado. Ocorreu a mim que seria interessante avaliar os efeitos dessa imersão cada vez maior na internet nos jovens de hoje, pois muitos dos estudos já realizados nessa área avaliam uma geração que aprendeu a ler e escrever antes de ter contato com um smartphone e suas facilidades.

Com isso o papel do professor é demonstrar as diferenças de uso de acordo com o texto, uma vez que ela pode ser utilizada como formas de motivar e estimular os alunos, pois oferece muitas possibilidades para o enriquecimento informacional, possibilitando o resgate de um destinatário real para as produções escolares, o que pode repercutir em um interesse maior no ensino da língua materna (BARBOSA, 2017), pois:

O investimento em novas práticas na formação inicial de professores pode contribuir significativamente para que ocorram mudanças relevantes na escola. Assim, percebemos ainda, que os professores procuram (re) pensar seus cursos de formação e suas aulas para possibilitar, por meio da reflexão crítica sobre os modos atuais de usar a escrita e a leitura. E, que façam a incorporação efetiva das tecnologias no ensino/aprendizagem e destacam a importância de discutir questões sobre as implicações sociais e culturais das novas práticas letradas.(HOPPE, 2014 apud MONTEIRO 2021)

Visto que a escola assim como o educador não deve anular a linguagem das redes sociais e sim saber diferenciá-las em momentos e ambientes que devem ser utilizados, outra forma no qual pode-se aplicar o internetês como algo que incentiva e atrai o aluno é através do hipertexto, uma vez que ele apresenta algumas condições pedagógicas que favorecem a aprendizagem, como a utilização de representação de múltiplos conhecimentos, relacionados entre conceitos abstratos e concretos (BARBOSA, 2017).

Além disso, interagir com hipertextos é necessário para que os alunos desenvolvam habilidades e competências requeridas para esse modo de enunciação digital, como selecionar

e filtrar conhecimento, estabelecer as relações entre diversos fragmentos (PINHEIRO, 2005).

Logo, a utilização do meio virtual é quase impossível nos tempos em que vivemos, então o educador deve se adaptar para fazer com que o aluno saiba diferenciar o momento correto para utilizar a linguagem do internetês.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. C. **Momentos interativos de um chat aberto à composição do gênero.** In Araújo, J. C. (Org) internet e ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: por um ensino de língua sem pedra no caminho.** São Paulo: Loyola, 2009. LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34. 1999. p. 71-83

BARBOSA, L. M. **Reflexão linguística sobre as novas tecnologias e suas implicações para o ensino de Língua Portuguesa.** Sinalge: IV simpósio nacional de linguagens e gêneros textuais. 2017.

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas linguísticas.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BRITO & PURIFICAÇÃO, I. **Educação e novas tecnologias: um repensar.** Curitiba: IBPEX, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística.** São Paulo: Scipione, 2008

CARNEIRO, E. X.M.; SOUZA, M. A.; BONFIM, R. J. **As tecnologias e suas implicações na aprendizagem.** Anais do 1o simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma, p. 1614-1627. 2019.

CARVALHO, S. D. A; et al.;. **Tecnologia da informação e suas transformações na educação.** Revista CPQAV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida, v. 13, p. 01-07. 2021

DIEDRICH, S. M.; VALÉRIO, P. **O uso das tecnologias de informação e comunicação no ensino de língua e suas implicações.** Revista eletrônica de Linguística, v. 06, n. 02, p. 01-09. 2012

GAYDECKZA, B.; KARWOSKI, A. M. **Pedagogia dos multiletramentos e desafios para uso das novas tecnologias digitais em sala de aula no ensino de língua portuguesa.** Revista Linguagem & Ensino. v.18, n.1, p. 151-174, jan./jun. 2015.

GUERREIRO, A. J.; NETO, R. S. D. A. **O uso das novas tecnologias nas aulas de Língua Portuguesa na turma do 2 ano do ensino médio integral, na escola Estadual Profa. Enery**

Barbosa dos Santos. Revista: Atlante, 2019.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: Um novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2012. p. 62-102

KOMESU, F; TENANI, L. Considerações sobre o conceito de internetês nos estudos da linguagem. Ensaio: Ling (dis)curso, v. 03, p. 09. 2007.

LEAL, A. D.; LIMA, S. B. C. T. Navegar é preciso: as TICS e o ensino de Língua Portuguesa. Educere: XII Congresso Nacional de Educação, p. 1-17. 2015

LÉVY, P. Cibercultura. São Paulo: Editora 34. 1999.

MARCUSCHI, L. A. Da Fala para a Escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez. 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. Manual da metodologia de pesquisa científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. p. 11-12.

MELO, E. A.; SANTANA, F. A. A influência da linguagem da internet na escrita formal: uma pesquisa com alunos do 9º ano na cidade de Tobias Barreto-SE. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, v. 3, n. 1, p. 21-34. 2017.

MONTEIRO, R. L.; ALMEIDA, L. S.; SOUZA, T. A.; LUQUETTI, E. C. F. Leitura, escrita e letramento digital: como a tecnologia pode influenciar o ensino de Língua Portuguesa na escola. Revista Philologus, n. 81, p. 1394- 1402. 2021

MORAN, J. M.; MASETTO, T. M.; BEHRENS, M. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2000. p. 13-19.

NASCIMENTO, Ilcione de Fátima Batista do. Relatório de estágio supervisionado. 2014. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em letras)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2014.

PEREIRA, L. C. Novas tecnologias e ensino de Língua Portuguesa: a pedagogia do digital na educação linguística. Dissertação de mestrado em Língua Portuguesa, p 01-169, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 2014

PINHEIRO, R. C. Estratégias de leitura para a compreensão de hipertextos. In Araújo, J.C; BIASIRODRIGUES, B.(Org). Intenção na internet: novas formas de usar a linguagem. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

SANTANA, J.; NEVES, M. As Variações Linguísticas e suas Implicações na Prática Docente. Millenium, 48 (jan/jun). Pp.75-93.

SANTOS, D. L. V. A influência das tecnologias de informação e de comunicação no uso da língua e suas implicações no ensino de Língua Portuguesa. Tese de doutorado em ciências da educação, p. 02-24, Universidade de Évora. 2006.

SANTOS, J. L. Entre a internet e a escola: A influência do código de escrita virtual sobre

a modalidade padrão escrita do português brasileiro em redações escolares, 2015. USP.

VOSGERAU, D. S. R. A tecnologia educacional face à evolução das correntes educacionais: as contribuições da psicologia cognitiva. Contrapontos vol.07 no.02 Florianópolis. mai/ago. 2007

O BULLYING E SUAS MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

LILIANE ARAÚJO DE MORAES*

LUCILENE PACHECO SANTOS**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: A escola tem um papel fundamental na vida das pessoas a de formar sujeitos, além de receber alunos das mais diversas vivências sociais e culturas. Entretanto, ainda acontece o fenômeno do bullying que se torna um desafio para os educadores combaterem dentro da sala de aula, pois muitas vezes gera violência e intolerância dentro da sala de aula por parte de alunos. O objetivo geral do trabalho: Apresentar diferentes formas de bullying praticadas em espaços escolares. E os objetivos específicos: Correlacionar a educação em Direitos Humanos pode ajudar no combate ao bullying; e Discutir o Fenômeno do bullying e a Responsabilidade indenizatória da prática do bullying. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado”. A pesquisa faz uso de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva explicativa, por meio da análise de duas obras Fenômeno do bullying da Cleo Fante e a Responsabilidade indenizatória da prática do bullying do autor José Eduardo Paz. Reflete o papel da educação em direitos humanos pode ajudar no combate ao bullying. acredita-se que esta pesquisa *O bullying e suas manifestações no ambiente escolar* contribuirá para desdobramento em novas reflexões. Foi possível aprofundar e compreender meandros de como acontecem praticas violentas que machucam silenciosamente, e os sentimentos das vítimas. Destaca-se o papel da família quanto ao combate e a existência do bullying pois, o problema não é atual e precisa ser discutido, refletido e principalmente minimizado de maneira eficaz em nossas ações cotidianas nos diferentes ambientes escolares.

Palavras- Chave: Bullying. Ambiente Escolar. Relação-professor aluno.

Abstract: The school has a fundamental role in people's lives to form subjects, in addition to receiving students from the most diverse social experiences and cultures. However, the phenomenon of bullying still occurs, which becomes a challenge for educators to fight within the classroom, as it often generates violence and intolerance within the classroom by students. The general objective of the work: To present different forms of bullying practiced in school spaces. And the specific objectives: Correlating education in Human Rights can help in combating bullying; and Discuss the Bullying Phenomenon and the Compensation Responsibility for the practice of bullying. “Bibliographical research is developed based on material already elaborated”. The research uses a qualitative approach, of a descriptive and explanatory nature, through the analysis of two works Fenômeno do bullying by Cleo Fante and Responsibility for indemnifying the practice of bullying by the author José Eduardo Paz. Reflects the role of education in human rights can help in combating bullying, it is believed that this research Bullying and its manifestations in the school environment will contribute to the development of new reflections. It was possible to deepen and understand intricacies of how violent practices that silently hurt happen, and the feelings of the victims. The role of the family in combating and the existence of bullying is highlighted, since the problem is not current and needs to be discussed, reflected on and, above all, effectively minimized in our daily actions in different school environments.

Keywords: Bullying. School environment. Teacher-student relationship.

*
Graduanda do Curso de Pedagogia ESBAM/2020.

**
Professora Orientadora, Mestre em Educação. Trabalha com a Formação de Professores (as) dos Anos Iniciais e Formação de Gestores da Rede Municipal no Município de Manaus/Am.

1 INTRODUÇÃO

A escola tem como um dos seus principais objetivos a formação integral dos sujeitos, sendo assim no ambiente escolar ocorre o encontro de crianças com as mais variadas vivências sociais, culturais e econômicas, embora haja certas conscientizações sobre a importância da tolerância e do respeito ao outro. Entretanto, ainda acontece o fenômeno do bullying que se torna um desafio para os educadores combaterem dentro da sala de aula, pois muitas vezes gera violência e intolerância dentro da sala de aula por parte de alunos, pois o bullying consiste em um conjunto de violências que se repetem por algum período. Geralmente são agressões verbais, físicas e psicológicas que humilham, intimidam e traumatizam a vítima.

Além disso, o fenômeno bullying não se trata de um problema recente, pelo contrário, ele sempre existiu, por exemplo, nas famílias, no meio da roda dos amigos e até mesmo naquelas “brincadeiras” entre irmãos que traz como consequência a discriminação, e traumas, gerando assim o problema dentro do ambiente escolar, por exemplo, comportamentos agressivos de alunos que acontecem nas escolas sejam públicas ou particulares, ricas ou pobres, municipais, estaduais ou federais o problema é atual e está presente nas diversas esferas sociais.

Neste sentido, considerado as consequências que essa violência acarreta na vida das pessoas, não é possível encará-la apenas como uma brincadeira “sem graça” própria da idade das crianças. É necessário que os professores, diretores, coordenadores, alunos, bem como seus responsáveis, assumam uma postura ativa para implementação de ações que visam combater qualquer tipo de discriminação antes mesmo que ela se instale.

A pesquisa justifica-se a partir da vivência no trabalho em empresa de gestão de transporte que organiza ações educativas para serem desenvolvidas em escolas. Geralmente são palestras ou atividades lúdicas de cunho educativo desenvolvidas em âmbitos escolares.

Assim, frente a tantas realidades escolares da rede pública e privada de ensino da cidade de Manaus/Amazonas, durante a realização das ações observou-se sobre práticas súteis de bullying. E, notou-se situações em comum entre as escolas: um elevado número de estudantes apelidam aos colegas achavam normal sem importar-se se estavam ofendendo outra pessoa.

Dessa maneira, percebemos a seguinte problemática: por que os estudantes acham normal apelidar, xingar outros colegas de maneiras ofensivas? A hipótese provável para esta problemática é porque, estas atitudes estão relacionadas com os comportamentos das famílias. A educação vem do âmbito familiar. As consequências das crianças, jovens e adolescentes vítimas de bullying são fatos existentes nas escolas, geralmente estão ligadas também a brincadeiras nas famílias que são de cunho pejorativo que considera “normal” e muitas vezes trazem para o ambiente escolar.

O objetivo geral do trabalho: Apresentar diferentes formas de bullying praticadas em espaços escolares. E os objetivos específicos: Correlacionar a educação em Direitos Humanos pode ajudar no combate ao bullying; e Discutir o Fenômeno do bullying e a Responsabilidade indenizatória da prática do bullying

Para subsidiar as referências bibliográficas analisadas utilizaremos outras pesquisas que fundamentam a temática com a mesma veemência por meio de pesquisas em livros, internet e artigos já publicados de acordo com Gil (2007, p.44):

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado”. A pesquisa faz uso de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva explicativa, por meio da análise de duas obras Fenômeno do bullying da Cleo Fante e a Responsabilidade indenizatória da prática do bullying do José Eduardo Paz. Mostrar como a educação em direitos humanos pode ajudar no combate ao bullying.

A sua natureza da pesquisa é de cunho qualitativa, pois, a mesma permite trabalhar com os sentimentos e falas dos envolvidos no estudo, pois, de acordo com Minayo (2002, p.21 e 22): “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.”

A sistematização do trabalho é composta em três partes sistematizada da seguinte maneira: na primeira aborda-se sobre: “*O bullying no ambiente escolar*” ; na segunda parte “*Educação em Direitos Humanos: possibilidades de combate ao bullying na escola*” e por último no terceira parte “*O Fenômeno do bullying e a Responsabilidade indenizatória da prática do bullying: resultados e discussões.*”

2 O BULLYING NO AMBIENTE ESCOLAR

A violência sempre esteve e está presente em nossa sociedade, além disso, é possível destacar o fenômeno do bullying que acontece dentro do ambiente educacional, no qual muitas vezes há “brincadeiras” com o intuito de ferir o outro. Porque, apesar do bullying ocorrer no contexto das instituições escolar, ele não é só um problema da escola, mas de toda sociedade.

Tendo em vista, ser um fenômeno que gera problemas ao longo do prazo, causando graves danos ao psiquismo e interferindo negativamente do desenvolvimento cognitivo, emocional e sócio educacional dos envolvidos. Quando na escola alguém direciona a outra pessoa falas do tipo: “*Olívia palito, nariguda, orelhuda gordona, rolha de poço, vesga, marmota, mafioso, ladrão, bichinha, bichona, viadinho, sapatona*” entre tantas outras, provavelmente este alguém que ofende, não seja capaz ter a sensibilidade de perceber que está a ofender e, que isso não é brincadeira.

Além disso, o bullying vem se disseminando no âmbito escolar e nos demais contextos. Causando malefícios e muitas vezes traumatizando suas vítimas, provocando um conjunto de sinais e sintomas bastante específicos que caracterizam uma nova síndrome. Dentro do ambiente educacional que é um local visto por muitos como local igualitário e que promove a educação é necessário que esse problema seja combatido, pois de acordo com Silva (2010) que afirma: o bullying não pode ser mais é tratado como um fenômeno exclusivo da área educacional. Atualmente ele é definido como um problema de saúde Pública e, por isso mesmo, deve entrar na pauta de todas as profissões que atuam na área medica, psicológica e assistencial de forma mais abrangente (p. 22,).

Dessa maneira, o bullying é, antes de tudo, uma forma específica de violência. Sendo assim, deve ser identificado, reconhecido e tratado como um problema social complexo e de responsabilidade de todos nós conforme a autora acima esclarece. Então a escola pode e deve apresentar um papel fundamental na redução desse fenômeno por meio de palestras, ações que combata esses tipos de causa. Como resultado, essa forma de violência tem vários perdedores, mas nada se compara à dor e ao sofrimento da vítima que, por muitas vezes, é agredida e humilhada, sendo que essa humilhação é um tipo de agressão promovida por pessoas praticantes de bullying sobre suas vítimas, causando-lhe danos irreparáveis.

Cabe aos sujeitos envolvidos nas ações educativas dentro das escolas elaborar, executar e apontar possíveis intervenções na escola para combater atitudes ofensivas com

maior eficiência. Há uma parte de profissionais do campo educacional que por vezes sentem-se e impotentes diante desta temática ou até mesmo classificam as ações de indisciplina escolar. O que realmente se constitui em agressividade na expressão de violência.

Existe também a postura que relativiza a polarização vítima e agressor e ampliando o contexto de análise, como o atendimento de que os vínculos estabelecidos na escola, em especial professor-aluno, são elementos fundamentais no processo de constituição de fenômeno. Compreende-se que o bullying exige o reconhecimento da violência como elemento social significativo na sociedade contemporânea e perpassa as relações escolares sob formato diverso.

Neste sentido, educação deve ser pautada com atitude ética, baseada em valores e aprendida pelo sujeito a partir dos primeiros anos de vida por quem exerce a responsabilidade da educação familiar. Daí a necessidade de ter uma escolar acolhedora que possa atribuir valores na sua proposta pedagógica a partir de uma formação cidadã com ênfase no desenvolvimento crítico e, sobretudo, pelo viés humano. Diante disso, Fernandes (2010) enfatiza que o *bullying*: compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outros, por professores ou mesmo pela Direção da escola, causando dor, angústia, humilhação, sofrimento que podem comprometer a qualidade de vida de suas vítimas. Executadas dentro de uma relação desigual de poder, os atos repetidos, o medo, a culpabilidade e a exclusão são as características essenciais, que tornam possível a intimidação da vítima (p.02).

Para complementar o exposto pode-se dizer que, começa frequentemente pela recusa de aceitação de uma diferença, seja ela qual for, mas sempre abrangente, envolvendo religião, raça, estatura física, peso, cor dos cabelos, deficiência visuais, auditivas e vocais. O agressor de bullying deseja ser mais popular a todo custo e sentir-se poderoso atingindo outra pessoa com repetidas humilhações ou depreciações e esse problema sempre foi vigente dentro da sala de aula.

Tais práticas acontecem comumente nas escolas, entretanto essa devem ser acabar, pois as vítimas carregam consigo várias consequências que podem trazer traumas durante a vida delas. Há dentro do âmbito escolar os agressores que procuram as vítimas e sabem exatamente o que estão fazendo para intimidá-las. PEREIRA, (2002) diferencia o “bullying” de outras situações ou comportamentos agressivos a partir de três fatores fundamentais:

- 1) o mal causado a outrem não resultou de uma provocação, pelo menos por ações que possam ser identificadas como provocações.
- 2) as intimidações e a vitimização de outros têm caráter regular, não acontecendo apenas ocasionalmente.
- 3) geralmente os agressores são mais fortes (fisicamente), ou tem um perfil violento e ameaçador. As vítimas frequentemente não estão em posição de se defenderem ou de procurar auxílio. (p.18)

É muito comum no ambiente escolar por ser o local em que a vítima e agressor se encontram diariamente, por um período longo e é onde acontece todas as situações que possam levar as vítimas a situações vexatórias, sendo assim “o comportamento agressivo é essencial para o surgimento do autor, mas seu comportamento será incentivado se seus atos representarem ganhos sociais, materiais ou pessoais”. (LOPES NETO, 2011, p. 28), diante da afirmação exposta, é basicamente como se o agressor sentisse glamour por agir violentamente. E, o referido autor ainda complementa que o bullying se concretiza por meio de diversas ações do tipo: apelidar, sacanear, aterrorizar, ignorar, dar um gelo, ameaçar, empurrar, oprimir, ofender, humilhar, amedrontar, ser indiferente, fazer sofrer, agredir, derrubar, quebrar pertences, zoar, intimidar, tyrannizar, excluir, perseguir, bater, ferir, violentar, debochar, dominar, discriminar, ridicularizar, injuriar, constranger, roubar, gozar, isolar, subjugar, assediar, chutar, vexar e furtar. Desde que executados de forma repetida. Estas ações citadas acima englobam todos os bullyings existentes, a saber: bullying verbal, moral, psicológico, sexual, material, físico e virtual. (p. 21).

Diante do citado acima é possível notar as formas como acontece esse tipo de comportamento dentro da escola e a maneira como o agressor age para acuar e humilhar a vítima. Dessa maneira, é preciso que os alunos sejam conscientizados de que o bullying é um mal que necessita ser prevenido e combatido, pois de acordo com Silva (2015, p. 23) afirma: “a prática do bullying agrava o problema preexistente, podendo abrir quadros graves de transtornos psíquicos e/ou comportamentais que, muitas vezes, trazem prejuízos irreversíveis”.

Além disso, é importante salientar as várias práticas de bullying que acontecem dentro da escola, pois este local é ambiente em que elas passam a maior parte do tempo, assim pode acontecer, por exemplo, um aluno que usa óculos serem tímida e ser apelidada de “quatro olhos”, há também aqueles que provocam as brigas e que provocam gerando esses atos de agressão referente ao bullying. Para SILVA (2015), há várias formas de acontecer o bullying

que são Verbal, Físico, Psíquico, Sexual e Virtual, praticadas diretamente pelo agressor em face da vítima:

- verbal (insultar, ofender, xingar, fazer gozações, colocar apelidos pejorativos, fazer piadas ofensivas), -
- Físico (bater, chutar, espancar, roubar pertences), -
- Psíquico (irritar, humilhar, ridicularizar, ameaçar, chantagear, perseguir),
- Sexual (abusar, violentar, assediar)
- Virtual (ciberbullying – uso da Internet e de celulares (p.154)

Em relação ao bullying indireto, em regra é mais praticado por crianças menores podendo ocorrer por forma de insinuações, difamações, boatos cruéis, intrigas, fofocas, ironias, desprezo. Por conseguinte, a escola é vista por muitos como um ambiente acolhedor e que promove educação e bem-estar de todos, porém esse problema do bullying tem gerado violência

Leão (2010, p.119) enfatiza que: “o bullying caracteriza-se por ser um problema mundial detectado em todas as escolas, sejam elas privadas ou públicas, e vem se expandindo”. Portanto, essas práticas precisam ser combatidas dentro do ambiente escolar e precisam ser tratadas com atenção pela equipe pedagógica, porque acaba se tornando um problema para além dos muros da escola. É na escola que o bullying se revela de modo pujante sendo uma das expressões de violência mais frequentes e, ao mesmo tempo mais ignoradas pela sociedade e o meio escolar.

3 A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: possibilidades de combate ao bullying na escola

O bullying na escola é um problema bastante peculiar, desse modo a educação não é a chave do mundo, mas pode contribuir para melhoria do nosso mundo, pois sabe-se que a educação conta muito para que surja seus efeitos através da educação atrelado aos direitos humanos que pode ser realizado o combate ao bullying na escola, porque qualquer ato que viole ou machuque o outro deve ser combatido, pois:

[...]. Discriminação é o nome que se dá para a conduta (ação ou omissão) que viola direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como a raça, o sexo, a

idade, a opção religiosa e outros. A discriminação é algo assim como a tradução prática, a exteriorização, a manifestação, a materialização do racismo, do preconceito e do estereótipo. Como o próprio nome diz, é uma ação (no sentido de fazer ou deixar de fazer algo) 51 Direitos Humanos, Fraternidade & Bullying que resulta em violação de direitos. (PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 1998, p. 14-15).

Conforme citado anteriormente é muito comum os professores presenciarem dentro da sala de aula alunos que desrespeitam os colegas, muitas vezes acabam por agredir verbalmente o outro colega praticando o bullying, porque as vítimas agressores, por seu turno, “sofrem e, ao mesmo tempo, cometem atos violentos com outros” (CHALITA, 2008, p. 89). Diante disso, a autoridade docente acaba por ter a responsabilidade por conduzir um processo pedagógico que está incluso a aprendizagem instruindo para que esses problemas entre os colegas possam não acontecer.

Vale destacar que o bullying é também uma violência aos Direitos Humanos e que cotidianamente deve ser combatida. Fazer valer o que determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos no primeiro artigo : Artigo I Declara que Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Dessa maneira, esses valores são essenciais que a família também ajude nesse processo para que o aluno tenha a capacidade de reconhecer o que é certo e o que é errado.

Realizar a prática da empatia ao ponto de se colocar no lugar do outro. Por exemplo, trabalhar atividades, tentando propor atividades aos adolescentes, crianças e jovens com objetivo para que eles possam vivenciar a alteridade que é reconhecer que diferentes em contextos sociais, culturais, sociais e biológicos. E, com isso despertar o exercício da consciência de respeitar sempre a quem quer que seja. Independente de cor, raça gênero e classe social. Propor mudanças de comportamentos para que sejam evitadas as práticas recorrentes de agressões tanto físicas quanto verbais dentro da escola para que sejam combatidas, principalmente nas ações do praticante de bullying.

Para complementar ao já exposto a cidade de Manaus/Am, pode ser citada como exemplo de combate ao bullying nas escolas, o prefeito Arthur Neto por meio , lei nº 2104, de 06 de abril de 2016 em que sancionou a lei Nº 104 que cria o “*Março Laranja*”, mês de prevenção e combate ao bullying escolar na capital que propõe artigos:

Art. 1º - Fica instituído no Calendário Oficial do município de Manaus o “Mês de

Prevenção e Combate ao *Bullying* Escolar”, a ser celebrado anualmente no mês de março, recebendo a denominação de “Março Laranja”.

Parágrafo único. Entende-se como *bullying* escolar todo ato de violência física ou psicológica, intencional e recorrente, praticado por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas no ambiente escolar, com o intuito de intimidá-la, agredi-la ou discriminá-la, caracterizando um processo de vitimização em uma relação assimétrica de poder entre as partes.

Art. 2º - A instituição do “Março Laranja” visa promover, no âmbito escolar e na sociedade em geral, o debate sobre o *bullying* nas escolas, estimulando campanhas educativas e informativas, bem como a sensibilização, o diagnóstico e a prevenção desse tipo de violência, envolvendo a comunidade, os pais, professores e outros profissionais que atuam nas áreas da educação e da proteção à criança e ao adolescente.

Art. 3º - São símbolos do “Mês de Prevenção e Combate ao *Bullying* Escolar” a fita de cor laranja, bem como essa tonalidade, a qual deverá ser utilizada em recursos visuais de impacto, como a iluminação noturna especial em locais onde se possa dar visibilidade ao tema, dentre outros.

A mencionada lei sancionada tem como objetivo principal combater a prática incluindo prevenção, apesar de ser um problema complexo e presente na sociedade brasileira, pode ser combatido ou minimizado no ambiente escolar, por exemplo, se os gestores e professores o enxergarem que o *bullying* é um problema a ser combatido urgentemente. Não como um problema no sentido de ser algo ruim ou que não tem solução, mas no sentido de que possa ser combatido.

Por conseguinte, a educação em direitos humanos é a ferramenta que pode e deve garantir a incorporação da tensão entre a garantia de igualdade e a garantia da diferença, almejando a construção de uma sociedade mais justa e democrática (MOREIRA e CANDAU, 2003). Segundo o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH):

A educação em direitos humanos é um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos e articula algumas dimensões, como a apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais; a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, ético e político; o desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e o fortalecimento de

práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos a favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (PNEDH, 2006, p.25).

No plano de Educação dos Direitos Humanos pode ser um meio de ser utilizado no ambiente escolar, pois ajuda a fortalecer as práticas individuais de cada aluno dentro da sala de aula, além disso o professor pode trabalhar de maneira diversificada com os alunos visando o combate ao bullying.

Parafraseando Fante (2005) a violência escolar requer um olhar mais atento por todos educadores, pois eles podem ajudar a combater esse problema, porque a realidade, escola se constitui em um espaço que não é imune às questões que envolvem o bullying e por isso o professor é peça fundamental nesse processo de ajudar e instruir os alunos as práticas que podem comprometer a saúde mental do colega.

4 FENÔMENO DO BULLYING E A RESPONSABILIDADE INDENIZATÓRIA DA PRÁTICA DO BULLYING : RESULTADOS E DISCUSSÕES

Fenômeno Bullying de Cleo Fante que é consultora educacional, doutora em ciências da educação da Universidade de Ilhas Baleares, Espanha, pesquisadora do bullying escolar, vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre o Bullying Escolar (Cemeobes) e autora do livro *Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*.

Logo no Capítulo I intitulado: Fenômeno Bullying – onde levar o leitor a conhecer o que o bullying enquanto violência velada e que está em todos segmentos sociais. Apresenta o conceito do bullying e como acontece nas escolas, os participantes do bullying e as consequências do bullying. E o quanto esse fenômeno pode afetar psicologicamente, emocional e o socioeducacional do indivíduo que é vítima.

Apresenta uma análise referente ao fazer da escola e dos profissionais de educação que podem ajudar a prevenir, também traz as reflexões a cerca do problema onde define o bullying como o comportamento cruel e intrínseco nas relações interpessoais em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer.

Além disso, a autora traz afirmações quanto ao problema do fenômeno do bullying ser

de ordem social, uma vez que se torna preocupante, pois muitas vezes o problema só passa a ter uma visibilidade quando surge algum caso na mídia, entretanto ela afirma que muitas vezes não dão enfoque como deveria. O que nós cabe é a reflexão: o bullying pode ser um problema mundial que se expande nos diferentes contextos escolares principalmente nas últimas década.

Ademais, ainda destaca que no Brasil é pouco falado e discutido sobre a problemática. Assim mais adiante no livro a autora traz estudos de casos que comprovam que a maior ocorrência de bullying acontece dentro da escola, além de relatar que esse fenômeno é muito antigo.

Dessa maneira, é possível constatar que o bullying é um mal que atinge as escolas independente da classe social. “O fenômeno bullying não escolhe classe social ou econômica, escola pública ou privada, ensino fundamental ou médio, área rural ou urbana” No mesmo capítulo a autora apresenta a pesquisa de alguns alunos de pós-graduação que relatam situações vividas por alunos. São relatos de vítimas que sofreram bullying. Nos nove casos apresentados os relatos de como ocorreu o constrangimento são bem parecidos por parte de quem praticou a violência. Além disso, há também catorze depoimentos de relatos das vítimas de como elas se sentiram em relação à situação e o medo.

Assim a “violência que se apresenta de forma velada, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongadamente contra uma mesma vítima” (p. 21). A autora também esclarece que não há dúvidas que os casos de bullying acontecem no interior da escola, pois há sempre um aluno que serve como "bode expiatório" para que ocorra essa violência no interior da escola.

As vítimas também ficam caladas e não relatam os abusos para os professores e pais. Silva (2010) afirma que pais precisam manter um bom relacionamento com seus filhos e os conhecem, pois podem identificar se ele é vítima de bullying observando os comportamentos, como por exemplo, dor de cabeça, mudanças no humor, gasto excessivo de dinheiro. Por conseguinte, ao final do capítulo ela traz alguns programas antibullying desenvolvidos mundialmente e que incluí o Brasil para combater a violência explícita e prevenir o bullying.

Em relação ao livro *A RESPONSABILIDADE INDENIZATÓRIA DA PRÁTICA DO*

BULLYING do pesquisador José Eduardo Palato Vaz que está dividido em três partes: Parte I - ANÁLISE DO FENÔMENO BULLYNG o autor apresenta e analisa o conceito do fenômeno do bullying características dos agressores e das vítimas. Mostra claramente que este

tipo de violência acontece seja de maneira direta ou indireta.

Na segunda parte o autor destaca as normas garantidoras do Direito a Indenização do estatuto da criança e do adolescente e o direito de indenização que é garantido por lei. A última parte ressalta a responsabilidade civil dos pais do professor. O bullying caracteriza-se como uma forma de violência específica que acontece de forma repetitiva e prolongada, ou seja, não foi apontado pelos professores investigados essas duas características marcantes do bullying.

Assim o bullying é um fenômeno de grande relevância para estudos e pesquisa pois a temática revela o quanto desde crianças até juventude, pois muitas vezes as vítimas sofrem em silêncio por não denunciarem os agressores.

O autor ainda destaca em sua obra que não há dados globais científicos que possibilitem afirmar que o fenômeno é atual. Diante disso, é necessária uma paráfrase de acordo com Nunes (2001) que identifica nas pesquisas sobre formação de professores a importância de se analisar a questão da prática pedagógica, pois é a partir dela que os professores irão procurar maneiras de ajudar os alunos que tanto são vítimas do bullying quanto agressores.

Na obra percebe-se, que cada vez há um número maior de casos sobre o problema em debate. Porém precisa ganhar mais notoriedade afim de minimizar ou anular tais práticas ditas como brincadeira, mas, que realmente são práticas de violência. Quando é discutido uma metáfora do iceberg para falar a respeito do bullying ainda afirma que o número de crianças que frequenta a escola e com isso se desenvolvem, situações de violências e em particular o bullying.

As duas obras trazem assumidamente a reflexão acerca do bullying e a prática dos profissionais da educação e orientar os pais quanto ao fenômeno dissimulado de “brincadeira”, dialogam sobre as formas as quais acontecem e são práticas principalmente em sala de aula. Mostraram os distintos papéis tanto dos pais quanto dos professores que precisam saber e fazer parte do acompanhamento das crianças e adolescentes que são vítimas. Além de descreverem como os agressores agem no processo de intimidação e o quanto isso pode acarretar uma série de problemas para quem sofre bullying.

Tanto na primeira obra quanto na segunda os pesquisadores deixam claro o que é o bullying e como acontece dentro da sala de aula, como o professor pode ajudar no combate junto com a família, ainda destacam que o problema sempre existiu de em forma de

“brincadeiras.” Mas com o passar do tempo vítimas começaram a ter uma série de problemas emocionais e físicos acarretados pelo bullying.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa bibliográfica baseada nas obras: compreendeu-se que o fenômeno do bullying é algo que ainda é presente nas escolas e que muitas vezes as vítimas sofrem em silêncio, além disso, o papel do professor aliado à família pode ajudar no combate ao bullying, porque o bullying acaba se tornando uma prática corriqueira na escola e com isso os alunos perdem o interesse para ir à escola por medo de passarem situações de constrangimento.

Vale ressaltar, que o problema ainda é pouco levado em consideração, pois muitas vezes até quando sai nos veículos de comunicação é diferente da maneira como realmente acontece e aprofundar o conhecimento sobre as manifestações de agressividade que vem provocando bullying é de fundamental importância para auxiliar na construção de uma proposta de intervenção na escola e de programas de que possam combater o bullying como mencionado na obra Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas.

Os dados e a discussão empreendida a partir da análise das obras: Fenômeno do bullying da Cleo Fante e a Responsabilidade indenizatória da prática do bullying do José Eduardo Paz. Mostrar como a educação em direitos humanos pode ajudar no combate ao bullying que evidenciam que a violência constitui um dos grandes problemas da educação contemporânea por ser um problema que ainda se faz presente cada vez mais nas escolas e diante disso é necessário repensar a formação dos professores de modo que lhes seja garantido conteúdos que os preparem para atuar nessa nova realidade cujo fenômeno da violência impõe-se como desafio além de pensar em programas que possam ajuda-los no combate do bullying aliado a participação da família.

Sem dúvida, o bullying tem contribuído para intensificação dos conflitos entre alunos. Assim as sequelas físicas, psicológicas e emocionais profundas, sofridas pelos alunos vítimas podem levar até mesmo a evasão escolar e perda de interesse pela escola, porque as vítimas sentem-se cada vez mais amedrontadas de irem à escola.

Diante disso, a escola precisa encontrar meios e métodos de intervenção para amenizar

a violência que se instala em seu ambiente e que causa grandes consequências as vítimas dessas agressões repetidas que são causadas pelo fenômeno do bullying.

Por fim, acredita-se que esta pesquisa *O bullying e suas manifestações no ambiente escolar* contribuirá para desdobramento em novas reflexões. Pois foi possível aprofundar e compreender meandros de como acontecem práticas violentas que machucam silenciosamente, a maneira que as vítimas sentem-se em relação a isso e o papel da família. reconhecem a existência do bullying e a ressaltam que o problema não é atual e que precisa ser combatido de maneira eficaz em nossas ações cotidianas nos diferentes ambientes escolares.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** (PNEDH). Brasília: MEC, 2006.

Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 set. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação** v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade – bullying**: o sofrimento das vítimas e de seus agressores. São Paulo: Gente, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. 2. ed rev. e ampli. Campinas: Verus Editora, 2005.

FERNANDES, Jackie. **Eu já sofri bullying e você?** 27 mar. 2010. Disponível em: <<http://arcadenoe.ning.com/profiles/blogs/eu-ja-sofri-bullying-e-voce>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEÃO, L. G. R. **O fenômeno bullying no ambiente escolar**. Disponível em: <<http://www.facevv.edu.br/Revista/04/O%20FEN%20C3%94MENO%20BULLYING%20NO%20AMBIENTE%20ESCOLAR%20-%20leticia%20gabriela.pdf>>. Acesso em: 30 set 2020.

LOPES NETO, Aramis Antônio. **Bullying saber identificar e como prevenir**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

LOPES, Neto AA. **BULLYING- comportamento agressivo entre estudantes**. *Jornal de pediatria (Rio J)*. 2005; 81 (5 Supl.): S164-S172.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. Ed.

Petrópolis: Vozes, 2002.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Revista Página Abertas. Ed. Paulus.** – ANO 34 – nº 40 – 2002.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: Mentas perigosas nas escolas.** São Paulo: Globo, 2015.

PROJETO DE **LEI Nº. 256 /2015** Institui no calendário oficial do município de Manaus o “Março Laranja”, mês de prevenção e combate ao *bullying* escolar, e dá outras providências.

VAZ, José Eduardo Parlato Fonseca. **A responsabilidade Indenizatória da Prática do Bullying.** Formato eBook Kindle, 2017.

**OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELO PROFESSOR DIANTE DE ALUNOS
COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS INSERIDAS EM SALAS
REGULARES**

JOSIELE FARIAS DA SILVA*

ADLA MAKAREM RIBEIRO **

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: O presente artigo tem como tema: Os desafios enfrentados pelo professor diante de alunos com necessidades educativas especiais inseridas em salas regulares: e aborda as dificuldades e os desafios que institui o professor, relacionado a prática inclusiva. Para isso, delimita como objetivo geral refletir os desafios enfrentados pelo professor diante de alunos com necessidades educativas especiais inseridas em salas regulares. Os principais autores fundamentaram esta pesquisa foram: Libâneo (2011), Minetto (2018), Orsolon (2016). O percurso metodológico, que a pesquisa quanto ao método de abordagem será dialético e o desenvolvimento dessa pesquisa foi adotada a pesquisa qualitativa, e bibliográfica, sendo assim, livros, artigos científicos e teses foram adotados como matérias de investigações de todo o processo de elaboração. Entende-se, desse modo, que a inclusão busca ultrapassar a muitos desafios, dentre do qual destaca elaborações e estratégias esclarecedoras que possibilitam aos professores partilharem experiências, obstruindo suas incertezas e construindo novos conhecimentos que traga mudanças em suas práxis.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação Docente. Dificuldades.

Abstrat: This article has as its theme: The challenges faced by the teacher in the face of students with special educational needs inserted in regular classrooms: and addresses the difficulties and challenges that the teacher establishes, related to inclusive practice. For this, it defines as a general objective to investigate the challenges faced by the teacher in the face of students with special educational needs inserted in regular classrooms. The main authors based this research were: Libâneo (2011), Minetto (2018), Orsolon (2016). The methodological path, that the research as to the method of approach will be dialectical and the development of that research was adopted the qualitative research, and bibliographic, being thus, books, scientific articles and theses were adopted as subjects of investigations of the whole process of elaboration. It is understood, therefore, that inclusion seeks to overcome many challenges, among which highlights clarifying elaborations and strategies that enable teachers to share experiences, obstructing their uncertainties and building new knowledge that brings changes in their praxis.

Keywords: Inclusive Education. Teacher Education. Difficulties.

*Finalista do curso de Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. E-mail: josyellefariass@gmail.com.

**Pedagoga e Assistente Social, mestranda em Ciência da Educação, especialista em gestão em políticas públicas, Docência do Ensino Superior, Educação Inclusiva, Psicopedagogia Institucional e Clínica e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica. Orientadora de trabalho de Conclusão de Curso da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. E-mail: adla_makarem@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O Medo, receio e ansiedade, esses são os sentimentos que penduram em muitos docentes, quando se fala na educação inclusiva. É comum atualmente nos depararmos com inúmeros professores relatando vários desafios vivenciados por eles na sala de aula, porém o mais comum entre eles é o desafio de receber em sua sala de aula um aluno com NEE (NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS).

Falta de segurança, desconhecimento total acerca do assunto, ou até mesmo a falta de preparo, são justificativas dadas por esses profissionais que atuam em escolas regulares e recebem em sua sala de aula alunos ditos especiais. Porém vale ressaltar que essa preparação precisa partir do próprio professor uma vez que formação docente é uma formação contínua, na qual precisa sempre está evoluindo, portanto, precisam de mudanças e de novos conhecimentos, novas metodologias.

O tema deste trabalho é sobre o desafio do professor diante da inclusão escolar. Para o desenvolvimento do trabalho, busca-se responder ao questionamento: Os professores saem da graduação preparada para trabalharem com a inclusão? A escolha do tema surgiu após uma vivência de estágio na qual foi observada a dificuldade que a escola regular e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula ao trabalhar com a inclusão.

Sendo assim o objetivo geral deste estudo foi: refletir os desafios enfrentados pelo professor diante de alunos com necessidades educativas especiais inseridas em salas regulares e como os objetivos específicos: conhecer os planos e estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais. Investigar como é a formação dos professores do ensino regular para lidar com os alunos com necessidades educativas especiais. Averiguar se os professores recebem suporte necessário para desenvolver seu trabalho de forma inclusiva.

De acordo com a metodologia esta pesquisa é qualitativa explorativa e bibliográfica, elaborada a partir de material publicado em livros e artigos. Dentre os referenciais teóricos que embasam o estudo estão: Libâneo (2011), Minetto, (2018), Orsolon (2016). O presente

estudo está dividido em três momentos: O primeiro momento aborda a formação docente do professor na educação inclusiva. O “segundo momento busca uma melhor compreensão sobre o papel do pedagogo no cotidiano da educação inclusiva”, no terceiro momento visa descrever as estratégias utilizadas pelo professor para trabalhar com alunos com NEE dentro das salas de ensino regular.

Assim a pesquisa torna-se importante por que ela traz uma contribuição teórica para o conhecimento científico podendo ser objeto de estudo para outros acadêmicos buscarem novos conhecimentos a respeito das dificuldades dos professores diante da inclusão, assim como também ocasionar fazendo surgir novos questionamentos.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 A formação docente do professor na educação inclusiva

A educação inclusiva é consequência de fatos ocorridos no contexto educacional, descaso e preconceito são características dessa educação que é propriamente atribuída á pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela física mental ou superdotada. Sendo assim torna se relevante definir a educação inclusiva como um ato educativo que precisa acolher não só as crianças especiais, mas a todos as pessoas diferentes, independentes de qual seja a diferença.

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) no seu capítulo V ressalta a importância da educação especial que deve ser ofertada pelo poder público ainda na educação infantil, ou seja, a Lei define que todos têm direito a aprender e o mesmo deve ser garantido e exercido no âmbito educacional (BRASIL, 1996).

A inclusão é uma pratica que precisa ser exercida não só na escola, mas na sociedade como todo, por tanto se faz necessário que o professor resinifique seus conhecimentos para saber lher da com a inclusão dentro da sala de aula, pois ela sempre vai existir. Mas essa inclusão é ainda um desafio para muitos professores que adentram a uma sala de aula sem repensar na sua pratica e formação.

De acordo com Lúbâneo (2011).

[...] O pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de

saberes e modos de ação, tendo em vista o objetivo de formação humana previamente definida em sua contextualização histórica (p.161).

É comum que o profissional da educação ao iniciar sua carreira se depare com grandes desafios dentro da sala de aula, dentre eles, insegurança e medo principalmente quando acolhe um aluno com NEE (Necessidades Educativas Especiais). Muita das vezes o professor não se sente capacitado para atender um aluno com NEE, porém é necessário que ele repense sua formação e busque novos olhares para que assim possa alcançar diversas áreas do conhecimento, pois a formação docente é uma formação que precisa sempre esta se renovando a cada dia (KENSKI, 2011p. 32).

Dessa forma compreende-se que o professor deve buscar em sua formação um alvo que a leve a diferentes situações pelas quais está ligado ao ato de ensinar, precisa analisar suas praticas docentes, buscando espaços para novas reflexões, exercendo o papel do verdadeiro docente que busca soluções para diversas questões que se encontram ao seu redor.

Segundo Lima, (2012, p.40) a formação de professores requer ênfase, uma vez que esta envolve a inclusão. Ou seja, é importante que o professor saia do comodismo e busque novas técnicas de ensino, novas metodologias, novo conhecimento, embora sintam - se inseguros e ao mesmo tempo ansiosos é necessário deparar se com a possibilidade de lhe da com uma criança com necessidades especiais em sala de aula para vencer os desafios.

A LDB, em seu artigo 59, § III Brasil, (1996), estabelece que os sistemas de ensino assegurem aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a inclusão desses educando em classes comuns. Assim entende-se que os docentes que atuam com alunos que possuem necessidades especiais precisam ter uma formação específica, de forma inicial e contínua, sempre se reinventando, pois, os desafios para trabalhar a inclusão são diversos.

Diante dos desafios que os docentes da educação inclusiva enfrentam, os cursos de formação contínua sobre inclusão escolar precisam ser ofertados aos professores. Embora o AEE venha investindo de forma efetiva, nesse contexto, podemos dizer que ainda não é o suficiente, pois os desafios são muitos para a implementação das políticas de formação dos professores para a educação inclusiva, desafios esses que recorrem a política de formação e adequações dos métodos e técnicas de ensino para às reais necessidades dos alunos deficientes.

Apesar dos avanços da tecnologia e de projetos político-pedagógicos, muitas instituições de ensino ainda não possuem ferramentas necessárias que favoreçam a formação de seus professores para trabalharem com a inclusão, sendo que essa formação é primordial para que esses profissionais possam sair de uma graduação capacitados para receber em suas classes comuns alunos com NEE (Necessidades educativas especiais). Nozi (2013) diz que:

A necessidade de uma formação que proporcione aos professores condições de serem protagonistas de suas práticas pedagógicas de maneira crítica reflexiva e contextual, a ponto de perceberem que os processos que vivenciam em sala de aula são reflexos de um contexto mais amplo, que envolve, dentre tantas outras questões objetivas, ideologias e utopias, direitos e deveres (p.38).

Nos dias de hoje é importante refletir constantemente sobre o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, sobre a própria prática e sobre as oportunidades de interação do aluno com o objetivo de conhecimento, a fim de avaliar a eficácia das estratégias, bem como propor adaptações e/ou alteração de procedimentos. Diante disso torna perceptível que a legislação brasileira prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los para receber, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, dentre os quais os alunos com deficiências.

2.2 Estratégias desenvolvidas pelo professor para trabalhar com alunos com NEE dentro das salas de ensino regular

É evidente que o professor tem um papel significante na elaboração de suas estratégias educacionais e isso para ele é enriquecedor e positivo aos seus conhecimentos. Seus procedimentos provocam uma infinita união entre os alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) dentro das salas de ensino regular. A escola comum pode ser considerada inclusiva quando reconhece e respeita as diferenças dos alunos mediante seu processo educativo, buscando a participação e o avanço de todos adotando novas práticas pedagógicas. É sabido que as práticas pedagógicas vão além das escolas e das salas de aula. Porém para termos uma escola comum inclusiva, saber os direitos e reivindicá-los torna-se a ferramenta crucial para tal mudança educacional.

Para César (2013):

A escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada

um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social.(p.119).

Assim podemos dizer que a escola inclusiva retifique que todos os alunos devem receber o mesmo tipo de tratamento ou ensino, independente das diferenças que o aluno apresenta, uma vez que está respaldado na Declaração de Salamanca afirmando que toda criança tem direito fundamental a educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, e que toda criança possui características, interesses e habilidades diferentes e suas necessidades de aprendizagem são únicas e que as escolas devem procurar adequar às metodologias as crianças especiais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p 17).

O professor do AEE tem como uma de suas habilidades o reconhecimento das necessidades e habilidades do aluno. A partir desse reconhecimento é necessário que o mesmo trace seu plano de atendimento no qual possa atender todos de acordo com suas especificidades. Para que os alunos com deficiência tenham um bom aprendizado, é necessário que os profissionais reflitam sobre as dificuldades dos alunos com NEE.

Segundo Minetto, (2018):

Para que o professor consiga fazer adaptações curriculares eficientes, ele tem que: Primeiramente conhecer o aluno e suas peculiaridades, determinar o nível de competência deles e fatores que viabilizam o processo de ensino e aprendizagem, o professor tem que estar centrado no potencial e não no déficit do aluno (p.67).

Nesse sentido as estratégias podem ser planejadas de forma, na qual todos os alunos devem se enquadrar e, portanto, na prática, todos devem construir o conhecimento pelos caminhos traçados pelos procedimentos pedagógicos, previamente estipulados. Desta forma, o professor precisa planejar variadas estratégias de ensino, pois nem todos os alunos constroem o conhecimento pelos mesmos caminhos, ou seja, os alunos têm diferentes estilos de aprendizagem. Vale ressaltar, que não existe um método ideal para o direcionamento das atividades para os alunos com NEE, de forma alguma se propõe que deva ser utilizado um conjunto de métodos indiscriminadamente

Lima e Vasconcelos, (2016, p.406) diz que, “os conteúdos devem ser tratados de forma globalizada, valorizando as experiências do cotidiano dos alunos, permitindo a relação entre teoria e prática, dando significado às aprendizagens realizadas na escola”. Assim sendo,

o professor deverá explorar todos os canais de conhecimento da criança, sua experiência com o mundo, suas formas de interação e suas maneiras particulares de aprender, sendo um observador, apoiado pela equipe pedagógica da escola que deve possibilitar recursos para melhor organização das condições em que se ensina.

Outra forma do professor inserir os alunos com deficiência em sala de aula são as adaptações curriculares, que são de suma importância para o aprendizado dos alunos com deficiência, porém devemos levar em consideração que essas adaptações são únicas para cada aluno, não há uma receita que possa ser aplicada a todos os casos, tem que observar as especificidades de cada caso. Para tanto, estagiários para auxiliar na sala de aula e um número reduzido de alunos se fazem necessários.

De acordo com Padilha (2011, p. 177), “conhecer as possibilidades e limitações da pessoa com deficiência mental para, com ela, captar os indícios, os sinais de que nos dá sobre seu processo evolutivo e pelo qual ela se aproxima da resolução de suas dificuldades”. Tendo em vista as dificuldades que os alunos com NEE apresentam e a necessidade do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem elaborada, que visam atender e facilitar o desenvolvimento de todos os alunos é necessário que o professor ao planejar suas aulas tenha o conhecimento de qual prática está utilizando para atender as diferenças sem excluir a participação do aluno no conteúdo trabalhado em sala.

2.3 O papel do pedagogo no cotidiano da educação inclusiva

Ao falar da escola toma-se por base primordial o pedagogo, que é compreendido como um profissional formado em pedagogia, que exerce sua função juntamente com a coordenação da escola. Nesse sentido, Romanowski (2017 p.34), explica que: “a função do pedagogo é mobilizar e definir o trabalho pedagógico para caminhar no sentido de efetivar uma educação de qualidade que valorize todos os alunos”. Nesse sentido, faz se necessário reconhecer a identidade do pedagogo como sendo de suma importância para a vida escolar dos alunos uma vez que seu papel também é de cuidar e zelar por eles, além de ser o articulador do trabalho educativo nesse ambiente. Dessa forma, o pedagogo intervém colaborando nas ações realizadas no contexto escolar, dentro e fora da sala de aula, contribuindo para tornar a escola um ambiente democrático e transmissor de uma educação de qualidade. Dentre os diversos papéis que o pedagogo realiza na escola, desperta a curiosidade de compreender qual o seu

papel mediante a inclusão dos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) Conforme aponta Orsolon, (2016):

O papel pedagogo é mediar, elaborar estratégias que possibilitem a inclusão, orientando professores, demais profissional e até mesmo as famílias, quanto à importância da inclusão enquanto direito humano garantido por lei. (p.4).

Na busca da melhoria do reconhecimento do trabalho pedagógico com relação à inclusão, é importante que o mesmo veja a inclusão como uma ação primordial da escola apresentando uma proposta totalmente inclusiva, é importante também que o pedagogo compreenda a relevância do atendimento às diferentes necessidades apresentadas pelos alunos, pois atender as crianças com necessidades educativas especiais também é uma tarefa que o pedagogo como profissional precisa executar.

É inegável dizer que professor que trabalha com alunos especiais dentro da sala de aula precisa de ajuda, que precisa partir do pedagogo que irá auxiliá-lo por meio da prática que desenvolve, de referenciais teóricos e metodológicos, e, das necessidades levantadas o mesmo, juntamente com o professor deverá buscar novas possibilidades para o trabalho pedagógico que desenvolve no seu ambiente de trabalho.

Neste sentido é necessário que o pedagogo acompanhe o desenvolvimento no processo de inclusão para melhorar sua prática e dando suporte aos professores, ajudando-os para que suas aulas se tornem significativa. Quando o pedagogo está disposto a desenvolver um trabalho juntamente com os educando e com a diversidade, usufruindo de diferentes estratégias, e com um objetivo comum, com certeza alcançarão seus objetivos de maneira satisfatória.

Conforme Orsolon (2016).

[...] como um dos articuladores desse trabalho coletivo, precisa ser capaz de ler, observar e congregar as necessidades dos que atuam na escola; e, introduzir inovações, para que todos se comprometam com o proposto. À medida que essas novas ideias, além de conter algo novo, forem construídas, discutidas e implementadas pelos professores e coordenadores envolvidos, tornar-se-ão possíveis à adesão e compromisso do grupo e, dessa forma, se reduzirão as prováveis resistências (p. 22).

Assim é notório que a função do pedagogo não está ligada somente na parte administrativa da escola, mas também na elaboração de ações que atendam aos alunos com necessidades educativas e também na busca por possibilidades para realização dessas ações

juntamente com os demais profissionais da escola. Uma vez que seu papel no contexto escolar é criar relações com professores e participar no processo de acolhimentos desses alunos.

Diante da diversidade cultural existente dentro das escolas é compreensível que cada aluno traga suas diferenças. Assim o pedagogo é responsável por direcionar essas diversidades de forma que elas sejam apresentadas a sociedade como um processo de construção. Dessa forma, Rodrigues (2018) compreende a necessidade de “a educação inclusiva ser uma prática de toda a equipe escolar, pois a escola toda deve ser mobilizada para promover a inclusão”. Acreditar que a escola é um local capaz de acolher todos os alunos com necessidades educativas especiais é acreditar que ela necessite de um profissional capaz de organizar um trabalho coletivo, direcionando aos professores práticas que respeitem a diversidade e a inclusão. Assim é possível afirmar que, o trabalho realizado pelo pedagogo.

Segundo Almeida e Soares (2010).

É o de propiciar uma organização da escola em que seja possível modificar, transformar e construir juntamente com toda a equipe escolar estratégias, metodologias de ensino, definição de conteúdos, instrumentos de avaliação, entre outros, responsabilizando-se em articular todos esses elementos.

Vale ressaltar que tendo como objetivo o processo de inclusão, o papel do pedagogo, enquanto colaborador da gestão escolar é também o de auxiliar para que essa inclusão aconteça, aprimorando o desenvolvimento de práticas pedagógicas que envolvam tanto na docência, quanto na melhoria de medidas de acessibilidade, na preservação de participação democrática, desenvolvendo uma educação de qualidade. Assim é possível perceber que por meio do pedagogo a comunidade possa compreender e conscientizar-se do processo de inclusão no ambiente escolar.

3. METODOLOGIA

O percurso metodológico, que a pesquisa quanto aos métodos de abordagem será dialético, que segundo o autor Prodanov (2013) a dialética é o método que parte da premissa de que, na natureza, tudo se relaciona, transforma-se e há sempre uma contradição inerente a cada fenômeno. Nesse tipo de método, para conhecer determinado objeto, o pesquisador precisa estudá-lo em todos os aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido, já que tudo no mundo está sempre em constante mudança.

Assim a dialética fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi adotada a pesquisa qualitativa, e bibliográfica, sendo assim, livros, artigos científicos e teses foram adotados como matérias de investigações de todo o processo de elaboração. Esta pesquisa é de caráter qualitativo. Entende-se por qualitativa segundo Lakatos (2016), se trata de uma pesquisa que tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações.

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema com bases em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outro. Este tipo de pesquisa tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, ditou filmado sobre determinado assunto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conhecer os planos e estratégias utilizadas pelos professores para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais

Trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, sempre foi e continua sendo nos dias de hoje um grande desafio para os professores, uma vez que cresce cada dia mais a necessidade de buscar conhecimentos sobre os diferentes tipos de deficiências, objetivando compreender o que são e como trabalhá-las durante o processo educacional dos alunos com deficiência. É de grande importância que os professores estejam preparados para o reconhecimento das necessidades do aluno, conhecer e respeitar as diferenças dos alunos e um grande avanço para que a escola se torne inclusiva dessa forma as estratégias podem ser planejadas para atender o aluno com NEE conforme as suas especificidades (MINETTO, 2018, p. 67). Sendo a escola um espaço onde o plano de aula é, portanto, primordial organizar as ações visando à qualidade de formação dos alunos em todos os níveis (MITTLER, 2014, p. 26). Dessa forma compreende-se que é fundamental que o professor adapte através seu plano de aula de modo que possa atender todos os alunos, independentemente de qualquer que seja as diferenças.

4.2 Investigar como é a formação dos professores do ensino regular para lidar com os alunos com necessidades educativas especiais

A formação de professores é uma questão que merece destaque, principalmente quando se refere à inclusão, tendo em vista que muitos professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Segundo Lima, (2012, p.40), muitos professores reclamam da falta de preparação dentro das universidades para lidar com crianças com deficiência.

De fato, muitos professores se queixam por não receberem das universidades um treinamento específico. Porém é importante ressaltar que o professor mesmo não recebendo nenhuma formação para trabalhar com crianças especiais, precisam buscar estratégias, tomar atitude e se reinventar, pois quando o professor tem compromisso com o aluno ele busca meios para contribuir com aprendizagem dessas crianças. Segundo Moreira (2017):

As universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão e ultrapasse a linearidade e a simplificação curricular de que basta uma disciplina sobre a área da NEE para formar professores capacitados a atuarem com o aluno que apresenta dificuldades mais específicas (p.268).

Percebe-se que de fato existe uma defasagem na formação dos futuros professores, principalmente quando o assunto é educação inclusiva e a preparação que as universidades oferecem. Diante disso faz – se necessário que as universidades façam seus planejamentos e a grade formativa de Pedagogia com disciplinas que vão abranger a inclusão não somente na teoria como também na prática.

4.3 Averiguar se os professores recebem suporte necessário para desenvolver seu trabalho de forma inclusiva

Para muitos professores, a educação inclusiva tem sido motivo de grande dificuldade, tudo isso por causa da falta de formação dos professores do ensino regular que estão sendo desafiados a atender às necessidades educacionais especiais, bem como a insegurança por conta da falta de suporte que os mesmo não recebem para fazer seu trabalho pedagógico junto a crianças com deficiência. Fernandes (2016) diz que é preciso pensar na formação de

professores especializados, a fim de que estes recebam suportes necessários para trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel de mediador.

Diante do contexto percebe-se que a formação continuada e a parceria com escola, são os maiores suportes que o professor precisa para trabalhar com alunos especiais para que possam se sentir aptos a trabalharem com crianças com deficiência e desse modo realizando os processos de inclusão dos mesmos no ensino regular, porém nem sempre essa é a realidade, uma vez que nem sempre a escola trabalha juntamente com os professores.

5 CONCLUSÃO

Apesar dos grandes avanços do processo de inclusão dos alunos com NEE (necessidades educativas especiais) os desafios ainda são muitos presentes, principalmente para os professores que acolhem em suas salas alunos com diversas diferenças e assim precisam desenvolver um trabalho no qual possa atender a todos.

Diante das questões realizadas nesta pesquisa, foi possível compreender que mesmo diante da existência de leis que amparam legalmente à educação inclusiva dando a todos os direitos a educação, ainda existe inúmeros obstáculos que complicam a possibilidade de ingressos desses alunos que lutam pelo uma possível superação desses desafios.

Por meio desta pesquisa foi possível perceber que muitos professores hoje estão preparados para receber os alunos com necessidades especiais dentro da sala de aula e de ensino regular, portando isso não e necessário para que a inclusão realmente aconteça, pois o trabalho com esses alunos ainda deixa a desejar, embora esses alunos sejam contemplados com diversos recursos falta de formação adequada ainda e os maiores desafios desses professores. Ao observar estudos antepassados que abordam a temática da inclusão, percebe-se que ouve nos dias de hoje grandes avanços. Porem percebe-se também que se faz necessário percorrer um extenso caminho ate que possamos apreciar uma inclusão com respeito e dignidade.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C, M; SOARES, K. C. D. **Pedagogo Escolar: as funções supervisora e orientadora.** Curitiba: IBPX: 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional.** Ministério da Educação. Brasília. Distrito Federal,1996. Acesso em 10 de junho 2020.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEESP, 2000.

CÉSAR, Margarida. **A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos.** In: ROGRIGUES, David. Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Editora, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA sobre princípios, Políticas e Práticas em Especial. Salamanca: S.I., 1994. Disponível em. Acesso em 10 de junho 2020. GONSALES, E. (Org.). **Necessidades Educacionais Específicas.** Porto Alegre: ARTME, 2012.

FERNANDES, Sueli: Licenciatura para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. **Mitologia da Educação Especial.** Curso Normal Superior. Impressão: Fotolaser Gráfica e editora Ltda. 2016.

KENSKI, V.M. **O papel do professor na sociedade.** In :Ensinar a Ensinar. São Paulo, pioneira, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica/ Marina de Andrade Marconi. Eva Maria Lakatos – 7. Ed. – São Paulo: Atlas,2016.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 4. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Kênio Erithon Cavalcante; VASCONCELOS, Simão Dias. Análise da metodologia de ensino de ciências nas escolas da rede municipal de Recife. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 397-412, jul./set. 2016.

LIMA PA. **Educação Inclusiva e igualdade social.** São Paulo; AVERCAMP, 2012.

MINETTO, Maria de Fátima, **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio:** 2ª ed.rev.atual. ampl. – Curitiba: lbpex,2018.

MITTLER P. **Educação Inclusiva:**Contextos sociais. 1ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MOREIRA, L. C. **Cursos de licenciatura com bases inclusivas:** impressões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores. IN: JESUS *et al*(orgs.) inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação/Prefeitura Municipal de Vitória/CDV/FACITEC, 2017.

NOZI, G. S. **Saberes necessários aos professores do ensino regular para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** (Trabalho de Conclusão de curso) – Graduação em Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2013. 67 p.

ORSOLON, L. A. M. O Coordenador/Formador como um dos agentes de transformação da na escola. In: BRUNO, E. B. G. **O coordenador pedagógico e questão da contemporaneidade.** São Paulo: Edições Loyola, 2016.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2011.

PRODANOV, C.C. Manual de metodologia científica. 3. Ed, novo Hamburgo, RS: Feevale, Ano 2006.

RODRIGUES, D. **Questões preliminares sobre o desenvolvimento de política de Educação Inclusiva. Inclusão**: Revista de educação especial. Brasília, v. n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2018.

ROMANOWSKI, J. P. **Formação e profissionalização Docente**. Curitiba: IBPEX, 2017.

**O LÚDICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
PERCEPÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO ESCOLAR
DA CIDADE DE MANAUS**

DAYANA RÉGIS SIQUEIRA

DARLISÂNGELA MARIA MONTEIRO

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

RESUMO: O presente estudo aborda sobre a ludicidade como recurso pedagógico na educação infantil. Para o alcance desse intento almejado, buscou-se responder a seguinte problemática: Como os jogos lúdicos contribuem para o aprendizado durante a aplicação de atividades pedagógicas com crianças da Educação Infantil? No que concerne aos procedimentos metodológicos, foram entrevistados 10 discentes do curso de Pedagogia de uma instituição superior na cidade de Manaus e 10 docentes atuantes na educação infantil. A comparação das respostas desses dois grupos de respondentes permitiu inferir que o lúdico pode ser considerado como um recurso pedagógico capaz de estimular o desenvolvimento da criança não somente no âmbito intelectual, mas também físico, emocional, psicológico e social. A busca tanto dos licenciandos como dos docentes na literatura sobre experiências exitosas da aplicação da ludicidade no ensino infantil reforça a magnitude desta vertente educacional e evidencia o papel dos pequenos estudantes em múltiplas perspectivas que abrangem o seu crescimento cognitivo.

Palavras-chave: Recurso Pedagógico. Aprendizagem. Ensino. Ludicidade.

Abstract: The present study addresses playfulness as a pedagogical resource in early childhood education. To achieve this desired goal, we sought to answer the following problem: How playful games contribute to learning during the application of pedagogical activities with children in early childhood education? Regarding the methodological procedures, 10 students of the Pedagogy course at a higher institution in the city of Manaus and 10 teachers working in early childhood education were interviewed. The comparison of the responses of these two groups of respondents allowed us to infer that playfulness can be considered as a pedagogical resource capable of stimulating the child's development not only in the intellectual sphere, but also in the physical, emotional, psychological and social spheres. The search for both undergraduates and teachers in the literature on successful experiences in the application of playfulness in early childhood education reinforces the magnitude of this educational aspect and highlights the role of the teacher in promoting teaching and learning activities that can develop small students in multiple perspectives that cover your cognitive growth.

Keywords: Pedagogical resource. Learning. Teaching. Playfulness.

*Graduanda do curso de Pedagogia da ESBAM; E-mail: Dayanaregis@gmail.com

**Professora Mestre em ensino de Ciências na Amazônia, pela Universidade do estado do Amazonas – UEA. E-mail: darlimt@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Na educação infantil, um dos temas que tem protagonizado estudos teórico é a aplicabilidade de atividades lúdicas nos processos de ensino e aprendizagem, um dos motivos que explicam isso são os benefícios advindos com essa prática pedagógica, os quais abrangem resultados positivos no desenvolvimento físico, intelectual e social das crianças (MODESTO; RUBIO, 2014).

Desta forma, o presente estudo teve por objetivo analisar as percepções de discentes e docentes de uma instituição escolar de Manaus sobre o uso do lúdico como recurso pedagógico na educação infantil. Já os específicos foram: compreender o que significa o termo ludicidade, mostrar como a ludicidade pode ser considerada um recurso pedagógico e analisar qual a visão dos licenciados e professores atuantes na educação infantil sobre a utilização do lúdico no processo de ensino e aprendizagem.

Durante a construção desta percebemos que há estudos que abordam a ludicidade numa perspectiva inclusiva e atrelada as atividades de leitura de contos infantis, como é o caso da pesquisa de Cavalcante, Lopes e Tashiro (2017). Há também trabalhos que abordam sobre a correlação entre o lúdico e a educação indígena, a qual é necessária para promover o ensino e a aprendizagem para esse alunado específico, como é o caso da pesquisa empreendida Mota e Ramires (2018).

Os procedimentos metodológicos utilizados para esta produção textual englobaram a pesquisa bibliográfica seguida da aplicação de entrevistas junto a 10 licenciandos do curso de Pedagogia do Instituto Superior Batista do Amazonas – ESBAM e a 10 docentes atuantes na educação básica. De posse das respostas desses dois grupos de respondentes, foi possível proceder com a análise dos dados obtidos, comparando-os com o que fora observado nos conceitos sobre ludicidade presentes nos estudos de Modesto e Rubio (2014), Pimentel (2008), D’ávila (2014) e demais autores referenciados na presente construção textual.

Para os alunos, o presente estudo representa a oportunidade de conhecer de maneira

mais ampla as temáticas concernentes a questão da ludicidade, tanto no que se refere aos seus contextos teóricos com também em seus aspectos práticos. É mister que a utilização do lúdico é largamente difundida na literatura nacional. Todavia, essa construção textual busca evidenciar quais são os benefícios que essa prática pedagógica produz para o alunado infantil quando é aplicada corretamente.

Para os professores, esse texto visa propor uma reflexão no que concerne as práticas realizadas na educação infantil. Isso remete ao estudo de Freire (1996), o qual afirma que o professor deve se questionar e se permitir ser questionado quanto a sua atuação quanto docente, cuja missão não é somente transferir conteúdos, mas ensinar. Entende-se que o ato de ensinar ultrapassa a mera disseminação de temas a respeito de uma determinada disciplina. Exige formação continuada e a utilização correta de recursos pedagógicos que possam tornar o processo de ensino e aprendizagem atrativo para os alunos.

O estudo encontra-se dividido em cinco partes, começando com este primeiro tópico introdutório. A segunda etapa relata sobre o escopo conceitual da ludicidade e sua utilização como recurso pedagógico. O terceiro item descreve os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção dos dados, bem como a população participante da pesquisa. No quarto momento do estudo são discriminados os resultados obtidos com a aplicação dos questionários junto aos docentes e discentes consultados. O estudo finaliza com a conclusão seguida das referências utilizada para a presente construção textual.

2 O LÚDICO COMO RECURSO NAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

2.1 O que é lúdico

O estudo de Fortuna (2011, p.42) atesta que a ludicidade pode aproximar sentimentos e objetos que vistos sob um olhar mais rígido não seriam possíveis de serem colocados no mesmo contexto. Através desta interface, os processos de ensino e aprendizagem se tornam menos rígidos, através da linguagem fluída e do estímulo a imaginação do alunado. No que se refere ao papel do professor, mais precisamente aquele que atua no âmbito pedagógico, a ludicidade tem a sua relevância ampliada na construção de sua formação e posterior aplicação em seus afazeres docentes. Em complemento a sua fala, o autor menciona que:

A ludicidade compreende um constante movimento pendular entre fantasia e

realidade, por meio do qual é possível aproximar sentimentos e objetos que, de outro modo, seriam incompatíveis, concebendo-os de modo original. Esta visão peculiar das coisas, mesmo sem fim utilitário direto, mantém estreita relação com a imaginação criadora e a compreensão do real (FORTUNA, 2011, p.42). Lima, Oliveira e Menezes (2018, p.133) apontam que o lúdico pode ser um instrumento de grande valia para a aplicação de sequências didáticas através da utilização de peças teatrais, jogos, desenhos, história em quadrinhos, dentre outros. A utilização da ludicidade nos processos de ensino e aprendizagem pode estimular a participação dos alunos através da abordagem dos conteúdos de forma mais leve e menos presa a protocolos e regras. Esta utilização pode servir tanto para a revisão de um determinado conteúdo como também para a disseminação dos saberes produzidos em sala de aula.

Ferrari, Savenhago e Trevisol (2014, p.20) relatam que a utilização do lúdico exige a participação do docente nesse processo. Noutras palavras, o papel do docente não se restringe apenas a emitir comandos que devem ser prontamente obedecidos pelos alunos, uma vez que o professor deve ser exemplo para seu alunado. Considera-se que a aplicação do lúdico nos processos pedagógicos se torna mais assertiva quando o professor se permite vivenciar a sua própria ludicidade.

A utilização da ludicidade pode auxiliar o professor a explicar temas que à primeira vista são complexos e tem termos de difícil assimilação, como, por exemplo, os temas relacionados ao ensino de Ciências (SOARES et al., 2014, p.83). Isso significa dizer que através da aproximação entre objetos e sentimentos que aparentemente não possuem conexão nenhuma entre si (FORTUNA, 2011, p.42), o docente pode tornar o processo de aprendizado mais interessante, despertando a atenção do alunado para as temáticas debatidas em sala de aula. Com isso, os discentes têm o seu aprendizado potencializado e os professores podem compreender de forma assertiva como proceder com o emprego da ludicidade em seus afazeres correlatos ao ensino de suas respectivas disciplinas.

A implementação do lúdico precisa considerar que os alunos precisam se sentir à vontade para entender de uma forma menos formal os conhecimentos necessários para sua formação. Noutras palavras, as atividades, dinâmicas, jogos e demais iniciativas educacionais envolvendo o lúdico precisam proporcionar ao discente uma sensação positiva de liberdade, pois, isto potencializa o aprendizado do aluno de forma descontraída e prazerosa (CARVALHO: VIEIRA; RAMOS, 2019, p.1). O equilíbrio entre os aspectos educacionais e a promoção do aprendizado com o estímulo do intelecto precisam ser considerados pelos educadores em suas práticas pedagógicas.

A ludicidade é resultante das relações sociais entre o professor e seu alunado e

representa um estado de vida plena do sujeito (D'ÁVILA, 2014). Dito de outra forma, a vivência da ludicidade se mostra mais eficiente na educação quando os professores e alunos se permitem estimular o imaginário em seus processos de ensino e aprendizagem. Isso contribui tanto na questão da socialização dos estudantes dos primeiros anos da trajetória escolar como também torna o aprendizado mais leve, além de potencializar a assimilação dos conteúdos disseminados em sala de aula.

É conveniente salientar o papel do professor na prática do lúdico em seus afazeres docentes, principalmente nos anos iniciais escolares. Compreende-se que a ludicidade pode despertar no professor um estado proativo, o qual acarreta na intenção de promover ações que irão desencadear a aprendizagem das classes de alunos (LEAL; D'ÁVILA, 2013). Nesse sentido, o lúdico pode ser entendido como um item estruturante das atividades de ensino e aprendizagem, uma vez que sua utilização estimula o docente a criar e implementar práticas inovadoras de ensino, tornando este processo mais rico e atraente para os alunos.

A palavra ludicidade é costumeiramente atrelada ao fomento da criatividade e do imaginário do aluno. Isto pode ser despertado através de atividades que estimulem a participação do estudante, com destaque para o brincar, a prática de jogos e demais linguagens que possibilitam a vivência plena nos processos de ensino e aprendizagem (AGUIAR; VIEIRA; MAIA, 2018). Esta é uma ideia de prática docente que busca promover o aprendizado de forma mais extrovertida. Enfatiza-se que a prática da ludicidade em processos de ensino e aprendizagem pode ser uma forma de canalizar a energia das crianças para atividades que possam potencializar o seu desenvolvimento, não somente no campo cognitivo, mas também no âmbito psicológico, motor e social.

Ao contrário do que a visão do senso comum pode concluir, a ludicidade não pode ser confundida como um ato de mera diversão. Entende-se que ela é parte integrante que dá a educação o aspecto do dinamismo na construção de conhecimentos, sendo um elemento que possui relevância para a saúde emocional, física e intelectual do estudante (CADORIN; MORANDINI, 2014). Isto reforça a necessidade da aglutinação do lúdico em processos pedagógicos, uma vez que seus benefícios para a criança ultrapassam os limites do aprendizado e da potencialização de seus aspectos cognitivos.

2.2 O lúdico como recurso pedagógico

Antes de abordar sobre a questão da utilização do lúdico como recurso pedagógico, é conveniente entender o significado do termo “recurso pedagógico”. A prática docente exige a

utilização de recursos pedagógicos que possam tornar o processo de ensino e aprendizagem dinâmico para os alunos. Estes recursos podem englobar desde a utilização do material didático oferecido pela instituição escolar, bem como outros recursos, como, por exemplo, o uso de música e contação de histórias (BUSCARATTTO, 2020). Além disso, considera-se também a utilização de brinquedos, encenação de peças teatrais, uso de programas de computador voltados para aprendizagem de uma determinada matéria, dentre outros.

Os recursos pedagógicos devem ser idealizados para serem objetos concretos, os quais o aluno pode manusear e cuja finalidade de uso é de caráter pedagógico (MANZINI; DELIBERATO, 2007). De posse desta afirmação, entende-se que os recursos pedagógicos devem ser utilizados com o intuito de potencializar a aprendizagem do estudante. Enfatiza-se que a inclusão destes artefatos no cotidiano do docente deve ser realizada de forma sistemática, uma vez que o uso destes materiais precisa estar devidamente alinhado com o assunto abordado em aula para facilitar a compreensão dos temas por parte do alunado.

Ao estudar sobre o processo de aprendizagem das crianças hiperativas, Cabresté (2010) destacou a significância que os recursos pedagógicos possuem neste processo educacional. Na visão trazida por esta pesquisa, é fundamental que os docentes consigam identificar no estudante traços de sua personalidade que indiquem hiperatividade. Em complemento a esta fala, Connors (2009) diz que as crianças hiperativas tendem a sentir-se presas no ambiente estudantil. É nesse sentido que os recursos pedagógicos podem auxiliar, com vistas a tornar o processo de construção de conhecimentos mais prazeroso e saudável.

Barbosa et al. (2008, p.3) aborda outro aspecto relevante dos recursos pedagógicos, que é a sua acessibilidade, uma vez que seu estudo menciona que “ [...] os recursos pedagógicos podem ser acessados a qualquer momento e em qualquer lugar”. Ao estudar sobre educação ubíqua, estes autores chegaram à conclusão que os recursos pedagógicos podem ser considerados congruentes a esta modalidade de ensino pelo fato de poderem ser acessados de qualquer local. Isto acontece, por exemplo, nos casos em que a aprendizagem ocorre no modelo híbrido ou educação a distância, através de recursos educacionais abertos. Esta é uma vertente de recursos pedagógicos que tem se mostrado bastante presente nos dias atuais a relevância do lúdico no desenvolvimento intelectual das crianças e apontam a necessidade da existência de um espaço físico voltado exclusivamente para este fim. [...] “O lúdico é uma ferramenta didática divertida, prazerosa para se educar, ensinar e aprender. (GUEZZO; ASSIS, 2020,p. 38).

Ao contrário do que possa parecer, as atividades lúdicas podem ser utilizadas além dos

anos iniciais da trajetória escolar do aluno. Conforme aponta o estudo de Oliveira (2020, p.1), o lúdico também pode ser utilizado no ensino de disciplinas, como, por exemplo, a Matemática. Ao invés da fórmula convencional, que é a do uso de seguidas listas de exercício para fixação da matéria, a introdução de aspectos lúdicos nos processos de ensino e aprendizagem pode tornar o aprendizado mais leve, interessante e prazeroso aos estudantes. Cumpre salientar que a introdução de atividades lúdicas na prática docente deve ser devidamente planejada para poder surtir os efeitos esperados correlatos a aprendizagem dos estudantes.

Reis et al. (2019, p.3224) relatam uma forma eficiente de utilização do lúdico na formação de novos leitores: as histórias em quadrinhos. O professor pode utilizar este recurso para alfabetizar suas classes de alunos, os quais podem dar os primeiros passos na leitura juntando as letras contidas nos balões de cada história. Além disso, a utilização deste recurso pedagógico auxilia no desenvolvimento do raciocínio dos alunos, uma vez que toda história segue um roteiro determinado, o qual é composto por princípio, meio e fim. O entendimento desta lógica é relevante para potencializar o intelecto das crianças.

Silva e Lellis (2020, p.1) destacam a relevância do professor na construção de aprendizados sustentados no lúdico. Consoante esta definição, embora o docente reconheça que a ludicidade possui considerável significância no desenvolvimento intelectual das crianças, faz-se necessária a capacitação deste profissional para que a utilização do lúdico como recurso pedagógico possa produzir os efeitos esperados. Dito de outra forma, não basta somente reconhecer a magnitude do lúdico em processos de ensino e aprendizagem: é necessário também saber como utilizar de maneira sistematizada e correta este instrumento no cotidiano docente.

Santos (2020, p.15) narra que os jogos podem ser considerados como ferramentas de promoção do lúdico no contexto da aprendizagem escolar. Mesmo que a instituição não disponha da estrutura necessária para a realização destes jogos, como, por exemplo, uma quadra de esportes ou outro espaço fora dos domínios da sala de aula, os docentes podem (feitas as devidas adaptações), promover jogos que tornem as aulas mais dinâmicas ao estimular o potencial criativo de cada aluno. Cumpre registrar que não somente os professores, mas também pedagogos, coordenadores pedagógicos e todos os demais atores envolvidos no processo de formação de alunos devem reconhecer que a ludicidade exerce grande influência no desenvolvimento mental dos estudantes, principalmente aqueles atuantes nas séries iniciais escolares.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção do desenvolvimento do presente estudo, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica. Entende-se que este tipo de pesquisa é aquela realizada tendo como base material científico publicado em livros, artigos publicados em periódicos e em anais de eventos, além de dissertações e teses (GIL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Para tanto, utiliza-se como abordagem a pesquisa quantiqualitativa. Minayo (2005, p. 101), diz que “[...] dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. A apresentação dos dados desta pesquisa reforça a nossa opção de trabalhar com dados que caracterizam a percepção dos graduandos e após termos analisados os dados verificamos a necessidade de confirmar os dados com docentes na prática. Desta maneira, se destaca os dados numéricos dos dois grupos pesquisado, que foram 10 graduandos e 10 professores que são docentes no momento da aplicação do questionário.

No que se refere a coleta dos dados, optou-se pela elaboração de um roteiro de perguntas com vistas a realização de uma entrevista (GIL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013). O que nos conduziu a um estudo comparativo, pois nos permite analisar as variáveis explicativas do objeto de estudo (VIGOUR, 2005). A população participante desta parte da pesquisa foi composta por 10 professores atuantes no Ensino da Educação Infantil de uma instituição escolar da cidade de Manaus e também por 10 docentes do curso de Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Os dados foram coletados no dia 14 de setembro de 2020 e a forma de organização das respostas obtidas foi a utilização de planilhas eletrônicas. Com base em cada dado coletado, foi possível proceder com a análise dos pontos de vista dos entrevistados a respeito da utilização da ludicidade nos processos de ensino e aprendizagem na Educação Infantil.

4 TABULAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS COLETADOS

Os dados abaixo foram coletados junto a 10 discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Para a coleta de dados, optou-se pela utilização de um questionário (GIL, 2010) composto por 5 questões. As respostas alusivas a estas perguntas foram tabuladas em tabelas com suas respectivas porcentagens. A

elaboração destas indagações e a coleta das respostas buscou detectar os pontos de vista dos respondentes quanto a questão da ludicidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Com relação a pergunta denominada “Qual recurso pedagógico (brinquedo) utilizado pelas crianças para trabalhar o lúdico em sala de aula?”, foram elencadas as seguintes afirmações: a) Brincadeiras e atividades lúdicas; b) Brinquedos, objetos móveis de montar; c) Jogos que proporcionam a aprendizagem prazerosa, e; d) Brincar é uma atividade interna da criança. As respostas para esta pergunta encontram-se evidenciadas na tabela 1.

Tabela 1: Respostas para a pergunta “Qual recurso pedagógico (brinquedo) utilizado pelas crianças para trabalhar o lúdico em sala de aula?”

Qual o recurso pedagógico (brinquedo) utilizado pelas crianças para trabalhar o lúdico em sala de aula?	QTD	%	QTD	%
	Discentes		Docentes	
Brincadeiras e atividades lúdicas.	2	20%	2	20%
Brinquedos, objetos móveis de montar.	6	60%	3	30%
Jogos que proporcionam a aprendizagem prazerosa.	2	20%	4	40%
Brincar é uma atividade interna da criança.	0	0,0%	1	10%
Total	10	100%	10	100%

Fonte: Discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da ESBAM (2020).

Com relação a esta indagação da pesquisa, para 20% dos licenciandos em Pedagogia entrevistados, o recurso pedagógico mais recomendado para trabalhar a questão do lúdico são as “Brincadeiras e atividades lúdicas”, enquanto que para 60% da população consultada compreendem que o caminho mais viável é utilizar “Brinquedos, objetos móveis de montar”. Já os demais 20% dos entrevistados optaram pela resposta denominada “Jogos que proporcionam a aprendizagem prazerosa”. Isso significa que para a maior parte dos sujeitos indagados, o lúdico pode ser incluso nas atividades de ensino e aprendizagem através de brinquedos manuseáveis. Já para os demais licenciandos, a ludicidade pode ser trabalhada através de atividades que despertem nos alunos um senso maior de participação e de socialização (D’ÁVILA, 2014), a exemplo do que ocorre com os jogos e as brincadeiras em grupo.

Já na visão dos docentes, 40% dos entrevistados afirmaram que os jogos propiciam uma aprendizagem prazerosa, consoante os estudos de Carvalho, Vieira e Ramos (2019, p.1).

Assim, estes professores consideram que a ludicidade como instrumento pedagógico pode potencializar a aprendizagem através de um ensino menos focado em formalidades e mais focalizado no estímulo ao brincar. Para 30% dos respondentes, os brinquedos e objetos móveis de montar são um recurso pedagógico relevante, através do qual as crianças podem interagir com artefatos e através dessa interface ter o seu aprendizado estimulado.

Na visão de 20% dos partícipes, as brincadeiras e as atividades lúdicas são uma forma interessante de estimular a prática da ludicidade. Considera-se que isso favorece interação social entre as crianças, bem como o trabalho em equipe entre elas. Para 10% dos docentes respondentes, o brincar é uma atividade interna da criança, o que noutras palavras significa que o papel do docente quanto a prática da ludicidade é estimular um comportamento que já é natural dos estudantes mirins.

Para o questionamento intitulado “Qual a relevância da atividade lúdica no desenvolvimento de uma criança?”, foram idealizadas as seguintes possíveis respostas: a) Para o desenvolvimento cognitivo; b) Desenvolvimento psicológico; c) Desenvolvimento social, e; d) Brincadeiras que façam a criança se sentir bem. Os resultados para esta indagação estão na tabela 2.

Tabela 2 – Respostas para a pergunta “Qual a relevância da atividade lúdica no desenvolvimento de uma criança?”

Qual a relevância da atividade lúdica no desenvolvimento de uma criança?	QTD	%	QTD	%
	Discentes		Docentes	
Para o desenvolvimento cognitivo.	9	90%	5	50%
Desenvolvimento psicológico.	1	10%	0	0,0%
Desenvolvimento social.	0	0,0%	5	50%

Brincadeiras que façam a criança se sentir bem.	0	0,0%	0	0,0%
Total	10	100%	10	100%

Fonte: Discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da ESBAM (2020).

Observa-se que para 90% dos entrevistados, o item mais impactado positivamente no que tange ao desenvolvimento de uma criança através do trabalho com a questão do lúdico é o

desenvolvimento cognitivo. Isso reforça a relevância do lúdico para a potencialização dos processos de ensino e aprendizagem, nos quais a ludicidade pode desenvolver o intelecto da criança, fazendo com que ela aumente sua gama de saberes a respeito do mundo do qual ela faz parte. Já os outros 10% dos entrevistados declararam a resposta “Desenvolvimento psicológico”, o qual indica que a ludicidade pode também auxiliar no controle emocional das crianças, principalmente no que se refere na questão da postura a ser adotada em sala de aula através do respeito tanto com o docente quanto com os demais colegas de turma. Para Pimentel (2008, p.125): “[...] as mudanças nas funções intelectuais podem ser analisadas através da observação das transformações dos planos volitivo e emocional...”.

Na interpretação de 50% dos docentes indagados nesta pesquisa, as atividades lúdicas são significantes para o desenvolvimento cognitivo das crianças, enquanto que para outros 50% consideram a magnitude do lúdico no desenvolvimento das crianças produz efeitos positivos quanto aos aspectos psicológicos. Essas duas categorias de resposta demonstram proximidade com o estudo de Modesto e Rubio (2014, p.2): “Brincar é uma atividade que facilita o desenvolvimento físico, cognitivo, psicológico, estimula o desenvolvimento intelectual, possibilita as aprendizagens”.

Para a questão 3 denominada “O lúdico como estratégia metodológica para o processo de ensino e aprendizagem se torna importante no ensino fundamental é necessário que seja relevante o seguinte fator”, as hipóteses de resposta foram elencadas:

a) O lúdico pode ser considerado educativo quando despertar o interesse do aluno pela disciplina; b) Desvincular um pouco da tendência tradicional, a qual não atende as necessidades a criança nos dias de hoje; c) A educação lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante, e; d) As relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, psicológico e cultural faz-se necessário no ato de educar brincando. O resultado para esta questão está exibido na tabela 4.

Tabela 3: Respostas para a pergunta O lúdico como estratégia metodológica para o processo de ensino e aprendizagem se torna importante na educação infantil é necessário que seja relevante o seguinte fator”

O lúdico como estratégia metodológica para o processo de ensino aprendizagem se torna importante na educação infantil é necessário que seja relevante o seguinte fator?	QTD	%	QTD	%
		Discentes		Docentes

O lúdico só pode ser considerado educativo quando desperta o interesse do aluno pela disciplina.	6	60%	1	10%
Desvencilhar um pouco da tendência tradicional, a qual não atende as necessidades da criança nos dias de hoje.	0	0,0%	0	0,0%
A educação lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante.	2	20%	3	30%
As relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, psicológico e cultural faz-se necessário no ato de educar brincando.	0	0,0%	6	60%
Total	10	100%	10	100%

Fonte: Discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da ESBAM (2020).

Como é possível notar nos dados expostos na tabela 3, 60% dos discentes indagados sinalizaram a resposta “O lúdico pode ser considerado educativo quando desperta o interesse do aluno pela disciplina”. Isso demonstra que para produzir os efeitos esperados, o emprego do lúdico na construção de conhecimentos deve ter por objetivo tornar os alunos mais engajados e interessados em aprender os saberes disseminados em seu processo educacional.

Já 20% dos entrevistados escolheram a opção “A educação lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante”. Isto sugere que ao se trabalhar a questão da ludicidade na educação infantil, torna-se necessário estimular na realização das atividades a junção entre teoria e prática. Dessa forma, os educandos podem compreender de forma mais assertiva o porquê de os fenômenos acontecerem com suas respectivas explicações científicas. Para outros 20% dos licenciandos escolheram como resposta a alternativa “As relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, psicológico e cultural faz-se necessário no ato de educar brincando”, o que sugere que a ludicidade é relevante não apenas no sentido cognitivo, mas também social e psicológico (CADORIN; MORANDINI, 2014; MODESTO; RUBIO, 2014; PIMENTEL, 2008; VYGOSTKY,

1994). Assim, educar brincando pode desenvolver diversos aspectos do educando, o que reforça a relevância da ludicidade nos processos educacionais. No que se refere a visão dos docentes entrevistados, 60% escolheram a opção “As relações múltiplas do ser humano em seu contexto histórico, social, psicológico e cultural faz-se necessário no ato de educar brincando”. Isto indica o caráter multidisciplinar da ludicidade, a qual é capaz de potencializar não somente a questão do intelecto como também aspectos físicos e psicológicos (MODESTO; RUBIO, 2014). Já para 30% dos professores, a opção de resposta “A educação

lúdica integra uma teoria profunda e uma prática atuante” foi a escolhida, o que sugere que a utilização da ludicidade em processos de ensino e aprendizagem é capaz de estimular a participação dos pequenos estudantes, o que pode despertar neles um interesse maior pelos conteúdos disseminados em sala de aula e outras atividades pedagógicas.

Por fim, nesta questão específica 10% dos partícipes optaram pela alternativa “O lúdico pode ser considerado educativo quando despertar o interesse do aluno pela disciplina”. Nesta resposta, o professor demonstra que a inclusão da ludicidade na prática docente só pode ser considerada válida se produzir como efeito a elevação do nível de interesse dos estudantes nas atividades propostas. Tal resultado pode ser alcançado através do planejamento docente e da vivência da ludicidade por parte do professor, o qual precisa participar ativamente dos seus processos de ensino e aprendizagem.

No que tange a pergunta 4, denominada “De acordo com sua vivência no lúdico podemos dizer que o jogo é uma prática e a produção é do saber humano: o que o lúdico desenvolve na criança?” foram consideradas as seguintes respostas: a) Psíquico, psicomotor e cognitivo; b) Raciocínio lógico e atenção; c) Coordenação fina e grossa, e;

d) Compartilhar, respeito e saber. Os resultados para esta indagação estão evidenciados na tabela 4.

Tabela 4: Respostas para a pergunta “De acordo com sua vivência no lúdico podemos dizer que o jogo é uma prática e a produção é do saber humano: o que o lúdico desenvolve na criança?”

De acordo com sua vivencia no lúdico podemos dizer que o jogo é uma prática e a produção é do saber humano: o que o lúdico desenvolve na criança?	QTD	%	QTD	%
	Discentes		Docentes	
Psíquico, psicomotor e cognitivo.	3	30%	5	50%
Raciocínio lógico e atenção.	7	70%	4	40%
Coordenação fina e grossa.	0	0,0%	0	0,0%
Compartilhar, respeito e saber.	0	0,0%	1	10%
Total	10	100%	10	100%

Fonte: Discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da ESBAM (2020).

No ponto de vista de 70% dos entrevistados, o lúdico potencializa a questão do

raciocínio lógico e da atenção na criança (SILVA, 2015) . Isto indica que as atividades lúdicas despertam a atenção e o interesse dos pequenos educandos. Além disso, a realização de atividades que exigem a compreensão da lógica, como, por exemplo, os jogos desenvolvem o intelecto dos estudantes ao estimular o seu raciocínio.

Para 30% dos licenciandos, a ludicidade auxilia no desenvolvimento no desenvolvimento psíquico, psicomotor e cognitivo. Isto sugere que o lúdico pode auxiliar na potencialização tanto do corpo como da mente do aluno. Este desenvolvimento pode ocorrer tanto nos aspectos do comportamento e da aprendizagem como também no que se refere aos movimentos que o aluno faz ao participar de um jogo ou de uma dança.

No ponto de vista dos docentes, 50% dos entrevistados apontam que a utilização do lúdico tem a capacidade de desenvolver os aspectos psíquicos, psicomotores e cognitivos, enquanto que para 40% dos docentes o estímulo se concentra no raciocínio lógico e na atenção (SILVA, 2015). Estes resultados demonstram que os professores indagados reconhecem a relevância da ludicidade no desenvolvimento de múltiplos aspectos da criança. Isto reforça o caráter multidisciplinar do lúdico, uma vez seus benefícios não se restringem apenas ao âmbito do aprendizado, abrangendo também aspectos psicológicos e sociais ((MODESTO; RUBIO, 2014).

Para 10% dos docentes, a ludicidade influencia positivamente no que se refere ao compartilhar, respeito e saber. Essa resposta denota que através da prática do lúdico, os pequenos estudantes podem aprender a partilhar experiências, a respeitar o próximo e a conviver de maneira sadia em grupo.

Para a indagação denominada na tabela 5 “Quais são as principais fontes que o professor utiliza para aumentar seu conhecimento sobre jogos e brincadeiras?”, as respostas consideradas foram: a) As crianças trazem brincadeiras de casa; b) Os colegas professores da aula; c) Livros e outras fontes de pesquisa teórica, e; d) A própria experiência de vida do professor. Os resultados concernentes a esta indagação estão expostos na tabela abaixo.

Tabela 5: Resultados para a pergunta “Quais são as principais fontes que o professor utiliza para aumentar seu conhecimento sobre jogos e brincadeiras?”

Quais são as principais fontes que o professor utiliza para aumentar seu conhecimento sobre jogos e brincadeiras?	QTD	%	QTD	%
	Discentes		Docentes	
As crianças trazem brincadeiras de casa.	2	20%	0	0,0%

Os colegas professores da aula.	0	0,0%	0	0,0%
Livros e outras fontes de pesquisa teórica.	8	80%	10	100%
A própria experiência de vida do professor.	0	0,0%	0	0,0%
Total	10	100%		

Fonte: Discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da ESBAM (2020).

Conforme os dados exibidos na tabela 5, 80% dos discentes e 100% dos docentes, entrevistados mencionaram que procuram em obras literárias e demais fontes bibliográficas para elevar o seu conhecimento a respeito de jogos e brincadeiras a serem empregados nas atividades de ensino e aprendizagem. Isto remete a questão da constante atualização pela qual o professor deve sempre fazer com relação ao desenvolvimento de seus afazeres. De acordo com Devides (2017, p.151): “Muitas vezes preso a um esquema rígido de apostilas e prazos, o docente tem suas escolhas literárias limitadas”. Esta atualização pode ocorrer tanto a respeito da descoberta sobre experiências de sucesso na questão do trabalho com o lúdico em sala de aula como também sobre as dificuldades enfrentadas por outros docentes ao praticarem o lúdico em suas atividades.

Já para 20% dos docentes, as crianças trazem as brincadeiras de casa. Isto deve ser bem trabalhado pelo professor para evitar possíveis casos de discordância entre os alunos com relação a qual brincadeira ou jogo deve ser praticado em sala de aula. Além disso, esta é uma situação que deve ser supervisionada pelo docente, uma vez que a utilização de brincadeiras no ambiente escolar deve ter uma ênfase educativa para evitar que este tipo de atividade se restrinja apenas a questão da diversão e da recreação entre os alunos.

No que tange as respostas dos docentes, para 100% dos professores entrevistados, os livros e outras fontes de pesquisa teórica são considerados como fonte principal para aprendizado e adoção de novas práticas sobre ludicidade. Entende-se que essa unanimidade presente nessa resposta indica que os docentes entrevistados preferem estudar e aprender sobre ludicidade em materiais que possuam base científica consolidada, a qual dá a estes conteúdos um grau maior de confiabilidade e de credibilidade.

Desta forma, tanto docentes como discentes reconhecem que a ludicidade é um significativo recurso pedagógico, o qual pode produzir efeitos positivos nos processos de ensino e aprendizagem na educação infantil. Numa visão geral, os entrevistados concordam que a prática correta da ludicidade pode acarretar em efeitos positivos para os estudantes das séries iniciais da trajetória escolar, os quais se refletem em melhorias nos aspectos cognitivos,

sociais, motores e psicológicos. Assim, há o entendimento que o lúdico pode ser considerado um relevante recurso pedagógico, através do qual os professores podem aperfeiçoar a sua prática docente e contribuir para o desenvolvimento pleno de seu alunado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar sobre a questão da ludicidade nesse estudo representou uma rica oportunidade de aprendizado, tanto no aspecto teórico como também em termos práticos. No prisma teórico, a fundamentação de conteúdo obtida nos estudos pesquisados permitiu compreender de maneira assertiva sobre o significado e a magnitude do lúdico como recurso pedagógico. Já no aspecto prático, a aplicação do questionário com perguntas que remetem a importância e a forma de utilização da ludicidade em processos pedagógicos propiciou depreender sobre o caráter multidisciplinar do lúdico, cujos benefícios não se limitam somente a questão da cognição, abarcando também resultados positivos no que se refere ao âmbito físico, social e psicológico.

O presente estudo demonstrou que na visão dos entrevistados, a utilização do lúdico nos processos de ensino e aprendizagem é um elemento positivo, o qual pode potencializar não somente o aprendizado dos alunos como também outros fatores, como, por exemplo, o lado psíquico, motor e físico. É relevante destacar que os partícipes da pesquisa buscam modelos de implementação de jogos e brincadeiras na literatura que versa sobre este assunto. Isto indica que os entrevistados não consideram a questão da ludicidade como uma mera recreação, mas sim como um instrumento pedagógico capaz de tornar o aprendizado mais leve e menos formal.

Enfatiza-se que a utilização do lúdico como recurso de aprendizagem é uma questão que além de tornar o processo de ensino e aprendizagem dinâmico e atrativo ao alunado pode ser considerado também como uma oportunidade para que o professor possa inovar em suas práticas docentes. É por isso que um dos fatores condicionantes para que a implementação da ludicidade seja exitosa é a participação do professor, o qual além de estimular a imaginação de suas turmas de alunos com as atividades propostas deve também vivenciar a sua própria ludicidade.

Para a sociedade, os resultados obtidos neste estudo não devem representar um fim em si mesmo, uma vez que eles retratam uma realidade específica. É necessário que mais

pesquisas teórico-empíricas sejam aplicadas em outros contextos a respeito do lúdico como recurso pedagógico na Região Norte. Além de reforçar o estado da arte concernente ao lúdico, a realização de demais estudos permitirá compreender as especificidades e principalmente os problemas existentes nos processos educacionais, bem como a dificuldade dos professores em implementar a ludicidade em seus afazeres docentes de ensino.

Pode-se inferir que a prática da ludicidade apresenta pontos positivos tanto para o professor como também para os alunos. O reflexo destas benesses se dá na melhoria do nível de aprendizado dos estudantes, uma vez que o lúdico potencializa o seu aspecto cognitivo. O estudo conclui que quanto mais aprimorada for a instauração das atividades lúdicas nos processos pedagógicos, melhor será o aproveitamento dos alunos no que se refere a assimilação dos conteúdos, o que, por conseguinte, eleva a qualidade da performance profissional do docente em seu campo de atuação.

É de fundamental importância que outros pesquisadores na área de Pedagogia, Educação e Ensino promovam outras pesquisas focalizadas na compreensão do lúdico nas realidades amazônicas. Os resultados atingidos neste estudo retratam uma realidade específica, entretanto, torna-se necessário que mais iniciativas sejam empreendidas para que o debate a respeito da ludicidade em processos pedagógicos seja ampliado e possa abranger outras realidades ainda não exploradas no âmbito educacional.

6 REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.F.; VIEIRA, C.N.M.; MAIS, M.V.C.M. Lúdico, ludicidade e atividade lúdica: *In: Anais.2º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*. Poços de Caldas Minas Gerais, 8 e 9 de junho de 2018.

BARBOSA, D.N.F.; SARMENTO, D.F.; BARBOSA, J.L.V.; GEYER, C.F.R. Em direção a educação ubíqua: aprender sempre, em qualquer lugar, com qualquer dispositivo. **Novas tecnologias na Educação**, v.6, n.1, p.1-11, 2008.

BUSCARATTO, C.E. Contação de história como forma terapêutica na recuperação de crianças e adolescentes em um hospital de Santa Catarina. **Revista de Extensão da UNIVASF**, v.8, n.1, p. 2020.

CABESTRÉ, G. **Hiperatividade**: o que acontece na sala de aula? Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2010.

CADORIN, C.T.; MORANDINI, L.P. Olhar psicopedagógico na prática da ludicidade. **Revista de Educação do IDEAU**, v.9, n.20, p.1-13, 2014.

CARVALHO, J.G.N.; RAMOS, N.F.V.; RAMOS, A.B.B. O lúdico como método

essencial para o processo de aprendizagem no ensino fundamental. *In: Anais...VI CONGRESSO INTERNACIONAL DAS LICENCIATURAS – COINTER – PDVL 2019*. Instituto Despertando Vocações, Recife, de 2 a 5 de dezembro de 2019.

CAVALCANTE, K.V.; LOPES, F.V.; TASHIRO, M.M. Ludicidade na sala de leitura como forma de inclusão para as crianças da Casa Vhida em Manaus/AM. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v.4, n.1, p.184-198, 2017.

CONNERS, C.K. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**: as mais recentes estratégias de avaliação e tratamento. 3ª ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

D'ÁVILA, C.M. Didática lúdica: saberes pedagógicos e ludicidade no contexto da educação superior. **Revista Entreideias**, v.3, n.2, p.87-100, 2014.

DEVIDES, D.C. Ludicidade e leitura: experiência estética e fruição em obras literárias adaptadas para videogames. **Revista Ribanceira**, p.150-166, 2017.

FERRARI, K. P. G.; SAVENHAGO, S. D.; TREVISOL, M. T. C. A contribuição da ludicidade na aprendizagem e no desenvolvimento da criança na educação infantil. **Unoesc & Ciência – ACHS**, v. 5, n. 1, p. 17-22, jan./jun. 2014.

FORTUNA, T. R. **A formação lúdica docente e a universidade**: contribuições da ludobiografia e da hermenêutica filosófica. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEZZO, P.R.; ASSIS, V.B. Hora de brincar! Onde e como estão sendo utilizados os espaços lúdicos na educação infantil? **Revista Educação Online**, v.33, p.92-113, 2020.

LEAL, L.A.; D'ÁVILA, C.M. A ludicidade como princípio formativo. **Interfaces Científicas, Educação**, v.1, n..2, p. 41-52, 2013.

LIMA, M.L.R.; OLIVEIRA, R.M.V.; MENEZES, C.S.M. Sequência didática: planejamento e desenvolvimento de atividades lúdicas no ensino de Ciências. *In: Anais. CONGRESSO NACIONAL DE BIÓLOGOS*, João Pessoa, Paraíba, v.8, p.132-139, 16, 17 e 18 de maio de 2018.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física**: recursos pedagógicos II. Brasília: Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2007.

MINAYO, M.C.S. et al. Métodos, técnicas e relações em triangulação. *In: MINAYO, M.C.S. et al. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos*: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MODESTO, M.C.; RUBIO, J.A.S. A importância da ludicidade na construção do

conhecimento. **Saberes da Educação**, v.5, n.1, p.1-16, 2014.

MOTA, L.K.L.; RAMIRES, C.R. Educação infantil indígena e a ludicidade: a percepção de agentes escolares na aprendizagem da criança. *In: Anais. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM SOCIEDADE E CULTURA NA PAN-AMAZÔNIA*. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 21 a 23 de novembro de 2018.

OLIVEIRA, J.C. O lúdico como metodologia no ensino da Matemática: uma proposta de ensino. **Educandi & Civitas**, v.3, n.1, p.1-11, 2020.

PIMENTEL, A. A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, v.26, p. 109-133, 2008.

PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho científico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

REIS, J.P.; PEIXOTO, P.R.; SILVA, T.M.; MONTEIRO, T.M. Utilização da história em quadrinhos como uso pedagógico no processo de alfabetização e formação do leitor. **Revista Philologus**, v.25, n.75, p.3224-3238, 2019.

SANTOS, E. A. C. O lúdico no processo ensino-aprendizagem. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidad Tecnológica Intercontinental, Assunção, 2010.

SILVA, L.M. Ludicidade e Matemática: um novo olhar para aprendizagem. **Psicologia & Saberes**, v.4, n.5, p.10-22, 2015.

SILVA, A.I.; LELLIS, I.L. Atividades lúdicas em instituição de acolhimento: o olhar do educador/cuidador. **Revista Pedagógica**, v.22, p.1-22, 2020.

SOARES, M.C.; LANES, K.G.L.; LANES, D.V.C.; COPETTI, S.L.J.; FOLMER, V.; PUNTEL, R.L. O ensino de Ciências por meio da ludicidade: alternativas pedagógicas para uma prática interdisciplinar. **Revista Ciências & Ideias**, v.5, n.1, p.83-105, 2014.

VYGOSTKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

VIGOOUR, Cécile. A comparação das ciências Sociais: pesquisa e método. Paris: La Découver, 2005.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S): CONTRIBUIÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

JÉSSICA BEZERRA DA SILVA*

LUCILENE PACHECO SANTOS**

Escola Superior Batista do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.

Resumo: Esta pesquisa é sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), teve por objetivos refletir sobre as TIC's no processo de ensino aprendizagem das alunos do ensino fundamental; identificar o que são essas tecnologias, bem como a importância do uso destas ferramentas no cotidiano escolar. Considera-se o estudo realizado inscrito na metodologia de caráter bibliográfico e em campo com duas escolas uma de rede pública e outra de rede privada com duas turmas de 1º ano do Ensino Fundamental. A base teórica foi principalmente em Alves (2009) e Veraszto, Estéfano. Vizconde et al (2008). Quanto as discussões dos resultados ficou o entendimento que as TIC's em contextos educacionais público e privado apresentam desafios preponderantes que vão desde ao uso das tecnologias até a formação docente para uso das mesmas. Concluiu-se que as mudanças sobre o uso das TIC's e a educação tecnológica com o uso das mídias digitais influencia na construção de novas tendências da educação e uma aprendizagem significativa deste mundo cada vez mais digital.

Palavras-Chave: Tecnologias. Informação. Comunicação.

Abstract: This research is about the use of Information and Communication Technologies (ICTs), its objectives were to reflect on ICTs in the teaching-learning process of elementary school students; identify what these technologies are, as well as the importance of using these tools in everyday school life. The study carried out is considered inscribed in the bibliographic methodology and in the field with two schools, one in the public and the other in the private network, with two classes of 1st year of Elementary School. The theoretical basis was mainly in Alves (2009) and Veraszto, Estéfano. Vizconde et al (2008). Regarding the discussions of the results, it was understood that ICT's in public and private educational contexts present preponderant challenges, ranging from the use of technologies to teacher training to use them. It was concluded that changes in the use of ICTs and technological education with the use of digital media influence the construction of new trends in education and a meaningful learning in this increasingly digital world.

Keywords: Technologies. Information. Communication.

*Graduanda do Curso de Pedagogia ESBAM, professora auxiliar na Escola Lato SENSU. E-mail: jessicabezrra@outlook.com

**Mestre em Educação pela Universidade Federal do Amazonas. Trabalha na Formação Continuada de Professores(as) da Rede Pública Municipal de Educação Semed/Manaus/Am. e-mail: lucilene.santos@esbam.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Com a rápida e crescente comunicação tecnológicas nas últimas décadas no ambiente educacional as tecnologias estão cada vez mais presentes na vida das crianças, jovens, adultos e pessoas idosas principalmente na obtenção de informações. Desse modo, os avanços tecnológicos propicia mudanças que interferem amplamente na educação em todos os níveis.

Assim, as tecnologias da informação e comunicação impulsionam a expansividade do desenvolvimento e renovação de materiais instrucionais apontando novas maneiras de interação, levando em consideração todo tipo de avanço tecnológico no processo de ensino aprendizagem, é indispensável investigar como tais mecanismos estão sendo utilizados e tratados nas escolas e quanto ao seu uso nas disciplinas.

A introdução das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano escolar proporciona a obtenção de esclarecimentos ao seu ponto de início, origem e aplicação com a temática desenvolvida nas mais diversificadas disciplinas. Entendendo que as tecnologias da informação são maneiras de produzir, armazenar, propagar e exibir a informação, essas tecnologias de comunicação são as formas de transmitir a informação englobando algumas das mídias mais tradicionais de rádio, televisão entre outros.

Justifica-se a relevância desse estudo a partir de observações durante o Estágio Supervisionado Anos Iniciais do Ensino Fundamental I, e também na atuação de professora auxiliar em turma do 1º EFI. Percebeu-se o quanto é necessário conhecimentos a respeito das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), a sua importância em processo de aprendizagem das crianças quando utilizadas em recursos pedagógicos.

Por isso, diante da necessidade de se conviver com a TIC na educação é imprescindível analisar e refletir sobre a mesma mediante a aplicação adequada dessas tecnologias ao aprendizado do aluno. Um dos desafios na educação escolar contemporânea, está na carência de ampliação do uso desses recursos, considerando que nossos discentes

estão cada vez mais envolvidos por tecnologias educacionais.

E, por estes recursos estarem presentes no dia a dia dessas crianças em fase de alfabetização partimos do seguinte problema: Qual o impacto da prática do uso das tecnologias da informação e comunicação como instrumento de alfabetização? A hipótese para a problemática apresentada pode estar relacionada com a conciliação de investimento, formação, motivação e uso das tecnologias que podem trazer proveitos na formação do aluno.

Assim sendo, este trabalho torna-se importante no âmbito científico por considerar questões relevantes na pedagogia no que se diz respeito às TIC's acerca do uso das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem no 1º ano dos anos iniciais. Para contexto acadêmico o trabalho torna-se relevante por ser mais uma fonte de pesquisa atual enriquecida por aportes teóricos e literaturas e contribui de maneira significativa para promover reflexões acerca do tema.

O trabalho tem como objetivo geral: conhecer sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) e sua contribuição no processo de ensino aprendizagem no 1º ano dos Anos Iniciais. De modo a dar resposta a questão da investigação, os objetivos específicos: identificar tecnologias utilizadas no cotidiano escolar e analisar a aplicabilidade prática das (TIC's) como instrumento de ensino aprendizagem no 1º ano do Ensino Fundamental I.

O método de pesquisa utilizado foi qualitativa e as técnicas para levantamento de dados foi primeiramente de base teórica, no aporte teórico recorreu-se as teorias de Levy (1999), Lakatos, Marcone (2001), Fialho, Machado (2017), e também documentos oficiais publicados pelo Ministério de Educação relacionado às TIC's. Para coleta de dados foi realizada mediante método observacional em duas escolas de Manaus uma escola da rede pública e uma da rede privada, a qual vou denominar de X e Y respectivamente. O universo da pesquisa foi 02 turmas do 1º ano do Ensino Fundamental I, sendo uma da rede pública no turno matutino e a rede privada do turno vespertino. Segundo GIL, 2008, apud PRODANOV; FREITAS Prodanov e Freitas (2013): O método observacional é um dos mais utilizados nas ciências sociais e apresenta alguns aspectos interessantes. “Por um lado, pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.” (p.37)

O estudo realizado desta pesquisa considera-se inscrito na metodologia de caráter bibliográfico, participativa e em campo. Segundo Gil (2002): A pesquisa participante, por sua

vez, envolve a distinção entre ciência popular e dominante. Esta última tende a ser vista como uma atividade que privilegia a manutenção do sistema vigente e a prima como o próprio conhecimento derivado do *sensu comum*, que permitiu ao homem criar, trabalhar e interpretar a realidade sobretudo a partir dos recursos que a natureza lhe oferece. (p.56).

A observação participante supõe a interação pesquisador/pesquisado. As informações que obtém, as respostas que são dadas às suas indagações, dependerão, ao final das contas, do seu comportamento e das relações que desenvolve com o grupo estudado. Uma autoanálise faz-se, portanto, necessária e convém ser inserida na própria história da pesquisa. A presença do pesquisador tem que ser justificada e sua transformação ou seja, por mais que se pense inserido, sobre ele paira sempre a "curiosidade" quando não a desconfiança." Com o objetivo de coletar informações sobre a temática Tecnologias da Informação e Comunicação através da observação em duas escolas de Manaus/AM, de forma atender qualitativamente acerca do tema em questão. Segundo Prodanov e Freitas (2013):

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá como primeiro passo, para sabermos em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo, permitirá que estabeleçamos um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma, auxiliará na determinação das variáveis e na elaboração do plano geral da pesquisa. (p.59).

O artigo está estruturado da seguinte forma, na sessão 1 apresentamos o estudo: *Tecnologia da Informação e da Comunicação: um olhar científico*; na sessão 2 *Tic's instrumento de ensino aprendizagem na alfabetização*, onde busca-se compreender como a educação se configura as novas tecnologias, os seus benefícios no contexto escolar, a relação a essas mudanças e como influenciam no processo de ensino aprendizagem; e na 3 sessão: *As TIC's em contextos público e privado: desafios no uso das tecnologias*.

2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: *um olhar científico*

Conceituar tecnologia nos implica a conhecer inicialmente o percurso da sociedade nas últimas décadas ou até mesmo buscando ir mais a fundo a fim de identificar a gênese da construção desse conceito. Ou seja, podemos conceituar tecnologia como o “estudo da técnica”, dos meios de manipulação, como por exemplo, o controle do fogo, que se culminou em novos métodos para sobrevivência do homem na pré-história.

A tecnologia é uma ampliação da inteligência do homem pela capacidade de pensar, se

comunicar, manusear objetos e salvar informações. Não é apenas uma área ligada a construção de recursos midiáticos, mas sim, uma ciência que contribui para o desenvolvimento de novas técnicas para a sociedade, ou seja, estuda a evolução histórica das técnicas desenvolvidas pelo homem, compreendidos em cada contexto histórico-social. (VERASZTO... *et. al.*, 2008).

A construção de recursos midiáticos, parte muito do senso comum ao descrever que tecnologia são recursos de mídia digital. Neste sentido, quebrar essa percepção comum sobre tecnologia nos direciona para o conceito do que é digital. No campo da informática, esse conceito se figura em algo complexo, determinado por pequenos dígitos, ou pequenas contagens discretas que se associam ao mundo virtual.

Pierry Levy (1999) chamou de Ciberespaço ou “rede”. Dessa forma, o termo digital se refere ao meio de interagir com os dedos no mundo virtual, originando assim cibercultura, um neologismo representado o meio de práticas e técnicas, que envolve a sociedade em um mundo virtual.

O referido autor ainda complementa: Um mundo virtual, no sentido amplo, é um universo de possíveis, calculáveis a partir de um modelo digital. Ao interagir como o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletivas. (1999, p. 75).

O novo paradigma da sociedade é fundamental para a construção do conhecimento científico no campo da educação e da sociologia, voltada a conhecer esse novo mundo onde sujeitos estão interligados pelo mundo virtual, através de recursos interativos que reforçam um novo conceito de sociedade. Dessa maneira, configura-se elevado volume de informações, onde o conhecimento científico torna-se acessível para quem pode ter acesso.

A era da globalização fez com que os indivíduos se impregnassem das mais variadas informações sejam elas verdadeiras ou falsas. Onde as relações afetivas são através de “likes”, cancelamentos, comentários e compartilhamentos, estruturadas e um espaço virtual, que cresce, tornando diferentes sociedades amplamente ancoradas a era digital para interagir com o mundo.

2 TIC's: INSTRUMENTOS DE ENSINO APRENDIZAGEM NA

ALFABETIZAÇÃO DIGITAL

A sociedade atual se caracteriza pela inovação das tecnologias de informação e da rápida crescente comunicação. Tais avanços tecnológicos proporcionam transformações que estão influenciando amplamente a educação em todos os níveis, etapas e modalidades, abrindo oportunidade para enriquecer, integrar e expandir os materiais instrucionais, apresentando novas maneiras de interação, de forma que as perspectivas são de um aumento cada vez maior das mídias digitais no processo de ensino aprendizagem. (ALVES, 2009).

Para que ocorra uma alfabetização digital, torna-se preciso a leitura e a escrita por meio de equipamentos digitais, computador, celular, *tablet*, no qual o sujeito fará uso de linguagem e recursos que promovam através dos signos e gestos a elaboração de trabalhos que sejam capazes de ser disseminados, vinculados, propagados como também armazenados. A alfabetização digital é definida por um aprendizado que implica signos linguísticos, conjuntos de linguagem verbal e não verbal que possibilita o indivíduo aprimorar práticas de leitura e escrita em ferramentas digitais. Desse modo, refere-se a uma alfabetização realizada a partir de recursos tecnológicos incluído no letramento digital. As ferramentas digitais oferecem novas formas de registros sociais da escrita e na forma como se lê os textos especialmente devido a hipertextualidade.

Segundo TAKAHASHI (2000), o termo “Alfabetização Digital” é usado para dar significado por exemplo: É imprescindível promover a alfabetização digital, que proporcione a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da internet, mas também que capacite as pessoas para a utilização dessas mídias em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania. (p.31).

Sendo assim, um indivíduo alfabetizado digitalmente deverá ser apto de, a partir das informações alcançadas terem a capacidade de identificar, analisar e utilizar efetivamente a essas informações. De possuir uma postura crítica e diferenciada em frente a um universo de informações que está amostra diariamente, para arruma-las, emprega-las, relacionando-se com o outro, buscando desempenhar seu papel de cidadão ativo na sociedade.

A incorporação das tecnologias de informação e comunicação na escola é uma resposta as novas demandas sociais advindas com a emergência da chamada sociedade da informação. (ALVES, 2009). Uma resposta prática que, instaura um movimento multidirecional que não ocorre sem desacordo entre diversos polos, tais como: resistência e adaptação. Considerando que as mídias estão cada vez presentes no cotidiano das crianças e

adolescentes, revela-se a necessidade de utilizarmos a mídia para desenvolver o pensamento reflexivo sobre o que se lê, ouve e acompanha-se nas mídias atuais.

Fala-se muito das novas tecnologias na educação atualmente, mas uma questão significativa e indispensável é que é relevante que a partir do nosso entendimento a respeito de tecnologias que possamos abrir essas discussões na escola tendo em conta que a ampliação deste tema é fundamental, afim de que se proporcione as crianças uma relação crítica com elementos transmitidas nas mídias. Nesse caso, insere-se a necessidade de especificar-se as Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's, no ponto de vista de forma que a partir da concepção das suas finalidades e suas implicâncias na sociedade, se dê uma aplicação e inclusão no campo educacional.

De acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares - PCN, a inclusão das Tecnologias da Informação e Comunicação - é fundamental que ocorra, e esta relação no cotidiano das escolas implica em: O maior problema não diz respeito à falta de acesso e informação ou as próprias tecnologias que permitem o acesso, e sim à pouca capacidade crítica e procedimental para lidar com a variedade e quantidade de informações e recursos tecnológicos. (1998, p. 139).

Ao mesmo tem tempo que consideramos o quanto as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) cooperam para uma aprendizagem enriquecedora para a criança, citamos a importância do uso consciente destes meios, no sentido de problematizar acerca do que causa a sociedade, quanto a isso buscaremos explicar o que tange as tecnologias de informação e comunicação a sua utilização no processo educacional. Visto que a escola deve acompanhar da mesma forma estas mudanças, na direção de aprimorar e habituar-se a estes novos recursos em seu contexto, utilizando-as de modo a proporcionar uma educação formativa de qualidade tanto nas suas práticas, quanto nos processos de ensino e aprendizagem.

Em relação a isso, referenciamos Lopes, Coutinho e Caviccholi (2010): Tendo em vista o cenário da sociedade contemporânea, para que a escola cumpra seu papel social é necessário saber empregar e problematizar a relação entre os jovens e os meios de comunicação, visto as grandes transformações que as novas mídias e aparatos midiáticos vem impondo a esses sujeitos. (p.5).

Nesse sentido, o uso das TIC's no contexto escolar deve objetivar tanto a leitura de mundo contemporâneo quanto à reflexão que tais informações e compartilhamentos dos dados usados pelos professores. É um método importante contextualizar o conteúdo ministrado em

sala de aula, mas não no sentido de torna-lo verdade absoluta e sim um ponto de partida para análises maior das crianças e adolescentes atendidos no Ensino Fundamental. Toda forma de comunicação é considerada como tecnologia da informação, podemos afirmar ainda que o processo de ensino e aprendizagem é definitivamente marcado pelo uso dessa tecnologia, ainda que os educadores utilizem apenas a voz para a transmissão de informações aos seus alunos.

É válido ressaltar que estas mídias estão presentes no cotidiano dos alunos, portanto é papel do professor planejar a melhor forma de introduzir a utilização de tais tecnologias de forma relevante aos alunos para que possam identificar as inúmeras influências que cada “divulgação” acarreta ao público que acompanha as informações divulgadas.

Considerando o que acima foi dito, destacamos que as novas tecnologias, formas de compreender, e competências exigidas no trabalho pedagógico: são necessárias e fundamentalmente, é necessário formar continuamente o novo professor para atuar nesse ambiente tecnológico, em que a tecnologia serve como intercessor do processo ensino-aprendizagem. (OLIVEIRA, MOURA, SOUZA, Sem ano, p.84).

A classe docente deve estar em constante processo de formação, para que possa impulsionar um processo de ensino e aprendizagem que acompanhe aos avanços tecnológicos. Destacamos aqui a utilização das mídias como aliadas na organização dos conteúdos e atividades a serem desenvolvidas. O professor não se limitar apenas ao uso do livro didático, visto que estamos convivendo uma era tecnológica. E, portanto, torna-se fundamental empregar as mídias no contexto educacional.

É notória a necessidade de mudanças principalmente em âmbitos escolares, pois: Tendo a escola como um dos principais espaços de construção em reconstrução de conhecimento parece inquestionável que ela acompanhe as transformações ocorridas na sociedade para que sua ação seja significativa e verdadeira, já que não se pode ignorar a importância da mídia para as experiências e formação de opiniões e comportamentos dos indivíduos na sociedade atual. (LOPES, COUTINHO, CAVICCHIOLLI, 2010, p.2).

Sendo a escola um espaço de formação é essencial utilizar as informações e tecnologias da comunicação, compreendendo o papel da escola como mediadora do conhecimento científico com o senso comum, fazer uso das mídias como aliadas nesse processo tende a favorecer tanto a ampliação de leitura de mundo quanto desenvolvimento do senso crítico dos alunos. Contudo, isso depende da forma que o professor opera essas mídias em sala.

Quanto aos benefícios das TIC's destaca-se: A utilização adequada destas tecnologias estimula a capacidade de desenvolver estratégias de buscas; critérios de escolha e habilidades de processamento de informação, não só programação de trabalhos. Em correlação a comunicação, induz o desenvolvimento de competências sociais, a capacidade de comunicar efetiva e coerentemente, a qualidade de apresentação, escritas das ideias, permitindo a autonomia e a criatividade. (OLIVERIA, MOURA, SOUZA, Sem ano, p.84).

Nesse contexto, ressaltamos as potencialidades educacionais destes meios, visto dentre as propostas que se pode fazer encontra-se a utilização dos recursos tais como televisão, rádio, internet etc., que referencie uma perspectiva de ensino que contemple sua realidade, visto que a criança atualmente encontrase inserida num contexto onde as TIC's se fazem presente em seu cotidiano, sendo assim, acreditamos ser fundamental para um ensino significativo.

O professor deve utilizar os saberes das crianças como ponto de partida, considerando que a aprendizagem não acontece somente em sala de aula, pois trata-se de uma ação conjunta com a escola, no sentido que envolva toda a comunidade escolar. Assim sendo, lidar com as TICs não é somente papel do professor, mas da escola.

Circular informações fazer manuseio dessas tecnologias requer recurso que isoladamente o professor não pode dar conta. Pois há o desafio de utilizar a mídia no cotidiano da escola, para uma prática reflexiva e que digamos socialmente a utilização destas mídias e pensemos nossa relação com a mesma, além de problematizar o sentido destas estruturas e suas determinações.

A necessidade das TIC's no ambiente educacional, se confirma uma vez que se encontram grandes possibilidades quanto ao processo de educação e contribuem ao proporcionar auxílio, porém, referencia-se que o educador se permita ao “novo desconhecido” nas tecnologias educacionais. Estude e permita-se navegar ao sabor da internet interagir com os infinitos aplicativos que facilitam aprendizagem.

Que conheça as funções, e realize a mediação necessária ao ato de ensinar aprender a partir do uso de novas tecnologias. A propósito ressaltamos pontos importantes relacionado ao direito a Educação Tecnológica presente na LDBEN 9.394/96:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1o Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por

eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2o A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III– de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3o Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (LDB, 2017, p.31-32).

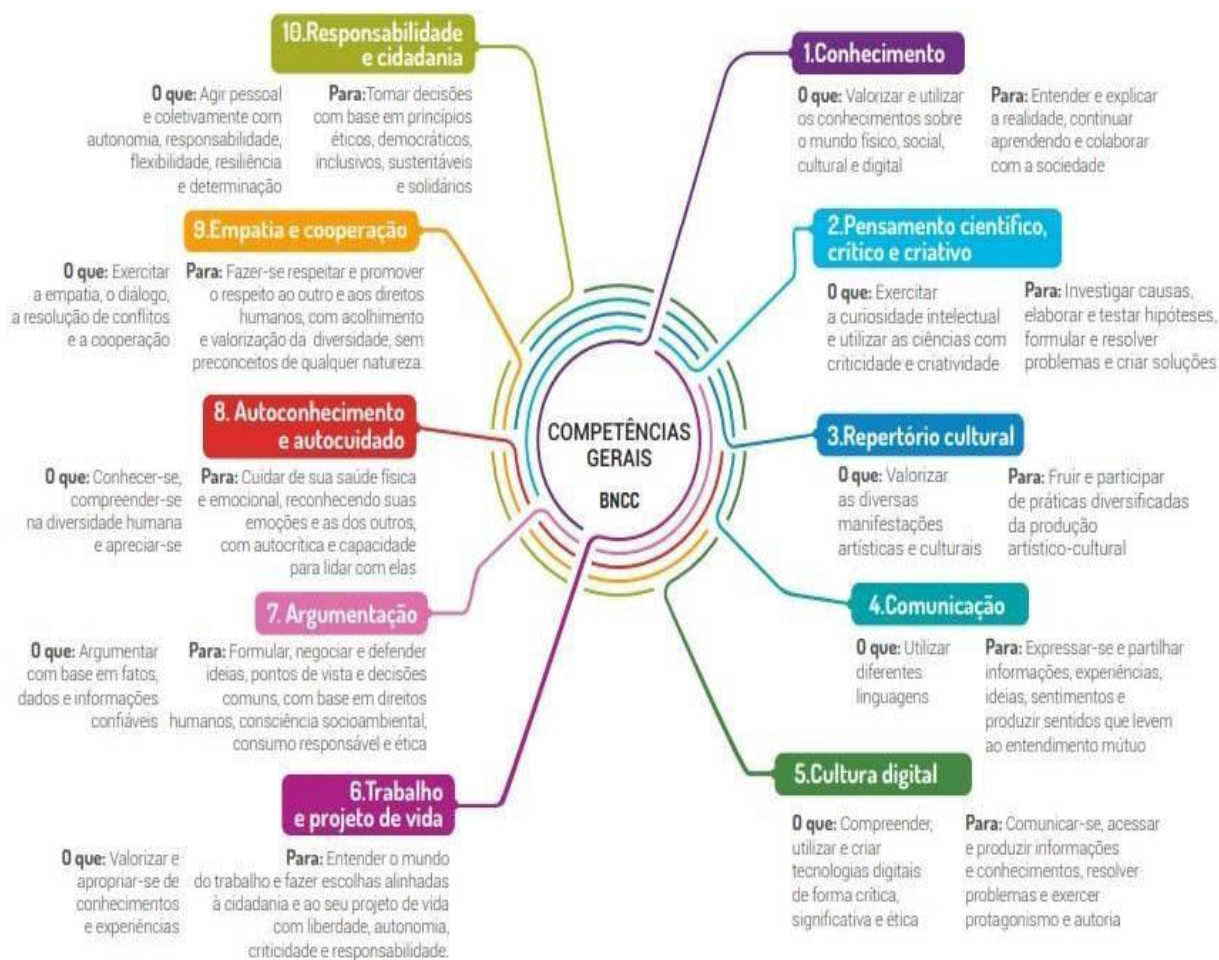
Para compreendermos o que é educação tecnológica e como esse aspecto é trabalhado na educação brasileira, apontamos aqui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que a “a sociedade contemporânea está fortemente organizada com base no desenvolvimento científico e tecnológico.” (BRASIL, 2016, p.321).

Destaca-se aqui as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as quais objetivam propiciar aprendizados que favoreçam transformações reais a partir de:

- a. Conhecimento
- b. Pensamento Científico crítico e criativo 3- Repertório Cultural
- 4- Comunicação
- 5- Cultura Digital
- 6- Trabalho e projeto de vida 7- Argumentação
- 8- Autoconhecimento e autocuidado 9- Empatia e cooperação
- 10-Responsabilidade e Cidadania

A seguir apresenta-se uma imagem que exemplifica **o que e para que** em cada uma das 10 competências gerais que dever ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, pois mobiliza diferentes conhecimentos nas dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais. A partir disso, estudantes podem desenvolver suas habilidades com base em práticas cognitivas e socioemocionais tão essenciais ao fazer cotidiano e que se estende ao mundo do trabalho.

Figura 1 – Competências Gerais da BNCC



Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Ao analisarmos a imagem acima é possível observar que todas as Competências apresentadas se correlacionam com as Tecnologias. Mas, entre estas destaca-se as Competências: 01 Conhecimento: Valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar

com a sociedade. A 04 Comunicação: Utilizar diferentes linguagens para expressar-se e compartilhar informações, experiências, ideias, sentimentos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. E a 05. Cultura digital com o objetivo de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de forma crítica, significativa e ética, para comunicar-se e produzir informações e conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria.

Mostra a importância para o desenvolvimento dessa área da educação. O documento descreve sobre o cenário da realidade, afirmando que a “ciência e tecnologia vêm se desenvolvendo de forma integrada com os modos de vida que as diversas sociedades humanas organizaram ao longo da história.” (BRASIL, 2016, p. 321).

A BNCC destaca ainda aspectos que cada área do conhecimento tem como currículo escolar e a sua prática pelos professores da educação básica. Para a Língua Portuguesa, evidencia que o uso de mídias digitais para produção textual com o uso de “software, inclusive programas de edição de texto, para editar e publicar os textos produzidos, explorando os recursos multissemióticos disponíveis.” (BNCC, 2016, p. 95).

Na disciplina de Artes, o objetivo é “identificar e manipular diferentes tecnologias e recursos digitais para acessar, apreciar, produzir, registrar e compartilhar práticas e repertórios artísticos, de modo reflexivo, ético e responsável.” Em Ciência o objetivo é “analisar historicamente o uso da tecnologia, incluindo digital, nas diferentes dimensões da vida humana, considerando indicadores ambientais e de qualidade de vida.” (BRASIL, 2016, p. p. 211 e.347).

Na Matemática a BNCC destaca sobre o conhecimento das tecnologias relacionados aos conteúdos sobre grandezas e medidas, com uso de mídias como prática pedagógica. Diante disso, a Educação Tecnológica não se direciona apenas para a formação complementar da educação técnica e profissional, mas também destaca sobre o uso das mídias tecnológicas para a educação básica, direcionando o aluno ao mundo científico em relação ao avanço tecnológico. E em História e Geografia, é “identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes contextos,” (BNCC, 2016, p. 411).

Dessa forma o que a BNCC nos diz é que o uso das TIC's perpassam por todas as áreas conhecimento para que possamos abranger, utilizar e criar as tecnologias de informação e comunicação de forma significativa, crítica, reflexiva e ética nas práticas escolares e sociais e as competências propostas ressignificam não somente currículos escolares, mas, sim a postura

do docente diante das tecnologias. De maneira para que o professor possa ajudar o aluno a produzir conhecimentos, se comunicar, ter acesso e disseminar informações, resolver os problemas e ajudar ao aluno a pôr em ação a sua concepção na vida pessoal e coletiva.

3 As TIC's em contextos público e privado: desafios no uso das tecnologias

ANALISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A pesquisa se deu em duas escolas de Manaus, as quais denomina-se aqui de escola **X rede pública e escola Y rede privada** nas escolas pesquisadas os recursos identificados relacionados às TIC's estavam presentes no laboratório de informática. Os recursos existentes eram computadores, *tabletes*, projetores (data show) e as escolas possuíam acesso à internet.

As observações basearam-se partir de procurar responder as seguintes questões: A escola possui recursos e mídias tecnológicas como material pedagógico? Os professores utilizam recursos tecnológicos? Observou-se as atividades dos profissionais e alunos da escola, se os mesmos utilizavam o espaço de laboratório de informática, a **Escola X** possui um programa criado pela escola com o principal objetivo de incentivar o desenvolvimento e processo de formação aos alunos que assegure uma educação de qualidade e refletir que o espaço físico da escola deve preparar-se de forma que considere as transformações na sociedade, no que se refere as

TIC's tem forte presença na vida dos professores e alunos. No dia qual da observação havia atividade no laboratório de informática, porém com recursos limitados pois na escola não tinham computadores disponíveis para todos os alunos, alguns computadores estavam com defeitos, ou faltando peças como cabos, mouse, teclado entre outros, dessa forma foi organizado 3 alunos por computador para que o professor pudesse dar continuidade a aula aos alunos, dando importância dos recursos tecnológicos no processo de ensino aprendizagem, sendo um diferencial no trabalho realizado pelos professores nas suas práticas pedagógicas.

No cronograma da escola X a turma do 1º ano EF1 teria que ter aula de informática uma vez na semana, mas na prática isso não acontece por falta de equipamentos, peças, estrutura da sala de informática, e precariedade em recursos básicos como por exemplo ar condicionado com defeito. Nos demais dias procuramos observar se esses recursos tecnológicos estão presentes em sala de aula como ferramenta para aprendizagem dos alunos.

A escola possui uma carência de acesso aos equipamentos e tem baixa velocidade de conexão à internet. Alguns professores tem aversão à essas tecnologias, pois há falta de capacitação específica para as tecnologias na formação dos discentes para que eles possam usar pedagogicamente estas tecnologias em sala de aula. Os mesmos sentem dificuldade em aliar o uso das tecnologias as práticas pedagógicas, pois os recursos didáticos que a escola dispõe são limitados e não são suficientes para que os professores possam planejar uma aula lúdica para os alunos. E, apesar dos professores considerarem efetivo o uso das tecnologias como ferramenta de aprendizagem, os mesmos não usavam a tecnologia como suporte em sala de aula. **Observamos na escola Y** a ação dos profissionais e alunos da escola, os mesmos não utilizavam o espaço de laboratório denominado sala google, pois a escola Y possui uma metodologia tradicional com o foco em resultados de aprovação, embora a mesma possua recursos tecnológicos como computadores, tablets, data show e acesso à internet, no 1º ano EF não é considerada as metodologias ativas³.

Nessa escola tem os recursos tecnológicos, mas, os mesmos não são utilizados como ferramenta de ensino em sala de aula e não há a prática do uso destas tecnologias na formação dos alunos do 1º ano EF. Por isso, faz, parte dos conhecimentos dos professores a importância do uso destas ferramentas no processo de ensino aprendizagem no dia a dia dos alunos.

Em contrapartida, os alunos do 1EF da escola Y tem disciplina de robótica que se dá 2 vezes ao mês, o professor usa uma metodologia que se dá de forma repetitiva os alunos manuseiam um objeto robô nomeado de abelhinha, a aula prática se dá de forma lúdica com o objetivo de ensinar os alunos a direção dos objetos, como exemplo: ensinar o que é direita e esquerda, ir para frente ou para trás somente isso.

³ Metodologias ativas são processos de aprendizagens em que os alunos participam ativamente da construção do conhecimento. Exemplos: ensino híbrido, aprendizagem baseada em problemas (apb), gamificação.

Podemos observar que além de ser o único contato de uso com a tecnologias de gamificação e a potencialidade desse recurso é limitado em sala de aula.

Nos demais dias da observação, pudemos perceber que por ser uma escola que possui uma metodologia tradicional, os alunos do 1EF possuem uma mesma rotina que é seguida todos dias. Pode-se observar que os mesmos não tem acesso as tecnologias nem os professores, o uso de celular é proibido na escola, o modelo de ensino é a forma de repetição.

Há uma dependência do aluno em relação ao professor, no que diz respeito ao uso de

tecnologias como ferramenta de ensino aprendizagem esses recursos só são utilizados pelos professores em sala de aula a partir no ensino fundamental II, porém esses recursos são usados somente pelos professores em sala de aula quando constado no plano de aula. Neste caso, no que diz respeito às TIC'S elas encontram-se forte presença na vida dos docentes apenas, para a realização de planos de aula e afins.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais contribuições das TIC's e o seu uso para o crescimento e desenvolvimento dos alunos das séries iniciais, quando ocorreu a suspensão das aulas presenciais em meados de março de 2020, devido a pandemia de corona vírus. Uma grande maioria de professores de uma hora para outra passaram a lidar não apenas com o estresse do momento, mas também com o uso das novas tecnologias de ensino a distância, o ensino remoto, ensino híbrido. Um dos entraves foi, o pouco domínio com uso das tecnologias e a dificuldade de estabelecer união às práticas pedagógicas a processos facilitadores de aprendizagem.

Ultimamente é de conhecimento dos docentes, pedagogos e gestores a importância dos recursos tecnológicos no desenvolvimento e formação das crianças e reconheçam as potencialidades educacionais. No entanto, essas potencialidades e limitações estão relacionadas aos espaços que possuem recursos de mídias tecnológicas de informação e comunicação. E, de qual modo utilizam na prática escolar, com a finalidade de possibilitar um processo de aprendizagem e formação que corresponda às mudanças e necessidades atuais.

O uso dos recursos tecnológicos só há sentido se não houver intencionalidade, uma vez que a presença destas novas tecnologias por si só não asseguram uma qualidade de ensino. Por isso, a simples presença destes em sala de aula não se configuram em mudanças na maneira de ensinar e aprender. Contudo, como antes já fora citado, mesmo existindo projetos em desenvolvimento com as TIC's, o potencial destes recursos ainda é pouco reconhecida pelos docentes e comunidade escolar.

São muitas as razões que contribuem para esta circunstância, nos quais ressaltam-se: conhecimento e escasso domínio no aproveitamento de recursos tecnológicos, a carência de recursos financeiros no que se refere a equipamento e a sua falta nas escolas, manutenção e qualificação dos docentes e a escassez da instalações em algumas escolas. Considera-se que este estudo se destacou sua relevância principalmente nos contextos vividos desta pandemia

do COVID 19⁴, neste ano de 2020. Isso porque, o que mais se ouviu foi sobre a necessidade dos recursos tecnológicos para a realização das aulas. E em razãoes muito práticas novos paradigmas na educação, recursos e métodos precisaram está em nosso dia a dia para desenvolvimento de práticas pedagógicas.

Finalmente, argumenta-se que se faz necessário que haja uma reflexão por todos aqueles que formam a comunidade escolar, tanto no que se refere a quem elabora políticas públicas de implementação, quanto as práticas pedagógicas com uso de TICs. Muitas vezes nem soubemos utilizar os recursos, mas, a necessidade nos fez aprender novos caminhos para ensinar e aprender. Nossas práticas foram criadas ou reinventadas escolas são espaços vazios porem conectados. E o uso das TIC's, foi o recurso pedagógico mais utilizados neste ano letivo de 2020, na aprendizagem dos estudantes.

⁴ A pandemia do COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória.

5 REFERÊNCIAS

ALVES, Taíses. **Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) nas escolas: da idealização a realidade.** (Dissertação) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Instituto de Ciências da Educação. Lisboa, 2009.

Brasil. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segunda versão revista. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Brasil. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. MEC/SEF, 1998.

Brasil. LDB 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. 260 p.

LOPES, Mariana. COUTINHO, Nayara. **A práxis da mídia- educação na ressignificação da escola como agente de mediação.** Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2010.

TAKAHASHI, Tadao. (org.). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde.** Brasília: MCT, [s.n.], 2000.

OLIVERIA, Cláudio, MOURA, Samuel, Souza, Edinaldo. **TIC’S na educação: A utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. “Sem data”**

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VERASZTO, Estéfano. Vizconde. et al; **O. Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito.** Unicamp: 2008. Disponível em:



Localização:
Rua Leonor Teles, 153,
Conjunto Abílio Nery – Adrianópolis
CEP: 69057-510 – Manaus, Amazonas.

Telefone:
+55(92)3305-1800/1801/1803

www.esbam.edu.br



@faculdadeesbamoficial